

NÃO LEVE FLORES

Crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF

Leila Saraiva
2017



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

NÃO LEVE FLORES:

CRÔNICAS ETNOGRÁFICAS JUNTO AO MOVIMENTO PASSE LIVRE-DF

**Leila Saraiva
(Brasília, 2017)**

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Dissertação de mestrado:

Não Leve Flores:
Crônicas Etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social do Departamento de
Antropologia da Universidade de Brasília.

Banca examinadora:

Dra. Cristina Patriota de Moura (orientadora) – DAN/UnB

Dra. Rosana Pinheiro-Machado – DS/FFLCH/USP

Dra. Cristine Alencar Chaves – DAN/UnB

Dra. Soraya Fleischer (Suplente) – DAN/UnB

Leila Saraiva

Brasília, março de 2017

Foto da Capa: Roberto Schiavini (Janeiro/2017)

Diagramação da capa: Higo Melo

SARAIVA, LEILA

“Não leve flores: Crônicas Etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF”. Brasília:
UnB, 2017

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
(PPGAS/DAN). Orientadora: Prof. Dra Cristina Patriota de Moura

RESUMO:

A presente dissertação pretende compor, junto ao Movimento Passe Livre –DF (MPL-DF), uma noção etnográfica de política, costurada a partir da definição de seu oposto, aqui chamado de (anti)política, a saber, a política realizada pelo Estado. Construída a partir das chamadas *crônicas etnográficas* e escrita *de dentro*, a dissertação percorre a história do movimento a partir do entrecruzamento das experiências de sua autora como militante do coletivo e das narrativas de outros militantes e pesquisadores; discute de forma mais aprofundada a horizontalidade enquanto princípio e prática; analisa alguns momentos em que o movimento se depara com um Estado corporificado, assim como também discute as práticas de mobilização do MPL-DF e seus consequentes encontros. Neste trabalho, a etnografia não é encarada como possibilidade de alcançar a realidade, mas de produzi-la, a partir das afecções que o campo propicia. Desta forma, esta dissertação pretende contribuir para a multiplicação de histórias, discussões, debates de outras formas de pensar e estar no mundo que não tornem a chamada ordem vigente o nosso destino inescapável, partindo da antropologia enquanto possibilidade de repovoar o que podemos chamar de imaginário político radical.

Palavras chave: Movimento Passe Livre, política, (anti)política, imaginário político radical

ABSTRACT

The present dissertation intends to compose, along with the Movimento Passe Livre-DF [Free Pass Movement –DF] (MPL-DF), an ethnographic notion of politics, tailored from the definition of its opposite, here called (anti)politics, as the politics pursued by the State. The dissertation is written through the so called *ethnographic chronicles*, covering the history of the movement from the intersection of the author's experiences as an MPL-DF activist with the narratives of other militants and researchers; discussing in greater depth the notion of horizontality as a principle and practice; analyzing some moments in which the movement is faced with an embodied state, as well as recovering MPL-DF's mobilization practices and their subsequent meetings. In this work, ethnography is not considered as a possibility to reach reality, but as a means to produce it from the affections that the field provides. Therefore, the present work intends to contribute to the multiplication of stories, discussions, debates of other ways of thinking and being in the world that do not make the enforced order our inescapable destiny, taking anthropology as a possibility to repopulate what we may call a radical political imaginary.

Keywords: Movimento Passe Livre, politics, (anti)politics, radical political imaginary.

*A Antônio Carlos Gomes Fontenelle Fernandes
Ou, simplesmente, Belchior,
Pela inspiração, alento cotidiano e, principalmente, pelas infinitas horas de conversas
imaginárias, sem as quais essa dissertação não teria sido possível*

AGRADECIMENTOS:

Quando a proposta de um trabalho é contribuir para aquilo que já tem sido pensado coletivamente, como é o caso desta dissertação, os agradecimentos tornam-se ainda mais arriscados. Como incluir as tantas pessoas que, de forma mais ou menos intensa, participaram disso que hoje chamamos de Movimento Passe Livre-DF e, portanto, tem necessariamente tudo a ver com o que aqui escrevo? Ao longo desses tantos anos de reuniões, atos e atividades, foram tantas as pessoas que construíram essa história, que eu não me aventuraria a citá-las. Meu primeiro agradecimento, então, vai para elas, essa gente toda de quem não necessariamente sei o nome, mas com quem compartilhei vários dos momentos mais importantes de minha vida.

Há, por outro lado, aqueles a quem nomeio, de quem conheço os abraços, as palavras duras, os rostos cansados, as irritações, os sorrisos fartos, algumas de suas fraquezas, várias de suas forças. A esses e essas eu chamo de meus companheiros e companheiras, por compartilharem comigo não só o sonho, mas o trabalho árduo de construir outras possibilidades de existência. Não poderia agradecer o suficiente por me ensinarem a viver a solidariedade no cotidiano, um tipo de afeto que, por existir em um mundo condenado à indiferença, já provoca pequenas revoluções. Tenho um orgulho sinistro de dizer que milito ao lado de vocês, e não porque não erramos, não nos magoamos, e não passamos muita raiva nesse processo. Mas porque, principalmente, insistimos em continuar caminhando. Assim, agradeço àqueles que atualmente compõem o Movimento Passe Livre-DF. Espero, do fundo do coração, que as páginas que se seguem sirvam para alguma coisa em nosso coletivo (caso contrário acho que vocês nunca vão me perdoar por ter parado para escrevê-las em meio a mais uma jornada de lutas contra o aumento, rs). Agradeço também ao Benny e suas valorosas leituras e nossas subsequentes conversas, e pela assessoria filosófica de quando em vez. Por esta mesma razão, de consultoria filosófica, agradeço também ao John, também pelas leituras e ótimas conversas que surgiram a partir da nossa militância no MPL, mas que terminaram por ultrapassá-la.

À toda família Saraiva, por tudo, em especial pelo estímulo de sempre a pensar e refletir, e à nossa amorosidade infinita dos almoços de domingo. Ao meu avô Paulo Saraiva, por quem a saudade sempre aperta. À minha mãe Adriana, pelo maior de todos os companheirismos e por estarmos sempre pensando juntas. Ao meu irmão Felipe, pelo contínuo apoio e estímulo, por sempre levantar a minha bola e me dar a maior força. Que orgulho (e que sorte) de ter crescido com quem cresci.

Meu muitíssimo obrigada também para Lili, pelo apoio de sempre, conversas sérias e piadas bestas. Já são muitos anos de amizade, mas nós duas sabemos que esse último ano foi especial – tenho a sensação que não teria sobrevivido sem você. Pra além do drama, vamos reconhecer o quão produtiva é nossa amizade, muito embora digam por aí que a gente é boa mesma em produzir garrafas vazias. Aproveito então para agradecer ao coletivo Entranhas, surgido numa maravilhosa conversa com a linda Camilinha (obrigada, amiga sereia!) e consolidado em uma reunião de quase ano novo com Luara (maridinha!), Lili e Camilinha, onde novos sonhos foram gestados. Agradeço à todas as mulheres que abraçaram o projeto para si e às tantas outras que ainda vão abraçar, ajudando a consolidar o portal de análises políticas feitas por mulheres de esquerda.

Agradeço à Higo (Coris) Melo: eu não teria sequer começado esse mestrado se, desde quando aventamos a possibilidade de eu largar o emprego e voltar a estudar, você não tivesse me oferecido todo o apoio, carinho e a certeza de poderia contar contigo. Continuo e continuarei contando – você bem sabe que há laços que não se desfazem. Pelos infinitos dias de alegrias e sorrisos, pela sempre disposição de colocarmos juntos a mão na massa, pela inspiração das suas músicas e de nossas conversas, pelas brincadeiras com nossa Hilduca, pelo companheirismo inabalável que é sua marca, pela capacidade de nos reinventar, pelo grande e infinito amor (obrigada).

Agradeço ainda àquela que tantas vezes me ajudou a ficar menos maluca ao longo desse processo (“Mulher, você vai ficar louca de tanto estudar!”). Aquela das melhores conversas e risadas, das mais divertidas cumplicidades. Mamá, você é um presente na minha vida (perdoa meus sumiços, tô voltando). Ao Cisquinho, pelas também sempre lindas conversas e por nossas tantas reflexões juntos, acompanhadas de cerveja e batatas picantes.

Também não poderia deixar de dizer meu muitíssimo obrigada ao melhor de todos os quartetos, pelos 20 anos (rs) de amizade, conversas, embates, risadas e, mais atualmente, de bons drinks. Amo vocês demais! Agradeço, Ivy, Rods e Nan, pelas doçuras e ironias, pelo apoio inquebrantável. Vou me repetir: vocês continuam meu porto seguro.

Agradeço também aos meus colegas de mestrado, que fizeram desses dois anos uma multiplicidade de aprendizados, dentro e fora das salas de aula. Em especial, agradeço ao grupo das “Tias”: Bebê, Cacá, Luísa, Nana, André e Ester, pelas sempre maravilhosas conversas e afagos, pelos momentos de respiro e pelas amizades florescidas. Também não poderia deixar de agradecer (de novo), dessa vez especificamente, à Luísa Molina, pelos tantos debates

inspiradores e ideias compartilhadas, sem as quais essa dissertação seguramente perderia um bocado de sua graça.

Agradeço aos laços apertados e fortes que surgiram naquilo que nomeamos “Devir Dinossauro”, a partir de delírios matinais dos quais não irei nunca me esquecer. Cíntia (minha parceira, Dino Engels) e Lucas (meu irmão, DinoDavis), só vocês sabem como a nossa amizade me sustentou nos vários momentos difíceis que enfrentei nos últimos tempos. Agradeço o afeto, os conselhos entusiasmados, as tardes de cerveja e as tantas elaborações teórico-afetivas que agora me constituem. Carol linda (DinoGramsci), você chegou faz pouco tempo no devir, mas sabe como compartilhamos paixões, a começar pelo amor pelo maravilhoso Belchior. Obrigada por dividirmos a nossa casinha e pelas conversas lindas e salvadoras que temos.

Agradeço também àqueles e aquelas que, em meio a tantos golpes, decidiram se organizar para fazer com que o sonho de uma universidade diversa continuasse se desenhando. Minha experiência no mestrado teria sido completamente outra sem as diversas horas de assembleia que compartilhei com vocês. Agradeço, em especial, à minha parceira de representação discente, Jana, por segurar tantas ondas a meu lado – e também porque nossa parceria foi um espetáculo, rs. Agradeço, ainda, a todos os/as estudantes negros/as e indígenas que ocupam e ocuparam as cadeiras desta e de outras pós-graduações, apesar dos infinitos percalços enfrentados.

Agradeço ainda à Marcela, pela acolhida (em várias dimensões), debate, conversas e reflexões e boas risadas. Agradeço também ao Gui, pelos debates intensos, nos quais pude aprender um monte de outras coisas sobre as quais muitas vezes eu não tinha a menor ideia. Para além dos debates que de fato travamos, agradeço também pelo hábito que adquiri de levá-los de forma imaginária, ao pensar como você reagiria a meus argumentos. Tudo isso, na verdade, é uma forma de te dizer muito obrigada por me ajudar a perceber a beleza da diferença (e também por ser uma das pessoas mais amorosas que conheço).

À minha querida orientadora, Cristina, pelas tantas conversas e reflexões e novas questões colocadas. Nesse nosso segundo processo de orientação, sinto que amplificamos ainda mais a sintonia e não posso senão agradecer por tudo que aprendi contigo. Sinto que, além de uma super-orientadora (a mais rápida do Centro Oeste) tenho agora também uma amiga. (E lá vamos nós para o doutorado...)

Às Professoras Christine de Alencar e Rosana Pinheiro-Machado, pela honra de aceitarem debater comigo esse trabalho. Tenho certeza que ganharei muitíssimo com a arguição das duas e espero de todo coração que, em contrapartida, as páginas que se seguem também

servam de algo para vocês. Espero que possamos continuar pensando juntas posteriormente. Agradeço também à professora Soraya, que, mais do que suplente nesta banca, foi também fundamental para a minha entrada no mestrado: foram suas palavras estimulantes que me impulsionaram a fazer o processo seletivo, ainda quando nos encontrávamos nos corredores da Vivendo.

Por fim, agradeço a essas tantas e por vezes invisíveis pessoas que, hoje, ontem e sempre, trabalharam para afirmar que não estamos condenados a nada. Sou dessas que acredita mesmo que só a luta muda a vida – ainda que elas (a vida e a luta) adquiram tantas e tão diversas formas que muitas vezes nem sabemos como reconhece-las. Obrigada a todas as pessoas que optaram por não simplesmente aceitar as coisas como estão e que seguem construindo, nos mais variados tempos e lugares, outros possíveis.



*Sempre desobedecer,
Nunca reverenciar.
("Como o diabo gosta" – Belchior, 1976)*

SUMÁRIO:

Prólogo: Eu sou como você (?) 16

Introdução: De que cidade falamos? 28

Capítulo 1: Algumas histórias do Movimento Passe Livre-DF (e as possibilidades de uma antropologia-barricada) 35

[Interlúdio I] 56

Capítulo 2: Na inconstância da horizontalidade 57

2.1 Garrafa Destampada 57

2.2. As práticas da(s) horizontalidade(s) no cotidiano do Movimento Passe Livre-DF 59

2.3 A horizontalidade como princípio, o princípio da horizontalidade: Onipresença da liderança x total ausência de liderança 64

2.3.1 A liderança como esperança 66

2.3.2 A liderança como medo 69

2.4 Quando já não há bálsamo no mundo 74

2.5 Um demônio sonhando: a horizontalidade como horizonte e a perenidade do desconforto como modo de caminhar 76

[Interlúdio II] 80

Capítulo 3: Dos Perigos na esquina 81

3.1 Uma noite no Paranoá 90

3.2 Estamos do mesmo lado? 93

3.3 O paradoxo da legitimidade e mais perguntas que não se calam 96

[Interlúdio III] 98

Capítulo 4: Dos delírios das experiências com coisas reais: 99

4.1 Crônica 1: Outubro de 2015 - Ônibus Tarifa Zero povoam o DF 99

4.2 Crônica 2: Maio de 2016 - Ocupação da DFTrans contra a restrição do Passe Livre 103

4.3 Crônica 3: Junho de 2016 - Nova manifestação contra restrição do passe livre, também na DFtrans 106

4.4 Crônica 4: Junho 2016 - O encontro com um representante do governo na fila da
DFtrans 108

4.5 Faixa 05 – Como o Diabo Gosta 111

4.5.1 Não quero regra nem nada 111

4.5.2 Tudo tá como o diabo gosta, tá 112

4.5.3 Já tenho esse peso que me fere as costas 116

4.5.4 E não vou eu mesmo, atar minha mão 117

4.5.5 O que transforma, o velho no novo 120

4.5.6 Bendito fruto do povo será 123

4.5.7 E a única forma que pode ser norma 128

4.5.8 É nenhuma regra ter 129

4.5.9 É nunca fazer nada que o mestre mandar 131

4.5.10 Sempre desobedecer, nunca reverenciar 133

[Interlúdio IV] 135

Capítulo 5: Entre Políticas e (anti)política 136

5.1 Acerca do que estabiliza: (Anti)política 145

5.1.1 Da inescapável necessidade da mediação 145

5.1.2 Da defesa do real e seu exército 148

5.1.3 Do Estado burocrático de direitos e seus afetos centrais - a indiferença e a
resignação 151

5.1.4 Da tal ordem vigente e as relações entre Estado e Capitalismo 154

5.2 Acerca do que movimenta: Política 156

5.2.1 (Só) Há vida possível fora do Estado: experimentar uma política direta 156

5.2.2 Por uma retomada do público 159

5.2.3 Políticas da multiplicidade: sobre a autonomia 161

5.2.4 Um elogio ao impossível: sobre Utopias, utopias e ampliações do possível 165

5.2.5 Pequena observação sobre as atualizações da ordem vigente 170

Epílogo: Difícil é saber o que acontecerá 174

Referências Bibliográficas 183

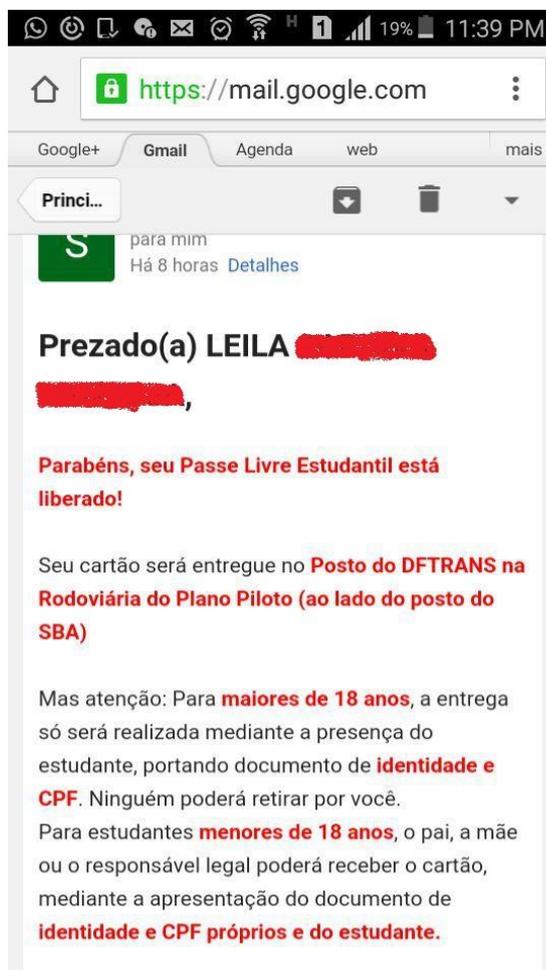
LISTA DE SIGLAS

ALCA – Acordo de Livre Comércio das Américas
CGA- Convergência de Grupos Autônomos
CMI - Centro de Mídia Independente
DFE - Distrito Federal e Entorno
DFTRANS -Transporte Urbano do Distrito Federal
FSM – Fórum Social Mundial
GDF- Governo do Distrito Federal
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MPL-DF - Movimento Passe Livre- Distrito Federal
PFL - Partido da Frente Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
TCB - Transporte Coletivo de Brasília

[Prólogo]

Eu sou como você (?)

Não era uma noite qualquer quando, já no adiantar da hora, recebi o seguinte e-mail:



Não é que o tal e-mail fosse inesperado: haviam se passado 42 dias desde que eu reunira um punhado de documentos e um retrato 3x4, entrara no site do Governo do Distrito Federal (GDF), *escaneara* aquele amontoado de papéis e *subira* tudo para a tal plataforma digital. O tempo de espera, parece, ademais, se alongar, quando a mensagem do e-mail remete necessariamente a processos outros que o texto que se lê parece querer esconder: as várias *batalhas* (campanhas e retóricas) que, junto a tantos outros fatores, fizeram com que a ideia de que estudantes deveriam ter acesso gratuito aos meios de transporte – o chamado passe livre estudantil¹ - passasse de loucura à política pública. Foi após 7 anos da aprovação do Passe

¹ O passe livre estudantil, tal como foi operacionalizado no Distrito Federal, funciona por meio de um cartão, que cada estudante recebe após realizar um cadastro. Para tal cadastro, além dos documentos de identificação, é preciso

Livre Estudantil que eu, embora tenha passado boa parte desse período vinculada à universidade, usufruiria, por fim, desse direito². Não se tratava, assim, de pouca espera, mas, ao contrário, de muita.

Mas se eu digo que não se tratava de uma noite qualquer, é que foi justamente em meio a diversos problemas no funcionamento do Passe Livre que aquele e-mail chegou: um grande número de viagens havia simplesmente desaparecido dos cartões de milhares de estudantes, impossibilitando-os/as de passar pela catraca que encontra-se entre suas casas e a suas escolas. Sem qualquer aviso, mais outros tantos estudantes viram seus cartões pararem de funcionar completamente por não se encaixarem na nova forma de cadastro, que havia deixado de ser física, em guichês espalhados pelas cidades do DF, e transformada em virtual. A interrupção brusca que o Passe Livre então passava causou não apenas transtornos para estudantes das mais diversas cidades, mas também uma busca desesperada por informações nos postos de atendimento da DFTrans, principal órgão regulador do transporte público do DF, cujas duas sedes mais acessíveis se encontram na Rodoviária do Plano Piloto, o ponto de encontro por excelência de quem se locomove por transporte coletivo.

A busca de informações, como era de se imaginar, não deixou de vir acompanhada de uma não- contida revolta, não apenas dos estudantes, mas também de seus familiares: pais e mães para quem não fazia sentido que seus filhos/as tivessem sido obrigados a faltar a escola. Dessa junção de elementos – direito interrompido, informações desencontradas, revoltas, rancores e postos de atendimento situados num ponto nevrálgico para quem anda de ônibus – havia se articulado uma manifestação, que derivou em uma ocupação³, da qual eu participava, junto a outras/os militantes do Movimento Passe Livre (MPL) e outras organizações, além de uma maioria de estudantes que não participavam de movimentos ou outros grupos organizados.

Naquela noite, eu havia trocado o colchonete no chão da DFTrans pela minha cama e me causou riso que a mensagem chegasse nesse contexto, e não pude me furtar a, imediatamente,

apresentar comprovante de matrícula e os horários no qual o estudante está em aula. Embora se chame “passe livre”, há uma série de restrições para a utilização do direito, não podendo ser usado nos fins de semana e havendo um número reduzido de viagens a ser feito por mês, segundo o Governo do Distrito Federal (GDF) de acordo com o número de passagens necessárias para que o/a estudante cumpra suas atividades educacionais. Cada estudante apresenta o cartão na catraca do ônibus ou do metrô, tendo a passagem liberada e também conhecimento de quantas viagens ainda tem acesso.

² Esta dissertação, em consonância com a perspectiva do Movimento Passe Livre, parte do pressuposto que a mobilidade urbana é um direito, tal como saúde e educação. Falarei mais sobre este pressuposto ao longo do trabalho.

³ Falarei sobre esta ocupação mais adiante e por isso aqui me detenho apenas em explicar a *coincidência* do anúncio da liberação do meu passe livre justamente quando eu participava de uma intensa mobilização contra a restrição deste direito.

mandar a foto que aqui compartilho para o grupo do Telegram⁴ que reúne os/as integrantes do MPL. O meu riso se fez coletivo, mas a indignação com o tom que o texto do e-mail revelava logo virou o foco da conversa. Como disse uma integrante do movimento:

“Parabéns????

P a r a b é n s.

É direito, amigo, não é sorteio do Luciano Hulk, não. Ao menos assim deveria ser.”

Brinquei que, agora que conseguiria meu passe livre na sexta, poderia, por fim, abandonar a ocupação. Rimos de novo. Outra militante comentou que eu iria me emocionar ao usar o passe livre pela primeira vez: “me lembro até hoje como foi a primeira vez que andei de bus sem pagar.” Já passava da meia-noite, e o dia seguinte seria longo. Fui dormir.

Dois dias depois, cheguei para pegar o meu cartão perto das duas da tarde. A ocupação havia sido finalizada no dia anterior e aquele era o primeiro em sete dias que eu iria para a Rodoviária sem a intenção de passar por ela. Tendo dado essa orientação para tanta gente enquanto ocupávamos o órgão, eu sabia que o lugar de pegar o cartão era no posto perto da estação central do metrô. Fui direto para lá.



(foto minha)

Mal tinha descido a escadaria do metrô e tive a dimensão do que eu iria enfrentar, sentindo o calafrio que o contato com a burocracia parece automaticamente causar. O pátio que

⁴ Um aplicativo de conversas no celular semelhante ao Whatsapp mas que, além de contar com outras ferramentas, também é considerado mais seguro/ menos violável e por isso é adotado pelo movimento como uma de nossas formas de comunicação constante.

se segue às escadas estava tomado por uma fila circular que não nos deixava saber onde estava seu fim ou seu começo. Precisei olhar mais atentamente para descobrir que lugar me pertencia. Junto a mim, outras pessoas se aproximavam do fim da linha, sempre demonstrando automática decepção, um leve desespero. Lembrei da campanha que nos chegou ao ouvido que o GDF havia feito, poucos dias antes, que afirmava que era a ocupação a principal causa da demora da entrega do cartão.

Assim que entro na fila e entendo mais ou menos sua direção, as pessoas que a mim se juntam comentam, desanimadas: “Gente, mas essa fila é difícil, viu?” ou “Vamos sair daqui lá pelas sete da noite...”. Uma adolescente, abatida, de uniforme e mochila nas costas, avisa para a mãe que se sentará em uma das cadeiras presentes num canto do pátio. Um homem branco⁵ e de roupa social (o chamarei de Pedro), suspira, e tenta se convencer murmurando: “é assim mesmo.”. Uma senhora, negra, também à minha frente, comenta: “Eu tô aqui por que o cartão da minha filha não passa. Já renovei, já troquei, mas na hora de passar na catraca, não reconhece. Aí fica difícil!”. Peço licença por interromper. Lembro que o diretor do DFtrans disse na reunião de negociação da ocupação que os cartões com chip queimado (imaginei que esse fosse o caso) deveriam ser trocados na sede principal do DFtrans: “moça, acho que cartões que tão com esse problema devem ser trocados lá na rodoferroviária, um lugar, aliás, bem ruim de chegar de ônibus. Se eu fosse a senhora ia lá na frente nos guichês perguntar se é aqui mesmo. Pode ir lá, a gente segura seu lugar na fila.” A senhora agradece e se dirige até os guichês. Não volta mais. Uma outra senhora negra, um pouco mais à frente comenta: “Ainda bem que você avisou, né.” Essas são das poucas palavras que trocamos nas duas ou três longas horas que passamos juntas. Ela passa a maior parte do tempo calada, concentrada na fila e não me dá muito espaço para puxar assunto.

Uma menina branca que aparentava ter seus 20 anos chega alertando às outras pessoas da fila: “Gente!! Precisa pegar uma ficha e preencher. Acabei de ir lá no guichê e eles avisaram isso. Vou lá pegar a ficha, alguém quer?”. Cerca de dez pessoas perto dela falam que sim, eu inclusive. A menina se afasta e desaparece nas linhas cruzadas de gente.

⁵ Utilizarei os marcadores de raça ao longo desta dissertação porque o sistema e transporte é racialmente estruturado, como afirma Santarém (2014). Se é verdade que há diversidade racial no cotidiano do ônibus e metrô, é também verdade que negros e negras são os que mais sofrem com as privações do transporte coletivo, que funciona como mais uma ferramenta de segregação espacial. Não discutirei a fundo a questão racial aqui, assim como também não discutirei a questão de gênero, outro marcador que ressignifica a experiência com o transporte no Distrito Federal. Não posso, no entanto, deixar de considerar a relevância dessas desigualdades e é por isso que as menciono continuamente.

Atrás de mim, um pré-adolescente branco, com o uniforme de um conhecido colégio particular tenta fazer passar o tempo com a mesma velocidade em que mexe em seu celular. A necessidade etnográfica, de novo, se impõe: estou forçosamente em campo, e também na luta, ou, ainda, na vida - como preferirmos. Entre expressões de cumplicidade de quem sabe que compartilhará algumas horas de seu dia na não mais agradável das situações, puxo assunto com a senhora a minha frente. Ela, negra e um pouco mais baixa que eu, é a mãe da adolescente que foi se sentar. Pergunto se é a primeira vez que a filha dela está tirando o cartão do passe livre. Ela me explica: “minha filha já tem esse cartão faz tempo. Tô aqui pegando o novo, da renovação. Não sabia que a fila estaria tão grande”. Pedro aproveita o ensejo e se junta à conversa: “Num é mesmo? Como é que essa fila é desse tamanho? Esse governo... Eu estou aqui para pegar o cartão do meu menino também”. Ele olha pra mim e me diz: “Você... veio pegar pra você mesma ou para... ?” Digo que estou pelo meu próprio cartão, que é a primeira vez que o tiro. Olho em volta e percebo que, pelo menos ali por perto, tenho cara de ser a estudante mais velha presente: a maioria dos/as que estão na fila é de pais e mães, às vezes com seus filhos/as, outras não, esperando para receberem o cartão.

Pergunto se algum dos dois havia tido problema com o cadastramento feito pelo site. Ambos me dizem que havia sido tranquilo. A senhora, D. Mariana, me diz que o difícil mesmo era ela estar ali no Plano: “Eu vi esse e-mail ontem por sorte, eu quase nunca olho e-mail, viu? Aí ontem eu olhei e tava lá dizendo que meu agendamento era hoje. Imagina se eu tivesse perdido?” Pausa. “E meu patrão não acreditou em mim não, viu? Ele achou que estava mentindo pra ele sobre o agendamento. Tive que imprimir o e-mail para ele me liberar. Se fosse no Gama, pelo menos.”

“Onde é que a senhora trabalha?”, pergunto. Ela: “Eu moro em Santa Maria, trabalho no Gama. Não venho aqui no Plano⁶ pra nada... e agora essa invenção de ter todo mundo que vir pegar o cartão aqui. Era tão bom quando tinha posto de atendimento lá no Gama.... tinha uma fila monstra, isso sempre foi assim, mas, pelo menos, era perto de casa. Agora todo mundo de todas as cidades vir até aqui, né. Não faz nem sentido.”

⁶ Gama, Santa Maria e outras tantas cidades que serão mencionadas ao longo desta dissertação são conhecidas como “cidade satélites”. A distinção entre Plano Piloto e Cidades Satélites, presente no projeto original de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, não é mais utilizada no discurso oficial, que atualmente divide o Distrito Federal em Regiões Administrativas, devido ao caráter pejorativo do termo cidade satélite. Essa distinção, no entanto, é muitas vezes utilizada por moradores/as das regiões que não compõem o plano original de Brasília, segundo entendo, porque a sensação de não pertencimento ao Plano Piloto é marcante, e o ressaltar de uma experiência de vida diferente da encontrada no centro da cidade se faz uma constante.

Penso na ironia da situação. O GDF, ao obrigar a renovação do passe livre, tirou o transporte da filha de D. Mariana. Ao mesmo tempo, fez com que D. Mariana e sua filha tivessem que pegar mais pelo menos um ônibus para saírem de sua cidade e virem ao Plano Piloto, com a única finalidade de pegar um cartão novo. A opção do GDF pela retirada dos postos presenciais, além de resultar naquela enorme fila, força um deslocamento desnecessário ao centro de Brasília.

Somos interrompidas por uma pessoa que me pergunta se a fila em que estamos é para pegar o cartão. “Puutz”, responde a moça, tentando achar o fim da linha. Outras três ou quatro pessoas nos perguntam coisas diversas: “você sabem se pra recarregar é aqui?” “sabe se o meu agendamento foi ontem se eu posso pegar hoje?”, “que papel é esse que vocês têm na mão?” Acabo respondendo todas as perguntas e noto que sou a pessoa ali mais bem informada sobre o sistema do passe livre. Grande parte das pessoas ali presentes não tiveram acesso a qualquer informação do misterioso sistema, enquanto eu havia estado, na última semana, com pelo menos dez pessoas do governo, de todos os escalões e em momentos diversos, que insistentemente se colocavam para explicar como funcionava (ou não) a concessão do passe livre. “Não queremos explicações para os problemas do sistema, queremos que vocês se virem para resolvê-los e atender as nossas demandas”, respondíamos, na ocupação. Ali, na fila para receber meu cartão, entendi que o que nós recusávamos parecia muito: ninguém tem direito a, nem mesmo, qualquer justificativa. Não há um funcionário tirando dúvidas ao longo da fila. Não há ninguém dizendo que precisamos preencher uma ficha: descobre-se indo até lá, como precaução. Não há, nem mesmo, alguém checando se há pessoas que estão na fila por engano, que de repente não precisariam passar aquele tempo ali. Quem faz isso somos nós, movidxs por solidariedades diversas. Comento em voz alta: “Como é que não tem um/a funcionário/a aqui pra dar informações, né?” Todo mundo concorda. Todo mundo permanece na fila.

A essa altura, estamos quase chegando na porta de vidro que parecia estar perto do guichê. Descobrimos que estamos redondamente enganadas/os. O guichê está na outra ponta: há muito ainda o que caminhar. Suspiro coletivo. Já passa de três da tarde. O final da fila já cruza conosco: a confusão entre onde ela começa e onde termina torna-se ainda maior. Parece que estamos dançando quadrilha e tentamos montar o caracol⁷. Muita gente pergunta onde deve ir, se posiciona em lugar errado até descobrir sua posição. Os olhares entre todo/as são absolutamente cúmplices. O riso é tudo que temos.

⁷ Passo de quadrilha no qual os/as dançarinos formam uma única fileira e se enrolam de forma a parecer com um caracol.



(foto minha)

Na nossa frente, (eu e D. Mariana já somos um “nós”), a jovem branca que nos havia dado as fichas conversa efusivamente com um outro jovem, também branco, que disse ser estudante de arquitetura. Discutem algo sobre sustentabilidade: o cara diz que casa sustentável é qualquer casa que se mantenha de pé. Ela diz que não, que se trata de um cuidado com a natureza. A discussão rende, enveredando-se pelos ataques às torres gêmeas em 2001, segue rumos que não sei como acompanhar, mas que acaba por me entreter naquela situação inglória.

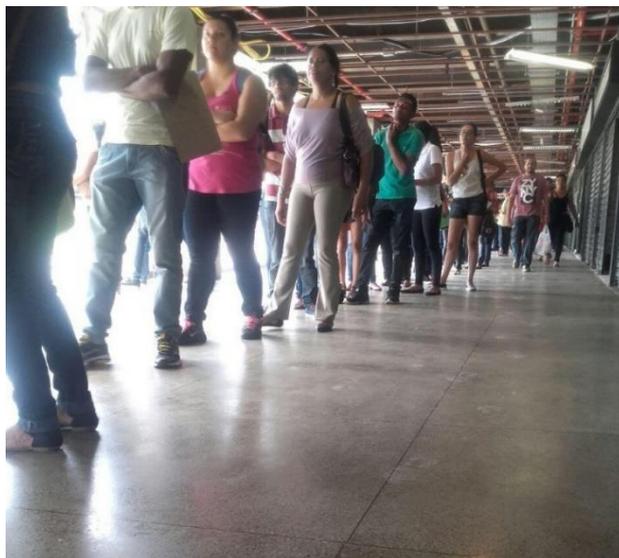


(foto minha)

Adentramos o corredor que é tangenciado por uma parede de vidro e o calor torna-se quase insuportável. O sol bate forte nos vidros que nos circundam, é como se estivéssemos em uma estufa. Cada um/a tenta se abanar como pode. Volto a conversar com D. Mariana e Pedro.

“Os filhos de vocês tiveram problema com o passe nessas últimas semanas?”, pergunto. Os dois dizem que não. D. Mariana fica pensativa. Logo em seguida, nos diz: “O passe da minha filha não deu esse mês. Faltava uns sete dias ainda e ela não tinha mais viagem... tive que pagar para ela né, recarreguei meu outro cartão para ela poder usar. Aula ela não pode faltar.”. Digo que isso estava mesmo acontecendo com muita gente, que tinha muita gente reclamando. O homem diz que o filho dele não passou por isso: “Meu filho não teve problemas. Mas a gente mora em Taguatinga e ele estuda lá mesmo. Só pega dois ônibus por dia mesmo: um pra ir, um pra voltar. Eu mesmo como nunca peguei ônibus para ir pra escola não sei nem como é. Sempre estudei em escola pública perto de casa, ia andando. Quando entrei na faculdade, já tinha carro.”. D. Mariana explica que mora em Santa Maria, mas a filha dela estuda em uma escola particular na w3 sul, por isso pega pelo menos 4 ônibus por dia. O homem diz: “a senhora não quis que ela estudasse lá perto da casa de vocês?” D. Mariana responde: “Ela joga. Joga vôlei. Aí conseguiu uma bolsa para estudar nessa escola, sem pagar nada. Só pago o material escolar. Achei foi ótimo.”

Duas crianças negras de cerca de 4 anos percorrem a lateral da fila: “um, dois, três, quatro, cinco...”, cada um/a de nós, um número. Dessa vez não contenho a minha risada – nem eu nem uma senhora branca atrás de mim, mãe do pré-adolescente que me seguia na fila. Sorrindo, ela comenta: “eles vão chegar lá e dizer: Mãe, faltam 150 pessoas na nossa frente!” Rimos juntas, do que parecia incontornável.



(foto minha)

D. Mariana voltou a falar de sua história: “Minha filha pega quatro ônibus por dia. Ela sai de casa às 5 da manhã, todo dia. Tem que acordar às 4, porque senão, não chega. Eu acordo junto com ela, porque senão ela não levanta. Foi só depois que ela foi pra escola particular que percebi como a escola pública é ruim, viu. Ela sempre ia bem na escola, sempre foi estudiosa. Chegou na particular ficou sem nota, reprovou em matemática. Graças a deus ela já se recuperou.” O homem me diz: “é, é difícil mesmo.” Penso na nova rotina da filha de D. Mariana: pegar quatro ônibus por dia, acordar às 4 da manhã. Não estarão essas mudanças também relacionadas às dificuldades da adolescente?

Já estamos “quase” chegando aos guichês (“um passo à frente e você não estará no mesmo lugar”⁸) quando descobrimos que precisamos pegar o número de nosso cartão numa lista afixada na parede de vidro que nos tangencia, assim como o número de “sequência”, também colocado nessa lista. Mais uma vez, é pela “rádio corredor” que sabemos dessa necessidade: não há qualquer aviso, não há indicações de que aquele número é necessário, não há ninguém para prestar informação, embora um funcionário da DFtrans com colete fluorescente circule de quando em vez, mas se perca rapidamente no meio da multidão. Não disfarço meu ódio dessa situação e sou imediatamente apoiada e consolada. Cada um/a de nós vai anotar “seu” número. Não entendo nem porque tenho que ser um número.

A discussão do estudante de arquitetura com a jovem ao seu lado volta a chamar atenção quando ela se exalta dizendo que é um absurdo ele afirmar que nunca houve ditaduras militares: “Os Estados Unidos estavam com medo do que eles chamavam de comunismo” – ela diz – “E montaram planos diversos para desmontá-lo na América Latina depois de Cuba: foi assim com o Plano Marshall, com o Macartismo, com tudo. É daí que surgem nossas ditaduras. A ditadura da Argentina foi muito pior que a brasileira, não admito que você me diga que não houve ditadura. Em quem você votou?” Tenho vontade de dar um abraço nela. Ele não responde a pergunta, apenas diz: “O que quero dizer é que isso não é coisa de militar. Isso é coisa de vagabundo. Militar não faz ditadura, militar é tipo Samurai.”

“Pode até ser vagabundo, mas é militar também, não dá pra negar”, ela responde, para ouvir em seguida: “Eles não são militares de verdade, é isso. Agora, olha, estamos diante de uma loucura: quase numa guerra civil. E foi o PT que construiu isso: porque o PT deixou as coisas desse nível, sabe? E além de tudo tem tudo aparelhado – o MST e os Correios. Quando a coisa

⁸ Como diziam Chico Science e Nação Zumbi, na música “Passeio no Mundo Livre”, do épico Afrociberdelia (1996)

esquentar eles vão estar preparados. E aí, ou seremos governados pelos militares - lembra, a melhor opção - ou entraremos numa guerra civil. Vai ser feio.”



(foto minha)

Não tinha nem conseguido processar a última fala quando D. Mariana me perguntou: “o que é que esse moço estuda mesmo?” Eu disse: “parece que é arquitetura”. D. Mariana sorri: “sempre quis fazer arquitetura. Cheguei a ser aprovada no vestibular. Mas foi bem quando a minha filha ganhou também a bolsa. Aí eu tinha que escolher se eu ganhava bolsa ou ela. Quando você tiver filho, vai entender: a gente faz tudo por eles. Por ela que eu tô aqui. Eu tive que desistir do meu sonho. Como é que uma pessoa que ganha mil reais e pouco paga a vida e ainda paga faculdade? Não dá. Tive que desistir.” A senhora trabalha aonde, pergunto. “No hospital do Gama. Trabalho lá na cozinha. Lá também tá calamidade, viu?”. Pausa. “Depois eu passei pra gastronomia e foi o mesmo problema... a bolsa.”. Ô, Dona Mariana, uma hora a senhora consegue. Já já acaba a escola da sua filha. É o melhor que consigo dizer.

Estamos por fim chegando aos guichês. Já são 4 da tarde. D. Mariana nos diz: “Olha, nem demorou tanto quanto eu pensava. Achei que só sairíamos daqui às 19hs”. O menino branco atrás de mim pensa o contrário: “Mãee, eu quero ir pra casa, mãe. Não aguento mais!”. Sua mãe argumenta que a fila já está chegando ao fim, que estão quase lá. “Filho, esse dinheiro da sua passagem ajuda bastante, viu?”. “Eu sei, mãe. Mas eu preferia voltar pra casa e vir outro dia buscar.” Viro para trás e me intrometo na conversa, na já intimidade que a fila proporciona:

“Ué, mas outro dia a fila vai tá enorme também... imagina começar tudo de novo?”. Ele ri e concorda, se resignando. A mãe dele diz, para mim e para ele: “é que quando as coisas são de graça – quer dizer, de graça não, né, porque somos nós que pagamos – eles fazem de tudo para dificultar nossa vida. A ideia é que a gente desista mesmo. Aí depois eles desviam o recurso do seu direito para outra coisa. Eu é que não vou deixar!”. Tá certo, digo antes de me chamarem para o guichê.

Lá bem no fundo de um guichê de concreto, uma funcionária pede meus documentos e a tal da ficha preenchida. Não se vê muito bem o seu rosto, há apenas uma pequena janela através da qual podemos conversar. Ainda assim, ao nos aproximarmos do guichê, podemos sentir o frescor do ar condicionado, o que na hora me fez perguntar o que havia acontecido com os equipamentos aqui do lado de fora. “É coisa da administração da rodoviária, moça. Não podemos fazer nada...” Suavizo o tom de voz, não queria que ela entendesse o comentário como acusação: “é porque tá um calorão aqui, viu.” “E eu não sei? A gente já pediu para eles consertarem, mas até agora nada.”

Enquanto aguardo a moça do guichê entregar meu cartão, a senhora negra que não havia conversado muito com a gente tenta, em vão, convencer uma outra moça de guichê a entregar o cartão de sua filha. “Não era hoje, então? Mas não dá para ser hoje?” Uma voz sem rosto responde: “Não, senhora. O seu agendamento era para ontem. Se a senhora não veio buscar, agora vai ter que esperar um novo e-mail marcando uma nova data para vir aqui novamente.” Imediatamente, imagino que a fúria daquela senhora será a única reação possível. O cartão da filha dela, afinal de contas, *estava pronto*. Porque não poderia ser entregue? Lembro dos escândalos que há alguns anos tomaram conta dos aeroportos quando uma série de atrasos e voos tornaram-se comuns. Lembro das reações irritadas dos passageiros/as de avião. Imagino gritos, berros, reclamações, mesmo que a voz do guichê continuasse dizendo que “não poderia fazer nada”, “que o sistema era assim.”. Imagino, mas nada disso acontece: com os olhos marejados, a senhora abaixa a cabeça e concorda. Sua voz, fraquinha, quase inaudível, repete o que a funcionária diz: “Outro agendamento então, né?... Outro e-mail, né?... Tá certo, outro dia então.” Recolhe sua ficha e seu documento, respira fundo e tenta seguir em frente.

Minha reação imediata é a de me aproximar e perguntar o que havia acontecido. Ela me responde muito rapidamente, meio catatônica: “não deu certo, não era hoje, novo agendamento”. Tento me aproximar para dar um abraço, num quase impulso de criar ali qualquer tipo de sensação de sermos uma como a outra. Senti como se o choro daquela senhora pudesse desaguar a qualquer momento e, por isso, qualquer contato com outro ser humano, desses não protegidos

por paredes de concreto, poderia ter um efeito incontornável. Ela se desvencilha de mim, ainda com os olhos lacrimosos, e fala enquanto segue seu caminho no corredor: “é o jeito, é o jeito”. Padecendo da mesma melancolia, pois que o fracasso forçado daquela senhora torna-se também o nosso, quem está ao redor comenta: “Ela não conseguiu. Poxa...”, “Depois de tantas horas na fila...”

A (minha) tristeza é interrompida pela moça do guichê que me chama para entregar o cartão. Tenho, por fim, o tal do “passe livre” em minhas mãos. “Leila, chame o próximo por favor?” Obedeço. Me despeço de D. Mariana ao meu lado: “Tchau, filha! Boa sorte, viu!”. “Tchau D. Mariana”, digo, enquanto a abraço, “Não desista de fazer sua faculdade, viu?” Ela sorri: “pode deixar, filha. Pode deixar!”. Procuro ao redor os/as outros/as companheiros/as de fila, mas não vejo mais ninguém. Saio dali direto para pegar meu ônibus: o primeiro ônibus “de graça” da minha vida, além daqueles que, em ato de protesto, pulamos a catraca. O inimigo, no entanto, parece sempre lembrar: nada é de graça. Pensemos no preço que pagamos, todos/as, naquela fila.

“PARABÉNS, SEU PASSE LIVRE FOI LIBERADO.”

[Introdução]

De que cidade falamos?

A cidade só existe para quem pode se movimentar por ela



(Panfleto distribuído pelo MPL. Fonte: acervo pessoal)

Algumas inquietações, necessariamente, perpassam esse trabalho: o que a forma como nos locomovemos na cidade diz sobre nossos afetos, sentimentos e experiência do urbano; como ela nos constitui enquanto sujeitos e relações; o que, em última instância, ela tem a ver com o modo como pensamos e vivemos aquilo que chamamos de *política*? É bem verdade que há formas diversas de se aproximar dessas perguntas, e o interesse em uma abordagem etnográfica dos meios de transporte, coletivos e individuais, não é propriamente novo na antropologia

Seria profícuo lembrar, por exemplo, o trabalho de Lenin Pires (2011) que, ao se tornar um usuário corrente dos trens do ramal da Central do Brasil (Rio de Janeiro), passou também a acompanhar seus trajetos com olhar de pesquisador de campo, interessado, principalmente, nas experiências dos cerca de 1500 trabalhadores informais que ganhavam a vida naqueles vagões. A observação do cotidiano da Central do Brasil, primeira estação ferroviária do país, lhe apareceu como oportunidade de entender pertencimentos e não pertencimentos ao espaço público, assim como uma chance de entender as formas de expressão dos indivíduos que a frequentavam, e suas elaborações acerca dos problemas com que se deparavam. O trabalho Pires nos traz à tona também as interações entre ambulantes, vigilantes e autoridades policiais,

marcadas pelos *derrames* (apreensão de mercadorias), mas também pelos *esculachos* (atuações por parte das autoridades consideradas excessivamente desrespeitosa e por isso ameaçadora das hierarquias estruturantes daquele cotidiano). A indignação com a prática dos *esculachos*, e possibilidade de reação a eles parece se configurar, para o autor, como uma forma específica de fazer política, feita por quem no geral não se afiliava com uma ideia de mudança social em larga escala.

Seguindo interesse semelhante, Fernanda Raposo (2015) constrói sua etnografia acerca também dos trabalhadores ambulantes atuantes no transporte coletivo, dessa vez nos ônibus do Distrito Federal. Como usuária de transporte público, os contatos constantes com os trabalhadores informais em seus trajetos cotidianos também resultaram em interesse antropológico, e Fernanda oferece alguns olhares sobre a sociabilidade, técnicas, habilidades e códigos experimentados por esses trabalhadores, além de também traçar um panorama geral dos distintos meios de transporte utilizados no Distrito Federal.

Patriota de Moura & Vasconcelos (2012) acompanham os trajetos cotidianos realizados em meios de transporte coletivo e individuais por estudantes da Universidade de Brasília, traçando ainda conexões desses trajetos com suas trajetórias de vida, possíveis relações entre mobilidade geográfica, biográfica e social (idem, p.89). A partir do conceito de *motilidade* – que por meio da análise experiencial das categorias de acesso, habilidade pessoais e apropriação cognitiva, relaciona mobilidade social e mobilidade espacial (Kauffman, Bergman & Joyce; Klamm & Kaufman apud Patriota de Moura & Vasconcelos, 2012) – as autoras atribuem às formas de locomoção na cidade uma centralidade na experiência de urbanidade e na constituição enquanto sujeitos de seus interlocutores de pesquisa.

Já em meu trabalho de conclusão de curso, analiso a experiência de 11 mulheres que optaram por utilizar da bicicleta enquanto principal meio de transporte em Brasília (Pantoja, 2014). Ali, minha discussão centrou-se principalmente nas experiências de mulheres que, ao se locomoverem de forma não motorizada em uma cidade marcadamente pensada para o automóvel, enfrentam constantes expulsões das ruas e dos espaços públicos, não apenas por serem ciclistas, mas também por serem mulheres. Ao mesmo tempo, vivenciam outras possibilidades e, em última instância, outra cidade, ao insistirem em suas duas rodas.

Por sua vez, a abordagem de Janice Caiafa (2002), parte das etnografias em ônibus do Rio de Janeiro para discutir como um o modelo privado de transporte coletivo ressoa na forma como se dão as viagens naqueles veículos; em como os afetos e agenciamentos mobilizados durante os trajetos em ônibus são perpassados por uma linha de produção de subjetividade

capitalista. Os principais interlocutores de Caiafa são os motoristas – que correm *como loucos* na cidade, para um lucro que não é seu – e os cobradores – “entre o patrão e o passageiro, cobrando e contando os centavos” (idem, p.77). Janice aposta nas cidades como fluxo, como detentoras de “aventuras próprias”, inspiradas nas elaborações de Deleuze e Guatarri. A cidade se faz no movimento, ainda que sofra com uma contínua privatização, um constante estriamento de seus espaços, que segrega, segmenta e limita, percepção a meu ver próxima daquilo que preconiza o Movimento Passe Livre: a cidade só existe para quem pode se movimentar por ela. Em trabalho posterior (2007), a autora direcionará seus olhares também para a experiência dos usuários e usuárias de ônibus, que vivenciam uma constante vizinhança entre estranhos, observam silenciosamente a cidade, escolhem ou evitam os “papos furados”. Nos dois trabalhos, Janice vê nos ônibus linhas de fuga possíveis à captura da axiomática capitalista, “uma possibilidade de se fazer diferente de si mesma” (2002, p.175).

Santarém (2014), argumentará que, em contraposição à Caiafa (2002)⁹, o transporte coletivo tal como é não tem como função a dispersão na cidade, mas funciona como elemento disciplinador e excludente. Para o autor, que é também meu companheiro de movimento, o transporte coletivo hoje funciona não como máquina de guerra, mas como aparelho de captura (Santarém, 2014, p.139), com potencial especialmente genocida para as populações negras e periféricas. O trabalho de Santarém parte de sua própria experiência como negro, compartilhada com tantos/as outros/as moradores/as do Distrito Federal e Entorno, que passam as agruras cotidianas do transporte coletivo na cidade, do racismo sentido nas caminhadas pelas ruas e passarelas do Plano Piloto, que enfrentam projetos cotidianos de expulsão e segregação, tal como as mobilizações feitas por moradores/as de áreas nobres contra a expansão das possibilidades do transporte coletivo. O transporte funcionaria, assim, de forma análoga à de um navio negreiro. A máquina de guerra estaria, por outro lado, nas resistências cotidianas, nos pulos de roleta, nas rebeliões contra os ônibus, nos atos espontâneos contra os aumentos de passagem.

Ainda que a partir de agenciamentos distintos, já que Santarém fala como homem negro e eu como mulher branca, nesta dissertação compartilho com o autor a percepção, vivida na carne, da centralidade do transporte coletivo em nossa vida cotidiana; a forma como nós,

⁹ Particularmente, tenho algumas dúvidas sobre essa leitura de Caiafa. Tendo a achar que a autora afirma que o transporte não seria propriamente máquina de guerra, mas tendo uma potência –linhas de fuga – de dispersão e fluxo, ainda que impedido e constantemente capturado pelo capital. Para seguir na terminologia de Deleuze e Guatarri, o transporte conjuraria – ao promover o encontro das diferenças e os fluxos – ao mesmo tempo que antecipa – ao ser regulado, estriado, cobrado - a axiomática capitalista. Nesse sentido, talvez haja mais dobras entre as duas perspectivas do que contraposições.

usuários e usuárias de transporte coletivo, constituímos nossas vivências na e com a cidade, mas também de como nos organizamos para transformá-las. Se evoco, então, logo de início, a crônica de uma tarde ensolarada numa fila no saguão da Rodoviária do Plano Piloto, é que o que me afeta nessas questões é a experiência que compartilho com quem formou comigo aquela fila. A feição triste da senhora que, tendo se agarrado em uma paciência guerreira, voltou para a casa sem o cartão de seu filho. O abraço apertado que recebi de D. Mariana. A troca dos olhares cúmplices que me circundaram durante a tarde. Os tantos comentários de quem, condenados à fila, tentava se convencer de que “era assim mesmo”, mas também os pequenos gestos de solidariedade que daquela situação emergiam.

Se uma boa dose de perseverança nos acompanhou naquelas longas horas, ela sem dúvida está relacionada ao peso que o gasto com o transporte possui nas rendas familiares. Foi como disse a senhora atrás de mim na fila: “Filho, esse dinheiro da sua passagem ajuda bastante, viu?”. É também o que afirma uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012): as despesas com transporte representam o terceiro maior gasto das famílias brasileiras. A partir deste dado, é possível imaginar como o repentino corte no número de viagens no passe livre estudantil fez com que os salários encurtassem naquele mês de maio.

Se, assim, como usuários e usuárias do transporte coletivo, compartilhamos o fato de transferirmos boa parte de nossa renda para os bolsos dos empresários do setor, dividimos, também, outras coisas. O uso cotidiano do transporte público provoca afetações próprias: divide-se a familiaridade com a catraca e as câmeras de vigilância, mas também longas horas de viagem diárias; histórias de assalto, abusos e assédios, mas também gestos solidários daqueles/as que se oferecem para carregar a mochila de quem vai de pé. Compartilha-se a habilidade adquirida em se esgueirar e se equilibrar em ônibus lotados, os olhares resignados diante de um novo dia de trabalho, a alegria cansada no retorno para casa. O transporte coletivo promove encontros diários, muitas vezes com as mesmas pessoas, embora também com frequência aquelas relações não ultrapassem as horas forçosamente compartilhadas, como bem observou Caiafa (2002).

Dito isso, devo ainda mencionar que se por um lado essa dissertação parte desta percepção-experiência, por outro, não pretende se reter a ela. Ao contrário do que posso ter dado a entender até agora, as discussões que pretendo aqui desenvolver concentram-se em outro lugar, qual seja, aquele de quem, há cerca de 12 anos atrás, acabou se envolvendo com um então recém-nascido movimento social, que naquela época ainda não possuía o nome de Movimento

Passe Livre-DF (MPL-DF)¹⁰. Um movimento que parte da experiência compartilhada no precário transporte do Distrito Federal, e que calha de estar, também, bastante envolvido com aquela longa fila em direção ao passe livre. Mas também um movimento que desenvolve uma leitura específica das causas dos martírios no transporte, assim como uma visão peculiar de organização, cidade, política.

A indignação contra maus-tratos cotidianos no transporte coletivo, então, passa a se desdobrar em assembleias, princípios organizativos, mecanismos de entrada e saída do coletivo, mobilizações de rua, chamados para conversas com o governo, projetos políticos de cidade. Se a condição de usuário e usuária de transporte se mantém compartilhada, ela também passa a ser vista e elaborada por outros vieses, o que, ao mesmo tempo, nos destaca dela: deixamos de ser mais um/a na multidão do ônibus, passamos progressivamente a sermos um tipo muito específico de passageiro/a, com algum potencial de representatividade.

As elaborações que progressivamente construímos ao longo de nossa trajetória enquanto movimento social¹¹, ironicamente, por vezes também parece nos afastar justamente de quem queríamos nos ver mais próximos. Essa é, ao meu ver, outra questão que a crônica-convite dessa dissertação apresenta: se há uma proximidade da minha experiência na fila enquanto usuária de transporte coletivo, há uma distância necessária entre as informações que eu possuía, o acesso que tive a funcionários do alto escalão do Governo do Distrito Federal, o conhecimento mínimo que eu possuía do *sistema*. É claro que há aí uma série de assimetrias de classe e raça que eu, enquanto estudante de pós-graduação, guardo com, por exemplo, D. Mariana, que teve que fazer a absurda escolha entre estudar ou melhorar a qualidade da escola de sua filha. Há, ainda, outros elementos que se misturam/se compõem dessas assimetrias: são diferentes concepções de política que se cruzam naquele encontro, diferentes aferições de legitimidade para os sujeitos políticos ali presentes, distâncias profundas que redimensionam a diferença entre quem aposta numa concepção de organização e mudança social e quem não necessariamente opera por essa chave.

É sobre esse e outros dilemas, que compõe a(s) ideia(s) de política(s) que o movimento constitui, que procuro me debruçar nesse trabalho. Enquanto coletividade que se pretende contra o Estado, ao mesmo tempo que luta pela ampliação de direitos a serem por ele garantidos, as relações, espelhamentos, capturas e combates entre Estado e Movimento aparecem como

¹⁰ Óbvio está que não se trata aqui de dizer que as lutas pelo transporte coletivo nascem com o Movimento Passe Livre, em 2004. Pelo contrário, em especial os momentos de aumento de passagem há já muito tempo geram uma série de revoltas dos usuários de transporte, entre as quais a primeira que se tem notícia aconteceu no Rio de Janeiro, ainda em 1879 e passou a ser conhecida como A Revolta do Vintém.

¹¹ Discorrerei sobre a minha relação com o Movimento Passe Livre mais adiante.

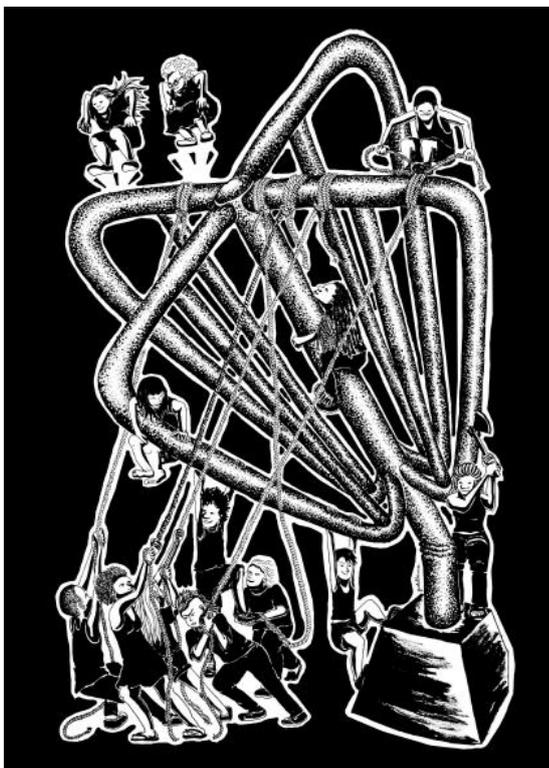
pano de fundo de toda a dissertação. Inicialmente, retomo a história do MPL-DF a partir de minha própria experiência, cruzando-a com outros trabalhos acadêmicos que também versaram sobre ele, de forma que a leitora seja apresentada ao coletivo e seus princípios e entre também em contato com algumas das possibilidades narrativas do percurso do movimento. Neste capítulo, adentro ainda numa discussão entre embates e confluências possíveis entre antropologia e militância e a forma como encaro o potencial da etnografia [Capítulo 1]. Em seguida, passo à discussão mais profunda de um dos princípios do movimento, a horizontalidade que, ao longo do meu campo, foi alvo de vários debates internos [Capítulo 2]. Logo adiante, passo à análise de uma abordagem policial por mim vivenciada em uma cidade da periferia de Brasília, após o término de uma manifestação contra o aumento de passagens, em 2015 [Capítulo 3]. Em capítulo posterior, proponho a análise das formas de atuação do MPL-DF e seus consequentes encontros, a partir de quatro situações: a experiência de um ônibus com a tarifa zero rodando o Distrito Federal (Outubro/2015), organizado pelo coletivo; a já mencionada ocupação da DFTrans após o corte repentino do passe livre estudantil (Maio/2016); uma nova manifestação na DFTrans diante de mais um corte não explicado do passe (Junho/2016); e uma conversa que eu e outra militante do MPL-DF travamos com um funcionário do alto escalão do GDF quando nos encontramos em mais uma fila em busca de informações sobre o passe livre (Junho/2016) [Capítulo 4]. Por fim, procuro elaborar, junto ao MPL-DF, uma concepção de política e do que aqui chamo de (anti)política, a partir das reflexões realizadas nos capítulos anteriores [Capítulo 5].

No que tange a sua forma, cada capítulo trará ao menos uma *crônica etnográfica*, a partir das quais tento dividir com a leitora a riqueza de detalhes e possibilidades analíticas gestadas pelo trabalho de campo. Entre alguns capítulos, proponho também o que chamo de *interlúdio*, pequenos comentários explicativos que, como em música, fazem as vias de transição entre um tema e outro. A escolha por enfatizar as crônicas está relacionada com uma aposta na etnografia enquanto catalisadora para elaborações teóricas e filosóficas que ultrapassam seu campo inicial. Conecta-se também ao desejo de dialogar como se dialoga em literatura, à busca incessante por escrever de modo que não apenas se pense *a partir* da experiência das pessoas, mas que seja igualmente capaz de conversar *com* as pessoas. Por fim, as crônicas também se relacionam com o meu insistente contato com quem posso dizer muito dialoguei ao longo do meu mestrado: o compositor/cantor/nômade/teórico Belchior, com quem iniciei e terminei boa parte dos meus dias, e que muitas vezes me acompanhou em meus trajetos de ônibus nesses últimos dois anos. Em todos os capítulos dessa dissertação, há referências diretas e indiretas às 10 faixas do disco

Alucinação (1976) e elas são mais do que uma simples homenagem: tratam-se de questões de fato elaboradas a partir da escuta incessante do álbum. Se neste momento há alguma recomendação que poderia fazer à leitora, esta seria a de ouvir o referido álbum como trilha sonora, fornecendo assim a esse trabalho outra dimensão, que só a composição entre sons e palavras é capaz de produzir.

[Capítulo 1]

Algumas histórias do Movimento Passe Livre-DF (e as possibilidades de uma antropologia-barricada)



(desenho de Ju Dellama)

Eu me lembro muito bem do dia em que cheguei, pela primeira vez, em uma reunião do Movimento Passe Livre-DF. Ela aconteceria na sede de um sindicato chamado STIU (Sindicato dos Urbanitários), num prédio do Setor Comercial Sul, na frente do Pátio Brasil, centro de Brasília. Eu e mais alguns/as amigos/as da escola havíamos nos organizado para almoçar na rua depois da aula e seguir para a reunião, que aconteceria em um dia de semana, no começo de uma tarde de novembro de 2004.

Cerca de um ano antes, eu havia acompanhado com um misto de surpresa e alegria as manifestações em Salvador contra o aumento de passagem, ocorridas em 2003. Já em 2004, havia visto também pelas telas da TV e sites de notícias – entre eles o Centro de Mídia Independente – rebelião parecida, dessa vez em Florianópolis. As duas revoltas (“do Buzú”, em Salvador, e “da Catraca”, em Florianópolis) tinham mais em comum do que os seus motivos – o aumento da passagem de ônibus. Pareciam acontecer também de forma distinta das

manifestações que eu era acostumada a ver em Brasília – carros de som, permissão da Polícia, percurso sempre igual e uma infinidade de bandeiras de partidos políticos.

No alto dos meus 16, 17 anos, aquelas imagens de ruas sendo tomadas me tocaram de ao menos duas formas: a primeira delas, tratava da minha experiência cotidiana com o transporte coletivo. Eu morava em um condomínio perto de Sobradinho, acerca de 20 minutos do Plano Piloto, mas os trajetos cotidianos eram marcados por uma escassez absoluta de ônibus. Para ir à escola, usava do transporte escolar. Para voltar, dependia de caronas com a minha mãe ou do *transporte pirata*, uma van que tinha horários bastante organizados, coisa pouco comum, e que era a única possibilidade que vinha do Plano Piloto e subia a longa ladeira que separava a parada de ônibus da minha casa. A passagem custava R\$2,50, e a van não aceitava o passe estudantil¹², então correspondente a um terço da passagem cobrada de outros usuários, de forma que nunca me mobilizei a obter esse direito.

Em segundo lugar, o formato das manifestações também me tocou um bocado. Há já algum tempo eu me debatia com a angústia de querer me envolver com algum tipo de organização política, mas não me encontrava muito em espaços como partidos políticos – nos quais nunca me meti – ou o.n.gs – onde cheguei a ter uma experiência. Aquelas imagens me remetiam à possibilidade de finalmente me identificar com algo, embora não soubesse muito bem com o quê.

Foi principalmente por essas duas razões que decidi ir, também alguns meses antes daquela tarde de novembro, a uma outra reunião, dessa vez para organizar o “Encontro de Grupos Autônomos” do Distrito Federal. Não me lembro exatamente como cheguei naquele espaço, mas lembro que a reunião aconteceu no Espaço Cultural Renato Russo, na Asa Sul do Plano Piloto, e contava com cerca de 20 pessoas. A proposta do Encontro, que aconteceria em setembro, era reunir grupos e pessoas do Distrito Federal que possuíssem afinidade com uma forma de fazer política que não passasse por partidos políticos ou por organizações não governamentais, e que mantivessem no horizonte a luta anticapitalista. Não sei se eu tinha concepção muito fechada sobre o que seria anticapitalismo, mas o chamado me atraiu.

Chegando lá, foi como se uma miríade de possibilidades se abrisse para mim. Já havia encontrado algumas daquelas pessoas em outros lugares, mas havia também um monte de rostos desconhecidos. Me lembro que me impactei com a presença de alguns *punks* e voltei para a

¹² Até 2009, quando foi implementado o passe livre estudantil, os/as estudantes do DF tinham direito ao chamado passe estudantil, correspondente a um terço do preço das passagens. Os outros dois terços eram divididos entre o governo e os demais usuários/as, em cuja tarifa de ônibus era incluída o pagamento de um terço da passagem dos estudantes.

casa comentando com a minha mãe “que não sabia que os punks ainda existiam”. Ali um monte de ideias e atividades para o Encontro de Grupos Autônomos (EGA) começaram a se desenhar, coisas sobre as quais muitas vezes eu nunca tinha parado para pensar, por exemplo, discussões sobre software livre.

Não cheguei a me envolver profundamente com a organização do EGA, mas estive lá nos dias 18 e 19 de setembro, na Fundação Praia Verde, localizada na Candangolândia, uma cidade satélite próxima ao Plano Piloto. De novo, o Encontro me deixou com a cabeça borbulhando com a quantidade de informações, planos, projetos que dali emergiam, assim como com sua forma de organização. Segundo relato do EGA, registrado na página do Centro de Mídia Independente:

“Durante os dias 18 e 19 de setembro, aconteceu o Encontro de Grupos Autônomos do DF, na Fundação Praia Verde. O Objetivo desse evento é reunir vários indivíduos e grupos que busquem uma transformação radical da realidade atuando autonomamente (ou seja, sem depender de instituições governamentais, partidos políticos ou empresas privadas) e se organizando de forma horizontal.

No Distrito Federal há muitos grupos de ideologia anticapitalista que não se conheciam, durante o evento puderam entrar em contato, fortalecendo a autonomia de cada movimento.

Nesses dois dias aconteceram debates, exposições de fotografias, trocas de zine e atividades lúdicas. No sábado, dia 18, aconteceram debates sobre: educação libertária na prática autônoma, em seguida gênero, feminismo e diversidade sexual. Os shows à noite tiveram que ser interrompidos pela polícia florestal que se encontrava do lado da Fundação.

No dia seguinte, debates sobre anarquismo, software livre, oficina de iniciação em direito popular, movimento negro, encontro de zines, mídias independentes e rádios livres e, por fim, uma roda que discutiu a reunião da ALCA que deve acontecer no Brasil, em dezembro desse ano.

Após esse encontro, vários grupos estão mantendo contato para fortalecer a luta contra o capitalismo e construir pontes com outr@s ativistas. Caso queira entrar em contato com o Encontro de Grupos Autônomos do DF, entre na página: <http://encontrodf.linefeed.org/index.php>”

(extraído de www.midiaindependente.org. Publicado em 23/09/2004)

Foi daquele mesmo encontro que saiu a chamada Convergência de Grupos Autônomos (CGA) e ao menos duas ideias: a de montar uma frente de atuação autônoma contra o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a de dar início a uma organização que lutasse pelo Passe Livre Estudantil, inspirada nas revoltas, da Catraca e do Buzú, que aqui já mencionei. Foi daí que resultou o panfleto que recebi em minha escola, e que me convenceu a estar naquela reunião.

Acabei não conseguindo ir à primeira reunião, ocorrida em outubro, e fui aparecer somente na segunda. Naquela vez, foram cerca de 80 pessoas, sentadas em círculo nas cadeiras do auditório do sindicato. Os punks estavam lá novamente, mas já não me surpreendiam:

havíamos conversado um bocado no EGA. A reunião era principalmente centrada na discussão do que poderíamos fazer enquanto coletivo, mas também nos princípios que o constituiriam: horizontalidade, autonomia, apartidarismo e uma tal de politização, que, me explicaram, era o que então conectava a luta pelo transporte com uma luta antisistêmica mais ampla. Havia longas digressões sobre o que significavam cada um daqueles termos, mas minha memória é de poucas daquelas 80 pessoas falando. A maioria de nós estava em silêncio, talvez tentando entender afinal de contas do que se tratava aquilo ali. Depois de várias discussões, a reunião virou um ato. Saímos pelas ruas do centro de Brasília, fechando aquelas que conseguíamos. Me lembro de alguns sacos de lixo sendo atirados nas avenidas, ensaiando barricadas. Me lembro que encerramos o ato na Rodoviária do Plano Piloto, lugar que aos poucos viraria um dos principais palcos de nossas ações. Marcamos próximos encontros.

A partir de então, reuniões como aquelas passaram a fazer parte do meu cotidiano, embora, é bom dizer, isso não as tornassem fáceis para mim. Muita coisa ali, em especial algumas referências de leitura e teóricos anarquistas, não faziam parte do meu repertório. Se pouca gente falava, as vozes femininas eram ainda mais escassas. Sentimentos de pertencimento e não-pertencimento se misturavam em mim, como imagino que também afloravam nas demais pessoas. Hoje, olhando para trás, acho que não havia ninguém propriamente confortável, embora talvez houvesse também níveis distintos de incômodos.

A entrada no MPL-DF (que até então se chamava Comitê Autônomo pelo Passe Livre) me pôs em contato com toda esta rede de grupos autônomos, com a qual passei também a me envolver. Entre eles, o principal nessa época era o Centro de Mídia Independente – um coletivo de produtores/as de mídia livre, organizados em uma rede nacional que geria o nosso grande veículo de informação sobre manifestações naquela época: www.midiaindependente.org. O Centro de Mídia Independente era a versão brasileira da rede internacional conhecida por Indymedia, que se organizava de forma semelhante em vários outros lugares do mundo e era um fruto direto da manifestação em Seattle, 1999, em oposição à reunião de cúpula da Organização Mundial do Comércio. Não comento essa associação à toa: trata-se de uma marca de boa parte dos/as integrantes do movimento autônomo de circularem em vários coletivos, com mesmos princípios, mas pautas e focos diversos.¹³

Foi na virada daquele ano, já havendo terminado o segundo grau e passado no vestibular, que aconteceu o Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, para o qual vários/as de nós

¹³ Como veremos mais adiante, Saraiva (2010) chamará essa característica do movimento autônomo do DF de “multimilitância”.

fomos. Lá, num espaço alternativo à organização oficial do FSM, ocorreu a Primeira Plenária pelo Passe Livre Estudantil, quando nasceu, oficial e nacionalmente, o Movimento Passe Livre, reunindo gente de 29 cidades do país – inclusive parte das pessoas que ajudaram a construir a Revolta da Catraca no ano anterior. Lembro que achei a plenária *um saco* e não apenas por conta de suas longas horas no calor escaldante do verão porto-alegrense. Havia um monte de situações ali que me pareciam repetir as atuações das quais eu fugia: gente de partidos políticos e de organizações estudantis representativas; certa sensação de manobra e discursos efusivos, palmas e vaias para calar aos discordantes. Acredito que as resoluções que saíram daquela plenária demonstram um pouco que, se é verdade que se mantiveram aí boa parte dos princípios que nós do DF também discutíamos, havia outros tons que permeavam o debate:

“O Movimento Passe Livre é um movimento autônomo, independente e apartidário, mas não anti-partidário. Nossa disposição é de *Frente Única*, mas com os setores reconhecidamente dispostos à luta pelo Passe Livre estudantil e pelas nossas perspectivas estratégicas. Os documentos assinados devem conter o nome do Movimento Passe Livre evitando, assim, as disputas de projeção de partidos, entidades e organizações.” (trecho das Resoluções da Plenária Nacional pelo Passe Livre – 29 de Janeiro de 2005, grifo meu).

O fato é que, depois daquela plenária, passamos a ter o nome que hoje nos acompanha, Movimento Passe Livre, assim como também nos vimos conectados a uma rede de outros tantos coletivos espalhados pelo Brasil. O movimento ia tomando forma, por essas novas relações criadas nacionalmente, mas principalmente pelas ações que passou a construir em seu cotidiano no DF: passagens nas escolas divulgando a ideia de passe livre, construção de cartilhas e panfletos, assembleias constantes e organização de pequenos atos, que pouco a pouco iam ganhando uma cara mais própria. Até que nos deparamos com a primeira ameaça de aumento de passagens da nossa então curtíssima história de mobilização.

Talvez valha voltarmos um pouco aqui, para entender um pouco como funcionava o sistema de transporte coletivo no Distrito Federal. Até 1998, parte significativa da mobilidade urbana era responsabilidade do Estado, realizado por uma empresa pública, conhecida por TCB (Transporte Coletivo de Brasília). Havia, por outro lado, três grupos de empresários que dominavam as demais linhas: Grupo Canhedo, Grupo Constantino e Grupo Amaral. Os três conglomerados, cujas famílias se relacionam com a construção da capital, cresceram vertiginosamente com o desmonte progressivo da TCB, realizada, principalmente, por uma das

gestões Roriz¹⁴ (1998-2002). Os efeitos dessa progressiva privatização foram sentidos diretamente no bolso dos/as usuários/as de transporte coletivo: em 1994, Brasília possuía a menor tarifa do Brasil. Em 2003, a nossa tarifa já era a terceira mais cara do país.¹⁵

Os constantes aumentos de passagem pareciam seguir um ciclo: inicialmente, uma greve de rodoviários era deflagrada, paralisando toda a cidade e evidenciando a importância do transporte coletivo para o funcionamento urbano. Havia negociações diversas, sempre noticiadas pela mídia, e os/as rodoviários/as obtinham o reajuste salarial. Os empresários afirmavam que não seriam capazes de pagar o aumento de passagem, porque estavam no *vermelho* e iriam falir. Os boatos de aumento de passagem começavam a circular pela cidade, causando uma revolta inicial, ao mesmo tempo em que preparavam o terreno para o momento de sua efetivação. Quanto mais bem difundido os boatos, menos potência tinham as rebeliões espontâneas que sempre ocorreram após a concretização do aumento. Quando, então, em 2005, começamos a ouvir rumores de um novo aumento de passagem, resolvemos nos adiantar.

Nossa ideia foi de lançar uma campanha pela redução das passagens antes que o clima de aumento de tarifas se consolidasse. Éramos poucos/as nessa reunião, mas optamos por uma estratégia ousada: fechar as quatro principais ruas de Brasília – L2 sul e norte, W3 sul e norte – e reunirmos os quatro grupos na Rodoviária do Plano Piloto, marco zero da cidade. Nos dividimos ali em grupos de trabalho que se responsabilizariam por procurar os grêmios estudantis das escolas localizadas em cada via, pensando juntos uma estratégia de manifestação.

Corro o risco de parecer pueril, mas poucos momentos em minha vida foram tão emocionantes como o dia em que esta manifestação ocorreu. Ninguém de nós tinha grandes experiências de organizar manifestações, o que nos deixava por um lado desprotegidos/as e por outro diante de todas as possibilidades. Pode-se dizer hoje que o ato foi pequeno: éramos cerca de 500 pessoas. Para mim, era um mar de gente, que conseguiu romper com a normalidade da cidade e suas manifestações cotidianas na Esplanada. Compartilhávamos a sensação de estarmos propondo algo novo, para o qual ainda não havia reações preparadas, explicitada tanto na proposta de ocupar as vias onde geralmente não haviam manifestações, como na nossa negação da existência de lideranças ou recusa a dar entrevistas para a *mídia corporativa*. Um

¹⁴ Joaquim Roriz é uma figura marcante da vida política do Distrito Federal. Nascido em Luziânia em uma família de grandes fazendeiros, diz-se que uma parte das terras onde se construiu o DF foi adquirida de sua família, o que talvez nos ajude a entender o seu poderio enquanto político local. A primeira vez que Joaquim Roriz assumiu o governo de Brasília foi em 1988, ainda enquanto governador biônico, indicado por José Sarney. Depois disso, foram mais três mandatos: 1990-1994, 1998-2002, 2002-2006.

¹⁵ Realizei amplas pesquisas sobre a história dos empresários do transporte coletivo do DF, em um artigo escrito para o MPL-DF e ainda não publicado.

depoimento do tenente-coronel Jaziel Lourenço para o Correio Braziliense me parece exemplificar essa sensação: “A negociação ficaria mais fácil e evitaríamos qualquer conflito se tivéssemos com quem dialogar” (25/06/2005).

Poderia continuar aqui, indefinidamente contando as outras tantas manifestações, reuniões, dilemas, embates pelos quais passei no Movimento Passe Livre desde aquela época. Foram outro sem número de encontros, oficinas nas escolas, negociações com governos, ocupações de prédios, escritas de textos, viagens de ônibus para as diversas cidades do Distrito Federal. Infinitas horas de assembleias, onde boa parte das preocupações e caminhos que trilhei na minha própria trajetória foram também constituídos. Também infinitos goles de cervejas, mesas de bares e cantorias, que contribuíram para que uma parte considerável das minhas relações pessoais fossem ali estabelecidas. Meu objetivo, no entanto, está longe de ser esgotar esses processos, mas, ao contrário, criar algumas linhas de acesso a eles. Há formas diversas de contar e fazer essa história, ao menos tantas formas quantas pessoas que, ao longo desses 12 anos de coletivo cruzaram com ele e por ele se afetaram. Histórias que poderiam encontrar nas minhas uma porção de ressonâncias ou uma reação de franco desacordo. Nesse sentido, não é à toa que adoto aqui um tom de memórias: esta que aqui apresento é uma das possibilidades de contar um percurso do MPL-DF, a partir da minha perspectiva.

O próprio movimento, coletivamente, esforça-se para apresentar um conto próprio de sua trajetória, através de textos, vídeos, artigos e materiais gráficos distribuídos em suas atividades. Um exemplo desses seria o *fanzine*¹⁶ que o coletivo distribuiu à título de comemoração dos seus 10 anos de existências, em 2014. Através dele, podemos acessar alguma das formas como o MPL-DF conta seu percurso:

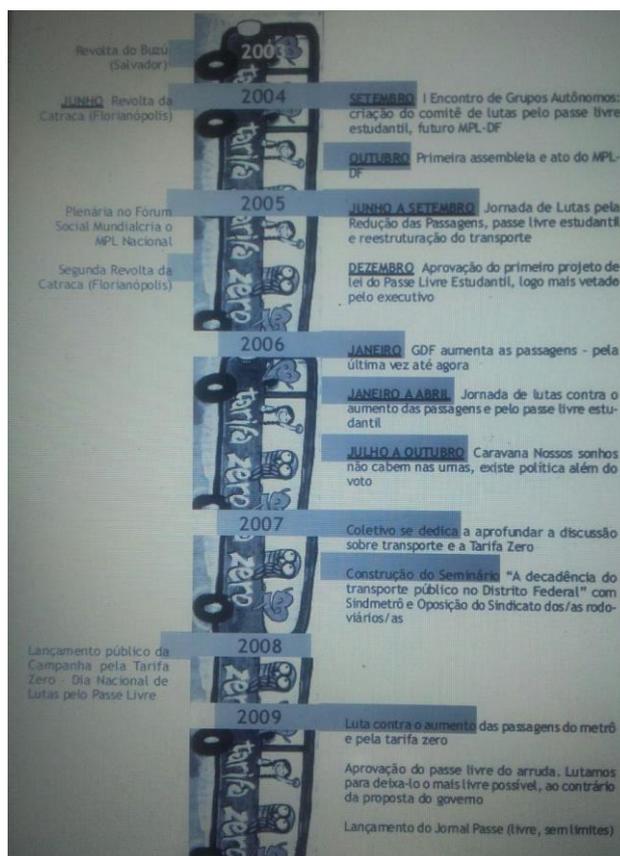
“Há 10 anos atrás, inspirados/as pela revolta contra o aumento de passagens em Salvador (2003) e em Florianópolis (2004), cansados/as de passar aperto em ônibus caro, embalados por uma forma de organização política autônoma dissociada de partidos e ONGs, chamamos a primeira reunião do Movimento Passe Livre-DF. Ainda não tinha esse nome, mas já carregava os mesmos princípios: horizontalidade, apartidarismo, independência. Princípios que nessa década foram sendo elaborados, vividos, aprofundados. Logo outros vieram se somar a nossa carta: anticapitalismo e combate a toda forma de opressão. Naquela primeira reunião, que havia sido planejada no Encontro de Grupos Autônomos um mês antes, apareceram cerca de 80 pessoas. Assim que ela terminou, essas mesmas 80 pessoas fizeram um ato, percorrendo e fechando ruas, inaugurando

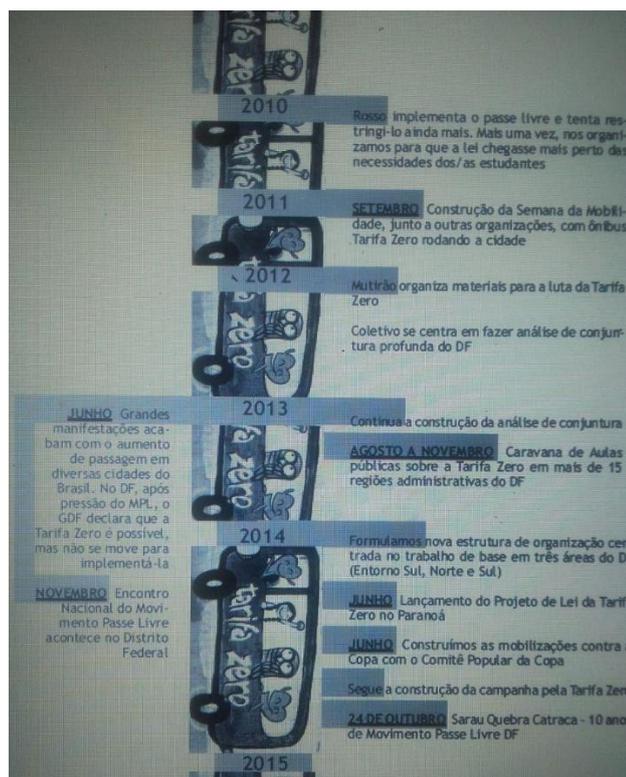
¹⁶ Livreto, originalmente confeccionado à mão, xerocado para ampla distribuição, seu uso constante no MPL-DF revela a importância da influência de movimentos contra-culturais como o Punk, em cujo meio nasceu essa prática de “contra-informação”.

a prática da ação direta que também nos acompanha desde então: decidir e nos organizar por nós mesmos/as, tomar a cidade para gente, se colocar pra jogo. Seguramente, 10 anos atrás não podíamos prever os caminhos que percorremos. Não sabíamos bem quando teríamos o passe livre estudantil, por exemplo, nossa primeira bandeira que, ainda que não da forma que desejávamos, está aí implementada. Não tínhamos ideia que não conseguiríamos barrar o aumento de passagem (2006), mas que o DF passaria pelo menos 7 anos (até agora) sem ver a tarifa subir. Não tínhamos dimensão da dor da repressão em nosso corpo, das perseguições, das paranoias com telefones celulares, com policiais infiltrados. Não tínhamos a ideia dos laços de solidariedade que se constroem entre companheiros/as, da nossa e de outras organizações. Não tínhamos plena certeza do que era estar em grandes manifestações auto-organizadas, em como seria na prática os planos que fazíamos em reunião semanas e às vezes dias antes. Não poderíamos medir as crises de nossas derrotas dentro do nosso coletivo, assim como também não sabíamos bem como íamos nos reinventar a ponto de continuarmos aqui até hoje.

É caminhando e perguntando que hoje celebramos essa década. Uma década de vários acertos, mas de também de muitos erros, descobertas, aprendizados. Esse zine faz parte da nossa comemoração (...). Você tem nas mãos um pouquinho da nossa história – esse tipo de história que não é peça de museu, mas que é construída diariamente por quem luta e se organiza. Que venham os próximos 10 anos!” (“Caminhando e perguntando, passamos por 10 anos!” – MPL-DF, Outubro de 2014)

O acesso à linha do tempo que o movimento construiu, para esse mesmo material, também pode nos servir como uma boa ponte para a narrativa construída:





Há ainda trabalhos etnográficos que se debruçaram sobre o Movimento Passe Livre-DF, discutindo seu surgimento, princípios e práticas, entre os quais aciono quatro: o de Mendes (2007), o de Saraiva (2010), o de Santos Elias (2012) e o de Lima (2015).

Elisa Mendes escreve sua monografia apenas três anos depois da aparição do MPL-DF, tendo iniciado seu trabalho de campo com a busca de alguma *distância*, mas terminado por “ultrapassar a barreira antropológica”, como ela mesma declara, ainda em seus agradecimentos (Mendes, 2007 p.3). Seu trabalho começa buscando as origens do movimento, traçando sua história a partir da já mencionada Revolta da Catraca (Florianópolis – 2004) e da Revolta do Buzú (Salvador – 2003). Para tal, Mendes recupera os processos de constituição no MPL nessas duas cidades, além de São Paulo e Brasília, a partir principalmente de entrevistas com os seus membros, localizando-os em relação ao surgimento do MPL nacional. Além disso, se retém mais atentamente ao que chama de “identidade libertária” que caracterizaria de forma especialmente marcada os/as militantes do MPL-DF.

Inicialmente, Mendes conceitua o MPL como um “movimento social que luta pela reestruturação do sistema de transportes” (Mendes, idem, p.10), centrando sua atuação na busca tanto por um transporte coletivo mais acessível e justo como em uma mais ampla pelo direito à cidade, aqui entendido não apenas como o direito de se movimentar pela cidade, mas também de decidir os seus rumos a partir da autogestão. Em seguida, explica-nos brevemente como se

dava o cotidiano do movimento naquela época: dividido em Grupos de Trabalho responsáveis por realizar as diversas tarefas tiradas em assembleias, essas últimas operando primordialmente por consenso. Mendes também nos apresenta, de forma exemplarmente sintética, as elaborações existentes sobre os princípios organizativos do MPL-DF então:

“O movimento (...) declara-se horizontal por não haver divisão entre diretoria e base, ainda que haja uma militância dita mais ‘orgânica’ e pessoas que não participam das assembleias, mas comparecem às manifestações. A diferença é que essas pessoas podem se aproximar e participar de acordo com suas vontades, ao contrário de outros espaços políticos que, em geral, funcionam hierarquicamente(...). Apartidário por não ser composto, nem associado a qualquer partido, e até mesmo por ter uma resistência a aproximações com a política partidária. Autônomo por optar por controlar e escolher seus próprios rumos, defender a autogestão do sistema de transportes e organização da própria vida. O MPL se diz independente por não utilizar dinheiro ou recursos de outras entidades, por ser livre de instituições financeiras e políticas. (...) Já o federalismo serve para conferir aos movimentos localizados em outras cidades autonomia sobre suas ações, desde que respeitem os outros princípios essenciais. O anticapitalismo vem no projeto de desmercantilização dos transportes, na visão dos transportes como bem essencial que não deve ser tratado como mercadoria.” (ibidem, p.11)

Após essa breve introdução, Mendes passa a esmiuçar as histórias de origem do MPL, começando pela Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis, criada ainda em 2000 por um grupo oriundo da Juventude Revolução, então corrente do Partido dos Trabalhadores (PT). A ruptura com o PT, devido a discordâncias internas, ainda em 2001, foi, segundo a autora, um ponto importante para o estabelecimento do *apartidarismo* enquanto elemento central da atuação do futuro MPL. Além disso, os/as próprios militantes atribuem a essa ruptura um maior potencial de mobilização a aglutinação de pessoas que em 2004 resultou na Revolta da Catraca. Depois deste bem-sucedido episódio de rebelião contra o aumento das passagens, em 2005 Florianópolis passou ainda por outra tentativa de aumento, também revertido após uma série de manifestações de rua. Houve também um projeto de lei do Passe Livre Estudantil que chegou a ser aprovado na Assembleia Legislativa da cidade, embora tenha depois sofrido um veto que impediu sua realização.

Em seguida, após passar brevemente pela Plenária que institui o MPL nacionalmente, Elisa se volta a analisar o episódio conhecido por Revolta do Buzú, em Salvador. Destaca que a existência de rebeliões por causas relacionadas ao transporte coletivo não são uma novidade no Brasil, sendo diversos tais episódios na história do país. Depois de recuperar algumas características da Revolta de 2003 – como seu caráter espontâneo e autônomo e a reduzida participação de entidades estudantis¹⁷ - Mendes afirma que os momentos que a sucederam

¹⁷ Analiso mais atentamente a Revolta do Buzú e as narrativas sobre ela no próximo capítulo.

foram de significativa queda de força, sem grandes potenciais mobilizadores mesmo após a criação do MPL-Salvador. A autora aponta que as principais atividades do MPL-Salvador até aquele momento eram a formação de seus membros acerca das discussões sobre transporte e também o apoio para a criação de outros coletivos do MPL no Nordeste.

Elisa prossegue contando a história do MPL-SP, surgido a partir de uma ruptura com um comitê de luta pelo Passe Livre de composição bastante diversa, incluindo a presença de vários partidos de esquerda. Foi o *racha* desse comitê que posteriormente deu origem ao MPL-SP, agregando também pessoas que haviam se inspirados pelas Revoltas de Floripa e Salvador. Por fim, Mendes retoma a história do MPL-DF, apontando para seu surgimento alguns fatores primordiais: a realização do já mencionado Encontro de Grupos Autônomos e a decisão pela criação de uma mobilização pelo Passe Livre; a inspiração que as revoltas de Florianópolis e Salvador havia causado, principalmente a partir de veículos como Centro de Mídia Independente e a emergência de uma cena de atuação de orientação autônoma que havia encontrando um bom foco de atuação no Distrito Federal, há muito vitimado pelas péssimas condições de transporte coletivo.

Não sem antes passar pelo funcionamento do movimento nacional naquele período, sobre o qual não me reterei, Mendes passa a analisar o que ela chama de “identidade libertária” dos membros do MPL-DF, composta, segundo a autora, não apenas por algumas características prévias à participação no movimento – tal como idade (jovens), raça (maioria branca), profissão (estudantes) e classe (entre média e média baixa) – mas também por uma certa “identidade de projeto”, qual seja, o acionamento de uma nova identidade com o objetivo de transformar a estrutura social vigente (Castells apud Mendes, *ibidem*, p. 28). A autora verá como essa identidade se constitui tanto pelo caráter de juventude do movimento, como também por suas formas de atuação, tal como a prioridade dos atos de rua e os princípios organizativos aqui já mencionados.

Os princípios, aliás, ocupam toda uma seção da monografia, não apenas por uma escolha da autora, mas também pela relevância que as discussões sobre eles tinham dentro do próprio movimento. São diversos os depoimentos colhidos por Mendes que revelam como, muitas vezes, a forma de se organizar ocupou um lugar central nas assembleias do MPL-DF, chegando, inclusive, a adquirir mais importância que as próprias estratégias relacionadas à conquista de suas pautas. Para citar um exemplo, relembro uma fala de um militante que elaborava uma reflexão crítica à tal situação:

“Tem uma coisa que eu acho importante na hora de pensar movimentos autônomos no Brasil. Hoje em dia temos poucos movimentos horizontais e libertários por aqui, isto faz com que as pessoas que se identificam com estes ideais tenham poucos espaços possíveis de militância, os dois espaços mais significativos são o MPL e o CMI, e com isto as pessoas envolvem-se nestes movimentos não porque queiram discutir uma perspectiva diferente de transporte ou porque pensam em construir uma alternativa de mídia radical, mas simplesmente pelo espaço horizontal proporcionado por estes movimentos. Tal prática tem uma conseqüência de não aprofundamento do debate no tema específico de atuação, e por vezes só nos envolvemos em discussões sobre o fato de aquilo ser ou não horizontal; ocorre uma valorização do processo em si, em detrimento do conteúdo que aquele processo vai elaborar.” (Militante do MPL em Mendes, *ibidem*, p. 34)

Mendes prossegue desenvolvendo sua tese da identidade libertária, relacionando-a ainda com a participação dos membros do MPL-DF em diversos coletivos, coisa que brevemente mencionei acima. Em seguida, e assim concluí seu trabalho, reconstrói um histórico de lutas pelo transporte e pelo passe livre estudantil no Brasil, por fim se dedicando ao processo de transformação desta pauta numa crítica mais generalizada à forma de funcionamento da cidade capitalista. Este último processo – do passe livre estudantil a uma elaboração mais ampla acerca do *Direito à cidade* – estava em pleno andamento à época da pesquisa de Mendes e coincide não apenas com os debates legislativos acerca da implementação do passe livre estudantil, mas também com a tomada de conhecimento por parte do movimento da ideia de Tarifa Zero, ou seja, a proposta de gratuidade para todos/as os usuários/as do transporte coletivo, financiada pelos impostos, que chegou a ser implementada em algumas regiões da cidade de São Paulo, nos anos 90.

Saraiva (2010), por sua vez, escreve uma etnografia comparativa entre o Movimento Passe Livre-DF e o Baltimore Algebra Project (BAP), composto por estudantes negros de ensino médio daquela cidade norte-americana. Apesar da diversidade de pautas, princípios e formas de atuação, a comparação se dá principalmente pautada no fato de se tratarem de dois movimentos de juventude, cada qual com suas particularidades.

No que interessa ao escopo dessa dissertação, o aprofundamento de Saraiva da discussão delineada por Mendes acerca dos princípios do MPL-DF e suas formas de concretização é valioso. Já estamos aí em outro momento do movimento, 2010, e o passar do tempo revela-se também nas elaborações da autora e do próprio movimento.

Destaco aqui, por exemplo, a ideia de *prefigurativismo*. Segundo Saraiva, seguindo a linha dos depoimentos que colheu, os princípios organizativos adotados pelo MPL – que desde àquela época se consolidam como horizontalidade, apartidarismo, autonomia, independência, federalismo e anticapitalismo – são também guiados por este termo que, embora não apareça diretamente declarado, é parte fundante da forma como o coletivo opera. O conceito, de origem

anarquista, “anula a distância entre os meios e os fins, criando a noção de revolução como um processo cotidiano.” (Saraiva, idem, p.79). Ou, como dito em comunicado divulgado em um protesto que o MPL-DF ajudou a organizar: “Nossos objetivos passam por um completo mundo novo no futuro, mas nossos meios passam por um completo mundo novo agora.” (Carta aberta à sociedade: Nossa dignidade nos leva à rebeldia, em Saraiva, idem, p.78). Em outras palavras, e como é muitas vezes repetido nas rodas de conversa do coletivo, os nossos princípios são esses porque não queremos *reproduzir em nós a estrutura que pretendemos destruir* – um entendimento de que a forma como nos organizamos não se separa do conteúdo de nossos discursos: Trazemos um mundo novo em nossos corações, afirma Buenaventura Durruti, em frase que me parece sintetizar de forma poética a noção de uma política pré-figurativa. A ideia de prefigurativismo nos ajuda a entender, também, porque, em especial no início do movimento, os debates acerca da formulação e coerência com os princípios eram uma constante no cotidiano do coletivo e trata-se, ainda, de um conceito chave para esta dissertação.

À exemplo do conceito de prefigurativismo, Saraiva também constata a influência de leituras anarquistas no que chama de *novíssimos movimentos sociais* (Day apud Saraiva), categoria associada ao MPL-DF. Dialogando com Graeber (2002) e Castells (2005), a autora faz em seguida uma recapitulação de algumas ideias e princípios anarquistas, apontando que, mesmo que o Movimento Passe Livre não se defina a partir de qualquer rótulo ideológico, é possível enxergar em suas práticas e princípios inspirações nesta corrente, tais como noção de *ação direta* – relacionada a uma negação da ordem existente e a uma forma de fazer política que passa pela auto-organização dos grupos, sem recorrer ao Estado para a obtenção de suas demandas. Exemplos de ação direta seriam, assim, tanto as manifestações de rua e a ocupação de prédios, como também as assembleias e reuniões que partem do pressuposto de que as coletividades podem resolver seus próprios problemas.

Mais adiante, Saraiva faz uma breve contextualização das lutas urbanas no Brasil, a partir da década de 60, chegando, por fim, a uma discussão sobre os movimentos sociais em Brasília. Nesse momento de sua tese, podemos ter um panorama mais geral das movimentações políticas que construíram a cidade, e assim também acessarmos o contexto no qual emerge o MPL-DF. Saraiva também aponta para alguns episódios marcantes na trajetória do movimento, acontecidos durante seu trabalho de campo: a ocupação, por parte de militantes do MPL e de outros grupos autônomos, de um edifício na Asa Sul, que desembocou em uma pesada repressão policial; a ocupação da reitoria da Universidade de Brasília, em decorrência de uma denúncia de corrupção que resultou na saída do reitor Timothy Mulholland; o envolvimento do MPL-DF

na luta pela libertação do militante autonomista italiano Cesare Battisti; o Curso de Pensamentos Heterodoxos, organizado pela Convergência de Grupos Autônomos e, por fim, a implementação de uma política de Passe Livre para todos os estudantes do Distrito Federal, a partir de 2009, vista sob o signo ambíguo de conquista e captura pelo MPL-DF.

Então a autora discorrerá sobre a composição do movimento, apontando para o crescimento do número de negros/as no coletivo, constatado em sua pesquisa etnográfica. Em seguida, volta à análise dos princípios do MPL-DF, acrescentando ao trabalho de Mendes, entre outras coisas, a ideia de deshierarquização das lutas, ou seja, uma percepção de que lutas por causas aparentemente específicas possuem igual relevância, abandonando a pressuposição da *classe* como principal ponto de articulação da política radical. Não se trata, como aponta depoimento colhido por Saraiva, “de negar a luta de classes, mas de redimensiona-la” (militante do MPL, apud Saraiva opcit :97).

Essa concepção, que coloca no mesmo patamar as mais diversas causas, está diretamente conectada ao que Saraiva nomeará como “multimilitância”: a participação, por parte dos integrantes do movimento, em um grande número de coletivos, que acabam compondo uma rede de atuação autônoma entre grupos de causas diversas. A multimilitância, por sua vez, também está relacionada à fluidez característica dos movimentos autônomos, cujos integrantes alternam uma participação intensa com atuações mais pontuais, sendo por vezes difícil saber quem de fato constitui o coletivo. Em parte da etnografia de Saraiva, o MPL-DF contava com pouquíssimos participantes, chegando a haver reuniões com três ou quatro pessoas – à diferença do momento analisado por Mendes, quando as reuniões variavam entre 80 e 20 pessoas. Essa flutuação, aponta Saraiva, além de dizer sobre as crises e processos enfrentados pelo movimento, traz algumas dificuldades internas, em especial as relacionadas à horizontalidade em suas discussões (esse debate será por mim retomado mais adiante nesta dissertação). Por outro lado, a autora destaca que a fluidez não é absoluta no MPL-DF, havendo alternância entre momentos de maior estruturação e maior diluição.

Saraiva discutirá ainda, mais a fundo, as práticas do MPL-DF que acompanhou em seu trabalho de campo. Entre elas, a participação do movimento na ocupação da Câmara Legislativa do DF, em decorrência de escândalo de corrupção ocorrido no governo Arruda em 2009. A autora analisa a ocasião em primeiro lugar como um momento de encontro e marcação de diferenças entre os/as militantes autonomistas e militantes de outras organizações, em especial de partidos políticos de esquerda. Mais adiante, Saraiva fará também uma análise ritual da ocupação, como um momento de *communitas* (Turner apud Saraiva, ibdem, p.133), no qual “os

valores habituais relacionados à prática política em uma sociedade hierarquizada (...) são temporariamente suspensos, e regras voltadas ao estabelecimento de uma comunidade baseada em relações horizontais, mais igualitárias e consensuais passam a vigorar” (ibidem, p.133). Esses momentos de transformação vivenciado nas ocupações, promovem uma (re)conceitualização de seus participantes, “por meio da expansão dos significados das palavras e ações” (ibidem, p.134). Para tal análise, Saraiva segue na esteira das reflexões propostas por Peirano (2003) e Chaves (2000).

Mais adiante, Saraiva se utilizará da comparação entre MPL-DF e Baltimore Algebra Project (BAP) como possibilidade de aprofundar a discussão acerca das práticas e princípios dos dois movimentos. Nesse ponto, Saraiva desenvolve algumas noções sobre o debate liderança x não liderança, cuja presença é marcante no coletivo que aqui nos interessa. A autora traçará um panorama geral sobre essa dicotomia, coisa que retomo em capítulo posterior. Passará em seguida à discussão dos processos decisórios adotados pelos dois coletivos, com especial atenção para a utilização do consenso como principal instrumento nas reuniões do MPL-DF, em contraste ao uso do voto no BAP. Por fim, Saraiva afirmará que, ainda diante de suas inúmeras diferenças, os dois coletivos se relacionam com sua pauta inicial de forma “englobante”, ou seja, constroem uma crítica geral à sociedade a partir do ativismo em uma causa específica (ibidem, pp.199-202).

Há ainda outras discussões ensejadas por Saraiva em seu trabalho, algumas para as quais voltaremos mais adiante – tais como a relação movimento e Estado – e outras que aqui passarei ao largo – como a relação do MPL-DF com as chamadas novas tecnologias.

Por sua vez, o trabalho de Elias (2012), se apoiará nas trajetórias dos/as integrantes do Movimento Passe Livre-DF e do Movimento dos Trabalhadores sem Teto, para discutir “como e porque os cidadãos se organizam para demandar direitos relativos ao cotidiano urbano” (Elias, 2012, p.2) Seu objetivo é, por um lado, entender porque transporte e moradia se tornam motivos relevantes de mobilização e, por outro, como os dois movimentos se organizam, tomam suas decisões e procuram aglutinar mais gente ao redor de suas pautas.

Os relatos colhidos por Elias belamente se transformam em uma história compósita do MPL-DF, feita a partir das trajetórias pessoais de seus militantes, em tons que fazem de qualquer tentativa minha reproduzi-las um certo acinte. Cito, assim, um de seus trechos, de forma que a leitora possa desfrutar um pouco da narrativa do autor:

“Nesse período, João Roberto, o garoto que saiu de Barra do Garças para Brasília, tinha 14 anos e fazia parte de uma gangue chamada Legião da Três, juntamente com

alguns amigos da quadra em que morava, a 203 da Asa Norte. João Roberto andava de skate com os amigos e pichava nas paredes o codinome café, escutava músicas da banda de rap Câmbio Negro e, como um dos poucos jovens negros na quadra em que morava, se identificou com o tom contestador das letras. Essa foi a época em que João Roberto começou a ler livros como o Manifesto Comunista de Marx, Propriedade é Roubo, de Proudhon. Para saber mais do que se tratava entrava no canal Comunismo da rede de conversas virtuais mIRC onde também encontrava alguns colegas do colégio onde estudava. (...)

Em outro colégio, Ariosto estava no terceiro ano e recebeu o panfleto de divulgação que continha o nome de João Roberto e divulgava as idéias de um grêmio livre. Já há muito tempo Ariosto, filho de uma mãe militante sindicalista, desejava articular seus amigos para formar um grêmio que ainda não existia em seu colégio. Ariosto se formou sem conseguir montar um grêmio na escola e foi estudar Artes Plásticas na Universidade de Brasília. Na aula de estética o professor falava sobre movimentos artísticos com forte conteúdo político e ao voltar para casa, Ariosto resolveu pesquisar mais na internet e conheceu o movimento anticapitalista, ficou sabendo de uma organização chamada Centro de Mídia Independente (CMI), que cobria manifestações antiglobalização em todo o mundo, sentiu uma intensa identificação. Sentiu que era daquilo que queria fazer parte. (...)

Em seu trabalho, Elias apontará como fundamental para o MPL-DF, a afirmação contínua de seus princípios norteadores, em especial da horizontalidade, apartidarismo e o uso do consenso como principal método decisório. O autor afirmará que há um uso estratégico de uma identidade calcada nessas práticas organizativas, como forma de atrair novos/as participantes, mas também à guisa de um *empoderamento* de seus/as integrantes. É que, como afirma o autor: “Mais do que passe livre, o movimento queria uma nova política, uma política contestatória que trouxesse para dentro do movimento os ideais que eles queriam para a sociedade: horizontalidade, autonomia e contestação.” (idem, p.24)

Por fim, o artigo de Lima (2015) constrói uma reflexão acerca da atuação política do que o autor chama de “Ger’ação direta”, um grupo um tanto difuso de jovens que se envolveu em uma série de manifestações em Brasília, na primeira década dos anos 2000. A aposta do autor, no entanto, não é que as peculiaridades dessas movimentações se relacionem principalmente à faixa etária de seus sujeitos, ou com o fato de se tratarem majoritariamente de estudantes. Lima dirá que o grande diferencial que marcou as lutas por ele analisada é sua metodologia, a saber, a ação direta, uma prática necessariamente marginal, pois que “não pôde desenvolver-se sob qualquer tutela estatal ou como tática legítima pelos aparelhos tradicionais de organização política.” (Lima, 2015, p.2).

As lutas evocadas pelo autor passam por cinco momentos distintos: a construção do comando de greve estudantil na Universidade de Brasília; a luta pelo passe livre estudantil; a ocupação da reitoria da UnB em 2007; a luta conhecida como “Fora Arruda e toda Máfia”, em 2009 e, por fim, a defesa da terra indígena localizada no Plano Piloto conhecida por Santuário dos Pajés. O argumento de Lima é que há confluência entre todos esses processos, cuja forma

de atuação autônoma e de enfrentamento com a ordem estabelecida ultrapassa as divergências ideológicas das diversas pessoas que as compuseram.

Lima dirá ainda que a emergência do MPL-DF é um ponto de inflexão importante para a difusão desta forma de lutar, não apenas pela relevância que o movimento adquiriu após seu primeiro ciclo de atuações (entre outubro de 2004 até a derrota da jornada de lutas contra o aumento de passagens em 2006), mas também porque as práticas realizadas nesse período forjaram uma coletividade de militantes, que passaram a apostar na ação direta ainda que não necessariamente a partir dos espaços do próprio movimento. Mais uma vez, destaca-se o processo de transição entre a luta por uma questão específica que se redimensiona a partir do envolvimento com outras reivindicações, compondo uma crítica geral ao capitalismo.

Para Lima, o conceito de ação direta e sua conseqüente aposta numa atuação política não mediada, seja pelo Estado, pelo capital ou pelo que chama de “gestores”, implica que a principal forma de atuação dessa geração se dê por manifestações de rua e situações de enfrentamento, de forma a criar outras condições para um eventual diálogo com as instâncias do poder. O conceito estaria também relacionado à busca por “empreender desde dentro relações que combatam as hierarquias internas e estabeleçam relações igualitárias entre seus/suas participantes” (idem, p.18). O autor afirma haver aí uma diferença marcante entre essa geração e a geração anterior, à qual atribui o uso de manifestações crescentes de massa como possibilidade de emplacamento de projetos institucionais de ocupação da esfera estatal.

Lima não ignora a dissonância entre as lutas de curto prazo dessa geração (por exemplo, a luta pelo passe livre) e suas pretensões políticas de longo prazo, explicitado na negação constante das estruturas estatais, ainda que as demandas feitas passem necessariamente pelo Estado. Segundo o autor, essa dissonância desemboca em um limite desses movimentos, que transformaram seus objetivos a longo prazo principalmente em princípios e mecanismos de organização, sem construir estruturas de contrapoder capazes de enfrentar a ordem vigente em momentos de refluxo das mobilizações. Por outro lado, o conjunto de relações solidárias anticapitalistas e anti-Estado que se forjaram nas práticas dessas lutas reafirmou a possibilidade de transformação da realidade, mesmo que com suas dificuldades. Este dilema, devo dizer, me parece seguir se reinventando, como veremos ao longo desta dissertação e, em especial, no capítulo cinco.

Todas essas narrativas analíticas que aqui citei acerca da história e formas de atuação do MPL-DF foram escritas, direta ou indiretamente, pelo próprio movimento. Não apenas o texto que carrega em si a assinatura *oficial* do coletivo, mas também os trabalhos acadêmicos aqui recuperados: todos foram elaborados por pessoas com grandes afinidades e conexões com o coletivo. Há quem tenha passado a participar ativamente depois ou durante a pesquisa, há quem escreva já desde dentro e há ainda a mãe de uma das militantes do coletivo se propondo a pensa-lo – a saber, a minha. Existem, ainda, outros tantos textos, artigos, publicações em blogs, vídeos e debates nos quais reflexões de distintas densidades foram elaboradas, que também poderiam ser aqui lembradas.

Assim sendo, desnecessário é afirmar que o paradigma que atribuí aos *nativos* o papel de *viver* e aos antropólogos o papel de *escrever* simplesmente não encontra aqui qualquer ressonância. Tomar a impossibilidade desse paradigma como pressuposto é, assim, a primeira razão para passarmos por essas produções. Para tal, podíamos acionar as fundamentais contribuições da teoria feminista: notadamente o trabalho de Haraway (1988) acerca das potencialidades do chamado saber localizado, e o de Harding (2016) sobre a aposta numa objetividade forte oriunda justamente de corpos marcados e perpassados por vivências não-hegemônicas, funcionam quase como manifestos de uma ciência construída a partir das cores vivas da experiência, e não da busca por dela se distanciar.

Este pressuposto, no entanto, não implica em dizer que não haja dilemas, desencontros e ruídos quando uma militante do movimento escolhe construir uma dissertação sobre ele, como é o caso desse trabalho. Há vários, de diversas ordens. Entre eles, talvez valha começar com aqueles de caráter pessoal, que não poucas vezes me complicaram o sono. Ao longo de minha trajetória acadêmica, em diversas ocasiões me furtei a estudar os movimentos com os quais possuía grande afinidade política e algum histórico de atuação. Parecia-me que a escolha de transformar militância em produção acadêmica implicava em um perigo que eu não estava disposta a correr, relacionado a uma franca desconfiança com a possibilidade de *fazer carreira* em cima de conhecimentos elaborados coletivamente, sem que isso trouxesse qualquer retorno para a coletividade em questão.

Os trabalhos aos quais recorri demonstram que essa possibilidade não é inevitável, claro está. Mesmo assim, a minha decisão de estudar o MPL-DF veio apenas depois de uma tentativa frustrada de etnografar a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a licitação de ônibus no DF. Após acompanhar várias de suas sessões, tive que assumir que o que me afetava não tinha nada a ver com qualquer tipo de etnografia das instituições, mas com como o que era

ali discutido se refletiria no cotidiano de quem anda no transporte coletivo e, conseqüentemente, nos próximos passos do movimento. Poderia ter arriscado outra abordagem, mas terminei optando por assumir as minhas afetações: voltei-me para observar o familiar (Velho, 1980).

Tendo decidido assumir esse projeto perigoso, devo dizer que me propor a fazer antropologia ao lado do MPL-DF não poderia, a meu ver, haver me deixado no mesmo lugar: era necessário que se criassem fluxos entre meus dois agenciamentos, o de antropóloga e o de ativista. Que essa experiência me provocasse descentramentos diversos (no sentido de Deleuze & Guatarri, 1997), sob a pena de, de outra forma, se tornar inócua. Teria sido mais confortável continuar escrevendo as publicações que tantas vezes me tocaram fazer enquanto militante, do que fazer uma dissertação que não implicasse necessariamente em uma mudança da minha forma de pensar e sentir o Movimento Passe Livre.

Nessa reflexão, sobre os desafios de uma antropologia em casa (Strathern, 2014), me aproximo, partindo de outro lugar, da discussão de Goldman (2006) e a noção de “devir nativo”, que relaciona ao trabalho de campo o necessário estabelecimento de afetos com uma condição outra. Em franca oposição ao falso dilema do “tornar-se nativo” proposto por Geertz, a ideia de devir nativo não tem nada a ver com permanecer nativo, transformar-se em nativo pela tal da empatia. Trata-se, ao contrário, de um duplo movimento: “uma linha de fuga em relação a um estado-padrão (maioria) por meio de um estado não padrão (minoría), sem que isso signifique reterritorializar-se sobre uma minoría como estado mas, bem ao contrário, ser capaz de construir territórios onde se reterritorializar” (Goldman, 2006, p.31). Goldman, neste trabalho, segue nas trilhas abertas por Favret-Saada (2005), para quem é preciso que o campo te toque, te decomponha, modifique as suas afecções.

No caso do meu trabalho, no entanto, a condição outra com a qual estabeleço afetos não é propriamente de *nativos*, mas a de *antropóloga*. Meu descentramento passa, justamente, por olhar para meus companheiros e companheiras de movimento a partir de uma outra perspectiva, num movimento que é ao mesmo tempo a emergência de um devir antropóloga – da militante que passa a se afetar pelo movimento a partir de uma condição outra -, e de um devir nativo – do coletivo que passa a ser visto ao simultaneamente como lugar de existência e possibilidade de estudo. Este é o movimento duplo que transforma, decompõe e rearranja a condição de militante do MPL-DF que me constitui, sem, no entanto, com ela findar.

O estabelecimento de fluxos e de misturas entre as teorias elaboradas pelo próprio movimento e as teorias antropológicas, em cuja potência aposto, não se dá, no entanto, de forma harmoniosa e propriamente pacífica (não nos esqueçamos: as palavras são navalhas). A minha

hesitação em escrever sobre as movimentações das quais participei dentro da academia e uma resistência de certo modo generalizada aos “acadêmicos” dentro do próprio movimento, como aponta Saraiva (2010), demonstram que não estamos diante de fluxos *tranquilos*, mas muitas vezes, de embates, desconfortos. Nesse sentido, as reflexões que pretendo aqui elaborar partem, assim como a própria política que o MPL se propõe a fazer, da desestabilização, de fazer emergir um conflito por vezes apenas latente, tal como a catraca que nos atravança o caminho diariamente, mas passa mesmo a ser vista quando passagem aumenta, ou quando alguém ousa questioná-la. É minha intenção, desta forma, trabalhar a partir da potencialidade das tensões, vendo-as como produtivas.

Isso dito, indispensável é lembrar que tensão não está apenas no fluxo movimento – antropologia, mas é também constituinte do próprio MPL-DF. Ao contrário do que talvez se possa pensar a partir da utilização do consenso enquanto método decisório, o cotidiano do coletivo não é exatamente marcado pela harmonia, mas por embates, discussões, discordâncias que se desdobram em diversas horas de reunião, decisões não tomadas e inclusive alguns eventuais desentendimentos que por vezes levam tempo para serem sanados (ou sequer chegam a isso).¹⁸

Consenso, aqui, está longe de ser unanimidade e o Movimento Passe Livre – DF não se sujeita a explicações lineares, mas se constitui por uma multiplicidade de perguntas, olhares, pessoas, processos. A retomada dos relatos/análises que compõe esse capítulo vem então também para demonstrar algumas das possibilidades de olhares diante de uma mesma coletividade: há formas diversas de contar e pensar a história do MPL-DF, e meu objetivo aqui está longe de ser esgotá-las. A pretensão antropológica de alcançar uma análise totalizante daquilo que estuda transforma as linhas flexíveis dos acontecimentos em linhas duras, rígidas, arboriza os rizomas, para usar a terminologia de Deleuze e Guatarri (1995). Assim, há aqui a intenção de me acoplar à diversidade de reflexões já existentes, realizadas em momentos distintos do movimento, de forma a costurar possíveis composições. Composições que não implicam uma sinfonia linear e estruturada, mas um diálogo por vezes estridente, cheio de linhas de fuga (*idem*), no qual algumas questões tomam outras formas, são reviradas, repaginadas, enquanto outras são construídas e outras apenas aventadas.

Esta dissertação, então, não parte do pressuposto que a etnografia é uma forma de alcançar a realidade, mas, de fato, uma forma de produzi-la – reflexão que não é propriamente nova, como nos demonstra Magnani ao recuperar Malinowski (1986). Há MPLs diversos, sendo

¹⁸ Alguns desses conflitos serão, justamente, o objeto do capítulo seguinte.

produzidos, contestados, imaginados, vividos, por cada um/a de seus militantes e não é minha intenção, nesse sentido, *representar* o movimento, usar de algum tipo de argumento de autoridade a partir da posição que ocupo. Pelo contrário: abandono qualquer ideia de representação – em política e em antropologia. Minha intenção é pensar a partir da etnografia para produzir um MPL-DF a ser contrastado, questionado e agenciado por outros MPL-DF, produzidos por outros/as militantes e/ou pesquisadores/as.

Trata-se de um projeto de antropologia necessariamente implicado ¹⁹, com compromissos evidentes com aqueles com quem se estuda, e também com o sonho de transformações radicais das realidades. Não questiono a possibilidade de que esse projeto incomode, e que haja quem pense que ele não deve ocorrer dentro da academia. Mas há também quem diga que o grande potencial crítico da antropologia passa pela constatação de que outras formas de existência são não apenas possíveis, como sempre existiram e são relevantes para nós. Mais: que a abertura dessa miríade de possibilidades de (r)ex(s)istência realiza-se enquanto uma contribuição possível da antropologia para um imaginário político radical (Hage,2012). Acrescento, ainda, que se a ideia é compor com esse imaginário, a antropologia também precisa se descentrar, sair de si mesma, deixar-se apropriar. Assim, é meu objetivo neste trabalho que a disciplina se transforme em pneu, gasolina e fósforo: transformar, por fim, a antropologia em mais uma barricada.

¹⁹ Termo que tomo emprestado de minha colega de mestrado, amiga e companheira de MPL-DF, Luísa Molina. Autora da dissertação “Terra, Luta, vida: autodemarcações indígenas e afirmação da diferença” (2017).

[Interlúdio I]

horizont.[all]idade

Como vimos na literatura já escrita sobre o Movimento Passe Livre-DF, as discussões acerca dos princípios do coletivo muitas vezes ocupam lugar central nas reflexões do coletivo. Chegaram a adquirir mais relevância do que os debates que envolviam as demandas concretas sobre o transporte que o movimento encampava, o que não era necessariamente visto com bons olhos por todos seus militantes. A medida que os anos foram passando, no entanto, as longas discussões sobre cada um dos princípios (horizontalidade, independência, autonomia, apartidarismo, anticapitalismo) deixaram de ocupar tanto espaço nas assembleias, surgindo de forma mais eventual quando, por exemplo, precisávamos decidir relações específicas com algum partido político, ou em como nos portaríamos frente a um convite do governo. No entanto, o mesmo não parece valer para a horizontalidade: sua vivência parece complexificada pelo passar do tempo. É quando o MPL parece se consolidar enquanto referência de movimento, e quando o avançar do relógio constrói também acúmulo de práticas e conhecimentos por militantes mais antigas que a neutralização das hierarquias internas nos parece mais árdua, especialmente em momentos de entrada de novos/as integrantes. Esses encontros, chamados até mesmo de “intergeracionais” por alguns membros do coletivo, trazem à nossa dinâmica interna novas perguntas, conflitos, embates. O capítulo a seguir se debruçará sobre uma crônica na qual essas questões vem à superfície, buscando fazê-la uma oportunidade para refletir sobre a horizontalidade enquanto prática, princípio e horizonte no cotidiano do MPL-DF.

[Capítulo 2]

Da inconstância da horizontalidade

“Ave ou demônio que negrejas!
Profeta, ou o que quer que sejas!
Cessa, ai, cessa! clamei, levantando-me, cessa!
Regressa ao temporal, regressa
À tua noite, deixa-me comigo.
Vai-te, não fique no meu casto abrigo
Pluma que lembre essa mentira tua.
Tira-me ao peito essas fatais
Garras que abrindo vão a minha dor já crua.”
E o corvo disse: "Nunca mais".”
(Edgar Allan Poe, *Raven* – tradução de Machado de Assis)

Garrafa destampada:

Certo dia, era março de 2016, estávamos reunidos em uma de nossas assembleias mensais. Não havia muita tranquilidade: em meio ao que considerávamos um assombroso cenário político nacional – a chance de uma ruptura democrática se fazia concreta, as manifestações de quem chamamos de direita se faziam mais fortes, não se sabia ao certo por onde ia a carruagem – urgia que elaborássemos coletivamente o que conceituamos como *análise de conjuntura*, ou seja, que pensássemos o que e por que estava acontecendo o que se desenhava, e o que poderíamos fazer enquanto movimento em relação ao cenário. O essencial, nos parecia, era que pudéssemos ter alguma ideia, algumas linhas gerais de ação, a serem compartilhadas com outros grupos e pessoas que, como nós, se pensam a partir da autonomia, em reunião marcada para alguns dias depois.

Esses momentos em que nos reunimos para analisar e perguntar o que se faz – *análise de conjuntura* – costumam causar alguma angústia, não apenas por que é complicado se propor a entender essas *totalidades*. Esse tipo de pauta parece especialmente intimidante para quem não sente que circula bem entre conjecturas e hipóteses explicativas, em especial no clima de confusão em que nos encontrávamos. Da mesma forma, quem possui histórico maior de envolvimento em movimentações políticas costuma também se sentir mais tranquilo de aportar suas contribuições, de aventar entendimentos. Como sabemos dessa dificuldade, e é de nosso interesse evitar que apenas as mesmas pessoas falem, costumamos adotar como metodologia a *rodada*, ou seja, sentados/as em roda, cada um/a dos/as presentes na reunião se organiza para

falar ao menos uma vez, por uma quantidade determinada de tempo. Nesta reunião, éramos oito: quatro mulheres brancas, dois homens negros e dois homens brancos.

A primeira a dar sua contribuição foi uma mulher, que participava do coletivo há um par de anos. Ela começou nos relatando como andavam sendo os contatos com militantes de organizações do Movimento de Saúde Mental, com alguma conexão com o Partido dos Trabalhadores, a partir da ocupação do Ministério da Saúde. Ela havia se aproximado de lá enquanto integrante do Movimento Passe Livre, após a decisão em assembleia de apoiar a ocupação. Pois bem, nessa primeira rodada, sua fala correu solta, levantando impressões sobre o que poderia vir a acontecer no cenário político nacional, sobre quais eram suas intuições de possíveis resistências a um golpe, levando em conta o que tinha visto diariamente naqueles dias de dormir e acordar com outras pessoas num gabinete de um ministério. Foi, assim, desde experiências que vinha construindo no cotidiano de sua atuação política, que ela buscou levantar hipóteses sobre um contexto mais amplo, apontando, a partir daí, para possibilidades de atuação do MPL.

O tom posterior do debate, no entanto, mudou radicalmente em pouco tempo. A fala seguinte pouco se referiu à experiência ou às reflexões levantadas inicialmente, saltando para análises mais conjecturais e conceituais sobre haver ou não haver golpe de acordo com determinados entendimentos teóricos, do que seria ou não o histórico de golpes de Estado no contexto brasileiro. As vivências cotidianas, do movimento ou de vida, deixaram de ser o ponto de partida das contribuições seguintes. Os/as militantes se esforçaram para se utilizar de análises macro - estruturais, que tentavam dar conta das possíveis totalidades de um processo, relacionando-o a questões tão amplas e abstratas como “avanço neoliberal” ou “crise financeira internacional, em especial sua face chinesa”.

Essa mudança em pouco tempo fez com que as falas de quem já tinha mais tempo de movimento ganhassem proeminência, e algumas pessoas logo demonstraram já não estarem confortáveis para participar do debate. O incômodo chegou a ser manifestado pela militante que havia iniciado a rodada, relacionando-o a uma diferença de *formação política* – ingresso recente no movimento – mas também a uma diferença de formação profissional, conectando o modo de análise a uma familiaridade com as ciências sociais e a trajetórias distintas de vida. Embora sua queixa tenha encontrado alguma ressonância, o efeito prático foi parco e as falas subsequentes continuaram na mesma linha, das grandes hipóteses. O desconforto da militante, embora disfarçado, a acompanhou até o final da reunião e, nas rodadas seguintes, suas falas tornaram-se cada vez mais escassas.

Seu incômodo, no entanto, floresceu para além da assembleia e a levou a tomar duas decisões: em primeiro lugar, não ir à reunião com os outros grupos autônomos, por prever que não se sentiria à vontade para falar. Em segundo, escrever um texto em nossa plataforma eletrônica²⁰, compartilhando sua angústia e questionando a horizontalidade de um coletivo que se deixava perpassar por esse tipo de situação:

“Sinto que além de não conseguir entender muitas coisas fico constrangida para falar, pois pela qualidade e complexidade das falas de vocês fico pensando que qualquer coisa que eu vá dizer, ou vocês certamente já pensaram sobre ela ou ela estará equivocada ou será uma grande besteira, não me sinto legitimada nesse lugar de suposto saber e sei que não sou só eu.” (Do desabafo da militante que iniciou a discussão, caderno de campo)

O desabafo causou envolvimento imediato e, como disse outra ativista, pareceu haver “destampado uma garrafa cheia de coisas que não podem ser ditas, mas que pairam sempre nos espaços” (ativista do MPL-DF, caderno de campo). Longos textos passaram a ser escritos por praticamente todos/as, cada um/a analisando não apenas sua participação nesta reunião em específico, mas também sua posição dentro do movimento, seus desconfortos, suas angústias, possíveis elaborações sobre horizontalidade e sugestões de mecanismos e metodologias para lidar com o surgimento de disparidades no cotidiano do coletivo. O debate culminou, por um lado, com a mudança de ideia da militante que o havia iniciado: ela decidiu comparecer à reunião, agradecendo o acolhimento e as reflexões realizadas. Por outro, revelou também alguns fluxos entre as distintas concepções de poder e hierarquia e de algumas ideias de sujeito político que convivem em nosso dia a dia. É a partir das falas que surgiram neste singelo episódio, adicionadas de memórias e experiências que acompanhei em meus caminhos junto ao movimento, que pretendo discutir agora a horizontalidade como princípio e prática no Movimento Passe Livre-DF.

As práticas da(s) horizontalidade(s) no cotidiano do MPL-DF:

Relembremos o que nos afirma Mendes em sua etnografia junto ao MPL-DF:

“O movimento (...) declara-se horizontal por não haver divisão entre diretoria e base, ainda que haja uma militância dita mais ‘orgânica’ e pessoas que não participam das

²⁰ Mais adiante, explico o papel dessa plataforma na organização do movimento.

assembleias, mas comparecem às manifestações. A diferença é que essas pessoas podem se aproximar e participar de acordo com suas vontades, ao contrário de outros espaços políticos que, em geral, funcionam hierarquicamente(...).” (Mendes, 2007, p.11)

A horizontalidade, então, se trata da “não divisão entre diretoria e base”, e da possibilidade das pessoas se aproximarem das instâncias decisivas “de acordo com suas vontades” (idem:11). A definição é concisa, e seu valor está em demonstrar que estamos, antes de tudo, lidando com uma negativa: não somos como as organizações da esquerda institucional, não trabalhamos pela pirâmide. O princípio é, dessa forma, um conceito aberto: a bem da verdade, não sabemos ao certo como funciona uma coletividade horizontal (isso é algo a ser inventado), mas sabemos que não queremos ser verticais.

Como a própria etnografia de Mendes demonstra, no entanto, o cotidiano do MPL-DF levou a ideia de horizontalidade para muito além da não instituição de cargos e da abertura dos espaços deliberativos. Ele desdobrou o princípio, por um lado, em uma série de práticas pensadas para construir o tipo de relação interna que nos parecia desejável, quando a horizontalidade vira, como disse Saraiva, “um princípio transfigurado em mecanismos” (Saraiva, 2010, p. 77); por outro, em uma discussão acerca da concepção de poder e de hierarquia, de forma mais ampla.

Em se tratando dos mecanismos adotados pelo MPL-DF como tentativa de criar uma dinâmica horizontal, Saraiva mencionará: i) O rodízio de funções: uma constante troca entre quem exerce as diversas tarefas do movimento, de forma a evitar uma especialização dos militantes em funções de maior ou menor prestígio; ii) Estratégias de não identificação dos integrantes em atividades que costumam resultar em algum destaque individual, como a adoção de codinomes²¹ na realização de entrevistas; iii) a prática de colocar um membro mais antigo do movimento para acompanhar a entrada de novos/as integrantes, de forma que se repasse constantemente o máximo de informações e conhecimento acumulado pelo coletivo; iv) a realização constante de oficinas e atividades de *formação*, para compartilhamento dos acúmulos de discussão; v) a convocação contínua para que os novos/as integrantes se responsabilizem pelas tarefas decididas em assembleia. (idem, pp. 185 - 186).

Apesar da distância temporal – passaram-se 6 anos desde a etnografia de Saraiva - esses mecanismos continuam sendo utilizados no movimento enquanto ferramentas fundamentais,

²¹ Os codinomes também são utilizados como estratégia de segurança, mantendo o anonimato dos/as militantes.

tendo sido, muitas vezes, apenas incrementados. A necessidade de aplica-los com vigor volta a ganhar espaços nas assembleias especialmente quando vários novos possíveis integrantes se aproximam do movimento. No processo que acompanhei em meu trabalho de campo, cerca de 10 novas pessoas passaram a participar de suas assembleias, após a ação contra a diminuição do passe livre estudantil que resultou em ocupação da DFTrans. Momentos como esse são vistos com delicadeza e atenção por quem já compõe o movimento há mais tempo, já que a entrada de novos/as integrantes é tida como fundamental para a sobrevivência do coletivo.

Ser ou não ser “novo” no movimento, no entanto, pode dizer respeito a experiências bastante diversas, e há quem se considere “novo” mesmo já tendo passado mais de ano participando de suas decisões e organizando suas atividades. Essa sensação muitas vezes trata da dificuldade de se sentir tão partícipe e capacitado como integrantes que compõe o MPL-DF desde o início (ou há muitos anos) e essa interação – jocosamente chamada de intergeracional – é também motivo de acirramento das conversas sobre os processos de construção da horizontalidade.

Talvez devamos passar antes, no entanto, pela percepção do que é *entrar no coletivo*. O principal espaço deliberativo do movimento é a assembleia que ocorre presencialmente e mensalmente, idealmente pensada para ser realizada rotativamente, uma vez no Plano Piloto e outra em Taguatinga. Essas assembleias, mantêm-se abertas a quem quer que possua interesse para contribuir com o MPL-DF e há um esforço para que o maior número de pessoas esteja presente. Nelas costumamos discutir os rumos políticos do movimento, decidir próximos passos e também chegar a consensos sobre questões que muitas vezes vinham sendo discutidas em outros canais de comunicação. É também nelas que muitas vezes realizamos as *atividades de formação interna*, compartilhando oficinas e vídeos que compõe o acervo do movimento.

Participar das assembleias, no entanto, não transforma ninguém em automaticamente integrante do coletivo, muito embora esse já tenha sido o caso em outras épocas. Há, atualmente, um procedimento de entrada no coletivo que passa pela participação em 3 assembleias ou atividades – sendo as atividades vistas como mais relevantes, pois que o coletivo avalia que a atuação externa é sua prioridade - e por uma conversa individual de concordância com os princípios.

Este último ponto, a conversa e concordância sobre os princípios, foi adotado em uma reunião que resultou de uma situação bastante específica: alguns meses antes, Mara²² havia entrado para o movimento, compondo todos os seus espaços, já tendo passado pelas três

²² Nome fictício

atividades então exigidas. Sua entrada trazia algumas peculiaridades, pois que sua atuação e prática política prévia era em uma organização partidária e isso por vezes causava ruídos na convivência com o restante do movimento, de orientação autonomista e um tanto resistente a organizações partidárias. Esses ruídos ficaram explícitos quando Mara, certo tempo depois, anunciou sua saída do coletivo, fazendo algumas críticas à sua forma de atuação e declarando que não tinha certeza se concordava com todos os princípios do movimento, em especial a horizontalidade e o apartidarismo. O fato de alguém ter sido militante do MPL, ainda que por pouco tempo, sem possuir concordância com seus princípios causou bastante incômodo em seus integrantes, e a discussão se estendeu para as possibilidades de evitar esse tipo de situação sem burocratizar excessivamente a entrada de pessoas. Após a análise de várias propostas, optamos por adotar a conversa individual sobre os princípios como um dos procedimentos de entrada.²³

Qual é, no entanto, a importância de dizer quem é e quem não é do movimento? As discussões do MPL-DF nesse ponto giram principalmente em torno de dois aspectos: o primeiro, diz respeito à segurança – em termos de criminalização – e à confiança – pois que se apresentar publicamente como MPL requer um compromisso com as decisões tomadas coletivamente e a preocupação com possíveis oportunismos é constante²⁴; o segundo, trata da necessidade que o coletivo tem em saber “quais são suas pernas”, ou seja, com quem pode contar para realizar as atividades propostas.

Concretamente, entrar no movimento significa, por um lado, ter a legitimidade de se apresentar publicamente como Movimento Passe Livre – DF²⁵ e, por outro, ter acesso a outros dois espaços de conversa e diálogo constante: os grupos do Telegram e a participação em uma plataforma digital, chamada pelo coletivo de *facebook ativista*. Nessa plataforma, boa parte das discussões do movimento que precisam ser mais amadurecidas são adiantadas e elaboradas, ficando a decisão para o momento da assembleia.

É importante dizer que, ainda que com esses procedimentos e distinções entre quem é e quem não é integrante efetivo do MPL, a participação do maior número de pessoas no coletivo é sempre mencionada como primordial e vista como algo que deve ser cultivado por todos/as

²³ Um militante que nesta reunião ainda estava se aproximando do coletivo, tempos depois me disse, brincando: “naquela reunião vocês pediram para mim, que estava chegando no movimento, decidir como seria o procedimento de entrada! Não fazia o menor sentido! Vício de forma, legislando em causa própria!” Essa fala revela um pouco as porosidades das fronteiras do movimento.

²⁴ Não são raras as situações em outras cidades, por exemplo, em que ocorre o chamado “sequestro de sigla”, na qual outras pessoas, muitas vezes políticos profissionais, se auto-declaram do MPL com o objetivo de negociar e/ou angariar vantagens.

²⁵ A apresentação em espaços visto com mais receio pelo movimento no geral é consultada para os outros integrantes e só é feito com a anuência do coletivo.

os/as seus integrantes. Por isso, há um esforço para que as assembleias nas quais novas pessoas estão se aproximando sejam *acolhedoras*, e há constante incentivo para que as recém-chegadas se sintam à vontade para falar e para se engajar nas atividades decididas. Podemos considerar a tentativa de construir um clima de acolhimento como um mecanismo informal de busca pela horizontalidade.

É quando novas pessoas decidem, por fim, se integrar de fato ao movimento que os mecanismos formais de horizontalidade ganham maior proeminência. O hábito de integrantes mais antigos/as acompanharem a entrada de novos/as integrantes, como mencionado por Saraiva, é ainda utilizado e atualmente possui o nome de *apadrinhamento/amadrinhamento*. Esse apadrinhamento tem como objetivo repassar o máximo de informações para as recém-chegadas, manter constantes os contatos com o movimento e sua agenda e também criar um laço de afinidade que ultrapasse os espaços formais do coletivo, possibilitando o compartilhamento de incômodos e dúvidas para as quais muitas vezes há timidez em se fazer nas reuniões. São também os padrinhos/madrinhas que conduzem a conversa mais aprofundada sobre os princípios, anterior à entrada efetiva no movimento.

Da mesma forma, a rotatividade de funções continua sendo vista como um dos principais mecanismos de construção da horizontalidade, ainda com o objetivo de não especializar as militantes em tal ou qual atividade e possibilitar que todos/as sintam-se capazes de executar qualquer uma das tarefas do movimento. Muitas vezes, as tarefas são feitas por duas pessoas, uma mais antiga e outra mais nova, como forma de garantir a execução como planejada pelo movimento ao mesmo tempo em que familiariza as novas integrantes com as atividades que costumam ser realizadas.

Por fim, a discussão e uso de metodologias participativas de assembleia, inspiradas em métodos de educação popular, também é vista como um mecanismo importante de estímulo à participação de todos/as nas discussões. A adoção dessas metodologias muitas vezes causa alguma discussão, porque por vezes também encontra resistência em quem se sente mais à vontade com o formato clássico de reuniões, enquanto outras pessoas alegam que esse formato só é confortável quando já se está acostumado a falar. Por outro lado, dentro do coletivo há quem também comente que ainda nos utilizamos de forma parca dessas metodologias e que deveríamos aprofundar mais suas propostas.

O uso constante desses mecanismos nos revela a busca do movimento em construir, na prática, um de seus princípios. Se a adoção deles se dá a partir do consenso, a concepção do que exatamente é horizontalidade não é fechada, muito embora parta de alguns pontos em

comum. Há percepções distintas do que significa ser horizontal, percepções que convivem, se cruzam, dialogam e por vezes se contrapõe. É sobre esse fluxo de conceitos de horizontalidade que pretendo me debruçar agora.

A horizontalidade como princípio, o princípio da horizontalidade: Onipresença da liderança x total ausência de liderança

Se a horizontalidade parte de uma negativa, como já dissemos, o primeiro que se nega é a hierarquia. Se tomamos por exemplo uma definição de horizontalidade que aparece em um panfleto entregue na “Caravana Existe Política além do voto”, em 2006, veremos que o princípio é sintetizado em apenas duas palavras entre parênteses: (sem hierarquia). Sem hierarquia. Mas o que isso significa?

Em primeiro lugar, e este é um ponto muitas vezes ressaltado nas reuniões do movimento, não se trata da negação da existência de relações de poder. Como nos afirma Saraiva (:77), os/as integrantes do MPL-DF não negam as diferenças de perfil ou as próprias desigualdades, mas trabalham para que haja “espaços de mobilidade” nas posições e funções ocupadas. A hierarquia seria, assim, a cristalização de posições. Segundo umx militante:

“Leio a horizontalidade como um processo constante. Um processo que envolve disparidades de conhecimentos e técnicas – pois elas existem na realidade – mas um esforço contínuo de fazer combater a cristalização de poderes.” (Militante do MPL-DF, caderno de campo)

De acordo com essa perspectiva, a tendência a hierarquia parece estar sempre à espreita, como possibilidade contínua de captura, contra a qual é necessário criar incessantemente (*esforço permanente*) linhas de fuga (Deleuze & Guatarri, 1995). É necessário criar resistências à cristalização do poder, à fixidez das posições. É necessário criar uma anti-hierarquia: a mobilidade²⁶.

A construção de uma coletividade anti-hierárquica – contra o Estado, à semelhança dos selvagens de Clastres (1978) e as subsequentes elaborações de Deleuze & Guatarri (1995; 1997) – carrega em si o desafio de lidar com as distintas aptidões e dificuldades, com as diferentes trajetórias de cada um/a dos/as militantes do movimento. É que algumas das aptidões são

²⁶ Interessante que a mobilidade [urbana] seja a pauta principal do movimento e a mobilidade [de seus integrantes] uma prioridade interna do coletivo.

especialmente valorizadas na atuação cotidiana do coletivo, seja nas interações internas (i.e.: complexidade das análises formuladas, como no caso aqui destrinchado), seja nas interações que fazemos fora dele. Isso quer dizer que, ainda que se reconheça como um dado a diferença de perfil e trajetória, também não se ignora que há diferenças que possuem um potencial hierarquizante, que tendem a fixar posições e, por isso, exigem ações e mecanismos do movimento para manejá-las. Parece-me que ressuscitar uma velha polarização do movimento pode ser frutífero para entender como o MPL-DF se propõe a lidar essas diferenças: a oposição entre uma ideia de horizontalidade que aposta que todos/as os/as integrantes devem ser líderes, e aquela que aposta no contrário, na qual ninguém é líder.

Saraiva, ao dedicar toda uma sessão de sua tese à discussão, afirma que a ideia de todos/as sermos líderes parte do pressuposto de que todos/as os/as integrantes são indistintamente responsáveis pelas ações do movimento, em oposição à passividade que muitas vezes é vista como marca das “bases” em organizações verticais. “A noção de que “todos somos líderes” poderia significar, sob essa concepção, o ápice da ação política em uma sociedade na qual todos se convertem em membros proativos” (Saraiva, 2010, p.184). Em contraposição, a negação da existência de liderança, se também investe no compartilhamento das responsabilidades, parece questionar uma ideia hegemônica de ação política que valoriza figuras carismáticas e/ou coronelistas. Essa última concepção parece causar mais estranheza e incredulidade, e os comentários de observadores externos no geral passam por encontrar quem seria a figura oculta que ocuparia aquele papel. Na primeira concepção, a liderança provoca esperança. Na segunda, medo²⁷.

Ainda de acordo com Saraiva, no âmbito do MPL-DF, as duas percepções encontram ressonância, estando muitas vezes em debate. Á época daquela etnografia, a oposição entre as duas se fazia muitas vezes de forma direta, coisa que já não ocorre tanto nas discussões atuais, como acredito que o trecho de material gráfico distribuído em 2014 pode evidenciar:

²⁷ A centralidade dos afetos nos processos de individuação se faz em larga tradição filosófica/psicanalítica – que não ousou destrinchar - e eu aqui recorro a principalmente duas referências, com o objetivo de pensar a criação de subjetividade dentro do MPL-DF: os já citados Mil Platôs de Deleuze e Guatarri, onde a individuação é pensada não a partir da ideia de pessoa, mas das afecções que se experimenta e pelas quais se é perpassado (: 157); a obra de Vladimir Safatle (2015), que me mobilizou em grande parte das questões que aqui busco articular com a minha experiência etnográfica. Os dois afetos a partir dos quais procuro elaborar as concepções de liderança do Movimento Passe Livre – o medo e a esperança – seguem a discussão de Safatle acerca da concepção do sujeito predicativo/proprietário, característico da modernidade, que retomarei mais adiante. Medo e esperança, segundo o autor, são afetos complementares, os principais afetos articulados na constituição de um sujeito que se concebe fundamentalmente como proprietário de si mesmo, marca do Estado capitalista. Como pretendo argumentar adiante, ainda na esteira do autor, construir uma subjetividade/coletividade contra-hierárquica//contra o estado//contra o capitalismo precisa passar por fazer circular afetos outros.

“Horizontalidade: Todas as pessoas envolvidas no MPL devem possuir o mesmo poder de decisão, o mesmo direito à voz e à *liderança nata*. Pode-se dizer que um movimento horizontal é um movimento onde *somos líderes ao mesmo tempo*, ou que *não haja liderança*. Portanto, temos os mesmos direitos e deveres, sem cargos instituídos e livre acesso às informações do movimento. Assim como as responsabilidades por tarefas específicas devem ser rotatórias, para que seja possível, ao mesmo tempo, aprender as mais variadas necessidades que o movimento demanda e que não centralize nenhuma função na mão de ninguém.” (“Caminhando e perguntando, passamos por 10 anos!” – Trecho do material gráfico distribuído pelo MPL-DF em comemoração aos 10 anos do coletivo – Outubro de 2014; grifos meus)

Percebe-se no excerto acima uma tentativa de conciliação: temos direito à liderança nata (seja lá o que isso for), e a horizontalidade pode ser tanto todo mundo líder como ninguém líder, desde que os efeitos sejam os mesmos, a saber, todos termos mesmos direitos e deveres. As duas concepções, assim, não aparecem como uma polarização, havendo uma tentativa de consenso, construído de forma ambivalente. A intenção é a de autorizar a existência das duas perspectivas, ou seja, de não resolver o debate. Tal como aparecem nesse panfleto, as duas concepções encontram ressonância no coletivo e se entrecruzam no cotidiano do movimento, mesmo que não sejam sempre diretamente evocadas. Ao destrincha-las abaixo, corro o risco de criar uma percepção demasiado linear das duas. Alerto, então, que é preciso perceber como elas se entrelaçam, vê-las como simultâneas.

A liderança como esperança:

Se a horizontalidade surge antes de tudo como negação da verticalidade, como já dissemos acima, então uma forma de vê-la é investir para que todos/as os integrantes do movimento tenham direitos e deveres que, usualmente, apenas os líderes das organizações que criticamos possuem. A tal da liderança nata, à qual temos direito, surge então como esperança fundante da horizontalidade. É preciso trabalhar para que todos/as sejamos líderes.

Essa esperança/aposta pode ser relacionada a várias das estratégias do MPL para lidar com o potencial hierarquizante de certas habilidades, calcadas no estímulo de seu florescimento em todos/as os/as integrantes do movimento, de forma que todo mundo se sinta capaz de assumir todas as tarefas. Por esse viés, a já mencionada rotatividade aparece como possibilidade de “treinamento” de todos/as os/as integrantes nas suas construções enquanto líderes. Não à

toa, também as demandas por “formação” costumam ser são acionadas nesses momentos - e essa palavra esteve presente em várias das considerações no episódio aqui em questão:

“Temos um problema com nossa formação política. Ela foi muito forte e desenvolvida no passado, mas retraiu significativamente desde 2013. Fizemos cursos, oficinas, grupos de estudos, publicações, cine-debates. Assim circulávamos nossas perspectivas entre nós. Estamos, creio, num momento crítico de que ou retomamos estas atividades ou vamos enfrentar problemas muito sérios.” (de um militante, cadernos de campo)

“Por fim, queria dizer que acho fundamental retomarmos as discussões sobre autonomismo e formação política (...). De fato, tínhamos muitos espaços como esse, em especial quando estávamos nos constituindo enquanto grupos autônomos. Isso faz mesmo muita falta e aumenta as diferenças de acúmulos” (De outra militante, cadernos de campo)

A formação é vista, de certo modo, como espelho da rotatividade de funções: sem ela, o exercício rotativo das atividades não se dá de forma satisfatória; sem a rotatividade, por outro lado, a formação fica impossibilitada, já que há coisas que só a prática faz conhecer. É ao partilhar os conhecimentos acumulados pelo movimento que aqueles/as que não se sentem à vontade em seu cotidiano tem chance de se *empoderar*; de passar a terem também em si os acúmulos que militantes mais antigos construíram ao longo do tempo, para assim tomarem frente (liderança) nas atividades do coletivo.

Segundo Saraiva, uma possibilidade de encarar esses dois mecanismos é vê-los como tentativas de “nivelar” os/as integrantes do grupo. Ainda segundo a autora, muitas vezes tal nivelamento pareceu mesmo ser visto como tendência dentro do coletivo:

“Retomando a ação no âmbito do MPL, pode-se dizer que, mesmo notando-se diferenças entre os ativistas, como a consequente tendência de diferenciação na distribuição de poder, foi possível observar, ao longo do tempo, uma tendência oposta em direção a um nivelamento entre diferentes perfis de atuação.” (Saraiva , 2010, p.185)

A ideia de que há um nivelamento possível entre todos/as os/as integrantes a partir de uma capacitação compõe essa esperança na possibilidade (ou dever) de todos/as nos constituirmos enquanto lideranças. Um tipo, inclusive, bastante rígido de liderança, no qual se

tem que dar conta não apenas das clássicas características do/a líder – i.e. boa oratória e capacidade de análise – mas de toda e qualquer tarefa que o coletivo se proponha a fazer. Nesse sentido, caminhamos em busca de um ideal de integrante do MPL como um sujeito que acumula todos os predicados para realizar todas as atividades, que tenha em si a potência de todas as habilidades, necessitando, apenas, que seja estimulado e formado para isso. “Às vezes a nossa concepção de horizontalidade faz com que todo mundo do MPL tenha que ser *quadro*²⁸ em tudo”, como disse um militante, em uma reunião.

A esperança de que todos/as nos tornemos líderes carrega também em si uma angústia iminente, coisa que podemos perceber pelo trecho do desabafo já citado da companheira. “O espaço de militância não é um portal mágico onde você entra e vira a sapiência sobre conjunturas políticas, história geoeconômica etc”, ela diz em seguida. Aqui, ela trata especificamente da dificuldade de inserção nos momentos de análise do movimento – uma dessas ações com grande potencial hierarquizante – mas há formas diversas de terminar essa mesma frase: *O espaço da militância não é um portal mágico onde você entra e sabe como escrever um texto... sabe como diagramar um panfleto... sabe como dar uma oficina... sabe como enfrentar a polícia... sabe como se aproximar das pessoas... sabe como decidir por consenso...e assim indefinidamente. Mas, por vezes, a noção de horizontalidade do movimento passa pela seguinte resposta: você pode até não entrar sabendo, mas eventualmente você tem que chegar lá.*

Parece-me interessante (irônico, ao menos) notar uma aproximação entre essa exigência do coletivo e os sujeitos *multi-tasking* que o (não tão) novo discurso capitalista também exige, flexível, não especializado//especializado em tudo, capaz de enfrentar desafios nas mais diversas áreas. Aqui a noção de Foucault (2008) do sujeito empreendedor de si mesmo, enquanto fundamento do neoliberalismo pode ser reveladora do tipo de subjetividade que fazemos emergir quando exigimos que todos/as os/as integrantes do coletivo deem conta de todas as tarefas. Segundo o autor, a multiplicação da forma empresa no interior do corpo social é um dos pilares neoliberais, e esta forma empresa se alastra nas mais diversas espessuras da sociedade. O *homo oeconomicus* do neoliberalismo não seria, assim, como no liberalismo clássico, o homem da troca, mas um empresário de si mesmo: aquele que se vê enquanto produtor e enquanto capital – o *capital humano*. Se, no caso do MPL-DF, a responsabilidade que a própria coletividade se atribui na formação de qualquer um desses sujeitos é bem distinta da que as empresas capitalistas se propõem – e aí podemos pensar que o coletivo é o

²⁸ Expressão referente aos militantes que são formados para assumir a liderança em organizações de esquerda.

empreendedor de si mesmo, já que atuação pedagógica dos/as integrantes mais antigos no coletivo é sempre cobrada²⁹- o lugar de chegada não deixa, por isso, de ser curiosamente semelhante: a exigência de flexibilidade de nossos integrantes nos deixa próximos do espraiar da forma empresa, ao contrário do que desejávamos.

Aqui, a noção de hierarquia que Graeber (2007)³⁰ elabora pode ser um bom gancho para complicar a ideia de liderança como esperança: para além da cristalização dos poderes, o autor afirma que a construção de relações hierárquicas lineares parte do ato de medir a todos/as a partir de uma única régua. Impossibilitar a fixação de hierarquias requereria, assim, passar por repensar a régua. Quando partimos da possibilidade de todos/as nos transformarmos em líderes, por mais peculiar que a figura do líder nos pareça, continuamos tendo um ponto a ser alcançado, a partir do qual podemos nos comparar. Poderíamos também dizer que trata-se de um processo similar ao da subjetivação capitalística, termo de Guatarri e Rolnik(2013)³¹, que normaliza indivíduos e os articula a partir de um modelo único.

A aposta de Graeber – que também anda preocupado em como estabelecer relações não hierárquicas – é numa espécie de multiplicação das régua: “Um milhão de modos de discriminação é, em termos e intenções práticas, idêntico a nenhum tipo de discriminação” (Graeber, 2007, p.48). Já Rolnik e Guatarri acreditam que é preciso investir em processos constantes de singularização, enquanto forma de recusa a modelos preestabelecidos, que construa fluxos diversos entre desejos também diversos, sem analisa-los todos a partir de uma mesma linha. De certa forma, as duas apostas se cruzam e me parecem ser boas intuições. Mas voltaremos a isso mais tarde.

A liderança como medo:

²⁹ “No mais, acho que nossos anciões e anciãs, tem uma batata quente no colo, que é a de encarar mais sistematicamente o papel pedagógico de vocês no processo de construção da horizontalidade no coletivo (...)”, diz uma militante, prosseguindo com a discussão.

³⁰ No seu ensaio: “Manners, deference and private property: or, elements for a general theory of hierarchy” (2007), David Graeber se propõe a pensar a hierarquia na sociedade capitalista (e formas de sair dela) a partir da clássica dicotomia antropológica entre relações de evitação e relações jocosas. Segundo o autor, a lógica da evitação – pautada na separação entre corpos – poderia ser vista como mais próxima das elaborações capitalistas, pois que entende o corpo como uma propriedade a ser protegida do outro. Já as relações de jocosidade seriam marcadas por fluxos, concebendo os corpos enquanto perpassado pelo outro e pelo mundo. Essa discussão possui confluências interessantes com a abordagem de Safatle (op.cit), sobre as quais pretendo me debruçar ao final deste artigo.

³¹ O livro “Micropolítica: cartografia dos desejos”, escrito a partir de uma viagem de Guatarri ao Brasil, acompanhado por Rolnik, em 1982, trata essencialmente de uma coletânea de cartas entre os dois, conversas com organizações políticas e entrevistas com o filósofo. O cerne da preocupação da obra me parece ser a possibilidade de uma construção (micro)política capaz ao mesmo tempo de construir singularidades e produzir mudanças efetivas no campo social, apesar do poderio da modelização capitalística.

Se há uma régua a partir da qual nos medimos, cujos requisitos precisamos alcançar, isso quer dizer, por outro lado, que os destaques também não são vistos com bons olhos, e aqui a aposta na ausência de liderança enquanto pressuposto da horizontalidade desponta. O surgimento de lideranças é visto como um risco para o movimento, que precisa ser evitado. Voltemos à Revolta do Buzú, Salvador, 2003, para entender um pouco desta concepção.

O episódio conhecido como a Revolta do Buzú é desses acontecimentos que ultrapassam suas aparentes dimensões locais, entre outras coisas, por acabar como inspiração para quem estava bem longe das ruas tomadas por estudantes em Salvador. Grande parte daqueles/as que, cerca de um ano depois, iniciariam o Movimento Passe Livre-DF, acompanharam as notícias de dias sucessivos de manifestação contra o aumento da tarifa na capital baiana, seja pelas notícias da grande mídia, seja pelos editoriais escritos na página do Centro de Mídia Independente (CMI), como já mencionado em capítulo anterior. Além dos contatos e histórias que escutamos de quem havia participado da revolta, a forma como contamos e entendemos essa revolta foi significativamente moldada junto ao filme de mesmo nome, de Carlos Pronzato, que nos servia de fonte para entender aquele processo e que, muitas vezes, foi passado em nossas atividades nas escolas do Distrito Federal.

A narrativa do filme explora principalmente o caráter *espontâneo e sem lideranças* das manifestações que, por cerca de duas semanas, tomaram as ruas de Salvador e a consequente recusa à atuação de organizações estudantis representativas (UNE e UBES, em especial). Segundo o que acompanhamos na produção, desde o início os atos eram construídos por estudantes de diversos contextos, principalmente os que não participavam de qualquer organização política. As discussões sobre a presença ou ausência de liderança aparecem já no início do filme, quando, por exemplo, assistimos às conversas entre manifestantes e policiais: “Quem é o líder? – pergunta um policial, para depois dizer: quem é líder sabe, quem não é líder não sabe” ou ainda “Uma coisa é movimento sem liderança. A partir do momento em que alguém tem que se responsabilizar...”, diz outro policial. Os depoimentos de vários/as estudantes para a câmera, por outro lado, reafirmam diversas vezes como as manifestações não possuem uma liderança legítima.

A ilegitimidade de qualquer tipo de liderança é confirmada para o público do filme quando, em poucos dias de manifestações, acompanhamos uma mesa de negociação entre a prefeitura de Salvador e uma comissão formada por membros de entidades estudantis. As falas dos estudantes que compõe a mesa afirmam que o que se está assinando ali (extensão da meia passagem estudantil para os fins de semana, ampliação do público atendido pela meia passagem

etc.) é um acordo que atende a demandas históricas do movimento estudantil. O presidente da UBES afirma, ainda: “liderança sempre teve, tanto que foi conduzido de forma ordeira”. O prefeito de Salvador, em seguida, apela para que, assinado o acordo, se desmobilize a revolta. Os presentes na mesa assinam um papel.

As imagens seguintes passam por manchetes de jornais que declaram o fim da revolta a partir da assinatura dos acordos. As cenas que acompanhamos a seguir, no entanto, contrariam esta afirmação. As manifestações seguem ocupando as ruas de Salvador. Há um grupo de estudantes, uma delas explica para a câmera: “A gente quer que a passagem volte a ser 1,30! A gente não sai até voltar a ser 1,30!”. O entrevistador pergunta: “E os acordos que assinaram?” Há burburinho, gritos, vários estudantes que afirmam: “é mentira! Não contempla!”

Não me alongarei mais na análise fílmica, mas, vale saber que a narrativa segue caminhando por esse percurso: as manifestações continuam em torno do aumento de passagens, as discussões e debates sobre tentativas de desmobilização persistem. Um ou outro integrante de partido político/entidade estudantil dá um depoimento, ou afirmando a necessidade de se juntar ao processo como mediador (como diz o presidente da juventude do PT da Bahia) ou ainda comentando a necessidade de “dar um rumo ao movimento” (como diz uma estudante de uma escola do centro de Salvador). A recusa de ser “massa de manobra” de quem se diz “porta voz para a imprensa”, por outro lado, aparece em falas de vários/as estudantes e há ainda um manifestante que diz: “Não é que não existam líderes. O que não existem são representantes. O líder é o povo³²”.

Se não é preciso dizer que seguramente haveria muitas outras formas de contar essa mesma história, o fato é que esta narrativa é parte constituinte de como, ali nos primórdios do MPL-DF, construímos uma ideia de liderança e a atuação das entidades estudantis, impressão que, aliás, se acoplava diretamente com experiências e recusas prévias ao que nos parecia um certo modo de fazer política. Toda e qualquer pessoa que havia se intitulado líder das manifestações em Salvador era, acima de tudo, um traidor: não apenas não tinha de fato o poder de convocação da multidão em revolta, como não possuía interlocução com quem dizia representar e, além disso, sequer estava pautando a mesma causa (um espelho do que nos parecia a política profissional no geral). A solução que os/as estudantes do filme parecem nos apresentar é a da negação completa de qualquer liderança enquanto única precaução contra a

³²Me é irresistível lembrar do lema dos caracóis zapatistas: “Aquí manda el pueblo y el gobierno obedece”. Há aqui uma diferenciação interessante entre liderança e representação, que aponta justamente para o que estou dizendo ser visto como ilegítimo na liderança no cotidiano do MPL-DF: é a possibilidade que alguém se proponha a falar “em nome de” que nos incomoda.

traição que está sempre à espreita. A negação da liderança, ou da representação, nos aparecia como a consequente negação de qualquer possibilidade de negociação espúria das pautas.

Este é um caminho possível para entender como o medo aparece enquanto um dos principais afetos articulados na relação com a noção de liderança no cotidiano do MPL-DF e, assim, qualquer um/a que pudesse despontar como líder (ou seja, como *traidor*) mobiliza/va muito mais suspeita do que admiração. Essa sensação está diretamente conectada às discussões de horizontalidade levadas a cabo no coletivo, em especial no seu início: as funções que poderiam revelar talentos usualmente atribuídos à figura de líder//político profissional, tais como a capacidade de articulação e negociação ou até mesmo a boa oratória, sempre foram vistas como as mais necessárias de serem rotativas. O debate aí, no entanto, não era dado em torno da disputa por quem ocuparia esses lugares, mas, justamente, pela recusa dos integrantes em ocupa-los, por certo desprezo a essas funções, em especial à de negociação. Ainda que houvesse consenso do coletivo em participar de certas ocasiões onde esse perigo se apresentava de forma iminente, pouquíssimas pessoas se dispunham a isso e elas eram, no geral, vistas com desconfiança.³³

Resulta daí uma situação ambivalente, curiosa. Vários/as de nós que recebiam/recebem destaque em espaços institucionais, chegando a ser vistos como lideranças por quem não integrava o movimento, eram, justamente, os/as que mais recebiam críticas nos nossos espaços internos. O prestígio externo não se reflete em reconhecimento ou prestígio interno, mas, muitas vezes, em desprestígio³⁴. Juntamente com seus efeitos um tanto nefastos em quem quer que esteja nessa posição, o desprestígio dos/as líderes/as em potencial tem sido um dos principais mecanismos de horizontalidade do MPL-DF. É difícil não nos aproximarmos da discussão que Clastres (1978), embora em contexto etnográfico diverso, traça acerca de uma espécie de desdém que pautaria as relações dos selvagens com seus desempoderados chefes. O desprestígio aqui evidenciado pode ser também encarado como um tipo de conflito por poder, como um exercício contínuo de limitação do poder do chefe/líder, assim como propõe Deleuze e Guatarri (1997), na esteira do etnólogo.

³³ Vários exemplos etnográficos desse desprezo podem ser encontrados nas já citadas Mendes e Saraiva. Por outro lado, vale compartilhar aqui a leitura que duas das atuais integrantes do MPL-DF fizeram ao ler esse trecho do trabalho: ambas me comentaram que não conseguiam sentir o desprezo ao qual eu me referia, atribuindo a não disponibilidade em participar de determinadas funções a um medo de errar em uma atuação considerada importante para o movimento. Elas também me chamaram atenção para o fato de que talvez dito desprezo fosse mais percebido por quem ocupasse lugares de proeminência. De minha parte, continuo achando que as duas coisas estão misturadas, percebendo que algumas funções como as de negociação e articulação são vistas com mais suspeição por grande parte do coletivo.

³⁴ Há outros fatores fundamentais nessa falta de reconhecimento, tais como condição de raça e gênero, sobre os quais falarei mais adiante.

Vale retomarmos como inspiração a discussão de Safatle(2016)³⁵ sobre a esperança e o medo enquanto afetos complementares para entender como o para nós antigo debate entre *todos sermos líderes e ninguém ser líder* não trata de dois pontos em lados opostos de uma linha, mas de dois lados de uma mesma moeda. Os dois lados partem de uma concepção do sujeito enquanto proprietário de si mesmo, um sujeito predicativo, segundo o autor, cuja relação fundamental da constituição da individualidade se dá a partir da ideia de posse: “(...) pensar sujeitos a partir de sua predicabilidade é pensa-los a partir de relações de posse, um pouco como indivíduos essencialmente definidos como “quem tem uma propriedade em sua própria pessoa”” (Safatle, 2016, p.23). Neste caso, um indivíduo que possui, em si, ou a essência do líder – em oposição a um sujeito passivo – ou a essência do não-líder – em oposição a um sujeito autoritário.

Se somos indivíduos proprietários de nós mesmos, constituídos por nossas características/predicados, o outro é, antes de tudo, um invasor em potencial, contra o qual devemos nos proteger. Graeber (2007) segue raciocínio similar em suas elaborações sobre a concepção de corpo/pessoa enquanto ser autônomo e com fronteiras definidas e a sua necessária implicação de proteção dessas fronteiras do perigo de outros corpos, relação que o autor aponta como fundante do Estado e essencialmente hierárquica. Ao me apoiar nessas discussões, proponho que pensemos que, ao conceber a horizontalidade a partir da ideia de uma só régua que caracteriza os/as integrantes do coletivo - a da liderança, a ser repudiada ou aclamada, segundo a qual todos/as precisam ser medidos/as, (para alcança-la ou para não se aproximar), requerendo necessariamente uma série de qualidades/características dos indivíduos, nosso conceito de horizontalidade não sugere a multiplicidade (mobilidade), mas uma homogeneidade que em última instância pode beirar as tendências microfascistas contra as quais Deleuze & Guatarri (1997) nos alertaram estar à espreita da mais rizomática existência. Se continuamos apostando que nosso ideal de militante//sujeito político passa por alcançar a liderança ou por fugir dela a todo custo, podemos até mudar a forma de olhar a régua, mas, ainda assim, não questionamos a própria régua.

³⁵ Em seu livro “O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo”, Vladimir Safatle elabora sua proposta de “corpo político”, apostando na necessária corporificação da política, que não pode ser feita sem afecções. Em primeiro lugar, o autor reconstrói a ideia de corpo político do Estado moderno, calcado em dois afetos centrais: o medo e a esperança, sobre os quais algo já falamos. Para construir a resistência, Safatle aposta na construção de um outro tipo de corpo político, aqui não entendido enquanto organismo estático, mas enquanto organicidade aberta aos entrelaçamentos e contingências das relações. Seria preciso, assim, para construir uma alternativa ao copo político do Estado e do Capital, abandonar a ideia de indivíduo, o sujeito que possui uma propriedade em si mesmo e que precisa defende-la do outro. Para tal, o autor diz ser necessário fazer circular outros afetos e enxerga no desamparo, na esteira de Freud, esta possibilidade: abrir-se ao desamparo provocado por uma abertura perene ao outro, saltar no vazio das incertezas.

(Há mais).

Quando já não há balsamo no mundo:

“Profeta, ou o que quer que sejas!
Ave ou demônio que negrejas!
Profeta sempre, escuta: Ou venhas tu do inferno
Onde reside o mal eterno,
Ou simplesmente náufrago escapado
Venhas do temporal que te há lançado
Nesta casa onde o Horror, o Horror profundo
Tem os seus lares triunfais,
Dize-me: existe acaso um bálsamo no mundo?”
E o corvo disse: "Nunca mais".
(Ainda em Edgar Alan Poe, - tradução
Machado de Assis)

Quando pensamos a dinâmica da cristalização dos poderes no cotidiano do coletivo, outras relações são também acionadas, e elas dizem respeito a hierarquias que são vistas pelos integrantes do movimento como estruturais, vigentes e firmes para além de suas fronteiras. Em especial, elas dizem respeito a desigualdades de raça e gênero, dadas como dois grandes obstáculos para uma construção efetiva da horizontalidade. Adicionadas à diferença de acesso à formação acadêmica – que com tranquilidade poderíamos associar a diferenças de classe – tais desigualdades aparecem como cruciais para entender as disparidades de poder que também constroem as relações do coletivo. Tomemos algumas falas da discussão como exemplo:

“ (...) E isso faz sim diferença e muita, inclusive na questão de gênero, o espaço público é historicamente atribuído e legitimado aos homens, e pensar política é entrar no espaço público que nos é negado enquanto minas.” (da militante, branca, que iniciou a discussão, caderno de campo)

“É fácil ler na minha pessoa o homem e o estudante de ciências sociais. Mas é difícil ler o negro, de família sem formação acadêmica, que passou e passa por humilhações e questionamentos de todo tipo por minha cor, que se qualificou em situações adversas de quem não via nenhuma qualidade no seu discurso. O que estou querendo dizer é que estão me atribuindo um privilégio no que leio como fruto de uma conquista (torta, com problemas, mas é uma conquista). Enfim: em nosso movimento existem muito

mais mulheres brancas com capacidade de interlocução e leitura da realidade que homens negros.” (de um militante negro, caderno de campo)

“Sou do time das inseguras; sou do time das sociais. Sou do time do acesso privilegiado ao saber, mesmo sendo mulher. (E sou do time de quem já deixou de ir em atividades diversas por não me sentir capaz de contribuir nem de desabafar nem de buscar ajuda).” (de uma militante branca, caderno de campo)

“Passei anos calado mas conversas sobre política que aconteciam nos bares, pois não tenho formação acadêmica, nem falo outras línguas, o que sempre me fez depender dos coletivos para a minha formação política.” (de um militante negro, caderno de campo)

Poderíamos seguir indefinidamente com excertos da discussão, já que todas as pessoas que dela participaram acionaram de alguma forma esse tipo de discurso: fosse para denunciar as dificuldades de uma posição, fosse para assumir o privilégio de outra. Cada militante, como aliás costuma acontecer nas discussões do coletivo, se posicionou em algum dos polos sobre os quais falávamos – homem/mulher, negro/branco, com formação acadêmica/sem formação acadêmica.

O reconhecimento e localização nesses polos passa por uma percepção que à primeira vista pode parecer contraditória com a ideia de prefigurativismo sobre a qual falávamos acima. Não é que carregamos o mundo novo nos nossos corações³⁶? Então qual o peso dessas desigualdades, se a ideia é viver já desde então esse outro mundo? A análise do coletivo caminha na direção oposta à desses questionamentos: trazemos, afinal, também o mundo velho em nossos corações – não apenas não estamos isolados do mundo que queremos destruir, somos fruto dele. Ignorar essas hierarquias, seria, segundo o coletivo, não se atentar ao que queremos eliminar e, assim, terminar por contribuir com a manutenção e invisibilização das desigualdades. Nada nos pareceria menos horizontal que isso.

Curioso é perceber que, segundo os depoimentos, não há quem se sinta confortável aonde se encontra. Não importa como os tais polos se combinam em suas trajetórias, nenhum/a dos/as militantes que se manifestou considera estar seguro onde está no cotidiano do movimento. O que há, pelo contrário, é uma afirmação constante da fragilidade que cada um encontra, ainda que haja também reconhecimento de seus privilégios (a terceira fala aqui citada é especialmente clara nesse sentido).

³⁶ Como em frase de Durruti, já citada no capítulo 1.

Há vezes em que o acionamento desse incômodo é visto como uma espécie de competição entre as diferentes discriminações sofridas e os respectivos lugares de fala de cada militante, como se pudesse haver uma também hierarquia entre quem sofre mais a depender da opressão enfrentada. A preocupação em não se deixar levar por esse tipo de dinâmica – o que revela, ao menos, que a mesma dinâmica parece encontrar alguma ressonância - emerge no coletivo quando, por exemplo, uma integrante declara (sobre o machismo e o racismo): “São duas opressões muito estruturais da nossa sociedade e história e acho que precisam ser pensadas mesmo com cuidado, que sirvam uma para desconstruir a outra e não para conflitar-se” (fala de uma das militantes, caderno de campo). É a forma de dizer que há mais que disputas entre quem se encontra em pior condição frente às diversas desigualdades que compõe esse mundo que queremos ver acabado; há o necessário desconforto, um forçoso não encaixar-se que – mesmo que de intensidades e origens distintas – é o que nos fez coletivo, é o que nos trouxe para a luta em primeiro lugar. Sugiro aqui que uma das dificuldades do movimento com a horizontalidade pode ser relacionada a uma tentativa de resolver esse desconforto, como se isso possível fosse. Talvez nos fosse mais interessante enxergar esse desconforto enquanto potencialidade.

Um demônio sonhando: a horizontalidade como horizonte e a perenidade do desconforto como modo de caminhar

“E o corvo aí fica; ei-lo trepado
No branco mármore lavrado
Da antiga Palas; ei-lo imutável, ferrenho.
Parece, ao ver-lhe o duro cenho,
Um demônio sonhando. A luz caída
Do lampião sobre a ave aborrecida
No chão espraia a triste sombra; e, fora
Daquelas linhas funerais
Que flutuam no chão, a minha alma que chora
Não sai mais, nunca, nunca mais!”
(Por fim em Edgar Alan Poe, de novo tradução por
Machado de Assis)

A sedução da cristalização dos poderes – ou seja, da hierarquia – está, justamente na promessa que as coisas estejam seguras, estabelecidas e, dessa forma, confortáveis. O conforto é o que nos cristaliza; o desconforto, o que nos empurra a caminhar. Assim, se a horizontalidade trata, acima de tudo, da mobilidade – pois que a anti-hierarquia é poder mover-se, como elabora o próprio movimento – apostar na resolução dessa querela é, afinal, uma contradição em termos. É como pensar uma revolução não conjugada em gerúndio. Foi, pois, a insatisfação e o desconforto que nos trouxe ao Movimento Passe Livre em primeiro lugar: o desconforto dos

ônibus apertados, mas também o desconforto de uma forma de fazer política que igualmente parecia não nos caber.

A elaboração de Safatle (2016) acerca do desamparo enquanto afeto revolucionário me parece especialmente frutífera neste ponto, se pensarmos na horizontalidade como o abandono de um sujeito que se define por suas características, em nome de conexões entre sujeitos que se indefinem, ou seja, que se abrem à sua despossessão, tal como o autor reinterpreta a ideia marxista de proletariado. Os vínculos que se criam entre sujeitos que não se mobilizam essencialmente pelo medo ou pela esperança, mas que, ao contrário, se expõe e se entrecruzam pelas contingências, são vínculos de outras naturezas, com novas potências, as potências necessárias para se saltar no vazio, para deixar de lado os rumos de sempre. O interessante, desta forma, não é apostar num antagonismo superado, mas no caráter insuperável do antagonismo, do desconforto, do desamparo:

“Por mais que se tenha essa formação constante, sempre vai haver alguma lacuna entre as militantes de um movimento, isso pq temos qualidades e afinidades com diferentes características da luta, temos que saber valorizar a capacidade de análise de algumas, tanto quanto a disposição pra mão na massa de outras, afinal a maioria das pessoas com as quais desejamos lutar acha que Bakunin é uma vodka. Também seria um erro não aproveitar a qualidade de leitura da realidade das nossas militantes, que por vezes são capazes de ler e sintetizar a realidade de forma muito rápida. Temos que criar mecanismos de horizontalidade que aproveitem as características de cada militante, sempre tentando não hierarquizar esses conhecimentos.” (fala de um militante, caderno de campo)

Em outras palavras, entender a horizontalidade não enquanto indivíduos que, em suas características, buscam aproximar-se a uma determinada régua, seja acima ou abaixo dela, mas pautar-se pelo fluxo dessas características, fluxo de agenciamentos diversos, criando dispositivos de singularização, nos termos de Rolnik e Guatarri (2013). “Valorizar a lacuna e diferença entre militantes sem hierarquizar, me ajuda a tentar legitimar minhas potências e reconhecer nx outrx que a potência delx, também me fortalece.”, disse a militante que iniciou o debate, após o contato com algumas respostas a seus incômodos. Mas talvez passe por também perceber que a potência do outro não é só minha força, mas também minha vulnerabilidade: abrir-se para ao desamparo dessa situação é o que permite que uma relação com o outro não pautada pela necessidade da proteção comece a emergir, ou seja, um tipo de socialidade que não se pautar pela necessidade do Estado para nos defender do invasor, uma socialidade contra o Estado e contra o mercado, tal qual o movimento busca criar.

Aqui também me parece interessante evocar a ideia de liderança a partir de um outro verbo: não o *ser* de sermos todos/as líderes, ou ainda o *não ser* de ninguém é líder. Se a proposta é se constituir pela mobilidade, o interessante é pensar através do *estar*; necessariamente transitório, marcado pela inconstância e não pelo predicado. “Pode-se dizer não que o chefe é um homem que fala, mas aquele que fala é um chefe”, disse Clastres (1978, p.30), acerca dos mecanismos que impedem a subordinação hierárquica nas sociedades selvagens; ou seja, a fala é o lugar da chefia, mas não é o lugar do chefe. Encarar o exercício não-predicativo das funções necessárias às atividades do movimento, emerge como uma forma interessante de entender o mecanismo de rotatividade de tarefas que nos propomos a construir, quando o que se faz não se arboriza, não resulta em cristalizações do que se é. Essa ideia se aproxima da interessante abordagem que Safatle elabora acerca do sujeito político total de Marx, que pesca de dia, pastoreia à tarde e faz crítica a noite sem se transformar por isso em pescador, pastor ou crítico (Safatle, 2016, p.236).

Nesse sentido, uma elaboração do princípio pode nos levar para uma horizontalidade que, como o horizonte e a utopia, torna-se inalcançável, torna-se o lugar para o qual nos movemos, mas no qual nunca podemos chegar. O desconforto perene vira a garantia de que continuaremos indo, um modo próprio de caminhar, de não nos sedimentarmos. Outra questão, ainda, é como expandir os limites desse horizonte para longe das fronteiras do coletivo (ou deixar, também, essas fronteiras necessariamente porosas), em consonância com a percepção de política do MPL que aposta não na sua especialização, mas num necessário exercício cotidiano, sem políticos. Se a ideia de que há aqueles/as que fazem a política, enquanto há aqueles que cuidam de suas vidas se constitui enquanto a (anti)política para o movimento – pois que evidencia a própria definição do Estado³⁷ - há que se fazer fluir a horizontalidade para quem não compõe o cotidiano do que chamamos de movimento, mas que está também diariamente sujeito aos chacoalhares dos ônibus e metrô, ou seja, aqueles/as que fazem com que nossa proposta tenha alguma relevância. Para tanto, não podemos nos deixar levar pela promessa de qualquer resolução, pois que é o conflito que nos mobiliza. As soluções ficaram para trás e o desconforto é como o corvo *nervemore* de Poe que, em sombra e luz, já nunca mais nos abandonará.

³⁷ Desenvolvo esta reflexão mais adiante.

[Interlúdio II]

O Estado ganha corpo (e é em nossos corpos que o sentimos)

No capítulo anterior, falamos um pouco sobre alguns dos dilemas internos do movimento, a partir da discussão de um dos seus princípios norteadores, a horizontalidade. Minha aposta é que, entre outras coisas, a horizontalidade está relacionada com o intuito do movimento de construir uma subjetividade contra o Estado, fazendo circular outros afetos. O Estado, naquele capítulo, é visto em termos de forma, modo de funcionamento. No cotidiano do coletivo, no entanto, o Estado não é apenas uma abstração: ele ganha corpo, voz, armas. É sobre um momento como este que versa a crônica que veremos a seguir.

[Capítulo 3]

Dos Perigos na esquina

Não havia muito que o Governo do Distrito Federal havia aumentado as passagens de ônibus, coisa que ocorrera em setembro de 2015, quase 10 anos depois do aumento anterior. Andávamos, então, fazendo manifestações em várias cidades do DF, em conjunto com organizações locais com quem trabalhávamos previamente. Nessa sexta-feira, estávamos no Paranoá, em um pequeno ato na avenida principal da cidade organizado junto ao Movimento Caliandra – um movimento centrado principalmente em pautas da chamada *cultura popular*. Saíamos daquela pequena manifestação com a sensação de que havia tudo corrido relativamente bem. Sem tanta gente participando, adotamos a mesma estratégia que usamos em outras cidades do DF: interrompemos o fluxo de carros ocupando a faixa de pedestre, com batuque, faixas e panfletos. Na hora do bloqueio, um/a de nós fazia uma fala explicando os propósitos do ato. Quando a situação ficava mais tensa, desocupávamos a via e liberávamos o trânsito. Fiz algumas das falas naquele dia, assim como outros integrantes do MPL-DF, mas a grande maioria das intervenções foi feita por um morador e militante do Paranoá, Wil³⁸. Nesse dia, minha principal função era filmar o ato: muitas vezes a câmera parece funcionar para nós ativistas como uma espécie de proteção – sua presença nos parece evitar algumas atuações mais violentas por parte da polícia, em especial quando não há presença de jornalistas, de veículos de comunicação que chamamos de *mídia corporativa*.



³⁸ Na primeira versão deste capítulo, mantive Wil em anonimato, de acordo com as preocupações de segurança que permeiam toda a dissertação. No entanto, em conversas com minha orientadora, comentamos como essa minha postura, nesse caso, era contrária aos desejos e análises do próprio Wil, como se verá mais adiante. Optei, assim, por colocar seu nome como forma de ser coerente com a análise por ele apresentada.

À medida que passamos mais tempo ocupando a rua, o policiamento ao nosso redor, inicialmente bem reduzido, foi aumentando. Quando percebi que a polícia se aproximava de Wil, também me aproximei com a câmera, com o intuito de registrar qualquer tipo de agressão ou ameaça. Os policiais me pareciam desproporcionalmente armados: levavam submetralhadoras junto ao peito. Eu tinha uma câmera. E quando me acerquei com ela em punho, imediatamente fui repreendida por um dos policiais: “Não, não me filma não!”, ele gritou. De longe, um outro policial que parecia estar no comando da operação pediu para que o colega me deixasse filmar. Segui meu “instinto”, desses que adquirimos com as experiências: não respondi, me afastei e continuei filmando o ato. Em alguns minutos, a bateria da câmera acabou.

Passaram-se alguns minutos e o policial que tinha dito que eu não filmasse me chama num canto, com tom gentil, marcadamente diferente do anterior:

- Olha, senhora, me desculpa por falar daquele jeito com você, viu. É porque a senhora não entende meu lado. Quando você me filma, se eu fizer qualquer coisa errada, não é culpa da corporação. Sou eu. Se eu fizer algo certo, a PM leva o mérito, mas se eu fizer qualquer coisa errada sou eu quem sou punido. É por isso que eu não quero que a senhora me filme.

Apesar da falta de bateria, continuei com a câmera no pescoço: é que a simples presença da câmera já parece nos servir de amuleto. Respondi, ao lado de um amigo que então me acompanhava:

- Senhor Ricardo (vi o nome na identificação), olha, esse é um problema que o senhor precisa resolver dentro da sua corporação. No entanto, enquanto agente do estado, a sua imagem é pública e eu, enquanto sociedade, tenho o direito de fiscalizar e registrar o seu trabalho. A sua imagem é da PM, no exercício de sua função.

Eu não tinha qualquer garantia jurídica do que falava, assim como o Sargento Ricardo também aparentava não ter. Ele dizia que não, sua imagem era, antes de tudo, dele. Eu dizia que a sociedade tinha o direito de fiscalizar a ação policial. Não chegaríamos a lugar nenhum. Me afastei paulatinamente para continuar acompanhando o ato.

A manifestação se estendeu por pouco mais, com algumas falas de Wil denunciando a ação violenta e cotidiana da Polícia Militar na *periferia*. Após uma rápida finalização, fiquei responsável por levar Wil, a bateria, as faixas e placas até sua casa, usando um carro emprestado de um outro militante que estava presente no ato. Tratava-se de um pequeno percurso, de menos de 2 km.

Aproveitamos o caminho para fazer uma rápida análise do ato. Wil comentava que não queria voltar a pé sozinho para casa e por isso aproveitou a carona: era sobre a presença constante desse medo que ele falava quando criticava a atuação da PM nas suas falas na manifestação. Wil me disse várias vezes: manifestação no Paranoá não é como manifestação *no Plano*. Assim que deixamos a avenida principal do Paranoá, iluminada e cheia de gente, noto que há uma viatura atrás de nós. Ela está de farol apagado e sirene desligada. Me assusto por um instante, mas concluo que é paranoia – esse é também um processo recorrente na vida de vários/as militantes como eu: primeiro o medo, depois o medo de estar com medo demais. Continuo dirigindo. Eram mais ou menos 8 da noite.

Há, no entanto, perigo na esquina.

A sirene toca. Fico confusa sobre o que fazer: devo parar? Devo dar passagem? Encosto o carro do lado direito da pista, achando que a viatura queria me ultrapassar. Passo alguns segundos parada, sem saber o que a polícia quer que façamos. A viatura continua atrás de mim, mas os PMs não fazem qualquer sinal: nem de descer do carro, nem de nos ultrapassar. Resolvo seguir adiante. Ando alguns metros e a viatura nos segue cantando pneu: “Vai *evadir*? Vai *evadir*? Eu mandei você parar!”.

Paro o carro no meio da rua, já isolada, no Paranoá. Minhas pernas tremem. Os policiais descem ainda gritando: “Mão na cabeça! Desce do carro! Bora, bora!”. Armas em punho. Sargento Ricardo vem em minha direção, com a mesma submetralhadora de mais cedo, mas agora a aponta para a minha cabeça.

Todos os policiais que participaram daquela abordagem estavam conosco no ato: não nos haviam parado por acaso, assim como não parecia ser por acaso que estávamos em uma viela do Paranoá. E, olha, com as mãos na cabeça, numa rua escura de uma cidade satélite, desafio a qualquer/a um/a a não ficar com medo. Minhas pernas demoraram a parar de tremer. Eu, branca. Wil, negro³⁹. Nós dois militantes. Todos os policiais são indubitavelmente brancos⁴⁰. “Há algo ilegal nesse carro? A senhora é proprietária do veículo?”. Respondi não para as duas

³⁹ Há quem questione se a minha branquitude é assim, tão absoluta. Embora essa questão seja até constante em minha experiência, opto por reafirmar aqui minha condição de branca baseada, principalmente, em minhas interações com X, nas quais essa diferença é por vezes marcada: para ele sou tão branca quanto ele é negro.

⁴⁰ Desde 2009, exige-se diploma de curso superior para entrada na Polícia Militar do Distrito Federal. Tenho a impressão que essa medida, assim como o aumento dos salários, contribuiu para o branqueamento da instituição, tendo em vista o acesso ainda restrito ao ensino superior no DF. Como eu e X conversamos após esta abordagem, a presença de mais policiais brancos parece causar algum tipo de reconfiguração nas ações da PM nas periferias das cidades, onde sua atuação é mais ostensiva. Acredito que essa mudança no perfil dos policiais e seus efeitos mereçam ser alvo de estudos mais aprofundados.

perguntas. Torci para que o dono do carro não transportasse nada suspeito. Depois de dar um *baculejo* em Wil, os policiais anunciaram que iam revistar o carro.

Um carro tão cheio de coisas demora um bocado para ser revistado e a tensão do momento fez com que parecesse ainda mais. Durante a revista, Wil comenta que aquela cena está acontecendo porque ele é negro, trazendo à tona a dimensão racial subjacente às ações da polícia. Um policial retruca: “Você não tem essa cara de bandido que você tá falando, não!”. Wil pergunta se ele acha que se afirmar negro é se afirmar bandido. O policial diz: “Não, veja bem, não é isso! Estou dizendo que você me parece saudável!”. Neste momento, Wil se exalta e o tom da discussão aumenta. Confesso que tenho medo dessa reação e resumo minhas respostas a “sim” ou “não”. Eu não sei das feridas vivas que Wil carrega no peito.

Procuo ficar atenta à revista do policial que segue olhando as coisas no carro. Essa é também uma preocupação constante que tenho enquanto militante. Para implantar qualquer coisa e nos incriminar ali, só basta a vontade do policial, penso. Não haveria muito o que eu pudesse fazer, se fosse esse o caso, penso em seguida. Mas não deixo de olhar atentamente o carro, como se meu olhar pudesse me trazer alguma garantia.

O mesmo policial que havia se aproximado de Wil durante o ato, retoma a conversa sobre o direito de imagem do Sargento Ricardo. Ele me diz que eu não tenho razão em filmá-lo, e pergunta se sou jornalista. Digo que não, sou antropóloga. “Formada?” Sim. “Exerce?” Estou fazendo meu mestrado agora. “Parabéns, viu! Eu sei que a UnB é uma das poucas faculdades que tem mestrado em antropologia. Eu tentei fazer direito lá, até passei, mas não consegui manter. Aquela grade horária, toda aberta, não dá para mim que tenho filho para criar. Tive que sair e fazer numa particular.” Pra você ver como as coisas são injustas, respondo.

“Pois é, gente, mas vocês precisam ver que nós estamos do mesmo lado.” Um outro policial entrou na conversa. “A minha conta de luz vinha 60 reais. Agora vem 120. Não dá, tá subindo demais.”. “E a passagem tá mesmo absurda, como assim 4 reais!”, outro policial. “Viu como a gente concorda com vocês? Tem que lutar mesmo. Mas, assim, tudo que acontecer na manifestação é responsabilidade de vocês dois, vocês também precisam entender isso. Por isso que estamos aqui também né. Mas nós estamos do mesmo lado”. Nesse momento, todos os policiais estão com feições surpreendentemente amigáveis, sorrindo enquanto conversam conosco. Wil responde que não, não estamos do mesmo lado. Diz que a PM só nos revista porque estamos organizados: “Lá do lado de casa tem um *biqueira*⁴¹ que vocês tão cansados de saber que existe, mas não chegam lá. Porque bom mesmo é nos ver mortos, no crime.”. Um dos

⁴¹ Ponto de tráfico de drogas.

policiais responde, ainda sorrindo: “Calma, cara. Não precisa tanta agressividade. Pra que falar com a gente desse jeito?”.

Nada encontrado no carro, mas eu não estou com o documento, que ficou com o dono. O comandante me diz: “O protocolo seria te levar para a delegacia, porque o porte desse documento é obrigatório. Mas vocês vão aqui pertinho, né? Faça o seguinte, dona Leila Saraiva Pantoja. Estaciona o carro aqui onde vocês vão e peça para o dono do carro vir buscar. Não ande sem documento tá? Vou te liberar dessa vez.” Falou essa frase com um tom de benevolência, e mais uma vez sorriu, agora como se esperasse meu agradecimento

Já estávamos entrando no carro quando um dos policiais se aproximou outra vez: “Ei, quando é o próximo ato?”. Silêncio. “Na próxima manifestação, lembrem de pedir pelos direitos dos policiais, a gente tá sem convênio médico há vários meses.”. Entrei no carro ainda com frio na barriga. “Que *rolê* mais passivo-agressivo, hein?” - disse para o Wil, enquanto dirigia o carro até sua casa. Era dia 14 de Outubro.

No capítulo anterior, aposto na horizontalidade enquanto um princípio pautado pelo desejo de construir uma subjetividade contra o Estado. O Estado de que ali estou falando relaciona-se, mais que a uma instituição historicamente localizada, a um conceito, uma forma de operar. Poderíamos aqui dizer que o acionamento que então faço deriva, principalmente, de questões filosóficas: a discussão de Safatle sobre o Estado como necessário para nos proteger do outro, calcado no indivíduo proprietário de si mesmo, parte, justamente, dos mitos contratualistas, em especial das elaborações de Hobbes, e seus efeitos no estabelecimento de uma subjetividade que um outro corpo político precisaria combater.

Também poderíamos pensar esse mesmo Estado a partir das perspectivas adotadas por Deleuze e Guatarri, que, ao trata-lo como forma, considerará que ele sempre existiu. Ainda que seus modelos de realização sejam diversos, a forma-Estado se constituiria essencialmente de sua potência de apropriação. A partir da conjunção de duas operações – 1) o estabelecimento de um espaço de comparação e 2) a apropriação monopolista (Deleuze & Guatarri, 1997, p.140) – a forma-Estado se atualiza em um movimento contínuo de sobrecodificação de fluxos antes descodificados, o que justamente a caracterizaria enquanto um aparelho de captura.

Os termos propostos pelos dois autores, tais quais suas discussões, são complexos e não me aventurarei a dissecá-los. Para o que aqui me interessa, vale ressaltarmos que, se o Estado como forma sempre existiu– constituindo um dentro – ele simultaneamente cria também um fora. Por um lado, o Estado depende de uma necessária exterioridade, de forma que possa

continuar empurrando seus próprios limites; por outro, não existe a possibilidade de homogeneização, mas uma coexistência: alguns novos fluxos descodificados sempre escaparão ao poder linearizador do Estado.

A crônica com a qual inicio esse novo capítulo, no entanto, faz com que esse Estado tome ares de *estado*: saímos das abstrações, nos deparamos com seus corpos, suas armas, suas práticas encarnadas, com uma das formas rotineiras de interação entre movimento e a instituição. As duas perspectivas não são opostas, mas tratam de planos distintos, cujos acoplamentos geram composições diversas. Como nos alerta Guatarri: “o Estado é feito de corpos que tem sua própria estrutura” (2013, p.176).

As reflexões trazidas à público na coletânea organizada pelas antropólogas Veena Das e Débora Poole (2004), tal como a minha crônica, também se dedicam a esse plano. Tratam-se de tentativas de escapar, a partir da experiência etnográfica, de assunções metafísicas do Estado, em especial daquelas que dizem respeito a seu próprio discurso, qual seja, o que atribuí a esta instituição a característica de suma racionalidade, guiada por princípios pré-estabelecidos que ultrapassariam as atuações de seus atores. Para as autoras, é preciso mergulhar nas práticas cotidianas estatais, muitas vezes visíveis não no que elas chamam de *centro*, mas em suas *margens*⁴², naqueles acontecimentos corriqueiros que muitas vezes são declarados como “exceções”, “arbitrariedades”, “equivocos”, mas que de fato são onde lei e ordem se produzem, se refazem, se reconfiguram.

Ao falarmos de centro e margem estamos, assim, também falando de interioridade e exterioridades. As margens seriam os pontos *quase fora*, as fronteiras porosas onde fora e dentro se encontram e misturam. Importante é dizer que, se o Estado tem um fora e um dentro, também o MPL os possui, em diversos níveis⁴³. Aqui podemos pensar tanto em quem é e quem não é do movimento – a exemplo do que foi dito no capítulo anterior - como também em termos dos momentos em que seus integrantes corporificam o movimento (centro) e aquelas situações nas quais passamos a ser vistos quase descolados da coletividade, como indivíduos (margem). Na

⁴² Pode haver certa confusão na escolha desses termos pelas autoras. Não se trata aqui de pensar margem/centro de forma análoga à oposição centro/periferia, de modo que é um equívoco inferir que se está advogando simplesmente em nome de uma antropologia no sul global, em cidades periféricas, ou qualquer coisa que o valha. Segundo a concepção das autoras, os centros e as margens estão presentes em todos os Estados. É verdade que os autores da coletânea buscam se distanciar de etnografias feitas em espaços vistos como do Estado por excelência, se aproximando de situações fora do cerne do poder. Arrisco a dizer que a diferença margem/centro, se dá principalmente da seguinte forma: o centro trataria da esfera das regras, da lei, do que é chamado de norma; as margens da esfera da realização, dos atos, do que é chamado de exceção. Em última instância, a separação entre as duas coisas não é propriamente linear, mas o centro tem tons de margens, e as margens tem tons de centro.

⁴³ A exterioridade por excelência do MPL seria, justamente, o Estado, enquanto adversário e inimigo, enquanto seu oposto.

situação que aqui trago à tona, em termos do Estado, o quase fora estaria na abordagem feita em rua escura, sem aparentemente seguir as ordens, leis ou os protocolos; em termos do movimento, o quase fora está no momento em que, já distantes do grande grupo, nossos rostos ganham nome e números de documento, trazendo para a cena outros agenciamentos que nos compõem para além do MPL. Nesse encontro de duas margens, o Estado se faz, assim como também se desfaz; o movimento se faz, assim como também se desfaz. Estado e MPL passam a se perpassar um ao outro, criando novos fluxos e composições.

O que dizer, então, sobre Estado e Movimento a partir de uma arma na cabeça?

Em sua página no facebook, Wil se dedica a esse empreendimento, no dia seguinte à abordagem que sofremos. Seguem alguns trechos de sua análise:

“Essa noite, dormi muito bem. Obrigado! Acordei tranquilo. Ontem, vocês sabem disso, a polícia a mando do sargento Neves (ou tanto faz) fez uma abordagem pra ameaçar eu e Leila, após o ato que nós participamos contra o aumento do preço da comida, das passagens, da gasolina e da vida que pra nós anda cara, mas pros capitalistas tá barata.

A polícia, como os carrascos da idade média, não se identifica. Usa sobrenomes e não nomes completos com RG e tudo que eles exigem de nós. Como fizeram. Na abordagem eles se dirigem uns aos outros chamando por números. Quando são identificados por filmagens eles dizem ter direito de imagem. Como se fossem Charles Bronson ou Arnold Schwarzenegger. A polícia não se identifica nas abordagens porque também tem medo de retaliação. Porque sabem que o que estão fazendo é errado. (...)

Ontem, depois do ato. Escrevi sobre a ação da polícia, desse sargento Neves (ou tanto faz). E dormi muito bem. Eles, lá no protesto disseram que até apoiavam, achavam justo. Mas chamaram reforço e nos cercaram como aviso.

Não houve confronto.(...)

Eles foram muito polidos. Como Leiloca disse... “Passivo-agressivos”. O Estado é nocivo. Sou militante, comunista. Sei disso. O Estado é dos ricos, entenda isso. O sargento Neves (ou qualquer um) é subordinado. Eles nos emboscaram na quadra 16, na rua atrás de onde morro e fui criado, aqui no Paranoá-DF, onde o arrego, a propina é cobrada todo dia do tráfico. Fomos ameaçados pelos agentes do Estado. Disseram que seremos responsabilizados por qualquer ato chamado, segundo lei feita pra reprimir os atos de 2013(...)

Eles vão me rondar com suas viaturas, vigiar meus e-mails... meu face. Não tenho mais medo disso. Não é novidade. (...)Mas não vou dar motivo pras arbitrariedades do Estado. Eles..., eu não sei de onde vieram. O nome. Onde moram (são táticos). Eu sou como você. Nasci na Ceilândia, moro no Paranoá, tivemos barracos derrubados pelo Estado no Paranoá Velho, como muitos de vocês. Eles tem meus documentos, podem me bater, me prender, me matar. Eles são treinados pra isso. Eles andam armados. Eles não andam sozinhos... Pior que isso... A lei, fortalece os atos deles.

Se eles querem minha identidade, que levem. Se querem me ameaçar, que o façam. Se precisarem disso para se sentirem mais autoridade, mais homens, mais cumpridores da lei que atinge até a família deles. Que o façam! Mas não me convencem. Eu sei que lutar não é crime. É meu dever. E se as leis, a polícia, o Estado...Estiverem contra nós temos que nos rebelar. Temos que nos defender. Nós, nossa família, nossos companheiros de vida. (...)

A polícia, quer parecer igual a mim e a você. A democracia, precisa que você ache que somos iguais. Mas não somos. Eles estavam em quatro, armados com duas pistolas semi-automáticas, uma submetralhadora e uma escopeta. Todo aparato de vigilância e repressão comprado com o seu dinheiro, para bater em jovens negros, reprimir protestos até dos doentes nos hospitais, pra sufocar lideranças, greves, pra comprar partidos e políticos para fazerem essas leis que a polícia é obrigada a cumprir (e o

fazem porque optaram por essa função, essa profissão... poderiam trabalhar em outro ramo, como você).
Não. Não vou ficar em casa com medo da repressão. Sou um jovem, negro de periferia. Ameaça eles já fazem todo dia. Sou comunista... Choro, sinto dor, tenho medo dos agentes do governo, das covardias. (...)
Não sou covarde! (...)
O Estado, já lançou meus dados na internet, em edital... Minha vida já é de conhecimento geral. Não tenho nada a esconder. Nem meu rosto, nem meus dados, nem os meus atos. Estou sendo honesto e NÃO espero que o Estado, a burguesia seja. Eles se escondem. Eles mentem. Eles assassinam covardemente à noite. Eles não tem nome.”

(Wil, 15/10/2015 no facebook)

Ressalto aqui alguns pontos que me intrigaram ao ler sua análise. Em primeiro lugar, Wil falará de arbitrariedade, mas não como se a abordagem em si fosse arbitrária, excepcional ou uma regra não obedecida. Ela é uma prática cotidiana, vista diariamente em sua cidade. Arbitrário, estruturalmente, é o Estado: “o Estado é nocivo”. Em oposição a um discurso oficial que poderia afirmar que aquela abordagem foi uma exceção, descumprindo a racionalidade estatal, para Wil é regra justamente por cumpri-la. Por outro lado, aqueles policiais são ao mesmo tempo agentes e subordinados do Estado – poderia ser o Sargento Neves, mas poderia também ser qualquer um. A lei fortalece o ato deles, ao mesmo tempo que ele sabe que *lutar não é crime*. Simultaneamente, Wil diz: os policiais não se identificam por que temem retaliação, sabem que estão errados. Fica no ar a dúvida se segundo qual código eles saberiam estar errados, se a partir de alguma noção moral dos policiais que ultrapassariam a corporação ou segundo, quem sabe, a lógica de quem poderia retaliá-los.

Há ainda uma mistura de posições por parte dos policiais militares, acusada por Wil⁴⁴. Inicialmente, ele se queixa por agirem como corporação: *eles não tem nome, não se identificam, se tratam por números, enquanto pedem que nos identifiquemos e que apresentemos nossos documentos*; ao mesmo tempo, também se queixa quando os policiais deixam de se apoiar na corporação para se colocar enquanto indivíduos, alegando aí um direito de imagem: *quando são identificados, eles falam de direito de imagem*. A ambivalência dessas duas posições aparece aqui como profundamente incômoda.

Por outro lado, Wil também passeia por essa ambiguidade: ele tem nome, uma trajetória, morou na Ceilândia, no Paranoá. Mas é também um “nós”, o nós que paga os preços altos do mercado, o que pode dizer *eu sou como você*, ao contrário dos Policiais. Aos Policiais, ele diz: *se querem minha identidade, que levem*. De novo, podemos entender identidade como o documento, ou ainda como seu nome; mas há também um ar de transcendência nesta frase, ar

⁴⁴ É justamente diante dessa análise que optei por dar o nome de Wil, como ele o deseja.

este comumente presente no discurso militante: a luta ultrapassa aqueles que a fazem, ela permanece ainda que nos ameacem ou nos façam desaparecer.

Por fim, apesar dessas semelhanças (os policiais são e não são corporação, tem e não tem identidade, corporificam a transcendência do Estado, ao mesmo tempo são ultrapassados por ela// Wil é e não uma coletividade, tem e não tem uma identidade, corporifica a luta ao mesmo tempo que é ultrapassada por sua transcendência), a análise de Wil passa pela marcação enfática de uma diferença entre nós (pessoas/movimento) e eles (policiais/Estado). O Estado, ali encarnado na polícia, aparece como inimigo, não apenas um outro, mas um adversário de muito maior potencial ofensivo.⁴⁵

Explorar esses possíveis sentidos da análise de Wil, e o emaranhado de linhas que ela levanta, alerta, não passa por apontar qualquer tipo de *contradição*, *falha* ou ainda *ingenuidade* de seu conteúdo, como a utilização das palavras *ambivalência/ambiguidade* pode parecer querer indicar. Pelo contrário, penso que ingênuo seria, justamente, acreditar que há qualquer tipo de relação simplesmente *coerente* entre movimento e Estado, militantes e policiais. A análise de Wil me parece valiosa justamente porque revela um pouco do entrecruzamento, dos pontos de contato, das nuances entre margens e centros que falava anteriormente: uma visão ao mesmo tempo estrutural e agenciada do Estado, uma percepção ao mesmo tempo estrutural e agenciada de si mesmo.

Essas dubiedades que compõem a visão de Wil acerca do Estado e da militância, são analisadas por Das (2004), por meio da analogia do Estado com a magia: aquele seria “uma forma de regulação que oscila entre racionalidade e mágica”. Não se trata aqui de afirmar que o Estado não existe, ou utilizar o termo mágica como truque. Os pontos de contato entre magia/feitiçaria e Estado, ao contrário, passam por ambos possuírem efeitos reais; as forças mobilizadas nas instituições não serem transparentes; ambos mobilizarem forças aliadas à obscuridade, perigo e poder e, por fim, no fato de que envolver-se com o Estado ou com a magia é necessariamente tornar-se vulnerável. Borges (2012) seguirá na mesma linha: “Tanto a bruxaria quanto o estado existem como coisa abstrata, mas também como coisa visível aos olhos de quem os (re)conhece” (Borges, 2012, p.482). Como a bruxaria, o Estado conta com um tipo de subjetividade específico, que se reinventa e se refaz a partir dele.

⁴⁵ Quanto a isso, devo eu também de antemão me defender: não me arrisco a construir algum tipo de continuidade entre a minha análise e as que seguramente aqueles quatro ou cinco policiais possuem deste momento. Se é verdade que eles possuem histórias, trajetórias, motivações, sentimentos, uma multiplicidade de sentidos, intenções e teorias sobre o que ocorreu aquela noite, há, no entanto, uma distância da qual não posso me desvencilhar: uns/as seguram as armas, outros/as estão sob sua mira. Penso do lado de cá do cano da submetralhadora.

As análises que traço abaixo se apoiam e dialogam com essas teorias, juntando-se a outras inquietações que, enquanto integrante do MPL, aquela situação me provocou. Essas inquietações dizem respeito a percepções e estranhamentos com o Estado que construí ao longo de minha trajetória no movimento, assim como percepções e estranhamentos com o próprio movimento que um encontro como este são capazes de ocasionar, enquanto experiência de decentramento. Passemos a elas.

Uma noite no Paranoá:

Começamos do início, do primeiro contato que tive com a polícia naquela tarde/noite. Trata-se da discussão sobre o meu direito a filmar a atuação policial, por mim argumentado, em oposição ao direito de imagem do Sargento Ricardo, por ele alegado ao me ver com a câmera em punho.

A primeira ação do Sargento foi, de forma agressiva, gritar para que eu parasse de filmá-lo. Em seguida, aparentemente após ser aconselhado por um colega/comandante da operação, me procurou para argumentar porque eu não deveria filmá-lo. O uso que se fazia de sua imagem não era justo, ele me dizia. E apelava para que eu entendesse o lado dele.

Minha resposta não poderia ter sido mais *legalista* - fui como eles - embora eu não tivesse qualquer certeza se o que eu dizia estava de fato em alguma lei. Aprendi, no entanto, ao longo desses anos de movimento social, a fazer *parecer lei* o que me parece *correto*, por meio de uma forma de falar – o tom de respeito, o linguajar, certa performance – que me soavam como apropriados para um aparato jurídico. Essa minha opção/técnica deriva, sem dúvida, de um contato constante com forças estatais em situações parecidas com a que agora analiso: não teria nenhuma esperança, ao contrário do Sargento, de argumentar com ele dizendo que para mim não era *justo* que eu não pudesse filmá-lo. (“*Caro sargento, mas você não me entende. Se eu não puder te filmar como me defendo de sua ação. Não é justo que “a sociedade” não possa filmar a polícia!*”). Me apeguei ao que supostamente regulamentaria sua atuação, à suposta legalidade como prova de racionalidade do que eu dizia, como forma de defender minhas próprias convicções. Aqui, acabei sendo mais estatal que o Estado.

Já o Sargento Ricardo se sentiu à vontade em argumentar comigo com base no que ele achava justo, talvez por não necessitar do idioma da lei tanto quanto eu, visto que ele mesmo é um *homem da lei*. Por outro lado, suas apelações também podem revelar uma tentativa de falar no que ele julgava ser o meu idioma, a linguagem que eu entenderia. Nesse sentido, este

encontro funciona, tanto para ele como para mim, como algo próximo a: “Em Roma, como os romanos”. Em outras palavras, nós dois agimos como se a comunicação possível com o Outro passasse justamente por nos transformarmos um pouco naquele que temos em nossa frente, diminuindo a distância entre nós. Há algo nesses encontros que necessariamente nos traz para mais perto daquele/a que combatemos, e aí é também onde reside o perigo.

Foi só depois de não obter sucesso na primeira tentativa que o Sargento mudou de estratégia, a partir da defesa de seu direito de imagem. Foi quando nós dois nos dedicamos a fazer leis com nossos discursos que a conversa tornou-se inviável: quando duas palavras opostas se pretendem lei, não há mesmo saída possível. Aqui vale retomarmos a reflexão de Das sobre o paradoxo da ilegibilidade do Estado. Fundado na *letra da lei*, a autora afirma que a palavra escrita justamente instaura uma instabilidade por conta das possibilidades de lacuna entre a regra e sua performance. Ela, necessariamente, salta de seu contexto, se distancia, permitindo interpretações múltiplas. Não apenas eu, não apenas o Sargento Ricardo recorremos ao que achamos ser a lei: a multiplicidade de sentido é parte da linguagem Estatal, e é acionada com especial habilidade nessas situações de margem. Visto que ninguém sabe ao certo o que há ou não nas leis, mas se sabe *como* são as leis, há espaço para alguma criatividade, tanto para mim como para sargento Ricardo. Essa criatividade desenha as formas cotidianas de realização do Estado.

É claro que uns tem mais possibilidade de invenção do que outros, ou algumas invenções são mais eficazes que outras. Ao fim e ao cabo, o Sargento Ricardo se fez lei quando nos encontramos outra vez mais tarde, agora já não circundados pela manifestação, e o comandante da operação me afirmou que eu estava mesmo equivocada sobre o direito de imagem do PM. Não se preocupou em me explicar a lei em que se baseava, mas apenas em perguntar se eu era jornalista (alguém que teria mais direito a imagem dos outros?) e em afirmar que havia feito Direito. Nem precisava tanto: sua arma e a rua escura ao redor já eram o suficiente para me convencer de que quem fazia a lei ali eram eles, e não eu – “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Por outro lado, a fala inicial de Sargento Ricardo, aparentemente menos hábil que seu comandante, nos chama a atenção para outra questão. Ele diz que o que se faz com a sua imagem não é justo, porque quando ele acerta “a PM leva o mérito”, mas quando ele erra é ele quem “leva a culpa”. Não posso mais que compreender a angústia do sargento: a imagem de transcendência de um Estado que o ultrapassa faz, ao mesmo tempo, que ele represente sua corporação quando acerta (e está, assim, encarnando sua racionalidade) e seja punido

individualmente quando se equivoca (e então se desviou da lei e da ordem). Se “todo o sistema judicial e moderno pressupõe suspeição organizada” como nos afirma Asad (2004, p.285), essa suspeição não se redireciona ao Estado enquanto instituição ou processo, mas aos indivíduos que eventualmente falharam em não seguir sua racionalidade. Os governantes erram, o Estado não. O policial erra, a polícia não. Responsabiliza-se o bruxo, não a bruxaria, na qual mantemos fé intacta (Borges, 2012).

Essas, no entanto, não foram as questões que inicialmente me tocaram quando vivi aquela abordagem. O que, logo de início, me deixou confusa e intrigada sobre a situação foi o que me pareceu uma audácia da atuação dos policiais: armas na cabeça e pedidos de solidariedade por seus convênios médicos. *Baculejo* em uma rua escura, e declaração de apoio à luta. Não que essa declaração haja produzido em mim qualquer simpatia, mas porque proferi-la? Porque nos parar se acham que “estamos do mesmo lado”? Ou porque dizer que estamos do mesmo lado se nos pararam?

Foram perguntas que me vieram à cabeça, em primeiro lugar, por comparar este a outros tantos encontros com a polícia. Ao puxar na memória abordagens policiais sofridas nesses anos de atuação política, as armas eram uma constante, mas não pude lembrar de qualquer comentário acerca de nossas propostas de luta, ou, menos ainda, um pedido que nos manifestássemos a favor de seus direitos. Confesso que as análises de cunho (supostamente) psicológico ou morais me pareceram extremamente tentadoras naquele momento – “cínicos”, “passivo-agressivo” e outros termos que o valham. Mas logo me dei conta da miséria dessas hipóteses ao notar que o que mais me chocava naquela situação era a familiaridade daquele discurso. Foi quando resolvi trocar de pergunta: o que mudou para que aqueles policiais achassem ser necessário afirmar que nossa luta é justa? O que permaneceu para que mesmo assim eles nos parassem? E, além disso, o que essa situação nos diz mais amplamente sobre a relação Estado e movimento?

Estamos do mesmo lado?

No início da atuação do MPL-DF, seria difícil imaginar que seríamos interpelados a lutar pelo convênio médico de policiais após um *baculejo*. Mas também seria difícil pensar que algum dia estaríamos presentes, a convite do MPL-SP, em uma mesa com a presidente do

Brasil⁴⁶. E, se imaginávamos que o passe livre estudantil seria implementado em Brasília, dificilmente acreditávamos que seria feito da forma que ocorreu. Nesse ponto, pretendo dividir alguns olhares sobre a história da atuação do MPL, especialmente centrada nas interações movimento-Estado. É uma tentativa de compartilhar meus pontos de partida para então voltar a discutir porque a atuação da polícia aqui analisada me soou, ao mesmo tempo, familiar e estranha, e o que ela revela sobre os caminhos que percorremos enquanto movimento.

Entre 2004 e 2005, a aparição do MPL-DF parecia causar, acima de tudo, surpresa. A sensação de que não éramos compreensíveis a partir das categorias usuais de interpretação de outros movimentos aparece em diversos registros etnográficos⁴⁷. Além disso, histórias sobre esse período são repetidamente contadas em reuniões ou conversas atuais do MPL, ressaltando esse momento como uma época em que a polícia não reconhecia ou não sabia como lidar com os princípios do movimento.

Sem pretender me alongar nesse ponto, minha ideia é argumentar que, nesse primeiro momento, o “ar de novidade” do movimento significava também um tipo específico de interação movimento-Estado: as falas de representantes do governo do Distrito Federal (então capitaneado por Joaquim Roriz - PMDB), giravam principalmente ao redor da “loucura” da demanda pelo passe livre e da impossibilidade de realizá-la. A forma como nos organizávamos para lutar por ela também era alvo de questionamentos, chamada até mesmo de “acéfala”⁴⁸ por um subsecretário. Comentários como estes, que víamos como constantes no início de nossa atuação, não pareciam atribuir ao movimento qualquer caráter de legitimidade: agia-se conosco como se age com quem não sabe o que está fazendo. Ou ainda, se podemos usar a ideia de Foucault (1995) de práticas de divisão/categorização [Dividing Practices], na divisão entre movimentos sociais são e loucos, estaríamos na segunda categoria. Havia um jeito certo de fazer política, e esse jeito não era o nosso.

⁴⁶ Como aconteceu em junho de 2013, em meio às diversas manifestações que tomaram conta do país contra o aumento de passagens em várias cidades brasileiras. Ver, por exemplo: <https://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/mpl-sobre-encontro-com-dilma-reuniao-arrancada-pela-forca-das-ruas,56194a528757f310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>

⁴⁷ “A forma surpreendente com que o MPL tomou as ruas de várias cidades, interrompendo o trânsito e enfrentando a polícia, gritando, cantando e dançando novas palavras e músicas pelo passe estudantil, contra os aumentos das passagens de ônibus ou denunciando as péssimas condições de transporte, produziu um ar de novidade, contrastando com as padronizadas manifestações capitaneadas por partidos políticos e/ou sindicatos.” (Saraiva, op.cit:65).

⁴⁸ Essa declaração ocorreu quando, após uma manifestação em que ocupamos a ouvidoria de transporte na Rodoviária do Plano Piloto, ainda em 2005, como parte da campanha contra o boato do aumento da passagem que começava a ser divulgado, fomos chamados para conversar com este subsecretário. Ao longo de nossa conversa emitiu um comentário sobre a forma de organização do movimento, alguma frase como “se vocês não tem líderes, vocês são um movimento acéfalo. Não vai dar certo. Vocês precisam de liderança”

A nossa ilegitimidade enquanto (des)organização era também construída nas interações corpo a corpo com a polícia, cuja truculência foi aumentando progressivamente, em especial quando o movimento, em 2006, passou a fazer ações de rua também fora do Plano Piloto. Dizia-se que o MPL agia de forma irracional, incontrolável. Seria preciso nos educar, ou ainda, nos exorcizar: tirar de nós a ideia de que há outra forma possível de se fazer política, que não aquela previamente estabelecida.⁴⁹

Se por um lado essa era uma experiência (literalmente) dolorosa – com pessoas presas, algumas paranoias acumuladas e alguns abandonos do movimento por conta de vivências especialmente traumáticas - foi também esse confronto que nos abriu um caminho como *alternativa* ao que víamos como *estabelecido* – a *oligarquia do GDF, a máfia do transporte*, e inclusive, a *esquerda institucional*⁵⁰: a insistência do movimento acabou por ampliar o horizonte do possível, para usar os termos de Safatle (op.cit). Com o passar do tempo, no entanto, o movimento passou a ter outros efeitos, agora identificáveis a partir de outra linguagem que não era originalmente a nossa. Após uma longa jornada de lutas contra o aumento de passagens, em 2006, vimos questões do transporte passarem a ser vistas como uma boa oportunidade de promessas eleitorais, o que causou em muitos de nós um misto de sensação de raiva e conquista⁵¹. Em depoimento colhido por Saraiva:

“A gente percebeu a nossa influência no processo político local: na campanha eleitoral todo candidato falava alguma coisa sobre os transportes. Então a gente viu que precisava compreender mais a conjuntura e a realidade, pra ela não nos pegar desprevenidos,” (depoimento de um ativista do MPL).” (Saraiva, op cit: 73)

A nossa atuação também pareceu modificar a política de aumentos de passagem, que mudou significativamente após esse processo: o DF chegou a ficar 9 anos sem reajuste direto de passagem (Janeiro de 2006 – Setembro de 2015). Um projeto de Passe Livre Estudantil acabou sendo ressuscitado pelo Governo Arruda (então PFL), pouco antes de sua vertiginosa queda por conta de um escândalo de corrupção.

⁴⁹ Não quero sugerir aqui que a razão para a truculência policial de então era exclusivamente oriunda da percepção que tinham de nós enquanto organização sem legitimidade/incompreensível. Há uma possível série de outras questões que sem dúvida merecem ser discutidas nesse ponto: desde a diferença da atuação policial no centro de Brasília e nas cidades-satélites até formas distintas de distintos governos tratarem de movimentos sociais, entre outros. Apenas pretendo apontar aqui que a nossa novidade e, portanto, a nossa ilegitimidade enquanto movimento é também aspecto relevante do tipo de abordagem a qual éramos submetidos

⁵⁰ Em relação à chamada “esquerda institucional”, Mendes dirá: “O MPL faz uma crítica ao sistema de funcionamento desses grupos, como os processos de eleição, burocratização e corrupção internas, e ao próprio sistema de representatividade que essas entidades propõem. (Elas) têm direções fechadas e se posicionam de maneira hierárquica.” (op. Cit:12)

⁵¹ Já havíamos sentido sensação parecida quando o Deputado Paulo Tadeu (PT), ainda no começo do movimento em 2005, passou a usar da bandeira do Passe Livre estudantil como parte de seu mandato.

A conquista de um direito não se deu nos moldes em que pensávamos e parecia nos aproximar em demasia das estruturas que queríamos destruir. À época da aprovação do passe livre estudantil, as discussões sobre se estávamos, afinal, lidando com uma derrota ou uma vitória foram constantes no movimento, assim como o debate sobre como os nossos princípios se ressignificavam a partir da interação com estruturas de Estado das quais discordávamos¹³. A importância dada a essas discussões, de certa forma já mencionadas no capítulo anterior por um outro viés, revelam a preocupação latente em não se *sujar* com as práticas do *inimigo*, embora houvesse também diversidade de opiniões sobre o que seria se *sujar* e o que seria inevitável na prática de um movimento social: há que se sonhar, mas há também que se viver. Dilemas de se fazer política nesse mundo, e não naquele em que buscamos.

Por outro lado, o contato com processos como o da aprovação do Passe Livre Estudantil contribuiu para novas elaborações dos integrantes do movimento acerca das sutilezas do Estado. Nossa imagem de um processo intenso de mobilizações batendo à porta dos órgãos institucionais e acuando-os em nome de direitos, havia se complexificado: algumas sementes pareciam ser plantadas para nascerem de formas totalmente inesperadas, que não estavam sob nosso controle. A relação Estado e Movimento, assim, começa a assumir novas formas: deixamos de ser irreconhecíveis e, se por um lado isso nos dava mais poder de barganha, por outro, passamos também a ser uma peça inscrita num jogo que não era o nosso, tornando-nos, assim, mais capturáveis.

Quando, entre 2010 e 2014 o GDF, então sob comando de Agnelo Queiroz (PT) passa a declarar publicamente que a Tarifa Zero é não só “possível” como sua implementação vinha sendo estudada por sua equipe, é que nos vemos de forma mais explícita diante do caráter ambivalente do Estado: em certo sentido, fonte de perigo, em outro de possibilidade de conquista, tal qual o estado de duas caras relatado por Nelson (2004), ao mesmo tempo benevolente e traiçoeiro. Foram convites e mais convites para reuniões, que nos deixavam sempre desconfiados/as acerca de sua eficácia. A solução que o movimento encontrou foi, por um lado, buscar manter o foco nas atuações que vínhamos construindo em outras cidades do DF e as manifestações de rua – ou seja, fora do que chamamos de *via institucional* – e participar dos espaços de encontro com o GDF até um ponto em que não julgávamos estar sendo simplesmente *enrolados*. Os discursos do movimento, após todas as reuniões, eram marcados pelo tom de crítica à lentidão do GDF implementar uma política que ele sabia ser possível e reafirmavam a posição do MPL

de “não sair das ruas”. Com essa postura, por vezes nos víamos em um limbo: fomos ao mesmo tempo chamados de *sectários* por uns e de *pelegos* por outros.⁵²

O Governo Agnelo acabou sem avançar de fato na implementação da Tarifa Zero, sofrendo uma retumbante derrota eleitoral. Rodrigo Rollemberg (PSB) assumiu o posto com postura vista pelo movimento como notadamente diferente, e os boatos acerca de possíveis aumento de passagem voltaram a rondar Brasília. Os boatos se concretizaram, por fim, em Setembro de 2015, quando o GDF instituiu uma série de medidas em nome da saúde das contas do Distrito Federal, entre elas o aumento da tarifa de transporte. Foi no contexto da luta contra esse aumento que fomos abordados/as aquela noite no Paranoá.

Se o aumento de passagens não nos veio como uma surpresa, nos vimos outra vez frente a discursos e práticas do governo permeados por ambiguidades. O secretário de transportes, chegou até mesmo a afirmar, sobre a Tarifa Zero: “É uma questão política; se a população quiser, haverá sim tarifa zero”⁵³. A tarifa zero era uma questão política, mas o aumento de passagens, uma “ação inevitável”⁵⁴, como foi dito diversas vezes por membros do governo.

Peço desculpas por essa recuperação talvez demasiado longa, mas foi justamente isso que me veio à mente quando escutei aqueles policiais, ao nos pararem agressivamente no Paranoá, e ao fim dizendo que “estávamos do mesmo lado”. *Achamos que vocês estão certos, mas colocar a arma em suas cabeças foi inevitável*. A semelhança entre o que ouvimos àquela noite e os discursos do alto escalão do governo me parece notável.

O “estar do mesmo lado”, aqui, não parece relacionado apenas a uma possível visão policial sobre o MPL, sobre a qual talvez não tenhamos tantos elementos, mas é também fruto do caráter de *razoabilidade* que as manifestações de rua passaram a ganhar, em tempos que passaram também a ser um instrumento de ação por parte de grupos conservadores. Essa razoabilidade pode ter sido fator fundamental para que os policiais militares tenham sentido necessidade de afirmar seu apoio: não somos o mesmo tipo de manifestante, e por isso somos parados, mas somos *também manifestantes*, e por isso somos legítimos.

Por outro lado, esse tipo de questão também se refletiu no interior do movimento: Agora que as manifestações eram *razoáveis* e utilizadas até mesmo pela direita, há ainda poder em

⁵² Duas palavras recorrentes nos vocabulários de movimentos sociais de esquerda, com significado oposto: se “sectário” se refere àquele que *não se dispõe* a dialogar, “pelego” é quem se dispõe a dialogar *demais*.

⁵³ Disponível em: <http://www.mobilize.org.br/noticias/7702/tarifa-do-onibus-no-df-nao-muda-antes-da-reestruturacao-das-linhas.html>

⁵⁴ “Todo esse esforço foi insuficiente em função do enorme déficit herdado do governo anterior. Neste período fizemos tentativas junto ao governo federal [...], mas a crise por que passa o governo federal também dificultou.” E “Estamos fazendo isso por absoluta necessidade.”. disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/pacote-anunciado-por-rollemberg-deixa-servidores-do-df-sem-reajuste.html>

utilizá-las? Dúvidas como essa foram por vezes levantadas em reunião, embora não exatamente com esses termos. Os atos de rua passaram mesmo a ser questionados enquanto ferramenta principal do movimento, algo que nos caracterizou por vários anos⁵⁵, mesmo que nossos atos sejam marcadamente diferentes daqueles. A aceitação agora enfrentada pelas ocupações de rua, foi dito, talvez significasse que precisávamos de outras táticas. Assim, quando as nossas práticas de luta passam a ser legíveis e, portanto legítimas, parece-nos que o seu potencial transformador se esgotou. O lugar em que nos vemos de repente nos parece dos mais perigosos, nos sentimos aí sim *enquadrados*, empurrados para onde não queremos estar: não queremos - e não podemos - estar do mesmo lado, sem que toda a nossa atuação pare de expandir o possível, e torne-se apenas uma repetição sem potência.

O paradoxo da legitimidade e mais perguntas que não se calam:

A legitimidade que os anos de atuação do movimento trouxeram nos colocam diante de uma encruzilhada. Essa encruzilhada nos lembra o que Guatarri (2013) comenta acerca das inovações na arte: uma nova forma de pintura surge, explorando coisas então impensadas. De repente, depois do estranhamento, um movimento de conservação se instaura – como “barragem, bloqueio, inibição” transforma-se a inovação em *escola* (Guatarri, 2013, p.183). Ao significa-la, transforma-la em uma categoria, estabiliza-se seu conflito inicial, apropria-se de sua inventividade. Finda seu poder de fluxo livre: a máquina de guerra é apropriada pelo aparelho de captura.

Da mesma forma, há que se entender que o conflito ou embate explícito com o Estado é parte fundamental e fundante da atuação do MPL-DF. Em primeiro lugar, porque é como máquina de guerra que o movimento emerge: uma oposição ao Estado, visto também como ferramenta fundamental para o triunfo capitalista dos empresários de transporte. A oposição se dá na tentativa de construir uma política em outros termos: em nos tornarmos um “agenciamento coletivo que arrasta a cena política para fora do seu domínio tradicional” (idem, p.201)

Por outro lado, o contato e o estabelecimento, de relações com o esse adversário se faz inevitável pela própria proposta do movimento de conquistar direitos que se utilizam da própria máquina estatal para serem efetivados, tais como o passe livre estudantil e a tarifa zero. Pouco nos interessaria afirmar um processo de autonomia caso não pudéssemos, com isso, trazer mudanças efetivas para quem anda de ônibus e metrô no DF.

⁵⁵ Ver Duques Lima (2015)

A junção desses dois tipos de objetivo, no entanto, nos coloca desafios complexos. Ao nos estabelecermos como movimento e avançarmos na aceitabilidade de nossas pautas, necessariamente deixamos a categoria de irracionalidade, de inclassificáveis, que ocupávamos, abrindo-se as portas para as capturas. Chegar perto demais do inimigo que queremos combater, não nos transforma um pouco nele também? Podemos ter feito tudo diferente, mas será que, de repente, não passamos a viver como nossos pais?

Essa armadilha eu chamo aqui de paradoxo da legitimidade. Há que se perguntar: o que é visto como legítimo pelos olhos das relações de Estado, cujo mito o afirma como única organização política possível e racional? A legitimidade, desta forma, parece ter um lado perverso de colonização. Assim, quando um policial militar nos pede para que lutemos por seu convênio em uma manifestação, ou ainda, quando somos questionados/as em redes sociais com frases como: “mas porque vocês só lutam por passagem? Porque não por saúde e educação?”, parecemos subitamente ter virado o que queremos destruir. Ambas as situações são capturas do Estado, de uma política vista por meio da *mediação*: já que é isso que fazemos, poderíamos lutar *em nome* do policial; ou já que somos *os que lutam*, deveríamos lutar por outras coisas “mais importantes”. Subitamente passamos a ser agenciados como o Estado-mediador, um movimento-mediador, o contrário da política de ação direta na qual apostamos.

Situações como essa nos trazem a pergunta: ainda somos os mesmos? Ou haveremos nos transformado, na contramão do que acreditamos, naqueles/as que fazem política, em oposição a todos/as aqueles/as que não se dispõem a mexer com essas coisas? Ainda temos em nós a possibilidade de projetar novos possíveis, de desestabilizar o que está dado? Se mexer com política é mexer com demônios, tal como disse Weber (1999), haveremos chegado perto demais? Ou, de outro lado, temos ainda o demônio no corpo, que Bakunin (2000) alegava ser imprescindível para todo e qualquer revolucionário?

[Interlúdio III]

O caminho se faz ao andar:

Passamos pela discussão de um dos princípios do movimento e também por um encontro, às margens, entre MPL e o Estado. Agora, percorreremos de forma mais detalhada algumas das práticas que nos fazem movimento, nas quais todos os elementos anteriormente pensados voltam a aparecer; quando princípios, concepções de política e encontros com outros tomam forma, provocam novos desafios, dilemas e caminhos.

[Capítulo 4]

Dos delírios das experiências com coisas reais:

Neste capítulo, sigo estrutura diferente dos capítulos anteriores. Ao invés de uma, aciono aqui cinco crônicas etnográficas: A primeira, trata da experiência, organizada pelo MPL e pelo Comitê Popular de Transporte de Brazlândia (CPTB) em outubro de 2015, de um ônibus circulando com a Tarifa Zero pelas ruas de uma cidade do Distrito Federal {1}; A segunda, da ocupação do posto de atendimento da DFTrans, em maio de 2016, da qual participamos juntos a diversos estudantes, em protesto contra o súbito corte de passe livre estudantil {2}; A terceira, trata de outra manifestação, em junho de 2016, também em oposição um novo corte do passe livre estudantil {3}; Por fim, a quarta, de uma conversa ocorrida, também em junho de 2016, entre duas militante do MPL e um representante do GDF {4}.

As crônicas que aqui escrevo ocorreram em distintas temporalidades. Não à toa, a narrativa desse capítulo é propositadamente fragmentada: trata-se de uma costura, uma composição entre várias experiências vividas pelo movimento, de modo que cada situação possa servir para iluminar, espelhar, interrogar a outra. Minha intenção, ao optar por esse tipo de narrativa, é construir também uma certa continuidade com o principal modo de análise presente no cotidiano do MPL: nossas reflexões surgem menos de grandes e externas teorias, e mais de discussões que emergem das cores daquilo que vivenciamos.

Para facilitar esse empreendimento, inicialmente apresento cada uma das situações, para que a leitora possa se familiarizar com elas. Posteriormente, utilizo como linha e agulha a faixa cinco do disco de Belchior, de nome: “Como o diabo gosta”. Esta foi a primeira entre as músicas do “Alucinação” que me fez ver que havia muito em comum entre o que o compositor havia escrito em 1976 e o que nós do MPL procurávamos construir desde 2004. Além disso, peço que as leitoras atentem para um último recurso: cada uma das crônicas é acompanhada de um número entre chaves. Esse número surgirá sempre que sua respectiva crônica voltar a ser acionada, servindo de guia caso, em algum momento, se perca o fio da meada.

{1} Ônibus Tarifa Zero povoam o DF – outubro de 2015



(foto – fragmento dos vídeos feitos por David Alves)

Era dia 29 de outubro de 2015, mas a ação que fazíamos integrava as comemorações do dia 26/10, dia que decidimos tornar, ainda em 2005, Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre, que por vezes vira também uma semana de lutas. Além de comemorar o dia nacional, estávamos também lutando contra o aumento de passagens instituído em setembro pelo governador Rodrigo Rollemberg (PSB).

Assim que soubemos do aumento de passagem, havíamos criado uma espécie de fundo financeiro com dinheiro de doações recebidas por amigos e amigas com um pouco de estabilidade empregatícia e que se dispuseram a ajudar o movimento. O dinheiro desse caixa seria usado, ao longo da jornada, para comprar materiais, cartolinas, papéis, tecido para faixas, e também para realizar a ação daquele dia. A ideia era simples, mas nos causava entusiasmo: colocar três ônibus saindo de três distintos pontos do DF, para rodar gratuitamente em seus percursos até o Plano Piloto. Uma experiência concreta de tarifa zero. Um dia em que algumas pessoas pudessem experimentar a proposta que tínhamos para o transporte.

As três cidades – Brazlândia, São Sebastião e Ceilândia - de onde os ônibus saíam não foram escolhidas de modo aleatório, é bom dizer. Aqui vale retomar uma característica do movimento sobre a qual até agora pouco foi dito. Para além das assembleias e dos mecanismos virtuais de decisão e conversa, o MPL-DF possui uma instância que chama de núcleos, nos quais os/as militantes se separam a partir dos contatos do movimento em cidades do Distrito Federal e Entorno (DFE).

Desde que foram criados, em 2014, os núcleos viraram a principal forma de atuação no movimento, para os quais os/as militantes deveriam dedicar seus maiores esforços, coisa que se deve a pelo menos três preocupações: 1) reafirmar o compromisso do movimento em superar a forma de organização sócio espacial do DF, considerada excludente; 2) (tentar) dar conta do espelho desse ordenamento territorial dentro do próprio MPL-DF, qual seja, não reproduzir dentro do coletivo as práticas de centralização e segregação que busca combater; 3) experimentar a forma como o MPL-DF propõe que seja feita a gestão do transporte público, a partir de conselhos locais nas cidades, com a participação de seus/as trabalhadores/as e usuários/as. Trata-se, assim, nos termos de Pinheiro-Machado (2016) de práticas de “periferização da esquerda”.

Assim, as cidades escolhidas naquela tarde eram, em primeiro lugar, cidades da periferia do Distrito Federal, estando Brazlândia e Ceilândia entre as mais distantes do Plano Piloto. Em estando entre as mais distantes, estão também entre as de população mais negra e de menor renda, situação que o já citado trabalho de Santarém (2014) analisa. Além disso, eram também cidades onde o trabalho dos núcleos tinha frutificado mais, e onde ocorreram manifestações contra aquele aumento das passagens. Em Ceilândia e em São Sebastião, o trabalho se dava principalmente com contatos com organizações culturais das duas cidades. Naquele dia, eu acompanhei o ônibus que saía de Brazlândia, onde as constantes reuniões do movimento com moradores/as resultaram na criação de uma nova organização: o Comitê Popular de Transportes de Brazlândia (CPTB).

Brazlândia é, entre as 31 Regiões Administrativas que atualmente compõem o Distrito Federal, uma das duas cidades anteriores à construção de Brasília, posteriormente incorporada ao DF sob a alcunha de “cidade satélite”. Há certo ar bucólico na cidade, refletido não apenas nos dados oficiais sobre seus/as moradores/as (o GDF, em seu site, afirma que 54 mil de seus habitantes moram em área urbana, e 30 mil em área rural) mas na experiência de quem chega para conhecer a região. Os longos 45 km de distância que separam Brazlândia do centro de Brasília, pelos quais passamos por grandes extensões de matas e plantações, reforçam a sensação de estarmos mesmo viajando para algum lugar no interior, ou, ao menos, para um outro tipo de cidade. Há certa felicidade quando, por fim, nos damos conta de estarmos próximos/as ao nosso destino, e avistamos o lago que circunda a região.

Se podemos romancear essas impressões (os comentários sobre o caráter acolhedor de Brazlândia são constantes entre os militantes do MPL-DF), há quem julgue que essas particularidades fazem com que a cidade não se torne propícia para os investimentos no

transporte coletivo. Ao menos foram esses os argumentos utilizados pela empresa São José, vencedora da primeira licitação do sistema de transporte coletivo da história do DF, para não cumprir com o contrato assinado, no final de 2014: o transporte não dá lucro em Brazlândia, segundo se lia nos jornais. A São José optou, assim, por desabastecer a cidade de seus veículos, ocasionando um súbito desemprego entre os/as rodoviário/as e sérias dificuldades (ou impossibilidades) de locomoção para os/as moradores/as da cidade. Sem solução definitiva, os/as moradores/as passaram a depender da realização de planos emergenciais do Governo do Distrito Federal (GDF), sem saber como e se haveria ônibus para seus trajetos cotidianos.

Foi a partir deste processo que o MPL-DF, já em 2015, foi convidado, junto a várias organizações para pensar estratégias de mobilização. Dessa união inicial, cujas reuniões chegavam a juntar entre 40 e 50 pessoas, começou a ser esboçada a ideia do Comitê Popular de Transporte de Brazlândia. Com o passar do tempo, por questões diversas, grande parte dos movimentos organizados se afastou da iniciativa, e as reuniões passaram a ser compostas basicamente por integrantes do MOLEC (Movimento pelo Lazer, Esporte e Cultura, ligado ao movimento Hip Hop) e do MPL-DF, além de alguns/as moradores/as sem organização anterior. Ao longo desse processo, as reuniões tiveram periodicidade diversa, apenas a partir do início de 2016 mantendo-se quinzenalmente.

Pois bem. Naquele dia 29 de outubro, era com o Comitê Popular de Transporte de Brazlândia que organizávamos o ônibus gratuito. Eu e outra militante do MPL-DF, saímos do Plano Piloto por volta da hora do almoço em um carro emprestado. Tomamos a estrada para Brazlândia, não sem antes pegarmos no caminho o cinegrafista e apoiador David Alves, que nos proveria das imagens que aqui também me servem para refrescar a memória da viagem; e também Manuel, jovem e negro morador da cidade Estrutural, com quem vínhamos desenvolvendo algumas atividades.

Quando chegamos em Brazlândia, por volta das duas da tarde, encontramos com dois integrantes do CPTB. Também naquele momento, conheci o motorista do ônibus que havíamos contratado. Ele esperava nossa chegada dentro de seu veículo, um ônibus com ares de viagens interestaduais: cadeiras confortáveis, ar condicionado. O motorista não parecia saber muito o que estava para acontecer, então me juntei a ele e expliquei brevemente a ideia. Ele pediu apenas para não ser filmado, para o caso de dar algum problema de fiscalização. Demos início, então, à primeira tarefa do dia: decorar e preparar o ônibus para os nossos/as passageiros/as. Saímos em busca de uma papelaria pela cidade e voltamos com cartolinas, tintas, pincéis e fitas coloridas. Começamos o trabalho.

Foi longo o momento de preparação do ônibus: as fitas coloridas foram amarradas nos suportes onde geralmente as pessoas se seguram quando não conseguem sentar nos veículos lotados. Uma faixa com o nome do Comitê de Transporte de Brazlândia foi confeccionada, para ser colada na lateral do ônibus. Na outra lateral, uma bandeira do MPL e uma faixa dizendo “Tarifa Zero” foram também afixadas. Cartolinas brancas foram tomadas por mensagens. Uma delas, em apoio à luta dos professores/as das escolas públicas do DF que, de greve, haviam passado por forte repressão do governo naquela semana. A outra anunciava o preço da passagem daquele ônibus: “Tarifa R\$0,00 – Movimento Passe Livre”. Esta colamos na frente do ônibus, ali onde nos veículos de linha encontra-se o preço cobrado por passageiro. Havia um clima de emoção no ar. Eu mesma estava eufórica com a experiência de um ônibus Tarifa Zero. Mas também não sabíamos bem como seria a reação encontrada e é por isso que a ansiedade nos acompanha. Já não há, no entanto, tempo a perder: motor ligado, é dada a partida.

{2} Ocupação da DFTrans contra a restrição do Passe Livre – Maio de 2016



(foto: Página Estudantes Sem Catracas)

Segunda-feira, maio de 2016. Como todos os dias, milhares de estudantes se adiantaram para começar mais um dia: acordaram, tomaram café, seguiram seus rumos até a parada de ônibus. Provavelmente sonolentos, esperaram como sempre a chegada de seu veículo. Entraram em ônibus provavelmente lotados. Pouco a pouco se aproximaram da catraca, de posse do seu cartão do passe livre estudantil. Aproximaram o cartão do leitor: zero acessos. Estranho, era

não apenas meio do semestre, mas também meio do mês. Aproximaram novamente o cartão do leitor: zero acessos. Os desdobramentos dessa história que se repetiu com dezenas de milhares entre os 200 mil estudantes do Distrito Federal seguramente foram vários: houve quem juntou dinheiro e pagou passagem; houve quem se sentiu obrigado a descer do ônibus; houve quem contou com a solidariedade do/a cobrador/a ou de outro/a passageiro/a. Mas, de imediato, arrisco a dizer que a surpresa foi generalizada: um belo dia não havia mais passe livre estudantil.

As notícias sobre o assunto começaram a tomar conta dos telejornais, e a principal justificativa que se ouvia por parte do Governo era que tratava-se de uma falha do *novo sistema*. No começo do semestre, o GDF havia decidido alterar o sistema de cadastramento do passe livre estudantil, usando para isso principalmente um argumento econômico: em primeiro lugar, a extinção dos diversos postos de atendimento da DFTrans e sua substituição por um sistema online diminuiria os custos operacionais do passe livre; em segundo lugar, era preciso combater as fraudes. Muita gente usando indevidamente o passe livre estava deixando o benefício caro demais para os cofres do governo, que passa a verba correspondente pelas viagens dos estudantes para as empresas de transporte. A implementação do novo sistema daria ao governo a chance de aumentar a fiscalização sobre esses tais usos indevidos, exigindo comprovações estudantis com maior regularidade e incrementando os mecanismos de controle em relação ao número de viagens permitidas para cada estudante.

O principal elemento do discurso do Governo Rollemberg para justificar a necessidade de suas ações dizia respeito a uma contraposição ao governo anterior: aquela gestão havia aberto um rombo nas contas do Distrito Federal, e uma das questões era a ausência de fiscalização nos repasses feitos a empresas de transporte em subsídios e pagamentos das gratuidades (especialmente de estudantes, pessoas com necessidades especiais e idosos). Não houve qualquer comentário acerca da possibilidade de fraude no próprio funcionamento das empresas seja na contagem de passageiros ou mesmo no número alegado de utilização de gratuidades, informação fornecida pelos próprios empresários. Não há, por parte do governo, qualquer comentário ainda que as irregularidades das empresas de transporte sejam constantemente notícias de jornal. Todas as possibilidades de fraude foram atribuídas aos/às usuários/as e era então necessário com urgência aplicar o novo sistema.

Pois passou-se um, dois dias e o passe livre estudantil continuava cortado para boa parte de seus usuários/as no DF. No terceiro dia, algum desses estudantes resolveu, pelo facebook, marcar uma manifestação, na Rodoviária do Plano Piloto, no posto central da DFtrans, localizada em área também central do terminal e com grande circulação de pessoas. Algumas

pessoas do MPL se encarregaram de ir e participaram do ato, assim como dezenas de outros/as estudantes. As pessoas que foram à Rodoviária exclusivamente para a manifestação se juntaram a mães, pais e estudantes que encontravam-se no posto de atendimento tentando entender porque o cartão não funcionava. A junção das poucas explicações, da indignação com um direito desaparecido e o chamado para uma manifestação acabou dando um caldo: progressivamente, o que era um ato de algumas horas virou uma ocupação de órgão público, a despeito da falta de planejamento para tal.

Já havia anoitecido, mas ainda não tínhamos certeza se a ocupação se manteria quando as pessoas do MPL que por lá estavam mandaram um chamado para o coletivo pedindo reforço: era preciso que mais gente viesse à DFTrans, mas era também preciso que arranjássemos colchões, cobertores, comida, uma infra-estrutura básica para estabelecer a ocupação. Foi depois desse chamado que me apressei para chegar por lá.

No caminho entre a minha casa e a Rodoviária, lembrei de como, quase 10 anos antes, nós do Movimento Passe Livre havíamos também ocupado aquele mesmo órgão, em situação bastante diferente daquela que se apresentava. Em primeiro lugar, não havia ainda passe livre estudantil. Em segundo, a ação fazia parte de um contexto de ameaça de aumento de passagens, e nossa proposta foi se adiantar antes de que o boato virasse realidade. Em terceiro lugar, aquela ocupação de 2005 havia demandado bastante organização prévia do movimento: algumas reuniões seguidas e com ar de clandestinidade, consultas com advogados, levantamento de infra-estrutura, algumas estratégias já pré-definidas, correntes para impedir nossa retirada, etc.

Era tudo diferente, mas era também tudo igual, e foi assim que, com certa nostalgia, cheguei à DFTrans. Depois daquela nossa ocupação, aquele posto já havia deixado de ser um posto de atendimento aos/às usuárias de transporte coletivo e – que simbólico! – passado a ser um posto policial. Depois, voltou a ser um posto de atendimento da DFTrans. A estrutura interna do prédio, no entanto, era pouco diferente de 10 anos antes.

Chegando lá, me dei conta de que havia poucos rostos conhecidos, além dos integrantes do MPL e uma ou outra pessoa que eu reconhecia como sendo de movimentos estudantis ou partidos de esquerda. Essa impressão acho que me deu certo alívio: era bom ver gente nova, e não aquelas mesmas pessoas de sempre. Mas também me desorientou: a pequena sala onde funciona o atendimento da Dftrans estava cheia de gente por todas as partes, que desordenadamente falavam todos/as ao mesmo tempo com uma única funcionária do órgão. Alguns policiais estavam perto das portas, indicando que em breve impediriam o acesso de mais pessoas ao local. Havia muito barulho e também um certo clima de cansaço, tanto dos/as

manifestantes quanto da funcionária. Havia dúvidas se a ocupação se manteria, se haveria como. Depois daquela noite, no entanto, passamos ainda uma semana no prédio e a ocupação acabou resultando na criação de uma nova organização, composta tanto por alguns grupos quanto por estudantes independentes, que levou o nome de Estudantes Sem Catracas.

{3} Nova manifestação contra restrição do passe livre, também na DFtrans – Junho de 2016



(foto minha)

Junho de 2016, um mês depois de ocuparmos a DFtrans, logo de manhã cedo começou-se a discutir no grupo do *Telegram* dos Estudantes sem Catracas (ESC - rede de organizações e pessoas independentes que se formou após a ocupação) sobre mais problemas na utilização do passe livre. Alguém que estava num ônibus comentou: “gente, tem cerca de 10 pessoas aqui que tiveram acesso nos ônibus negados. Entre elas, pessoas que fizeram o cadastramento e pessoas que não fizeram”. Relatos sobre estudantes que não conseguiram pegar seu transporte foram se multiplicando pelos grupos de conversa.

Já de tarde, naquele mesmo grupo, a conversa gira em torno do que podemos fazer em relação ao corte de direitos de 74 mil estudantes a seus direitos – número oficial do GDF,

descobri depois. As pessoas começaram a se mobilizar para ir até o posto da DFtrans, onde as filas se acumulavam. Pelo que acompanhei virtualmente, o tumulto era eminente, com muitos pais e mães sem entender porque seus filhos não haviam podido estar na escola. Os/as funcionários/as do DFtrans passaram a distribuir senhas no início da tarde, mas só haviam 200 senhas e muita gente não tinha conseguido pegar. Fui correndo até o posto.

Quando cheguei lá, as pessoas presentes já haviam sido organizadas em duas filas, bastante grandes. Algumas delas possuíam a senha, outras não. As portas do posto de atendimento estavam entreabertas, permitindo a passagem de uma ou duas pessoas por vez. O segurança está na porta – há tensão para os/as funcionários/as da DFtrans. Não sei dizer se é a lembrança da recente ocupação, ou aquela quantidade de gente buscando explicação que os assustava. Encontrei cerca de 7 pessoas com quem havia ocupado o posto acerca de 1 mês atrás, eu era a única do MPL-DF que havia conseguido chegar. Eles/as discutiam se era ou não possível iniciar um ato com quem estava ali. As circunstâncias para isso me pareciam mais do que dadas. Me afastei para conversar com quem estava nas filas.

A situação era bem diferente do que encontramos na ocupação anterior. Por mais que composta inicialmente essencialmente por estudantes não pertencentes a nenhuma organização, havia um evento organizado pelo facebook chamando o ato, feito essencialmente por estudantes da UnB. Quem agora estava na frente da DFTrans era um público muito parecido com o que eu tinha encontrado quando fui buscar o meu passe no posto da galeria: muitos pais e mães, sem entender porque o acesso de seus filhos havia sido cortado e eles, impedidos de ir à escola. A busca ali era, basicamente, por informação.

Na fila, que se estendia por longos metros, me aproximava para perguntar o que estava acontecendo. Estou com a camiseta do MPL, mas por ali ninguém parece ver qualquer significado nisso. “Meu filho não conseguiu ir para escola, deu cartão vencido. Tô aqui com a senha esperando informação”, uma senhora me disse. “E essa senha é pra que? ”. “Diz que é pra resolver o problema”. Uma estudante atrás respondia: “pois é, o meu também não passou. E eu nem tenho senha”. Entre puxando papo e tentando entender o que exatamente havia acontecido para que tantos cartões parassem de funcionar, lembrei da propaganda do GDF que dizia que “todo mundo que tivesse pendência cadastral ficaria sem passe a partir do dia três de junho”. Aproveitava o ensejo para perguntar: “Vocês chegaram a fazer o recadastramento?”. As três pessoas mais próximas de mim responderam que sim, que haviam recebido e-mail confirmando que a atualização havia sido confirmada. Uma senhora mais a frente, disse que sim, com menos certeza.

O grupo de estudantes do ESC começa a puxar gritos: “Não vai adiantar nada ficar nessa fila gente! O governo só quer enrolar a gente!”. Um militante fala, usando a mão como amplificador: “Não vai adiantar! O GDF só quer nos enrolar!”. Vez ou outra, um grito surge: “Não tem arrego! Você tira o meu passe e a gente tira o seu sossego!”. Os gritos rapidamente passam a ser entoados por grande parte das pessoas que aguardam na fila.

Embora houvesse também vários estudantes na fila em busca de informações, o pessoal do ESC parece se diferenciar da multidão, menos por sua aparência, mais por estarem reunidos em grupo e nenhum/a deles/as de fato empenhado em resolver suas próprias situações no posto. Acho que sou a única que estou me aproximando das pessoas para saber mais ou menos a situação de cada um/a. Me pergunto agora se faria o mesmo caso não estivesse fazendo “trabalho de campo”, ou ainda se meus/as *compas* do MPL estivessem por aqui.

Enquanto converso com as pessoas na fila, cerca de 50 pessoas atendem aos chamados/as dos/as estudantes do ESC para ocupar as ruas como protesto contra o corte do passe. Logo na frente do posto, a pista interna ao terminal por onde circulam os ônibus tem seu trânsito interrompido. As pessoas se organizam para impedir que os ônibus avancem na manifestação. Há três policiais que estão ali ao lado, mas apenas observam. Me distancio das pessoas com quem conversava para participar um pouco do ato.

Embora a maioria das pessoas que haviam ocupado a rua do terminal fossem estudantes, havia também quem fosse ali mãe e pai, preocupados/as com as aulas do/as filhos/as. Há vários/as pais e mães que também estudam no período contrário do trabalho: a família inteira havia ficado sem transporte, mas para eles/as havia o vale transporte, por isso estavam ali. Me aproximo de uma senhora, negra, de cerca de 50 anos, que ria, entre nervosa e empolgada por estar ali na rua (ou ao menos assim interpretei). Pergunto: “a senhora também ficou sem passe?” Ela responde: “eu e meu filho. Não dá”. “É, né? E a senhora chegou a conseguir falar com alguém lá dentro?”. “Falei, falei com a mulher lá. Mas não resolveu não” “É mesmo? E o que ela te disse?”. “Ela me disse – rindo – que o governo tinha falido. Que a gente ia era ficar sem passe.” Fiz uma cara incrédula: “Sério? A senhora foi lá dentro e o funcionário disse isso?”. Ela disse, ainda sorrindo: “Tô dizendo! Não vai ter mais passe pra mim.”

{4} O encontro com um representante do governo na fila da DFtrans – Junho 2016

De novo, junho de 2016. Havia, no dia anterior, saído da segunda ocupação da DfTrans em um intervalo de um mês, sem saber ao certo o que aconteceria. Quando saí, o choque fazia

uma barreira na entrada e a mesma porta que antes estava entreaberta estava agora totalmente bloqueada. Só se permitia saída, entrada não. Na hora em que precisei ir embora, um policial me disse: “não saia, ou você não volta mais.” Ignorei e sai. Encontrei com mais dois companheiros do MPL-DF que me renderiam, até a hora de voltar para dormir.

Quando, na hora de dormir, começava a me organizar para voltar, as notícias é de que ninguém conseguia entrar. O governo cortou imediatamente luz e água e os policiais não deixavam passar comida. Muita gente saindo, ninguém entrando. A janela que na outra vez usamos para passar suprimentos quando ficamos presos dentro do prédio contava com vigilância de três policiais: uma menina chegou a conseguir entrar, mas foi colocada para fora por esses três, que estavam dentro da ocupação. Acabei não voltando, porque não havia certeza se alguém passaria a noite do lado de fora, como havíamos proposto.

Voltei com outra militante do MPL para lá pela manhã. As filas estavam enormes, novamente. A porta entreaberta, novamente. Três policiais comentavam, num canto: “mas eles chegaram a quebrar algo?” “Parece que não”. Vamos nos aproximando das pessoas para tentar entender: “o que tá acontecendo?”. “É a fila pra resolver o passe. Tá dando problema, o passe.” Outra senhora intervém: “é, mas os meninos disseram que voltam aí de novo, viu. As 18h eles vão invadir de novo, se não tiver resolvido. E eles estão certos.”. Pergunto: “Como?”. “É que tinha uns estudantes aí dentro, eles passaram a noite aí. Eles saíram só pra gente poder ser atendido, mas eles tavam aí ainda agora.”. Aí entendemos. “A senhora conseguiu senha?”, pergunto. “Consegui, moça! Eu tô aqui é desde das 6 da manhã” (eram 9 e algo).

Um homem de terno e rosto conhecido passa. Ao me ver, demonstra que também me reconhece e anda na direção oposta. Não consigo lembrar de quem se trata, mas sei que o conheço. Pelo terno, penso se é algum advogado. O mesmo homem passa por mim de novo e, dessa vez, me cumprimenta. Sou simpática, até que me lembro de onde o conhecia. Era um dos funcionários do alto escalão do DFTrans, que estava presente na reunião pré-desocupação que havíamos ocorrido há um mês atrás. Me desconcerto ao saber que minha memória me traiu, e fui sorridente com um cara do governo.

A outra companheira do MPL vai tirar algumas fotos da nova fila pavorosa que mais uma vez circunda a DFTrans. “Vai lá ser antropóloga”, ela brinca, “eu vou ser fotógrafa.”. Vou me aproximando da fila, perguntando qual o problema das pessoas: “meu cartão não tá passando”; “eu recebi o email pra buscar o novo cartão, mas perdi a data e eles nunca mandaram uma nova data. Aí meu cartão não passa”; “parece que meu cartão tá queimado, vou ter que gastar mais dinheiro pra recuperá-lo.”; “disseram que eu não tinha pendência, agora disseram

que eu tenho.” E assim vai. Um montinho de senhas passa de uma mão a outra pela ordem da fila. “Filha, pega aqui uma senha pra você! Se você quiser descobrir antes se seu passe tá funcionando, ali naquele guichê dá pra ver”, me diz uma senhora, amorosamente.

O cara do governo, lembrei seu nome, era Marcelo, passa por mim, de novo, agora falando no celular. Resolvo que vou interpela-lo. Paro a seu lado até que ele desliga. Um diálogo, de tensão entredentes, se desenrola. Nessa conversa, eu e a outra militante passamos a ser vistas como movimento, enquanto Marcelo é visto enquanto Estado – e, por isso, transcrevo o diálogo como se corporificássemos o MPL, em um debate com uma corporificação do GDF. Ali, mais uma vez, somos margem (nós do movimento, ele do Estado). É o que esse trecho do diálogo explicita :

MPL: Vou te dizer uma coisa. Teve uma senhora ontem que recebeu a seguinte explicação: O governo faliu, vocês não vão ter mais direito ao passe.

GDF: (risos) De um funcionário? Aqui?

MPL: Sim. Sinceramente. Isso é uma ameaça de um direito feito pelo governo. Quem que é o governo? São essas pessoas. Quem que é o governo? É a polícia, o cara do DfTrans...

GDF: Sim, sim.

MPL: A tua sorte é que eles (aponto para a fila) não sabem, porque se não você tava fudido.

GDF: (constrangido e olhando em volta) Quem?

MPL: eles, Marcelo. A sorte sua é que eles não sabem que você é o governo, senão você ia ver o que era o tanto de gente te pedindo para resolver as coisas aqui.

FAIXA 05 – COMO O DIABO GOSTA



[🎧 Não quero regra nem nada]

{2} Era ainda a primeira noite da ocupação da DFTrans quando o chefe de gabinete da Secretaria de Mobilidade chegou ao local dizendo querer: “bater um papo, conversar sobre o benefício que vocês tem”. Logo de início, uma voz reclama que não é benefício, mas direito. O chefe de gabinete, de nome Moisés, quase jocosamente afirma: “isso, direito, garantido por lei, etc. Estou aqui por que houve um problema no sistema dos cartões.” O rebuliço com a chegada de Moisés é grande, e há muita gente falando ao mesmo tempo. Moisés rebate, irônico: “Quem é que vai organizar a pauta?” E começa a discorrer sobre as diversas questões técnicas, legais e jurídicas envolvidas no passe livre estudantil. Evoca o sistema, afirma que há meandros que não conhecemos, que precisamos entender. Um estudante o corta e afirma: “temos noção do rito legal para se obter o passe livre. A gente já sabe como é, mas do jeito que está não tá dando. Não estamos fazendo barganha, e já sabemos as burocracias e as dificuldades. Agora a gente quer saber as soluções para resolver o problema”. Calma, veja bem, nos diz Moisés... e retoma suas explicações.



(foto – fragmento de filmagem feita por mim)

A conversa foi permeada por um monte de interrupções, falas simultâneas e indignadas de estudantes, tons de voz que começavam suaves e logo aumentavam vertiginosamente. Moisés fazia cara de irritado, e chegou a dizer que ia embora. A justificativa: vocês não se organizam! Me lembro que senti raiva: qual era, afinal de contas, o sistema novo que, inaugurado havia deixado milhares de estudantes sem poder ir para a escola? Quem mesmo podia reclamar de qualquer tipo de desorganização? Mais do que isso, ficou explícito naquele encontro um caráter adestrador, colonial, da política quando se pensa a partir do Estado: há uma forma de fazê-la, ou não há nada feito. É preciso organizar a pauta, falar um de cada vez e compreender a técnica acima dos desejos, necessidades e indignações. É preciso designar representantes. É preciso saber sentar nas mesas de negociação. É preciso, ainda, não ver como política aquela situação, mas técnica. Moisés nos declara: ou se segue as regras que eu conheço, ou não há mais conversa. Nós, em várias vozes, simultâneas e estridentes, de formas diversas, dizemos: NÃO.

[🎵 Tudo tá como o diabo gosta, tá]

{1} Ao longo da viagem no ônibus Tarifa Zero, de tempos em tempos Antônio (CPTB) e uma militante do MPL fazem uma fala explicando porque escolhemos colocar na rua os ônibus Tarifa Zero. O clima usual das viagens de ônibus – aquele ar de cada um na sua – se

quebra, e passageiros/as saem de seus isolamentos para nos escutar, tiram seus fones de ouvido. Em duas vozes, dizemos:

Nós somos o Movimento Passe Livre e o Comitê Popular de Transporte de Brazlândia. Fizemos algumas manifestações contra o aumento da passagem, mas achamos que mais do que abaixar para aqueles 3 reais que eram antes, ninguém deveria pagar a passagem. Porque a gente paga imposto e assim como a saúde e a educação são direitos e são públicos, a gente acha que transporte também deveria ser público.

Há aí uma linha de continuidade entre a luta contra o aumento da passagem e a luta pela Tarifa Zero, que o movimento busca constantemente construir e que ficou especialmente evidente nessa ação. A luta contra o aumento é uma batalha reativa, enquanto a implementação da Tarifa Zero espelha o projeto de sociedade que o movimento quer construir: uma sociedade na qual o público se sobreponha ao privado. Os exemplos evocados, da saúde e da educação, tem suas contradições, em primeiro lugar porque há uma impressão e vivência generalizada de que os dois serviços essenciais são de péssima qualidade quando providos pelo Estado. Em segundo lugar, porque o próprio transporte conta com uma figura que não está presente nos serviços públicos dos outros dois setores: a do empresário. É justo que proponhamos a transferir impostos para empresários de ônibus?

A gente sabe que o maior problema dos transportes de Brasília hoje é porque ele está na mão dos empresários. Empresário não quer saber se a gente tá confortável, tá sentado, tá em pé, não importa. Ele só quer saber do lucro dele. A gente é contra isso. O transporte é um direito público, ele não é mercadoria. O transporte tem que ser pago por quem tem: por grandes propriedades, por empresários, e não como ele é cobrado hoje em dia que é de quem tem menos.

A figura do empresário, para o MPL, tem que ser abolida junto com a ideia de que o transporte é mercadoria. Não adianta eliminar a noção de mercadoria, se não tiramos de cena também quem ganha com isso. Junto com o Estado, os empresários de transporte são anunciados como os responsáveis pela atual condição de transporte e essa percepção está conectado ao anticapitalismo enquanto princípio do movimento. Se o Estado é visto como o mediador por excelência, ele não media a nosso favor, mas a favor de quem se propõe a lucrar com nosso direito. O anticapitalismo do MPL, assim, liga Estado a empresários e se manifesta nessa perspectiva contra mercantil do transporte, mas também aparece na ideia de distribuição de renda, contida na proposta de que os setores mais ricos da sociedade paguem para que os mais pobres se locomovam.

Principalmente Brazlândia, a gente sabe que a licitação foi cancelada, mudada, ficou sem ônibus e os rodoviários também não estão numa boa situação e foi daí que surgiu a ideia do comitê. Já existimos há vários meses, e estamos no facebook, é só procurar.

A elaboração do anticapitalismo para o movimento, por outro lado, passa por uma necessária conexão com as experiências reais de quem anda de ônibus. Os livros vêm para compor e a ajudar a mudar a vivência das pessoas, e não o contrário. Assim, o anticapitalismo não se faz de forma abstrata: ele se faz a partir da análise construídas em horas esperando um ônibus em Brazlândia sem saber se eles virão porque alguém decidiu que o transporte não dá lucro.

Se o movimento consegue organizar isso, é mais do que obrigação que o governo também considere nosso transporte como direito.

Uma possível síntese da ideia de ação direta está em eliminar ao máximo a política como mediação, apostando na realização da política exercida por quem é diretamente atingido por ela. Não se pode, no entanto, por isso, ignorar que essa política da mediação não apenas existe, como também guarda para si toda uma estrutura e poderio que em muito nos ultrapassa. Assim, é preciso criar composições entre dimensões diversas: a dimensão da vida cotidiana das pessoas e a dimensão da oposição aos grandes jogos de poder; a dimensão das demandas concretas e a dimensão do enfrentamento aos obstáculos das grandes máquinas da política estatal. Assim, ao mesmo tempo em que nos dispomos a fazer por um dia um ônibus tarifa zero, também apostamos que seu potencial está no contraste com o cotidiano do transporte público, de forma que se evidencie ali a violência da catraca.

{3} Quando uma fila de pais, mães e estudantes revoltados com mais um corte do passe livre se transforma em manifestação e fecha as ruas próximas à Rodoviária do Plano Piloto, logo a Polícia Militar rapidamente chega, jogando spray de pimenta, e quase na velocidade em que se criou, o ato se dispersa. Reparo que um senhor com quem vinha conversando na fila estava também na manifestação. Alguns breves momentos de desorientação, o batalhão de choque se posiciona na saída da rodoviária. Alguém comenta que a polícia está fazendo o que nós queríamos fazer, fechando o terminal. É a deixa para que o ato se reorganize, voltando a parar os ônibus que tentam sair da rodoviária.



(Foto minha)

O choque continua a postos, mas é um policial militar que se aproxima de nós: “gente, vocês estão atrapalhando gente que nem vocês. São pessoas também, vocês estão deixando elas sem direito de ir e vir. Vocês estão fazendo o caos, e tem gente que pode passar tá passando mal, grávida, idosa ai dentro dos ônibus.”, nos diz o Tenente. “O nosso direito de ir e vir também foi atrapalhado hoje pelo governo!”. Me lembro de uma frase que sempre levamos como inspiração: “fechando ruas, para abrir caminhos”. “Mas não é assim que vai resolver. Vocês precisam ir lá na estação da DFtrans da galeria resolver” – diz o tenente. Um estudante grita: “pois eu acabo de vir de lá e disseram que não tem nada, que lá não vai resolver, que vai demorar 20 dias.” O tenente procura outro argumento, um outro policial cochicha algo em seu ouvido, ele balança a cabeça e volta a falar conosco: “é isso mesmo! Porque vocês não chamam a mídia, faz o depoimento de vocês reclamando? É a melhor ideia! Aí a reclamação de vocês é escutada e pronto, vai resolver.”

A sugestão encontrada pelo policial entende a manifestação pura e simplesmente como um apelo à mídia, uma vontade de ser escutado, e não como algo que deliberadamente fecha o trânsito em nome de uma indignação. Além disso, o Tenente não é o melhor dos negociadores da polícia que já vi. Mesmo assim, há divisão entre os/as manifestantes. Entre quem esteve antes na outra ocupação, a resposta é imediata: nada a ver! A gente sabe que a mídia está do lado de vocês, não resolve. Mas há outros/as que dizem: “pode ser uma boa ideia, eles até já estão aí.”. O tenente volta a falar: “tá vendo! Vocês já apareceram, gente. Agora tem que liberar o trânsito”.

Esse argumento causa revolta em vários/as dos/as presentes: “A gente não quer aparecer, policial. A gente quer nosso passe resolvido.”, diz aquela uma mãe que já havia feito discurso na frente da DFTrans, nitidamente irritada com a insinuação de que ela estaria fazendo aquilo sem necessidade. “Eu não tenho como ir pra casa. Eu vou pedir esmola pra ir pra casa? Porque eu pedi declaração pra moça e ela disse que não ia me dar. Eu quero é esse passe resolvido.” O tenente argumenta: “Mas gente, não vai resolver mesmo de uma hora para outra.”. Um estudante revoltado grita: “eles cortaram o passe de uma hora pra outra! Na hora de resolver é que num resolve.” O tenente diz: “Vocês tem 10 minutos para decidir o que fazer, ou o choque entra e tira vocês.”

{4}

GDF: Leiloca, vou pegar o seu CPF para verificar.

MPL: Não precisa.

GDF: Você sabe que a gente já tem tudo seu, né? Nome, CPF, telefone, endereço... você só não dá porque não quer né. (risos)

[🎵 Já tenho esse peso que me fere as costas]

De onde vem a raiva e a vontade de se livrar do Estado? A energia de queimar pneus, organizar comitês populares, dedicar horas, fins de semanas, noites?

{2} Na primeira ocupação da DFTrans, alguma das razões para romper um silêncio, para quebrar uma normalidade aparecem: os relatos de sofrimento de quem havia tido seu passe cortado, que marcaram a reunião com o chefe de gabinete da Secretaria de Mobilidade. Talvez o mais marcante deles tenha sido o de uma senhora, também estudante e mãe de estudante, que não havia conseguido chegar até sua escola. Ela estava lá “representando três gerações de estudantes: a minha, a dos meus filhos e a dos meus netos. Ninguém pode ir para a escola hoje. Lá em casa tem quatro desempregados, então eu botei todos eles na escola. Não adianta dizer que tem alguns problemas, não são alguns, são muitos”.

Como negociar, ou se tranquilizar, quando, afinal de contas, o corte do passe livre afeta diretamente a vida daquelas pessoas? É o que o relato de uma militante de outra organização (o Levante Popular da Juventude) também evoca: “Hoje eu gastei meu último acesso e vou ter que pagar 4 reais para ir pra casa. Se existe um sistema novo, vocês tem que pensar nas possíveis

soluções – qual a prioridade do passe livre estudantil? Levar estudantes para estudar. Se está falhando esse objetivo, tá o problema”.

Entre outras coisas, esse sofrimento é seguramente um fator para que aquelas pessoas tenham decidido ir para a manifestação, fazendo-as optar por não dormir em casa, sem qualquer conforto, em nome do reestabelecimento do direito desaparecido. Ninguém deixava de reconhecer o cansaço dos próprios funcionários com quem conversávamos, mas as falas também alegavam uma diferença enorme entre as situações de quem ocupava a DFTrans e quem ali trabalhava. Como afirmou um estudante a uma funcionária: “Ninguém que tá aqui queria tá aqui e tá todo mundo cansado. Se você quiser medir quantitativamente, meça quem tá sofrendo mais. São 14 reais diários! Calcula isso aí!”.

Por outro lado, o sofrimento pessoal experimentado diante da catraca transborda, e a razão de se estar ali deixa de ser resolver um problema pessoal. Passa-se a pensar como uma comunidade, como todo mundo que foi afetado pelo corte do passe livre. “Você tá perdendo duas três horas, a gente tá perdendo dias. Vocês são uma ou duas pessoas. Nós somos todos os estudantes”. Nas palavras daquela mesma senhora: “É por isso que eu não tô buscando nem o meu nem o dele, é de um todo! Não estamos aqui criando problema para ninguém, estamos tentando resolver o problema que criaram para nós. Queremos voltar à escola!”

{4} Foi o que tentamos também dizer aquele dia para o representante do Governo:

MPL: Na real, o que vocês não entendem quando vocês propõe esse tipo de coisa, que é o que sempre acontece, né... Ontem a galera ocupou e os funcionários falaram a mesma coisa: Não, me dá aí, que eu resolvo o de vocês. Não é isso. Me interessa muito pouco defender o meu. Não é o meu, individualmente.

GDF: Compreendo sua posição.

MPL: É um direito que a gente acha que tem que ser garantido.

MPL: é um desrespeito isso. Um pai de família ter que chegar aqui as seis da manhã e ficar esperando pra ouvir que daqui a 15 dias recebe seu cartão...

GDF: Não, é... Olha só.

MPL: Vocês não vieram ontem né. Porque assim, é de chorar. A galera chorava aqui, Marcelo. E falava: meu filho foi humilhado hoje, eu não tenho como pagar a passagem, sabe? Eu sei que pra quem tá distante, como vocês, são números. Mas é a vida das pessoas. É a vida delas.

[♪E não vou eu mesmo, atar minha mão]

{3} Diante da enorme fila que se formava na frente da DFTrans depois de mais um corte do passe livre. Ali, cerca de 50 pessoas decidiram sair para compor a manifestação, indignadas com a ausência de resposta do órgão e insufladas por alguns estudantes ligados à ESC. A bagunça, na porta de entrada do posto de atendimento, no entanto, continuava e as filas se entrelaçavam, várias pessoas sem senha se acumulavam e tentavam alcançar alguma brecha para conversar com um funcionário. Uma mulher de seus 30 e tantos anos, branca, sai de dentro do posto com os olhos cheios de lágrimas e começa a falar: “Gente, não adianta nada ficar nessa fila! Mesmo quem tá com senha!” Um relativo silêncio se instaura, e as atenções se voltam a ela: “Eu acabei de entrar lá, e o cadastro dos meus filhos que antes tinha sido aprovado agora está dando pendência. Como é isso? Até com tá com senha, tudo que eles vão fazer é ver se você tem pendência ou não. Eles não vão resolver NADA! Eles tão só enrolando, e vão dizer que vai demorar mais 20 dias pra recebermos o cartão depois das pendências. O único jeito que temos é ir lá pra rua mesmo.”



(foto minha)

Nenhum chamado, de nenhum manifestante, foi tão eficaz como o depoimento dessa moça. Várias pessoas, que se demonstravam meio inseguras em ocupar a rua, seguiram seus passos. Algumas continuaram na fila, olhando com ar meio melancólico para a senha que empunhavam. Há muitos balançares de cabeça, há muita cumplicidade, mesmo entre quem decide continuar esperando. As dores daquela mulher povoam todo mundo ali, todo mundo as

compartilha. Não necessariamente se compartilha a ideia de que o transporte é um direito, mas se compartilha a angústia do filho não poder ir para a escola. A luta não é vista, como na narrativa militante, como um dever, uma missão algo louvável. Ela é uma das últimas alternativas que a perversidade do Estado deixou.

Essa é parte da aposta de movimentos como o MPL-DF, de que de alguma forma a indignação com as faltas e as crueldades do Estado resultarão em manifestação, barricada, organização. As resistências, no entanto, são muitas e assumem formas diversas. Há, por exemplo, quem adote simultaneamente a manifestação e a senha: Foi o caso de uma senhora, de seus cinquenta e poucos anos, que concorda efusivamente com o depoimento que a mãe em prantos havia dado. “Tá certo! Vamo gente!”. Fala isso, mas se move a passos lentos, vendo se alguém a acompanha. Pergunto: “A senhora vai mesmo?”. “Eu vou, querida. Eu vou porque é o jeito que eles nos escutam. Adianta muito não a gente ficar nessas filas, sabe.”. “É verdade.”, digo, enquanto a acompanho.

No caminho para o ato, no entanto, ela me dizia: “Meu filho hoje não foi a escola, porque eu não tenho como pagar. E olha que ele só pega um ônibus! Tem gente que pega tantos... Então eu vou mesmo nesse ato, porque meu filho é novo ainda. Ele tem só 13 anos. Não pode participar dessas coisas ainda. Eu tenho que vir aqui lutar por ele, até ele poder.” “Eu vou lá, fico uns 15 minutos e volto para o posto. Eu já peguei minha senha, né. Vou lá ver o que me dizem. Vai que resolve. Mas não resolve não. Eu acho que não resolve.” Simplesmente não vejo como discordar: para quem se vê impossibilitado de se locomover, importa muito pouco de que forma vai se resolver a querela. Importa, de fato, resolvê-la

{4} É também verdade que as práticas de Estado são tão diversas que ultrapassam, inclusive, as leituras críticas que dele fazemos. Às vezes, alguns milagres parecem acontecer, como imagino ter sentido a senhora negra, de seus 40 anos, que interrompeu sem saber uma conversa entre MPL e GDF:

Moça: Você é da DFTrans?

GDF: De outra função.

Moça: Moço, pelo amor de Deus me ajuda. Faz mês que venho aqui na DFTrans. Todo dia dizem que não podem resolver meu problema. Eu tenho dois filhos, os dois estão sem passe e eu também. Eu já vim aqui 5 vezes. Na época do recadastramento, eu fui várias vezes na lan house. Eu escaneava os documentos, mandava, e não ia. Juro que não ia! Não sei quantas vezes tentei, achava que tinha ido e não tinha. Aí depois descobri que não tinha ido.

GDF: a senhora não atualizou seu cadastro então?

Moça: Não. Eu tentei muitas vezes, mas o formato do negócio não ia não sei porque. Aí eu vinha aqui perguntar e só me deixavam falar com o segurança. E ele dizia que não sabia. Eu não posso ficar aqui o dia todo. Eu trabalho e estudo. Eu preciso resolver isso.

GDF: Tudo bem. Me diga o número do CPF dos seus filhos.

Moça: Graças a deus! A... CPF? Eu não sei de cor não!

GDF: Suspiro. Tudo bem, o nome, então.

A moça fala os nomes. GDF anota.

GDF: pode deixar que eu vou resolver pra senhora.

Moça: jura? Graças a Deus! Moço! Obrigada. Amanhã é meu único dia de folga... Eu venho aqui pegar essa fila?

GDF: não, não precisa. Vamos resolver seu caso, você já veio aqui muitas vezes. O governo se sensibilizou contigo, não precisa mais perder seu tempo.

Nós continuamos ali, espantadas com o cinismo. A fila atrás, continua enorme.

Moça: A! obrigada! Que bom que encontrei vocês. Me dá seu telefone para eu te ligar?

GDF: claro... hum, pode deixar que eu ligo pra senhora, tá? .(Pega o telefone): sim, claro, estou indo. Estou saindo daqui.

GDF sai rápido, com o telefone no ouvido.

Como é fácil enxergar, nesse diálogo, um monte desses rótulos que a esquerda e a ciência gostam de ver por aí: *clientelismo*, *pessoalização da política*, *assistencialismo*! Poderíamos ser também mais (pós)modernos e dizer que estamos mesmo diante de um exemplo de *captura* por parte do Estado que, torcendo de tal forma o que dizíamos, negando de tal forma o que segundos antes dizia ser premissa, sai de vilão a herói. Alguém mais esperançoso poderia dizer que o GDF, ali corporificado, havia mesmo se sensibilizado com a junção de nosso discurso e a exposição da situação, o que traz para sua política um pouco de coração. A questão é que qualquer pretensão de explicação que se retenha em apenas um desses fatores vai ser, necessariamente, insuficiente: a maior probabilidade é que haja um pouco de cada um deles, e outros ainda que não conseguimos pensar. Ainda mais importante que isso está o fato que, independentemente de suas razões, aquela senhora saiu dali com a possibilidade de resolver o problema de seus filhos. Qualquer movimento que opte por ignorar a relevância desse fato continuará fazendo uma política de cima, padecerá de falar apenas para si mesmo.

[♪O que transforma, o velho no novo]

{2} Uma das coisas interessantes da ocupação da DFTrans foi que, em especial no seu início, a maioria absoluta dos/as ocupantes era composta por estudantes que não possuíam envolvimento com organizações políticas antes daquela ocasião. Como disse, isso era um tanto diferente da situação que nós havíamos vivido 10 anos antes, quando ocupamos o mesmo prédio como Movimento Passe Livre. As diferenças de uma ocupação pensada, planejada e discutida por um movimento e uma que surgiu de forma relativamente espontânea não dizem respeito apenas à falta de estrutura para dormir e comer, mas também transparece em assembleias estridentes, com múltiplas colocações sendo feitas ao mesmo tempo e numa distinção perceptível entre as falas de quem já se organizava e quem estava ali protagonizando uma ação como esta pela primeira vez.

Por exemplo, enquanto a maioria das falas das pessoas ali presentes passavam por contar e recontar seu martírio com o passe livre estudantil, como seu direito tinha sido cortado e como não haveria dinheiro para voltar para casa, as falas da militância tentavam, como chegou a afirmar um companheiro do Movimento Passe Livre, “politizar o debate”, porque “o direito ao transporte é uma forma de acesso a vários outros direitos”. Enquanto boa parte dos/as estudantes afirmava de forma veemente que não havia excedido seus acessos, que “não era de usar o passe livre estudantil”, um militante do MPL dizia que o que o governo estava fazendo era contrário a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pois que esta entende a educação não apenas como ir para a escola, mas como acesso a bibliotecas, cinema, etc. Se é verdade que algumas manifestantes se animam com a possibilidade de acionar esse argumento, outras ficam na dúvida se o governo não vai achar que “estamos querendo demais”, o que em si já demonstra outra diferença entre a perspectiva pensada dentro do próprio MPL - uma perspectiva de ampliação do possível – e o desejo de quem estava ali: garantir o que já se tinha.

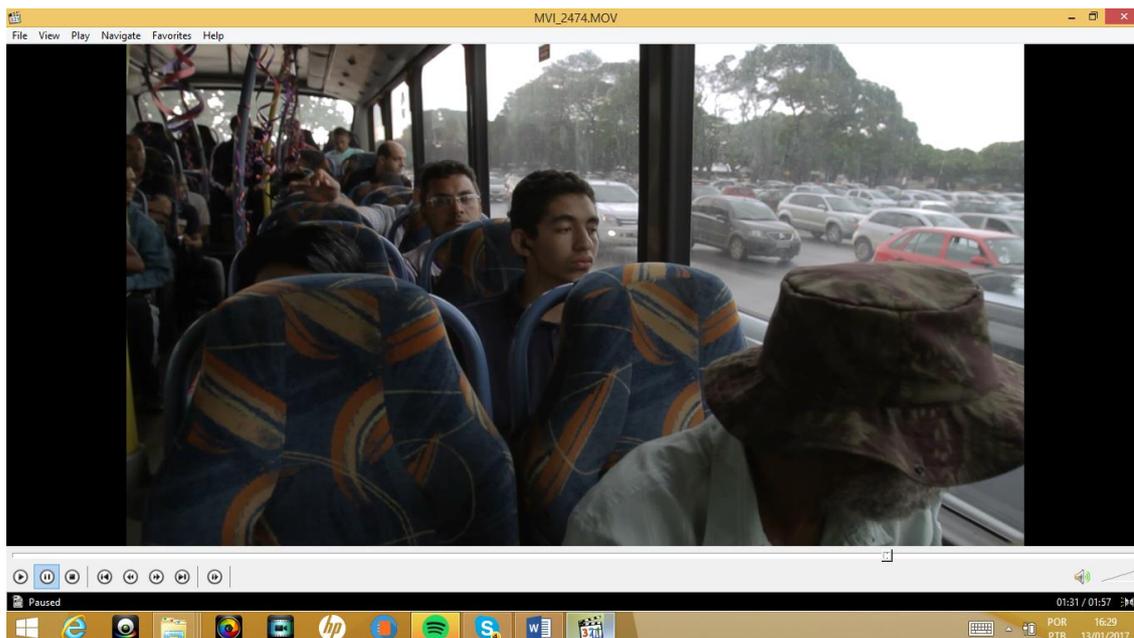
É bem verdade que a ampliação do possível que o MPL deseja só se realiza quando, justamente, as pessoas que se encontram fora do círculo da sua e de outras militâncias também passam a agenciá-las. Quando, justamente, mais gente decide passar a noite ocupando um edifício, ainda que não saiba de antemão como fazê-lo. Isso não se dá apenas por uma questão de número, ou de “haver assim mais gente na rua”. Se dá porque encontros como esse geram novos fluxos, criam possibilidades de fazer política de outra forma, misturam as estratégias pensadas em movimento e o olhar não viciado de quem não conhece os códigos já estabelecidos de atuação. Exatamente por não conhece-los, é capaz de revertê-los, criando também novos possíveis para a nossa própria forma de agir. A atuação do MPL só faz sentido se partir dessa perspectiva ou acabaremos, nós também, agindo enquanto adestradores da política: agindo

enquanto formadores de outros e de subjetividades, uma formatação tal qual a do Estado, mesmo que em franca oposição a esta.

Por outro lado, a experiência e forma de agir dos movimentos tem seu valor. Quando, por exemplo, uma funcionária do governo nos propõe que enviemos cinco representantes para uma mesa de negociação, afirmando que não tem porque enviar mais gente, a experiência com os diversos mecanismos de enrolação do governo que nós acumulamos aparece. Um integrante do MPL afirma que não faz sentido que o governo determine quantos de nós participem, já que o GDF tem o hábito de fazer mesas enormes de negociação e não tem porque querer limitar nosso acesso: “Participamos da reunião, mas somos nós que determinaremos nossa participação”, propõe. Se somos obrigados a enfrentar quem possui regras a serem seguidas, um roteiro pré-estabelecido para se fazer política que tende a nos engolir, algo nos ajuda saber desses mecanismos e montar uma armação para combatê-los.

{ 1 } O investimento do MPL nos Comitês de Transporte também tem algo a dizer sobre isso. Quando, por exemplo, já dentro do nosso ônibus Tarifa Zero, Antônio, morador da cidade e integrante do CPTB, nos explicou o trajeto que faríamos em Brazlândia, não havia ali qualquer dúvida sobre quem teria a possibilidade de tomar aquela decisão. Nós, que não éramos moradores/as da cidade, não tínhamos nada a opinar sobre o percurso a ser feito e Antônio nos diz que faremos a linha do ônibus 403, que a bem da verdade nós não sabemos qual é. Para o movimento, não haveria sentido em nossas propostas caso elas não ganhassem as cores e tons das necessidades concretamente espalhadas entre as cidades do DF.

De outra perspectiva, mais importante que reconhecer que essas questões consideradas como demandas *locais* tem seu peso, é preciso que a política que construímos aposte no potencial de transcendência dessas localidades. É preciso, assim, acabar com uma diferença intransponível entre escalas, e apostar num diálogo entre locais enquanto planos de consistência onde se realizam formas de existência, projetos políticos. Apostar no potencial de decentramento desses locais, de forma que da confluência entre localidades diversas façam emergir novos possíveis.



(foto-fragmento das imagens de David Alves)

Assim, é nos encontros como nos da DFTrans que esses novos possíveis surgem: no sentido macro, pois que a ocupação resultou no reestabelecimento (ainda que temporário) do passe livre e em uma afirmação deste como um direito. Mas também criam-se novos possíveis para quem chegou ali movido por sua indignação e se deparou com a possibilidade de intervir, de garantir seus direitos e sonhar novos sonhos. Criam-se novos possíveis para nós do movimento, que também nos deparamos com experiências, formas de agir, possibilidades de sair das nossas próprias caixas. É em encontros como o do ônibus de Brazlândia que outras experiências para militantes do MPL são construídas, que transcendem suas próprias vivências e, ao menos brevemente, faz com que experimentemos outros mundos: enquanto sonhávamos com o dia em que teremos tarifa zero, Antônio nos apresentava partes de Brazlândia que não conhecíamos, nos mostra de onde vem a água que abastece boa parte do Distrito Federal, comenta sobre as dificuldades e problemas enfrentados em tais ou quais ruas da cidade. São esses encontros que nos empurram para que não nos tornemos técnicos de transporte, ainda que técnicos à esquerda, com uma proposta bem elaborada, mas sem nuances, sem aberturas, a ser implementada de cima para baixo. É, em outras palavras, nesses encontros que o(s) mundo(s) se transforma(m).

[♪ **Bendito fruto do povo será**]

{2}Na conversa com o chefe de gabinete da Secretaria de Mobilidade (Moisés), na primeira noite da ocupação da DFTrans, em dado momento eu peço a palavra: “o senhor veio aqui para escutar a gente, a partir de uma demanda política”. Moisés, imediatamente, resiste: “demanda política não, eu vim por vocês”. Entramos num pequeno bate-boca: eu afirmo que é político, ele diz que não é. “Sim, nossa demanda é política porque a luta por direitos é política”, ao que Moisés contrapõe: “não, não tem nada político aqui não”. A discussão seria inócua caso continuasse, mas o fato é que ela diz respeito a um dos grandes enfrentamentos que fazemos: a substituição, no discurso do governo, do que é político pelo que é técnico, como se todas as escolhas não passassem de uma inevitabilidade derivada de um sistema. Como se não tratassem, assim, de escolhas, mas de únicas saídas possíveis.

O primeiro embate que tivemos aquele dia foi com uma funcionária da DFTrans. Ela argumentava, já sem paciência e visivelmente desgastada, que de nada adiantaria passar a noite ali já que o único que poderia ser feito era que o órgão analisasse o cadastro de cada um/a dos/as estudantes, através de um requerimento, e então se verificasse se havia algum problema com cada um dos cartões e, depois do prazo exigido, enviar a resposta para cada um/a. Ela argumentava que o secretário de Mobilidade já havia se disposto a nos explicar todos os meandros técnicos da situação.

Se a proposta dos requerimentos não agradava porque não apresentava solução imediata para os passes cortados e os estudantes teriam que pagar suas passagens até que se resolvesse a celeuma, havia também um incômodo com o fato de haver outros tantos estudantes na mesma situação que a nossa que seriam desconsiderados caso houvesse apenas soluções individuais. Para além disso, o discurso daquela funcionária novamente afirmava que a solução só poderia passar por um procedimento já estabelecido, que buscasse enfrentar os problemas técnicos e burocráticos de cada cartão, como se o corte do passe livre apenas tratasse disso – alguma falha técnica ou burocrática.

Da mesma forma, o chefe de gabinete dizia pautar-se pela letra da lei (não nos esqueçamos, também um tipo de técnica) para justificar o corte repentino de 88 para 54 viagens. Afirmou que a lei do passe livre estudantil garantia 54 acessos para os/as estudantes e que, parte do problema enfrentado por alguns/as ali presentes, era ultrapassar essa quantidade de acesso. Se havia necessidade de mais acessos, dizia ele, era preciso para os casos específicos comprovar a necessidade. Se queríamos que mudasse para todo mundo, teríamos que rever a lei, coisa que ele não poderia fazer.

Alguém argumentou que, além de precisar das 88 viagens, ninguém sequer havia sido avisado: “Os meus acessos foram zerados. Sem nenhuma nota justificando o porquê”. Moisés afirma que o que lhe havia sido passado era que os problemas eram “uma questão de sistema”. O sistema era novo, o volume de cadastramento monstruoso. “É previsível uma ou outra inconsistência. O que eu não posso fazer é tirar o seu direito”. A fala gera respostas: “MAS TIRA NA PRÁTICA”. “Olha, gente – continua Moisés, o sistema está sendo monitorado por pessoas especializadas, que tem o domínio do sistema. Elas estão trabalhando para que isso funcione. Há uma disposição do diretor da DFTrans de dar uma explicação técnica para vocês, mas não é uma questão de tirar o direito, é uma questão de sistema, uma incongruência, que não se resolve de uma hora para a outra. A gente não tirou nada”.

O tal sistema, elaborado por técnicos e especialistas, toma uma importância monumental, maior do que as necessidades de todas aquelas pessoas. O tal sistema ganha vida própria: não há o que se fazer contra ele, apenas é necessário solucionar suas incongruências. O tal sistema, criado pelo próprio governo, parece ter passado de criatura a criador e agora é o GDF e os/as estudantes que precisam se submeter à ferramenta, e não o contrário. O tal sistema, que transforma a política em tecnocracia, e os políticos em gestores.

A resposta dos estudantes é sair da técnica, percorrendo o caminho inverso, afirmando o técnico como político. Uma política ao mesmo tempo localizada – pois que se relaciona a experiência de cada um/a dos/as estudantes – e transcendente – pois que se relaciona a uma questão geral, a percepção do passe livre como direito. Uma política que diz que o GDF só se dispôs a conversar conosco depois que nos mobilizamos, como alguém comentou em nossa assembleia. Uma política que pensa como solução para o imbróglio não um requerimento, uma análise de cada cadastro, mas, como propôs um estudante: “ da última vez em que houve problema com o sistema o GDF liberou as catracas para todo mundo. Pois que vocês liberem as catracas até que a situação se normalize!”.

Moisés se mantém na mesma posição, diz que é preciso que a coisa funcione conforme a lei e que essa medida não é realizável. “Pode até ser uma boa ideia, mas como a gente concretiza? É impossível! Às vezes uma ideia que é muito boa é complicada para operacionalizar. A ideia é boa, mas não dá pra fazer.” Isso, afirma Moisés, está para além de sua vontade, ou de qualquer outro integrante do governo: “Eu, como pessoa, acho legítimo tudo o que vocês estão falando. Esses depoimentos são de uma riqueza, de uma realidade, que nós não podemos dar as costas para isso! Mas a nossa questão é o sistema!”

{1} Os momentos de preparação de ações como as do ônibus Tarifa Zero são tão importantes quanto sua execução. São momentos em que novos laços são criados entre aqueles que se propõe a organizar o ato e também oportunidades nas quais nos deparamos com os desafios de fazer política a partir da ideia de ação direta, ou seja, não uma política pautada pela mediação de um Estado provedor, mas a política que parte do dia a dia e toma de assalto seus direitos. Assim, tarefas banais como as decorações do ônibus, são perpassadas com conversas sérias que passam por nossas expectativas com o ato ou a repressão encontrada nas manifestações anteriores e também análises de conjunturas da situação do DF. Ao mesmo tempo, assuntos descontraídos surgem constantemente: como o calor do dia e da hora que nos faz lembrar de cerveja, e um monte de piadas com a nossa própria (in)capacidade de escrever cartazes com letras legíveis, ou com o fato de não termos levado já tudo pronto.



(Foto-fragmento de vídeo de David Alves)

As várias emoções que temos que manejar por estarmos colocando a mão na massa para vivermos, mesmo que brevemente, o transporte que acreditamos, são contrastadas com demandas práticas das quais temos que dar conta. Antes que paremos em qualquer ponto de ônibus, por exemplo, precisamos decidir o que vamos anunciar quando nos depararmos com possíveis passageiros/as. Pensamos estratégias de dizer rápido e efetivamente a nossa ideia “Tem que dizer que é de graça porque transporte é direito”. “Tem que falar que é promovido pelo MPL e pelo CPTB”. “Tem que fazer voz de lotação”. Meio nervosos/as, vamos pensando em como iremos atrair mais passageiros/as, dilema que nos acompanhou durante toda a viagem.

{3} Há certa dúvida do que fazer, depois que a manifestação quase espontânea e com cerca de 60 pessoas passa a ser ameaçada pela tropa de choque. Todo mundo fala ao mesmo tempo e eu peço ajuda para um menino da ESC para tentarmos organizar uma assembleia. Juraci, um senhor com quem havia conversado ainda na fila da DFTrans, declara: ele tá certo, o polícia. A gente já chamou atenção, se não der certo, amanhã tentamos de novo. Outra senhora retruca: Não! Não vai adiantar. Isso é porque vocês tão com medo de apanhar da polícia! Juraci responde, sua voz sobressai às falas de outras pessoas que também tentam se posicionar: “Eu lá vou ficar apanhando da polícia, batendo de frente com a polícia. A gente não é bandido. Você vai ficar confrontando polícia?”. “Mas eu vou ficar 20 dias sem ir para a escola?”, outro menino grita. Mais tumulto. “Gente, vamos tentar resolver juntxs.”, digo.

Começamos uma assembleia rápida. Faço uma fala dizendo que o mesmo governo que tira nosso passe é o que manda a polícia nos bater, que não é coincidência que o GDF esteja nos tratando assim. Os meninos da ESC estão bem intimidados, para a minha surpresa. Propõe que voltemos para a DFTrans e ocupemos o lugar (não exatamente uma proposta criativa, rs). A proposta tem mais eco que a minha ideia de ficar na rua, que não chegou a ser expressa. Juraci fala: isso, vamos voltar pra lá! E o ato se redireciona ao DFTrans.

Estou um pouco descrente que a proposta é repetir a tática que usamos a cerca de um mês atrás. Um dos maiores trunfos das ações diretas de rua é inovar seus usos, não se tornar totalmente previsíveis. Óbvio está que nem fechar a rodoviária nem ocupar a DFTrans eram ideias inéditas, mas a meu era necessário pensar outra possibilidade. Nada feito. Subitamente, escancara-se a porta até então entreaberta, e força-se a entrada no posto da DFTrans. Os funcionários se direcionam para os fundos, assustados. Um segurança tenta impedir que cheguemos nós também na parte posterior do posto. A parede de compensado que havíamos arrumado na última ocupação despenca, causando susto em quem estava do lado. Funcionários tentam se retirar do ambiente, no contrafluxo. Tomamos a sala de dentro.

Há uma tentativa, de quem estava na última ocupação, de reorganizar o espaço a partir das mesmas prerrogativas: assembleia, comissões. A primeira assembleia me lembra imediatamente a primeira assembleia da ocupação anterior: todo mundo falando ao mesmo tempo, contando suas situações e problemas com o passe. Quando começamos a conseguir fazer inscrição, o tenente entra e pergunta: “o que vocês tão fazendo aí dentro, gente. Não vai resolver assim.”, como se olhasse para crianças bagunceiras. Nenhuma proposta de resolução nossa satisfaz o tenente, mas as respostas de que ficaremos lá até que alguém do governo apareça para resolver nossos problemas vem de toda parte. “Ainda não é o caso de vandalismo, tenente, não

se preocupe.” Avisa algum estudante, calmamente. Rio pela adição do “ainda”. O tenente, parecendo quase conformado, se retira. Aquele tipo de política, que afinal não estava buscando uma mediação, não parecia fazer sentido para ele. Mas também não havia muito o que fazer.

O primeiro senhor a falar na assembleia não havia acompanhado o ato, mas estava muito entusiasmado com a ocupação. Falou como os filhos dele não tinham podido ir à escola e que no posto tinham dito que eles ficariam 20 dias sem cartão. Outras várias falas retomam o mesmo percurso. Peço a palavra. Há um mês estávamos lá porque o passe havia sido cortado e foi porque estávamos lá que o conseguimos de volta, digo. Não há porque se preocupar com o vandalismo, porque quando estivemos lá consertamos a pia e a parede que estava caindo. Que era absurdo que funcionários/as da DFTrans tivessem que trabalhar naquelas condições. Que o mesmo governo que cortava o passe manda a polícia nos bater, mas que nós sabíamos que eramos só juntos que conseguiríamos nos defender. Há uma aparente boa repercussão. Em seguida, um estudante de outra organização toma a palavra: “Senhores, essa é só mais uma etapa da luta de classes”. Me irrita com o tom que é tão abstrato que simplesmente parece não dialogar com ninguém: o que mesmo essa frase diz, e para quem?

Me afasto, faço contato com o advogado que brinca: “Vocês não me dão mais um dia de descanso”. Rimos. Mando mensagem para o grupo do MPL-DF: DFTrans ocupada de novo. Eba! Saudades. Mais risos. Logo, um militante manda uma mensagem privada: “é o caso de ir praí?”. “É o caso de cair na risada”. Começamos a organizar os turnos em que cada um/a de nós poderia estar presente.

[**É a única forma que pode ser norma]**

{4}

MPL: E agora, como vocês explicam isso?

GDF: Fila. Isso é uma fila.

(Cínico).

MPL: Sei que isso é uma fila. Como é que vocês explicam que agora, pouco mais de um mês depois daquele último episódio, as pessoas tenham que passar por tudo isso de novo, sem explicação?

GDF: Pendências, gente que não entregou os documentos direito. Mesmo que eles digam pra você que não tem pendência, a verdade é que tem. A gente divulgou amplamente na mídia que

quem não tinha acabado com as pendências iria ficar sem passe livre a partir do dia 3. E, segundo nossos números, são 70 mil pessoas que não deram conta das pendências.

MPL: Me explica uma coisa: todo mundo precisa mudar de cartão? Porque teve gente que disse que recebeu e-mail dizendo que o cadastro estava aprovado, mas que agora o passe livre tá cortado.

GDF: A, mas é porque tem outro problema... (sempre tem). Porque a gente também teve ontem um problema com as empresas. As empresas recebem os dados da DFTrans e, quando o ônibus chega na garagem, elas revalidam as catracas. Elas não fizeram isso dessa vez, então ontem, quando as pessoas tentaram passar, valeram os dados antigos e não os novos. Então tivemos que pedir “pelo amor de Deus” para as empresas revalidarem isso logo.

Silêncio.

GDF: Pelo amor de Deus é meu modo de dizer, né.

MPL: Hum. Mas é que tem gente que tá aqui que não tem pendência. Tem gente que diz que o cartão tá queimado e que só pode pegar em 20 dias. O meu cadastro mesmo é novo e o meu passe ontem não funcionou.

GDF: O seu é novo? Tem certeza que não tem nenhuma pendência?

MPL: Se é a primeira vez que tenho cartão, como é que eu teria pendência?

GDF: Mas hoje o seu passou?

MPL: Passou.

GDF: Então era isso das empresas.

MPL: Tem gente que acha que tinha que pegar o cartão novo e não recebeu data. Tem gente que não recebeu e-mail mesmo fazendo recadastramento. É complicado esse sistema, né?

GDF: Não. Não é complicado.

MPL: Ninguém entende, só vocês. (e olhe lá)

GDF: É simples, só seguir o que lhe for instruído. Por exemplo: Meu nome é Marcelo Moura Rodrigues Abadia, vamos supor que existe um Marcelo Moreira Rodrigues Abadia, ou algo assim. Eu me cadastrei lá Marcelo M.R. Abadia. Existem dois no cadastro antigo. Agora, como exige o CPF, ele (o sistema) falou: espera, tem dois aqui! Então vamos lá, quem é quem, vamos chegar os dois para pegar cartão. Tem casos que são assim.

MPL: Mas 74 mil pessoas tem o nome parecido?

GDF: Não. Aí é pendência. Outra coisa.

[**É nenhuma regra ter**]

{3}Na fila em frente à DFTrans, enquanto a manifestação é articulada, me aproximo então de um grupo de pessoas: uma senhora negra, um senhor bem alto e também negro (vou chamar ele de Juraci), duas senhoras brancas, que se queixam. “Olha, essa senha aí não adianta é nada! Eu fui lá e disseram que a foto do meu filho não tá legível!”, diz a senhora negra. O senhor responde: “Agora, é isso que não tô entendendo. Como é que agora deu pendência, se até ontem meu menino tava andando com esse cartão? Agora, a essa hora, da pendência? Isso é enrolação deles!”. Uma das senhoras brancas olha, pensativa: “Será que não resolve mesmo?”. Ela ainda tem a senha na mão. “Resolve não, moça!” – Juraci está bastante tomado pela situação – isso é tramoia. Sabe o que é isso, é empresário que é amigo do governo. Passa o dinheiro dos nossos impostos pra ele, mas tira nosso direito. Eles não querem resolver nada não.” Eu sinceramente não poderia concordar mais com a análise do Juraci. Balanço a cabeça afirmativamente. Depois disso, faço a famigerada pergunta: “você chegaram a fazer o recadastramento, naquela data lá?”.

É horrível para mim fazer essa pergunta (penso agora) porque ela é exatamente o que os funcionários/as do DFtrans dentro do posto também estão perguntando para essas pessoas. Escrevendo essa situação, me vejo me importando com as coisas erradas – para aqueles/as com quem eu conversava, a questão não era se o cadastro havia sido feito ou não. A questão era: meu filho não pode ir hoje a escola. Até ontem não tinha tido nenhum problema, porque agora sim? O cadastramento é da ordem das abstrações, um monte de documentos que mandamos virtualmente e cuja resposta recebemos por e-mail – está no técnico. Não poder andar de ônibus é da ordem da prática. Uma das senhoras me diz que fez, que recebeu email confirmando. Outra respondeu que não sabia, um senhor diz que tinham dito por email que o cadastramento do filho tava confirmado, mas agora tinha dado pendência. A outra senhora disse que não entendia o que tava acontecendo. O senhor, se inquieta, indignado: “isso é mutreta, isso é mutreta para não dar nossos direitos.”

De alguma forma, minha experiência nesses entre-caminhos – na busca de composições entre as experiências e reconhecimento de direitos – me deixou mais próxima, nessa ocasião, dos frios discursos da técnica do que das cores daquela vivência. Que poder o discurso burocrático possui: um poder de afastamento, que nos sequestra, mesmo que na melhor das intenções. Não é de simples intenções que se constroem outras realidades: eu mesma nem arrisco a dizer que os/as funcionários/as da DFtrans não tenham eles mesmos a intenção de resolver aqueles problemas, embora também não duvide da indiferença que se produz nesses

espaços. De novo, mais que as intenções, é preciso saber como costurar pontes entre os conhecimentos do famigerado sistema e o não apagar das demandas específicas, que são o que fazem fazer o sentido do porquê lutamos.

Por outro lado, talvez seja o caso de pensar se há alguma forma das regras, leis, requisitos e documentos jogarem mesmo a nosso favor. As regras se desdobram em outras regras, explicitadas em parágrafos, incisos, alíneas, que derivam de outros problemas e que... Os limites de um Estado Burocrático de Direito parecem se multiplicar de tal forma que qualquer das nossas conquistas pode facilmente se perder em acusações de fraude, em filas enormes, em humilhações diárias, em toda espécie de ilegibilidade. A saída que o MPL oferece, a da Tarifa Zero, pode nesse sentido colocar a técnica e seus meandros em seu devido lugar: se não há regras para a utilização da Tarifa Zero, bastando apenas que se entre no ônibus, sem necessidade de se comprovar nada, o universo das regras, restrições e burocracias deixa de passar pelo usuário/a e volta para seu lugar de origem. Volta a compor o cotidiano de quem trabalha nos governos, ou nas empresas públicas responsáveis por gerir o sistema, mas não é mais problema do/a passageiro/a.

{4} Do contrário, esse diálogo não se esgotará:

GDF: Esses 74 mil não resolveram suas pendências.

MPL: Mas não é responsabilidade deles. Eles não resolveram coisas de um sistema que vocês não tão dando conta. Há seis meses.

GDF: Não, cara.

MPL: ninguém sabe usar, ninguém sabe como é. Geral sem internet...

GDF: não, mas olha. A gente tem uma lei, que determina e a gente tem que cumprir. Então, pra começar, o DFTrans é um executor, não é um legislador. Se a lei falasse que os ônibus tinham que andar de cabeça pra baixo, a gente ia ter que se virar. Se falasse assim: o ônibus tem que pular. Risos. Então a gente ia ter que resolver isso... é assim.

MPL: é um sistema falho, horrível, que ninguém entende ou sabe como usar e vocês não se responsabilizam por isso.

[👉É nunca fazer nada que o mestre mandar]

{4}

GDF: Como da outra vez, eu falei para algumas pessoas que estavam aqui, vocês ajudam a gente para caramba, trazendo essas visões diferentes.

MPL: mas essa é a questão. Se vocês estão trabalhando com essa política, vocês tinham que ter essa visão, não é pra ser algo “diferente”.

GDF: Não, a gente tem, a gente tem.

MPL: Não é função de movimento social ficar ensinando o trabalho de vocês.

GDF: não... a gente tem! A gente tem técnicos, fiscais. A gente tem tudo!

MPL: Pois é.

{1} Em uma das ruas pelas quais nosso ônibus passou, algumas crianças brincavam em frente à calçada. Quando o nosso veículo aparece, com suas faixas e cartazes, um menino diz, com voz tão marcante que nos foi possível ouvir lá de dentro: “50 conto a passagem daquele ônibus!”. Não resistimos, e caímos na gargalhada. Será o ônibus muito bom em relação aos que ali geralmente circulam? Será que o cifrão pode ter sido confundido com um 5? Como disse na hora, e agora escrevo, a impressão que me fica é que aquela fala revela o maior desafio da nossa ação aquele dia: era mais fácil acreditar que a passagem fosse 50 reais do que que ela não custasse nada.

A sensação de que nosso ônibus não poderia ser real nos acompanhou durante toda a viagem. Na primeira parada que passamos, a única moça que lá se encontrava, timidamente se aproximou, olhou nosso ônibus, pareceu não entender, e ao final não entrou. Seguimos viagem, com a nítida sensação de que causamos mais desconfiança que identificação. Em outra parada, um senhor quase entra, mas ao ver que ninguém o acompanhava, recua. Na parada seguinte, uma mãe e uma filha que estão sentadas na parada nos olham desconfiadas. A filha comenta com a mãe: olha lá, mãe, a placa! É verdade. A mãe parece não acreditar, mas a filha responde: ah... se eu fosse para o Plano agora! E nos pergunta, sorrindo, quando é que passaremos de novo. Em outro ponto, uma criança tenta convencer a mãe a entrar em nosso ônibus, chorando e puxando seu braço. A mãe o segura e diz que não dá.

Essas histórias de incredulidade se repetiram aos montes durante a viagem, como se a “esmola” fosse tanta que era mesmo o caso de desconfiar. Nosso motorista arrisca um palpite: “da próxima vez é melhor fazer por R\$0,50. Seria melhor, porque aí o pessoal não ia duvidar tanto”. Esta sensação de que o que propomos é impossível ou inacreditável muitas vezes nos separa das pessoas com quem mais queremos dialogar. O MPL parte, necessariamente, da ideia de que não apenas a mudança é possível, como é urgente. Se move a partir de utopias. Para muita gente que sofre cotidianamente a tortura dos transportes coletivos, essa mudança soa etérea e inviável e, quando aparece corporificada como naquele ônibus passando nas paradas

de Brazlândia, há motivo para dúvida e até medo. Há uma diferença de imaginários, que por vezes parece criar vácuos entre aqueles que militam e aqueles com quem gostaríamos de militar. Como criar pontes onde existem vazios? Como fazer com que esses imaginários se encontrem, sem agirmos, nós mesmos, como mais alguém que aciona grandes narrativas que não ressoam nas vidas cotidianas?

[🎵 **Sempre desobedecer, nunca reverenciar**]

{1} Quando entra o primeiro passageiro do ônibus, ele também a princípio titubeia: parece indeciso, mas sobe, abrindo um sorriso quando se acomoda no veículo. Recebe um panfleto, dois. Toma seu lugar e começa a lê-lo. Seguimos viagem, enquanto um de nós senta-se ao seu lado e explica a ação: “a nossa ideia é mostrar como deveria ser o transporte”. O homem responde: “pois é, está caro demais. Já tava caro, quiseram ainda aumentar!”. Nossa resposta é simples: “A gente acha que dá pra mudar e tem que ser por pressão popular. O homem responde: Vai dar certo. Tem que dar.

A viabilidade da Tarifa Zero também é assunto entre nós, que ali organizávamos o ato, embora partamos do consenso de que a medida é possível. A nossa questão não é se, mas quando. Ao longo da viagem, um de nós diz: “Eu penso que, assim, em uns 15 anos vamos ter tarifa zero! Ou talvez seja pouco...”. Eu e outra militante, mais antigas no movimento e também mais velhas, em tom de gracejo reclamamos da previsão: “poxa! Tudo isso! Eu quero fazer outra coisa, lutar por outras coisas! Cara, daqui a 15 anos eu vou ter 45 anos!”. “Eu vou sair é antes disso, nessa idade já queremos estar aposentadas”. Rimos, não sei bem se por nervosismo, cansaço ou ironia.

Em uma parada mais adiante, nosso ônibus é seguido por um ônibus das empresas, que ia para o nosso mesmo destino. As pessoas que ali esperam fazem o sinal para que o ônibus oficial pare. Saímos ansiosos do veículo e explicamos que o nosso é de graça. Recebemos olhares desconfiados. Dois senhores começam a se dirigir para o outro ônibus, mas ao ouvirem a nossa explicação recuam e mudam de ideia. Escolhem entrar no nosso, enquanto argumentamos que nossa ideia é mostrar que o transporte é um direito todos os dias, ao contrário do que o governo tem feito. Um dos senhores concorda, com um sorriso no rosto: “É verdade, é verdade”. Ele se senta e lê o panfleto que recebeu.

Em um dado momento nossa principal abordagem não passa mais por dizer logo de início que o transporte é um direito, mas por convencer que não é preciso ter medo de entrar no veículo, que aquele ônibus existe, que não há tramoia envolvida. “Tenha fé!”, eu digo, de forma

aparentemente muito mais cristã do que me caberia. “É de graça de verdade, pode acreditar!”. A mesma fala acontece quando paramos no terminal rodoviário de Brazlândia e distribuímos nossos panfletos: “sabemos que é difícil de acreditar, mas o ônibus é de graça mesmo. Venham!”. Duas pessoas se animam. Uma delas, um senhor, nos diz: “Caramba e vai de graça mesmo pro Plano! Que maravilha!”

Quando já estamos chegando ao Plano Piloto, depois de uma longa viagem, na qual em dado momento o ônibus foi mesmo todo ocupado, quem vai descendo do ônibus, vai também nos agradecendo, comentando que espera mesmo que Tarifa Zero seja possível. Um passageiro nos diz: “eu acho que o transporte pode ser de graça! Basta eles pararem de roubar né.” A gente se contrapõe: “basta ele decidir botar a prioridade na gente, né”. Um dos nossos primeiros passageiros desce e nos declara: um dia vão ser todos assim. Não temos como não nos emocionar. Novos possíveis se constroem.

[Interlúdio IV]

Estado//modo de estar//situação// condição// estático

Nas páginas anteriores, discutimos um pouco sobre a história do Movimento Passe Livre-DF, adentramos em debates sobre um dos seus princípios, analisamos um encontro entre o movimento e o Estado corporificados, chegando, por fim, a conhecer um pouco melhor as formas de atuação do coletivo. É minha intenção, neste último capítulo, compor uma noção etnográfica de política, junto ao MPL-DF, costurando as reflexões elaboradas no restante da dissertação.

Movimento//colocar em marcha// deslocar-se// inquieto

[Capítulo 5]

Entre Políticas e (anti)política

No dia 30 de janeiro de 2016, o Governo Rollemberg anuncia uma nova medida: um novo aumento de passagem do transporte coletivo. As tarifas, que desde setembro de 2015 vinham custando 4 e 3 reais, passariam para 5 e 4, respectivamente. A notícia não foi exatamente inesperada para o Movimento Passe Livre, pois que não achávamos que o aumento de passagens que havíamos enfrentado no ano anterior seria o único do governo Rollemberg. Desde antes de assumir o posto de governador, Rodrigo Rollemberg vinha desenhando uma linha discursiva do que costuma se chamar de políticas de austeridade: o carro chefe da transição entre o governo anterior e o seu era uma reafirmação contínua que o Distrito Federal se encontrava tão imerso em dívidas, que medidas muito amargas seriam necessárias.⁵⁶ Quando assumiu o governo, Rollemberg progressivamente passou a efetivar as tais medidas, entre elas atrasos nos pagamentos de funcionários, cortes de pessoal, eliminação de secretarias. E também a implementação de uma série de (re)ajustes que traziam para os bolsos populares a conta da proclamada crise: aumento do preço das refeições nos restaurantes comunitários, aumento do ingresso no zoológico, aumento das tarifas de ônibus e metrô. Tudo em nome da *responsabilidade fiscal*.

Havia sido nesse contexto – do que na época chamamos de *pacote de maldades do Rollemberg* – que o aumento de tarifas de 2015 acontecera. Entre um ano e outro, o discurso não havia mudado, mas se aprofundado. As chamadas políticas de austeridade passaram também a ser o tom hegemônico na política nacional, intensificadas após a derrubada do governo Dilma. No que tange aos transportes do Distrito Federal, novas notícias sobre o excessivo repasse de verbas do governo para as empresas concessionárias começavam a surgir, além das muitas ações de restrição do passe livre estudantil (sobre várias das quais já falamos aqui) nos pareciam gestar um clima de aumento de tarifas. Chegamos a pensar ações preventivas, que pudessem ser feitas antes do anúncio do governo. As tais ações, por motivos diversos, acabaram não acontecendo. Já o aumento de passagem, este foi declarado no dia 30 de dezembro, para entrar em vigor a partir do dia 2 janeiro.

⁵⁶Ver, por exemplo:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/11/01/interna_cidadesdf,455503/agnelo-e-rollemberg-discutem-divida-do-gdf-em-reuniao-de-transicao.shtml

Assim foi que, mesmo que já tivéssemos levantado essa hipótese, acabamos nos surpreendendo com o caráter sorrateiro do anúncio de aumento das tarifas, às vésperas do ano novo. Rapidamente, nos mobilizamos para pensar uma série de estratégias, ações, manifestações que pudessem contribuir para que o aumento não se consolidasse. Assim como nós, outros grupos e organizações também puxaram suas manifestações, compondo uma programação diversa de atos.

Os primeiros quinze dias de 2017 foram marcados por uma série de notícias acerca dos impactos, complicações e também das resistências ao aumento, causando angústia para esta que, no calor desses acontecimentos, tentava finalizar a presente dissertação. A Câmara Legislativa declarou absurdo o decreto do GDF, alegando que se tratava de abuso, de uma medida ilegal. O governador reagiu dizendo que sem o aumento o sistema de transporte pararia. Promessas de auditoria, brigas de políticos, por um lado; atos de rua, manifestações, fugas da polícia e suas armas, e horas, muitas horas de reuniões, por outro. A catraca do transporte coletivo voltou a aparecer com toda a sua violência - e que difícil foi conciliar esse momento com os finalmentes deste trabalho. De fato, enquanto agora escrevo, o imbróglio da alta da passagem ainda está se desenrolando. A Câmara Legislativa aprovou, por unanimidade, um Decreto Legislativo que sustou o decreto de aumento de passagens. O GDF entrou na justiça, alegando ser o decreto ilegal. Um desembargador tem em suas mãos a ação e as negociações entre deputados e governo continuam ocorrendo – escrevo em tempo real, de forma que não sei como se concluirá essa história.

Da nossa parte, cujo foco está na organização e nas manifestações e não na esfera que chamamos de *institucional*, optamos por, entre outras coisas, fecharmos uma das grandes rodovias que liga as cidades do sul do Distrito Federal ao Plano Piloto, conhecida por Estrada Parque Taguatinga (EPTG). A ideia não era fazer um grande ato, mas uma manifestação de impacto: o bloqueio da EPTG, ainda pela manhã, é capaz de causar grandes congestionamentos, chamando necessária atenção para a nossa reivindicação: a revogação imediata dos aumentos das passagens. Como, no entanto, bloquear uma pista de alta velocidade, tão cedo e com poucas pessoas? Nossa opção foi construir uma barricada, formada basicamente por pneus em chamas, faixas e bandeiras. Para tal, a organização algo nos exigiu: reuniões, planos, estrutura, material. Um bocado de frio na barriga e algumas preocupações com a reação do estado.

Pois, no dia acertado, eram oito da manhã e já algo de nervosismo nos acompanhava: uma sensação que mistura a tensão para que façamos tudo certo e um pouco do medo das possíveis consequências. Tendo já chegado na EPTG, esperávamos ansiosos/as, a aparição do

carro que deixaria o trânsito mais lento e nos proveria de pneus. Quando o vemos, nos apressamos para que cada um/a de nós exerça suas funções. Tiramos os pneus o mais rápido possível do veículo, enquanto outros/as os espalham na rua. A essa altura, os carros que passavam pela EPTG já perceberam que algo está para acontecer, e tentam escapar da fronteira que começávamos a criar. Pneus espalhados, alguns/as manifestantes passam derrubando a gasolina. Outros/as já estão na passarela, esticando a enorme bandeira do MPL que diz: “Por uma vida sem catracas: Tarifa Zero já!”. Por fim, o acender do fogo e pronto: o sagrado trânsito dos carros é interrompido.



(foto: Roberto Schiavani)

Os pneus já estavam em chamas quando vários engravatados revoltados com a barricada saem de seus carros e, com expressão de ódio, nos xingam, e tentam liberar uma faixa para seguir para seu rumo. Agem como heróis diante de ferozes inimigos: chutam os pneus, nos desafiam a para-los. O policial de trânsito que acompanhava a manifestação pede calma, mas os motoristas não se conformam: nos chamam de vagabundos, gritam que querem ir ao trabalho.

Não apenas a bandeira gigante do MPL está pendurada na passarela. Uma faixa segurada por manifestantes explicita a causa do ato: CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS. Os motoristas estão tensos, é verdade, o que não nos surpreende. Sabíamos que interromperíamos o fluxo de carros proveniente de Águas Claras, bairro conhecido por ser ocupado pela classe média brasileira, notadamente afinada com a direita política. Nas paradas de ônibus, no

entanto, a reação é outra: quem esperava seu transporte vibra, grita, diz que é isso mesmo. Um ciclista ultrapassa o nosso ato e grita: “É isso mesmo! Fogo na catraca!”. Nas nossas redes sociais, durante aquele dia, a discussão também apareceu: houve quem dissesse que não fazia sentido fazer uma manifestação em nome do direito de ir e vir interrompendo o direito de ir e vir dos outros. Os comentários na sua maioria, no entanto, eram de apoio. Como disse um usuário do facebook: “Só reclama dessa ação quem não pega ônibus”.

A ação teve grande repercussão midiática e gerou alguns quilômetros de congestionamento. O movimento soltou também um comunicado, explicando os porquês do fechamento da rua, traçando um panorama da luta contra o aumento até aquele momento e explicitando a proposta de Tarifa Zero que, durante essa jornada de lutas, tem sido acionada como “a única forma de acabar com os aumentos de passagem de forma definitiva”. O MPL também procura estabelecer uma distância das disputas institucionais, reafirmando seu próprio projeto político diante das negociações que eram noticiadas entre Câmara Legislativa e Governo do Distrito Federal, além de apresentar sua proposta como sendo também anticapitalista. Reproduzo aqui alguns trechos do comunicado:

“Desde o nosso último comunicado, dia cinco de Janeiro, atos de várias formas tomaram conta de diversos lugares do Distrito Federal. Houve ainda ato em Ceilândia, Planaltina, Taguatinga e Paranoá, que caminharam pela cidade dialogando com a população. O Comitê de Luta pelo Transporte de São Sebastião organizou uma manifestação ao amanhecer, panfletando com quem estava próximo e realizando um catracaço ao final. Nós, do Movimento Passe Livre - DFE, na terça-feira também ao amanhecer, fechamos a EPTG com faixas e pneus em chamas para lembrar como o aumento ataca nosso direito de ir e vir. Durante a tarde houve um terceiro ato contra o aumento das passagens na rodoviária do Plano Piloto. Ontem o Comitê Popular de Transporte Público de Brazlândia ocupou a administração regional contra o aumento das passagens e pela volta da linhas antigas. (...)

Hoje, décimo dia do aumento, parece ser um dia decisivo para derrubá-lo, como um resultado e parte desse processo de lutas. Os deputados da Câmara do Distrito Federal, a CLDF, discutirão hoje a revogação do aumento das passagens. Rollemberg, muito familiarizado com a política dos de cima, de ontem pra hoje tem feito suas tramóias.(...) Para tentar governar aqui em baixo e tentar enganar o povo, inventou uma auditoria do transporte de 5 milhões de reais (isso porque os cofres do GDF estão vazios) pela Fundação Getúlio Vargas, sem se preocupar em chamar também a sociedade para participar do processo. Porém, a despeito disso tudo, ainda que o decreto do GDF seja derrotado na CLDF, Rollemberg fará de tudo para que ele não caia. (...)A CLDF

também não é flor que se cheire e não liga para quem anda de ônibus: estão apenas preocupados com a próxima eleição da Câmara Distrital e do GDF, com seus jogos internos de poder. Afinal de contas, esses mesmos deputados fingiram que iam barrar o último assombroso aumento em 2015 e, covardemente, deram pra trás.

Mesmo que amanhã o dia amanheça com as passagens à R\$4,00 e R\$3,00, a luta não para aí. (...)Os empresários e políticos já anunciaram seu próximo ataque: cada vez mais cortes no passe livre e crítica às “fraudes”, escondendo as fraudes que eles mesmos praticam. Esses pilantras falsificam planilhas, fraudam licitações, compram mansões, empresas aéreas, empreiteiras, movimentam o grande capital. Mas continuam calados, como se não falássemos com eles. Nossa luta objetiva atacar a forma de organização capitalista do transporte e da sociedade. Nos próximos dias chutaremos suas portas.

(...)O MPL-DF apresentou em duas das reuniões do Comitê Técnico de Transporte da CLDF o projeto da tarifa zero. Ele passa pela construção de um novo modelo de gestão pautado no poder popular, entre as próprias pessoas que andam e trabalham no transporte, organizadas em comitês regionais em suas cidades, decidindo sobre como deve funcionar o transporte público. Neste novo modelo, o controle sai da mão dos empresários, burocratas e políticos. Vai pra mão das pessoas que usam o transporte diariamente, ou seja, as que sabem suas reais condições e necessidades. A execução do que a população decide fica como tarefa para o Governo, através de uma empresa pública, transparente e que garanta segurança àquelas/es com uma das piores condições de trabalho do Brasil, rodoviárias/os e metroviárias/os. Os gastos serão custeados a partir da taxa de impostos sobre ricos para manter a tarifa zero e garantir nossos direitos previstos na Constituição: direito de ir e vir e direito à transporte. (...)” (“Comunicado #04# do Movimento Passe Livre – DFE - DERRUBAR O AUMENTO, CONTRA A TARIFA, 12 de Janeiro de 2017)

No capítulo anterior, apresentei algumas formas de atuação do Movimento Passe Livre, tais como as ocupações e a promoção de ações que prefiguram nossa proposta para o transporte, a exemplo dos ônibus Tarifa Zero circulando pelo Distrito Federal. Entramos também em contato com alguns dos encontros que essas ações provocam: por um lado, com outros usuários e usuárias de transporte, assim como com outras organizações e movimentos. Por outro, com funcionários e representantes do governo. No presente capítulo, é meu objetivo desenhar, a partir desses modos de atuação e seus consequentes encontros, somadas às questões trabalhadas

nos outros capítulos, a composição de uma perspectiva de política, entendida aqui não apenas como um termo polissêmico, mas também cujo sentido precisa ser atribuído etnograficamente. Desta forma, este capítulo funciona também como uma espécie de “considerações finais”, já que busca articular as elaborações delineadas ao longo da dissertação.

Para tal, aciono a crônica do dia em que pneus em chamas bloquearam uma das principais rodovias do Distrito Federal, não apenas por haver a escrito no afã de mais uma luta que ainda está em curso e em meio ao já naturalmente desesperado processo de terminar uma dissertação. Sua relevância se dá, principalmente, porque ações como esta - de manifestações que não seguem um script já determinado e de cunho visto como *radical* – são parte fundamental tanto de uma imagem de política atribuída ao Movimento Passe Livre, como também de sua autoimagem. Muitas vezes, o caráter desobediente deste tipo de protesto é acionado como o gesto por excelência daquilo que entre nós chamamos de *ação direta*, termo que utilizei no quarto capítulo e sobre o qual aqui pretendo discorrer um pouco mais.

A noção de ação direta, intimamente relacionada com a perspectiva de política do Movimento Passe Livre, costuma ganhar diversos significados no cotidiano do coletivo. Talvez o mais corriqueiro deles se trate, justamente, de uma associação entre esta e manifestações que desafiam ordens policiais e do governo, capazes de criar algum transtorno na cidade, resultando muitas vezes em conflitos físicos com o aparato do Estado. Nesse enquadramento, a ideia de “ação direta” é sinônimo de protestos *radicais*, e falas como “eu acho que temos que fazer uma ação direta, tipo fechar as ruas com pneus” são correntes.

Não é minha intenção aqui ignorar esse sentido do termo, mas ampliá-lo como, aliás, se faz dentro do próprio coletivo. Em primeiro lugar, porque muitas vezes restringir a ação direta a esse tipo de atuação nos leva a uma discussão interna, acerca do que se chama de *fetichização da violência*, ou seja, quando a reação da polícia se torna mais importante que os efeitos estratégicos de nossos atos. Como costumamos conversar em assembleia, essa percepção parece produzir o efeito de, ao invés de elaborarmos qual o sentido do enfrentamento direto com a autoridade estatal e o que ele pode trazer de benéfico para a conquista de nossas demandas, uma ação só seja de fato considerada válida se resultar em combate, a despeito dos riscos dessa opção. Se não temos a ilusão de que podemos escapar desses riscos, tampouco nos parece necessário vivê-lo a toda hora.

Outro motivo de ampliar o termo se relaciona à necessidade de não entender a ação direta apenas como um evento. Aqui me aproximo da crítica que Newman (2010)⁵⁷ traça acerca da ideia de evento em Baudouin. Newman afirmará que Baudouin, na busca por escapar de uma noção imanente de revolução, começará a olhar para o que chama de *evento* como os momentos revolucionários por excelência, nos quais a ordem vigente se rompe, ainda que momentaneamente. Baudouin, no entanto, elaboraria uma lista bastante restrita do que se encaixaria nessa categoria: a queda da Bastilha, a Comuna de Paris... ou seja, nada muito diferente da própria noção de revolução da qual ele tenta fugir. Claro que o uso do termo ação direta ao qual aqui me refiro comporta eventos de muito menor proporção, como a barricada de pneus realizada naquela manhã de janeiro. No entanto, restringir a noção a esse campo mantém a lógica do excepcional, ignorando o potencial revolucionário de ações cotidianas. Como Newman, invisto numa cotidianidade do extraordinário (Newman, 2010, p.130), o que significa trazer para outras esferas as possibilidades de transformação.

Também me parece interessante pensar, na busca pela ampliação da noção de ação direta, a partir da detalhada obra de Graeber, publicada em 2009, na qual o autor apoia-se em diversas etnografias feitas dentro do movimento (anti)globalização. Tendo por base diversos relatos construídos a partir da perspectiva de quem pensa e faz o(s) movimento(s), Graeber afirma que a ação direta, ao mesmo tempo em que desafia o estabelecido, cria as alternativas à este. O autor aproxima a noção, então, do pré-figurativismo sobre o qual falamos no capítulo dois. Em oposição à lógica do protesto, que Graeber considera como necessariamente pautada pelo institucional, ele dirá: “Quando nos utilizamos da ação direta propriamente dita, o elemento pré-figurativo se torna o ponto principal: aqueles que levam a cabo uma ação direta, insistem em seu direito de agir como se já fossem livres (Graeber, 2009, p.440).

Por outro lado, muito do trabalho do autor é centrado na organização de ações de rua, sejam elas marchas, piquetes, festas de rua, bloqueios ou as ações de Black Blocs⁵⁸. Quando o

⁵⁷ Em “The Politics of Postanarchism”, Saul Newman (2010), trata de uma retomada filosófica e política do(s) anarquismo(s) enquanto política herética (:17), que apresenta-se para o autor como último horizonte de todas as formas de política radical (:18). Para tal, o autor se propõe a construir uma releitura do anarquismo a partir das críticas filosóficas mais contemporâneas, especialmente do pós-estruturalismo. Newman trabalhará, assim, em cima de algumas rupturas: com uma noção essencialista de identidade, com a universalidade da moral e da razão, com a ideia de progressiva iluminação da humanidade, com uma visão dialética da história, com uma visão positivista da ciência e sua possibilidade de revelar a verdade e também com uma divisão iluminista entre natureza e cultura, na qual o Estado aparece como um instrumento artificial e oposto à racionalidade intrínseca que constituiria o corpo social – todas estas rupturas com uma concepção mais clássica de anarquismo. O autor, desta forma, compõe o que ele chama de pós-anarquismo, enquanto forma de continuamente engajar-se com o anarquismo, empurrando-o para além seus limites. Trata-se de adotar uma postura anárquica com o próprio anarquismo – uma ontologia anarquista que parte de si para interrogar a si mesma.

⁵⁸ No Brasil, a tática Black Bloc, centrada basicamente em destruição de propriedades privadas e estratégias de auto-defesa frente a violência policial passou a ser parte do imaginário político em 2013, após a eclosão de

autor se propõe a analisar as reuniões, ele as vê, fundamentalmente, como um momento de preparação para esses atos (idem:366). Minha aposta aqui, ao contrário, é que as reuniões são também uma prefiguração do mundo que pretendemos construir, pois que questionam a necessária intervenção do Estado na resolução de nossos problemas. Nesse sentido, vale lembrarmos de Lima (2015), já citado nessa dissertação, para quem a ação direta é uma forma de ação política não mediada e, por isso, uma prática necessariamente marginal.

A noção de ação direta da qual parto aqui, portanto, se relaciona a uma forma de atuação que, em si mesma, pretenda questionar a ordem vigente, construindo per si uma política da não mediação. Isso inclui desafiar as formas regulamentadas de fazer manifestação, sem dúvida, como o que fizemos aquele dia na EPTG. Mas inclui também organizar reuniões para discutir as questões que nos afetam, quando a ordem vigente declara que tudo deve ser passado a um Estado mediador. Inclui efetivar um transporte coletivo gratuito, quando todos nos dizem que a tarifa zero é impossível. Esses são também alguns modos de agir que questionam o estabelecido e que prefiguram o mundo que queremos ver nascer. A ideia que pretendo desenvolver ao longo deste capítulo é que, a partir dessas e de outras situações, podemos traçar uma concepção de política que elabore junto ao Movimento Passe Livre-DF.

Uma política da *não mediação*, que *questione a ordem vigente*. Mais uma vez, estamos diante de uma negativa. Ao longo desta dissertação, foram várias as situações nas quais nos deparamos com aquilo contra o qual o movimento declara lutar: das crueldades da burocracia estatal, a uma emboscada policial, passando pelo enfrentamento interno de hierarquias e desigualdades. Uma noção de política que vejo emergir das elaborações e ações do Movimento Passe Livre-DF, assim, precisa ser refletida a partir da ideia do local do *contra*, da *resistência*.

Poderia, então, prosseguir com as proposições deste capítulo mergulhando em uma discussão de filosofia política, que traria à tona conceitos, debates, domínios do político enquanto realizado na esfera Estatal, assim como as outras tantas teorias que se contrapõe a esta visão. A partir deste enquadramento, poderia chamar de *política* o que acontece no domínio do Estado. E de *anti-política*, o que fazemos enquanto Movimento Passe Livre-DF.⁵⁹

manifestações contra o aumento das passagens em diversas cidades do país. A tática, no entanto, é inspirada/importada dos protestos anti-globalização que povoaram o mundo nos anos 90.

⁵⁹ Efetivamente, este é um dos movimentos que Newman (op.cit) realiza, ao declarar ser o anarquismo uma política da anti-política.

Aqui, no entanto, é meu intuito elaborar um conceito etnográfico de política, em continuidade e produção a partir de perspectivas que emergem no movimento. Enquanto coletividade, o MPL-DF nunca se furtou a utilizar o termo política para definir o que fazia. Pelo contrário: a luta por direitos é política, o técnico é político, a ideia de conectar o transporte a uma crítica ampla da sociedade é um processo de politização. Assim, é parte da minha proposta assumir que, aqui, a política é justamente o que acontece fora do Estado. A *(anti)política*⁶⁰, por sua vez, segundo esta perspectiva, é o que o Estado realiza.

Passarei agora, então, para a elaboração de algumas dimensões que me parecem vitais dessas duas noções que estou chamando de política e de *(anti)política*. Começarei a discussão partindo daquilo a que nos opomos, a *(anti)política* do Estado, para então desembocar em uma noção de política que concebo a partir da minha atuação militante e etnográfica junto ao movimento. As separações entre as duas pode dar a impressão de que as noções se constroem de forma demasiado segmentada, o que me parece distante do que de fato acontece, já que nossas reflexões acerca do que nos opomos acontecem de forma simultânea às elaborações sobre as nossas ideias do que queremos construir. Peço, assim, da leitora, a compreensão de que as linearidades que por ventura venham a aparecer se relacionam principalmente a uma limitação de escrita, não a uma proposição teórica.

Por fim, antes de destrinchar as duas noções, parece-me também salutar dizer que não é minha intenção, ao discorrer sobre uma noção de anti-política, elaborar uma teoria geral do Estado. Em primeiro lugar, encaro aqui o Estado principalmente enquanto agenciamento, uma forma de funcionamento, a exemplo do proposto por autores com quem dialogo: Deleuze, Guatarri (1992, 1995, 2013) e Stengers (2015), para citar alguns. De forma um pouco distinta, mas também inspiradora, me interessa pensar o Estado enquanto um corpo político constituído por um circuito de afetos específico, tal como proposto por Safatle (2016): a noção que aqui construo de *(anti)política* é uma tentativa de tentar me aproximar desse circuito de afetos, com o objetivo de criar caminhos para desativá-lo. Por outro lado, e mais importante, também a minha noção de *(anti)política* se pretende etnográfica: ela é uma teoria do Estado, a partir das minhas elaborações daquilo que presenciei e discuti junto ao Movimento Passe Livre-DFE.

Quanto à noção de *política* que aqui apresento, também me parece importante relembrar o caráter de produção que desde o início desta dissertação atribuo às etnografias. Mais uma vez, me parece indispensável ressaltar que o modo como construo o conceito de política não

⁶⁰ Ao contrário das discussões feitas em filosofia e ciência política, adoto aqui a grafia *(anti)política* por não pretender negar a polissemia do termo política, pressuposto já afirmado acima.

pretende representar *o* conceito de política do MPL-DF – como se tal coisa de fato simplesmente emergisse, com ares de totalidade, e meu olhar de antropóloga me possibilitasse perceber –, mas constituir-se como *uma* noção de política, derivada da composição entre as reflexões e práticas que acompanhei/construí no Movimento Passe Livre-DF, as teorias com as quais me conectei em minhas perambulações acadêmicas, e as minhas próprias elaborações.

Acerca do que estabiliza: (Anti)política

Da inescapável necessidade da mediação:

Quando o chefe de gabinete da DFTrans chegou à ocupação da ouvidoria do órgão, em pouco tempo se irritou. Quis ir embora no meio da conversa. Nos disse: vocês não se organizam! (pg.108). A funcionária que primeiro nos recebeu naquela ocasião tentou nos convencer de que era necessário escolher apenas cinco pessoas para sentar em uma mesa e escutar as explicações do diretor do órgão, que nos receberia (cf 121). Muita gente é bagunçado, ela dizia.

Gosto de como Isabelle Stengers (2015) chama àqueles que ocupam os postos dos governos de “nossos responsáveis”. Em seu livro “No tempo das catástrofes”, Stengers discorre sobre as urgências que emergem do que chama de intrusão de Gaia⁶¹, uma urgência de experimentação de outros modos de existência, não pautados por uma falida noção de progresso. O Estado e seus representantes agiriam em direção contrária a esta urgência: não no sentido de elaborar outras possibilidades de vida, mas de convencer-nos que não há o que se fazer em relação à dura realidade. Eles seriam, em uma primeira acepção da expressão “nossos responsáveis”, aqueles que tomam para si a tarefa de nos convencer a aceitar a inescapabilidade de suas medidas (falarei sobre isso mais adiante). E ainda tentam nos convencer: nós, em seus lugares, faríamos o mesmo.

⁶¹ Quando a Terra, vista enquanto um conjunto de relações vivas a quem o modelo de desenvolvimento e progresso capitalista desafiou, já não pode ser por nós ignorada. O tempo das catástrofes ao qual a autora se refere é justamente quando passamos a lidar com as reações – um tanto furiosas – de Gaia, tais como o aquecimento global, o derretimento das calotas polares, etc. A autora constrói um entendimento de Gaia enquanto uma transcendência e sua intrusão como um acontecimento, um fato com o qual temos que lidar. Gaia não age como justiceira (:40) e é indiferente a nossos apelos: não importa quem foi ou não foi responsável por ultrapassar seus limites, sua intrusão atingirá a todos/as. Este acontecimento, por outro lado, nos coloca um imperativo: é preciso construir outros modos de existência, que não deixem cair na barbárie (entendida no sentido de Rosa Luxemburgo) que as catástrofes, aliadas à nossa ideia de progresso, tendem a estimular. A autora é categórica: “lutar contra Gaia não faz sentido, trata-se de aprender a compor com ela. Compor com o capitalismo, não faz sentido, trata-se de lutar contra o seu domínio” (:47).

Sob outra perspectiva, a proposta de chamar os governantes de “nossos responsáveis” também se relaciona a ideia, por estes defendida, do que aqui chamo de política vista como mediação. Os responsáveis agiriam como “aqueles que sabem que devem responder por nós, como um pastor deve responder por seu rebanho perante aquele que lhe conferiu tal incumbência” (idem, p.111). Eles devem, dessa forma, não apenas nos manter sob controle, mas também nos orientar, como se detivessem uma bússola (ibidem p.148), guiando uma multidão de pessoas incapazes de se movimentar e decidir por si mesmas. Nossos responsáveis, afinal de contas, “desconfiam de nós” (ibidem, p.111), pois eles de fato saberiam das coisas, enquanto nós apenas acreditaríamos (ibidem, p.115).

A ideia de responsabilidade que Stengers elabora é bastante consonante com o que Guatarri (2013) diz da produção de uma “subjetividade infantilizada” por parte de um Estado-mediador, de quem para tudo dependemos (Guatarri & Rolnik, 2103, p.172). Na mesma linha, aqueles que nos governam, segundo Stengers, nos tomariam como inabilitados para pensarmos e decidirmos sobre nossas vidas e por isso veriam como necessário se responsabilizar por nós.

A ironia da solidez da necessidade/inescapabilidade da mediação do Estado é, a meu ver, que ela parece se produzir como uma espécie de ciclo vicioso: por um lado, o Estado afirma que toda a situação, o sistema, os meandros, são demasiado complexos para serem entendidos por nós, pessoas por eles atingidas (e aqui lembremos da magia da ilegibilidade do Estado apontada por Veena Das, 2004, sobre a qual falamos no capítulo 3); por outro, as regras são de fato, tantas e a falta de informação é tão difundida, que é difícil não sairmos de qualquer contato com as instâncias do governo sem a plena sensação de que somos, afinal, incapazes de entendê-las. Lembremos da fila da DFtrans para recebimento do cartão do passe livre que inicia essa dissertação: eram voltas e mais voltas de pessoas que sequer sabiam se era ali mesmo que deveriam estar. A mediação produz a (nossa) incapacidade, ao mesmo tempo que nela se funda.

Há um trabalho por parte de nossos responsáveis para tirar de nós a capacidade de decidirmos por nós mesmas sobre as questões que nos afetam, continua Stengers (2015). Qualquer tentativa de intromissão de nossa parte naquilo que nos diz respeito é visto como distúrbio:

“O surgimento de grupos que se metem no que não é da conta deles, que propõem, objetam, exigem participar da formulação das questões e aprendem como participar, é, para ele, sempre e antes de tudo, “perturbação da ordem pública”, que é preciso ignorar e que, se não for possível, será preciso produzir em seguida sua amnésia” (Stengers, 2015, p. 71)

Nossos responsáveis precisam defender a ordem pública dessas nossas intromissões em coisas que não entendemos direito: é preciso defender a necessidade da mediação, e há ainda outro argumento para isso. Trata-se da percepção da ordem pública enquanto defensora de um interesse comum, “que tem que se explicar a uma população sempre suspeita de querer dar prioridade a seus interesses egoístas” (idem, p.71).

Lembremos da forma como Safatle (2016) afirma o medo enquanto afeto central para a constituição do Estado enquanto corpo político. A evocação deste medo de outros sempre ávidos por nos invadir, movidos por um egoísmo imanente, é parte fundante da instauração e conservação do Estado enquanto mediador. É preciso que o sentimento de desalento diante de uma natureza humana suspeita esteja sempre nos rodeando, de forma que a necessidade de uma força que nos proteja dele também nos pareça inescapável. Deste modo, o Estado se legitima enquanto “força de amparo fundada na perpetuação de nossa dependência” (Safatle, 2016, p.45).

Aqui poderíamos retomar a forma como os governos tem se utilizado das chamadas “fraudes do passe livre estudantil”, ou o “uso indevido do benefício”, principal discurso de Rollemberg para justificar o corte do passe livre que resultou na imobilidade de milhares de estudantes e na mobilização da ocupação da DFTrans (cf. 101). É preciso aumentar a fiscalização! É preciso ser mais rígido, manter o controle, ou os estudantes se aproveitarão de nossa frouxidão e tentarão de todo modo nos passar para trás. Não se pode descuidar. Além da imposição de mais restrições e reformulações que ampliam a burocracia para a obtenção do passe livre estudantil, os discursos de perigos constantes de fraudes também se desdobram em mecanismos de controle cada vez mais rígidos: da criminalização ao investimento em aparelhos de biometria nas catracas dos ônibus, como declarou ser necessário o diretor da DFTrans, em junho de 2016.⁶²

Não se trata aqui de negar que há quem de fato busque *burlar o sistema* e assim tirar dele algum proveito - ainda que isso também não implique em qualquer condenação da minha parte e, acima de tudo, me faça refletir, quando “tirar proveito” significa, principalmente, circular pela cidade sem pagar passagem. No entanto, é curioso perceber como o acionamento desses discursos de fraude se relaciona a uma reafirmação da necessidade de um governo que nos defenda de nós mesmos, esse povo larápio com quem não se pode facilitar. Por outro lado, a distância desta postura para aquela tomada em relação aos empresários de ônibus deixa a situação ainda mais esdrúxula. Ali as fraudes são, quando vistas, relativizadas. Há morosidades,

⁶² <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/06/irregularidades-em-passe-livre-do-df-serao-levadas-policia-diz-secretaria.html>

divagações, afinal sem os empresários não funciona o sistema⁶³. Como disse o próprio MPL-DF em seu comunicado aqui transcrito, afirma-se a importância de restringir o passe livre e dificultar seu acesso devido às fraudes, ao mesmo tempo em que se esconde “as fraudes que eles mesmos praticam”, de proporções e efeitos muito maiores.

E, por fim, se não somos capazes de entender e decidir sobre aquilo que nos afeta e, mais, tampouco somos capazes de nos defender uns/as dos/as outros/as, é preciso que alguém o faça, alguém que, ainda, seja capaz de organizar a bagunça de tantas vozes e desejos conflitantes e distintos, alguém que seja capaz de nos representar. Aciono aqui a ideia de representação como irmã gêmea da política vista como mediação, como aquilo que a preenche: o responsável vira também representante. Newman (2010), desta vez concordando com Bauius, dirá que a representação sintetiza uma operação fundante do Estado, a de transformar o múltiplo em um, fazendo contar como *um* os vários elementos de uma situação (2010, p.108). É desta operação – conversão dos múltiplos em Um –que emerge a possibilidade de que se fale *em nome de*, transformando uma multiplicidade de desejos, vontades, percepções em uma voz, uma pessoa, um político, um Estado.

A instauração da política enquanto um domínio apartado da vida cotidiana, no qual apenas alguns podem e sabem como atuar é um dos fundamentos da (anti)política. Como afirma Safatle (2016), a crença de que fora da representação não haverá senão o caos “acaba por naturalizar o fato de que as condições de possibilidade da representação impõem um modo de presença na cena política, um modo de constituição de “atores políticos” que se paga com a invisibilidade de uma multiplicidade de sujeitos políticos possíveis” (2016, p.69)

Da defesa do real e seu exército:

Lembremos do diálogo estabelecido com Moisés, chefe de gabinete da DFTrans, na primeira ocupação do órgão sobre a qual discorro no capítulo quatro. Depois de alguns ruídos, Moisés se rende a escutar as sugestões de um estudante, que propunha como solução para os problemas do sistema a liberação das catracas para quem quer que apresentasse comprovante de matrícula. “A ideia pode até ser boa!” – diz Moisés – “mas como a gente concretiza? É impossível!” (cf.122).

O argumento da *impossibilidade* devido ao conhecimento de *uma realidade que ignoramos* é outra dimensão constituinte do que aqui estou chamando de (anti)política, o oposto

⁶³ Sem os/as usuários/as, no entanto, o sistema não tem razão de ser.

complementar da perspectiva de política que elaboro junto ao Movimento Passe Livre-DF. Ele compõe com o trabalho de nossos responsáveis de construir nossa incapacidade de opinar e decidir sobre as questões que nos afetam, reafirmando a necessidade da mediação deles. Nesse caso, a operação em questão é a de empurrar as propostas e sugestões que não estejam dadas no jogo já estabelecido para o campo do irrealizável. Em outras palavras, e como nos disse Moisés, de forma complacente, podemos até ter boas ideias – pena que elas não são factíveis.

Stengers (2015) nos comenta como o acionamento deste tipo de argumento é uma constante entre nossos responsáveis, que costumam se encarregar de nos dizer que o mundo mudou, que já não há tempo para esperanças e devaneios: “vamos parar de sonhar, é preciso se render aos fatos”, ela diz, ironizando (2015, p.17). Mais uma das tarefas de nossos responsáveis seria, assim, a de nos ajudar a nos adaptar, a lidar com o inevitável, com a realidade.

A defesa disso que se diz realidade – única, incontestável e para nós inacessível – é um pilar da (anti)política. Apela-se para a realidade da nossa incapacidade, para a realidade do egoísmo humano, para a realidade da necessidade que alguém organize a bagunça, como comentei em tópico anterior. Quando novas propostas surgem – propostas simples, inclusive, como a liberação da catraca para resolver o problema dos estudantes enquanto não se ajusta o sistema – apela-se para nosso caráter sonhador, para nossa inabilidade em saber como as coisas *realmente* funcionam.

Chamo essa operação de *defesa do real* e, retomando as colocações feitas no início desse capítulo acerca da política do Estado enquanto um agenciamento, resalto como esta defesa conta com um exército que ultrapassa e muito os funcionários e políticos profissionais. O exército do real encontra-se, afinal, por toda parte, um sintoma de como a linguagem de nossos responsáveis encontra ressonância em nossas experiências cotidianas. De fato, tudo parece tão estabelecido do jeito que está que fica difícil imaginar novas soluções, novas possibilidades. Fica difícil acreditar que um ônibus que anuncia uma tarifa zero seja de fato gratuito (é mais fácil pensar que ele custa 50 reais! cf. 129). Fica difícil acreditar que a ideia de tarifa zero seja realizável: passamos a vê-los como devaneios que logo nos deixarão, quando formos por fim convencidos pelo ritmo massacrante da realidade.

A *defesa do real* tem também sua potência ampliada pela circulação do medo e a consequente busca de amparo na figura do Estado, como nos inspira a pensar Safatle. Um real estabelecido, garantido, intransponível traz também uma segurança, uma certeza de que não estamos à deriva de qualquer contingência, que há uma normalidade, na qual podemos até não estar bem, mas estamos amparados.

A primeira coisa que a defesa do real e seu exército mata é a política, enquanto possibilidade criativa. Substituímos a política pela gestão: a gestão dos fatos, dos números, daqueles problemas e negociações dos bastidores do poder sobre os quais nada sabemos. A operação é a de afirmar que não estamos lidando com política, mas com a realidade: não há muito o que fazer com ela, além de aceita-la. Retomemos aqui como Moisés respondeu aos meus clamores de que estávamos ali por uma questão política: “não tem nada de político aqui”, ele me disse, enfaticamente (cf. 121). São questões técnicas, de sistema, da realidade, que não tem qualquer relação com o que se entende por política: curiosamente, o discurso do governo e de seus funcionários é o de negar que qualquer de suas ações sejam políticas, mesmo que o Estado seja usualmente encarado como o *locus* por excelência do político. Como dirá Stengers (2015): “com governança já não se trata de política, mas de gestão, e em primeiro lugar, da gestão de uma população que não deve se imiscuir naquilo que a afeta” (p.48).

No cotidiano do Movimento Passe Livre-DF, utilizamos bastante o termo gestores para designar aqueles que ocupam postos nos governos. Essa utilização está relacionada à percepção que desenvolvo acima: de que o discurso corrente do Estado trata as ações como as únicas possíveis, um discurso de morte da política. Se não há opções, mas caminhos únicos a serem seguidos por quem ocupa as posições de poder, então não há governantes, mas gestores, que precisam ter não habilidades políticas, mas conhecimento técnico e uma perspicácia para fazer o Estado avançar.

Parece-me interessante que a defesa do real acabe por construir também um paralelo entre Estado e empresa: um bom governo [bons gestores], seria aquele que seria capaz de coordenar o estado como se comanda uma empresa privada: com técnica, com eficiência e, claro, com uma boa balança orçamentária. Se no capítulo dois comentamos como um ar de flexibilidade constitui um sujeito “empreendedor de si mesmo” (em consonância com o que diz Foucault, 2008 e Safatle, 2016), aqui podemos observar que o processo de “formalização da sociedade com base no modelo da empresa” (Foucault, 2008, p 222) atinge também o funcionamento do Estado.

Aqui vale a pena retomarmos o argumento de Newman (2010), que nos afirmará que o neoliberalismo tem efeitos especialmente estimulantes disso que estou chamando de defesa do real. Quando o que o autor chama de “fundamentalismo de mercado” entra em vigor, “o mercado sobrepõe o espaço da política” (idem, p.3). A defesa da economia, suas leis, discursos, formas de funcionamento e exigências se transfiguram no próprio real, inescapável, ao qual devemos nos adaptar.

Se, por um acaso, ousamos pensar para além do dito real, logo são acionadas o que Stengers (2015) chama de “alternativas infernais”: ou se aceita as coisas como estão e como estão propondo, eles que sabem das coisas, ou as consequências podem ser ainda piores. Ninguém desafia o real impunemente: “se vocês recusarem, terão coisa pior” (idem, p.50). Isso porque a defesa do real também se acopla a uma defesa da racionalidade com a qual nossos responsáveis contariam: questionar os fatos nos configura enquanto irracionais, loucos.

Stengers fala da recusa generalizada que os organismos geneticamente modificados sofreram na França, e como os então governantes argumentavam estar diante de uma mentalidade irracional e pouco científica por parte dos cidadãos franceses. Eu aqui retomo os discursos da chamada responsabilidade fiscal, acionados, por exemplo, desde o início do governo Rollemberg, como comento em crônica que abre este capítulo: qualquer proposta que não atenda ao que se chama de austeridade é condenada como inconsequente, irresponsável, irracional com a balança orçamentária do governo. Retomo, ainda, o que escutamos quando começamos a questionar o aumento de passagens que agora enfrentamos: é melhor pagar um pouco mais caro no ônibus do que o Estado quebrar!⁶⁴, disse o governador Rollemberg. Um excelente exemplo de quando a defesa do real se transfigura em alternativas infernais que, nas palavras de Stengers, “minam e aprisionam as capacidades de pensar e resistir” (ibidem, p.49).

Do Estado burocrático de direitos e seus afetos centrais - a indiferença e a resignação:

Recuperemos a história daquela senhora que, tendo passado horas na fila, não conseguiu pegar o cartão do passe livre do seu filho, como conto na primeira crônica desta dissertação. Para a funcionária que a atendeu, não havia o que poderia ser feito ou qualquer argumento que pudesse ser acionado para resolver a situação. A experiência daquela senhora, as consequências particulares que ela sofrerá, assim como as aulas que seu filho perderia até que ela recebesse um novo e-mail com uma nova marcação para entrega do cartão, nada disso seria capaz de mudar o procedimento adotado. Tampouco importa se ela não possui o hábito de olhar o e-mail, se ela não tem familiaridade com a internet. Os protocolos são um só, para todos, e romper com eles seria romper com uma *isonomia*, segundo a qual todos devem ser tratados da mesma forma: não é possível abrir exceções, suas peculiaridades são irrelevantes.

⁶⁴ http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/01/13/interna_cidadesdf,564879/embate-entre-rollemberg-distritais-sobre-tarifas-sera-decidido-na-just.shtml

Comentei acima, na esteira de Newman (2010), que uma das principais operações do Estado é transformar o múltiplo em um. Newman fala isso acerca da ideia de representação, mas me parece profícuo ampliar o alcance de sua proposição, entendendo-a como uma operação que toma diversas formas no funcionamento estatal. Se a ideia de que alguém vai representar um grande número de pessoas, trazendo para seus interesses e desejos coerência é uma das formas desta operação, uma outra seria o estabelecimento de uma mesma régua, uma mesma norma a que todos e todas devem obedecer, não importando as diversidades de onde partem ou as diferenças do que irão enfrentar por isso. Ou seja, a própria linguagem da lei – e de uma de suas transformações em práticas, a burocracia – funciona como arma na realização deste mesmo movimento: transforma o múltiplo em um. Me parece que há consonância com esta afirmação quando Stengers (2015) diz que a ótica das regras e leis dos “nossos responsáveis” partem de uma ideia de “qualquer um”: designa-se aqueles para quem uma regra ou norma é aplicável, sejam quais forem as consequências desta aplicação (p.69). A ideia de “qualquer um” é a própria operação da transformação do múltiplo – múltiplas experiências, pessoas, necessidades – em Um, um único sujeito universal, objeto de todas as regras.

Há diversos trabalhos na antropologia que mergulham no cotidiano da burocracia. Entre eles, o livro de Herzfeld (1992), de nome emblemático: “A produção social da indiferença”. Nele, Herzfeld se dedicará a entender as práticas simbólicas no cotidiano da burocracia, rejeitando qualquer pressuposto de intrínseca racionalidade do sistema. Segundo o autor, uma das principais operações da burocracia é criar categorias de exclusão, fixando fronteiras entre quem pertence e quem não pertence a um Estado – por isso, burocracia e nacionalismo guardariam íntima relação. Nas práticas de aplicação das regras e partindo das categorias que estabelecem um fora e um dentro, o que se passa a negar no cotidiano burocrático é uma ideia de humanidade comum, que resulta em uma indiferença dos funcionários para quem está sendo atendido. Essa indiferença tem o poder de transformar pessoas amorosas em funcionários mal-humorados e autômatos, dirá o autor. Se de algum modo a humanidade dos solicitantes é negada, já não há possibilidades de afecção por qualquer peculiaridade ou singularidade.

Recordemos do diálogo que mantivemos com Marcelo, o funcionário de alto escalão da DFTrans que nos encontrou na fila (cf.128): ele nos disse que os ajudávamos muito, por que trazíamos “visões diferentes”. As visões diferentes que apresentávamos eram principalmente argumentos que diziam que aquelas pessoas que ali estavam eram mais do que números de protocolo, que elas tinham suas vidas verdadeiramente afetadas pelas mudanças que o governo estava executando. Trouxemos para a cena o múltiplo, a experiência, o vívido, para além da

regra e procedimento, assim como aquela senhora que acabou sendo ajudada por Marcelo: ela deu voz, corpo, história para os números do requerimento. E, ao mesmo tempo em que ele respondeu: “o governo se sensibilizou com a sua história”, foi embora rapidamente. Sua fuga parece demonstrar o conhecimento de que uma regra de ouro havia sido quebrada: as normas não podem se submeter à sensibilidade, elas não funcionam sem a indiferença.⁶⁵

Acho as contribuições de Herzfeld muito valiosas, uma ótica complementar à que aciono nesta dissertação. Ao contrário do autor, não acompanhei o cotidiano de funcionários. Me lembro da voz cansada de Ana, a funcionária que primeiro nos atendeu na ocupação da DFtrans, tentando nos convencer a preenchermos seus formulários para que ela pudesse, em 10 dias, responder a nossos requerimentos. Ao lembrar daqueles olhos cansados, parece-me que pode haver indiferença, mas há também uma sensação de impotência, compartilhada por Ana, que muitas vezes nos atinge a lidar com os protocolos burocráticos.

Minha etnografia, no entanto, se realizou do lado de cá do guichê, ao lado de gente como D. Mariana, seu Juraci, e outras tantas pessoas que comigo formaram filas diversas em busca de cartões, informações, explicações. É do lado de cá que posso afirmar que, se a burocracia se realiza através de uma produção social da indiferença entre seus funcionários, sua contrapartida é uma *produção social da resignação*, desta vez entre quem parece não ter o que fazer além de se subordinar às normas e regras estabelecidas⁶⁶. Escutar, depois de horas na fila, que será necessário esperar um novo e-mail e que os funcionários do órgão não podem fazer nada, produz resignação. Esperar pacientemente, mesmo sem ter conseguido a senha, para que alguém te dê ao menos uma explicação sobre o que está acontecendo com seu passe livre, produz resignação. Ouvir dos funcionários que o governo faliu e que o passe livre vai acabar, produz resignação. Trata-se de uma produção constante da sensação de que não há o que fazer, além de aceitar e se adaptar à normalidade de situações que beiram ao humilhante: a produção social da resignação é também o que nos coloca, cotidianamente, em nossos devidos lugares. Na linguagem de Safatle (2016), poderíamos dizer que a indiferença e a resignação são afecções complementares que compõe o circuito dos afetos da burocracia.

⁶⁵ Não vou aqui discutir a intenção de Marcelo ao fazer o que fez por aquela senhora na fila. Como já disse em capítulo anterior, me parecem haver aí fatores diversos, de uma afetação pelos apelos da senhora até a vontade de demarcar conosco, do movimento, uma posição de aparente sensibilidade. Meu ponto aqui não é descobrir as intenções ou sentimentos do funcionário – não teria essa pretensão – mas reafirmar com a indiferença é parte fundante do processo burocrático, produzida em seu cotidiano.

⁶⁶ Não quero parecer fatalista: de forma alguma pretendo dizer que estamos condenadas à resignação. Minha visão, ao contrário, é que não estamos condenadas a nada, contamos com infinitas possibilidades. Muitas outras coisas emergem de situações que aqui apresento para além da resignação, tais como a solidariedade, a indignação, a revolta. Falarei sobre elas mais adiante.

Da tal ordem vigente e as relações entre Estado e Capitalismo:

A noção de (anti)política que até aqui elaborei está fundamentalmente relacionada aos agenciamentos do Estado, o que pode mascarar um dos princípios mais caros ao MPL, o anticapitalismo. A tal “ordem vigente”, alvo da política da ação direta, se compõe não apenas de Estado, mas também do capitalismo e há quem diga que principalmente dele. Por isso, é agora minha intenção discorrer um pouco sobre as relações entre esses dois adversários, o Estado e o Capitalismo, partindo do local de atuação do Movimento Passe Livre-DF.

Em primeiro lugar, vale evocar a forma como o transporte coletivo é organizado hoje no Distrito Federal (e no restante do Brasil), que pode ser encarado como um dos mais tangíveis exemplos das relações imiscuídas entre essas que aqui estamos tratando como duas entidades: o Estado (que aqui se corporifica em governos) e o Capitalismo (que aqui se corporifica nos empresários do transporte). Os acoplamentos entre os dois são tão diversos e ocorrem em tantos planos que por vezes nos é difícil separá-los: o transporte é colocado como direito essencial, a ser garantido pelo Estado, mas seu uso é cobrado como de uma mercadoria, a ser obtido pelas empresas; a gestão do transporte é responsabilidade do Estado, mas as companhias que o realizam são de posse de alguns poucos empresários; os/as rodoviários/as possuem vínculo trabalhista com as empresas de transporte, mas é o Estado que media as negociações de greve e, inclusive, paga subsídios para que os aumentos de salário sejam concedidos; os aumentos de passagem, embora estejam diretamente relacionados à *sustentabilidade* das empresas (ou lucro) são propostos, executados e defendidos pelos governos – e atualmente são os governantes, e não os empresários, que vão a público dizer que o sistema não funcionará, não se manterá sem novos preços. Em poucas palavras, o transporte coletivo se organiza simultaneamente enquanto público e enquanto privado.

Esse entendimento pode ser interessante para destrinchar o principal slogan do Movimento Passe Livre: *por uma vida sem catracas*. A catraca é um símbolo por excelência desse companheirismo entre Estado e Capital, vitimando diariamente milhares de usuários de transporte, funcionando como uma fronteira entre as pessoas e as possibilidades da cidade. Articulada com outras medidas, como o chamado *toque de recolher* e a restrição de ônibus das periferias para o centro em horários de lazer, ela consolida um determinado projeto de cidade. A catraca, no entanto, não funciona só como barreira, mas também como instrumento de contagem, de estriamento (Deleuze & Guatarri, 1995): é por meio dela que se transforma uma

pessoa em número, é por meio delas que as infinitas possibilidades de viagens se transformam em dados – a serem cobrados do governo no caso das gratuidades – ou em valores – no caso das passagens pagas diretamente ao cobrador. As catracas pertencem aos empresários, mas é o governo que olha por elas: é ele que determina quanto vale cada viagem e ele que se expõe para dizê-lo. A catraca é o instrumento de controle para os passageiros, enquanto é um instrumento de poder para os empresários: os dados estão com eles, e são eles que dizem quantas pessoas passaram por ela. Como as relações empresários e governo, em boa parte do tempo a violência da catraca se naturaliza de tal forma que parece invisível: sua existência não é questionada, é vista como dada, como o funcionamento normal das coisas. Quando, no entanto, ela volta a aparecer a partir de um novo evento – e ele pode ser tanto uma grande manifestação pelo fim das catracas, uma barricada de pneus em chamas ou o anúncio de um aumento de passagem – quem parte em sua defesa pública é o Estado, e não os empresários que as detêm.

Aqui seria fácil desembocarmos em uma interpretação ortodoxa (marxista) do Estado enquanto instrumento de classe: em uma situação de hegemonia capitalista, o Estado inevitavelmente serviria aos interesses da classe dominante. Newman, por sua vez, afirmará, em consonância com uma perspectiva anarquista, que o Estado não é um instrumento, mas possui ele mesmo um desejo de acumulação perpétua e infinita de poder, e por isso não pode ser apropriado: independente de quem estiver em seu controle, sua operação fundamental continuará se atualizando.

Parece-me interessante usar essa afirmação de Newman para elaborar uma visão mais compósita entre Estado e Capital: se enxergamos o Estado enquanto um projeto contínuo de acumulação de poder (lembramos da “potência de apropriação”, tal como definida por Deleuze e Guatarri) e o capital enquanto um projeto contínuo de acumulação de valor, é fato que as duas possuem entre si um grande potencial de acoplamento e aqui concordo com uma das proposições dos Mil Platôs: foi através da forma- Estado que o capitalismo triunfou (Deleuze & Guatarri, 1997, p.125); ou ainda com a elaboração de Safatle acerca do liberalismo, segundo a qual o fundamento do sujeito proprietário passa pela perene necessidade de proteção de sua propriedade contra outros sempre perigosos: nenhuma forma política foi tão bem sucedida para tal quanto a do Estado (Safatle, 2016). Porém, se estamos diante de dois projetos de desejos infinitos, isso implica em dizer que não se trata exatamente do Estado servir ao Capital ou vice-versa: cada um deles serve apenas a si mesmo, ainda que se trate de uma aliança especialmente proveitosa para os dois. Enxergá-los assim, como dois projetos que tendem ao infinito, também

nos permite ver que há eventuais brechas, colisões, choques: há pequenos momentos em que um projeto estranha o outro.

A perspectiva de Stengers (2015) a esse respeito me parece bastante profícua. A autora não está interessada em construir qualquer tipo de teleologia (“a lenda”, como ela diz, p.60) acerca da origem do Estado ou do Capitalismo e tampouco coloca linearmente um a serviço do outro. Como afirma, a lógica desta relação parece-lhe da ordem “do ovo e da galinha”. “Isso não implica confundir o ovo com a galinha – não há simetria entre eles – mas afirmar a impossibilidade de compreender um sem referência ao outro. E isso que não haja nem cumplicidade voluntária, nem, aliás, amizade” (idem p. 68). Estaríamos diante de “dois protagonistas, coproduzidos por sua aliança” (ibidem, pp.115 -116). Uma perspectiva interessante para refletir sobre as articulações entre Estado e Capital então seria assumir que nem sempre os dois estão simplesmente do mesmo lado, embora isso não implique de forma alguma em dizer que há alguma chance que algum deles esteja no nosso.

É também com esses imbricamentos, que integram a composição que estou chamando de ordem vigente, que lidamos quando nos propomos, a partir do Movimento Passe Livre, a construir uma política de enfrentamento e resistência. Se as relações, fricções e acoplamentos entre capitalismo e Estado são diversos e complexos, a nossa noção de política e nossas formas de atuação não podem ser lineares: elas também precisam ser pensadas em camadas, em rumos e consistências diversas. É a essas consistências que tentarei passar agora.

Acerca do que movimenta: Política

(Só) Há vida possível fora do Estado: experimentar uma política direta

Talvez uma das primeiras coisas que a noção de política que aqui elaboro junto ao Movimento Passe Livre é uma inversão de um estamento recorrente: não é no Estado que a política acontece, mas fora dele. A política é o oposto do Estado, é uma arte de mover-se entre o impossível, é a possibilidade de opinar sobre a própria vida. O Estado teria regras estabelecidas, jogos de poder e interesses escusos, e se pautaria na constante afirmação de nossa incapacidade como única possibilidade dele mesmo se manter: como diz Newman (2010) o Estado engendra a despolitização.

A reafirmação da nossa capacidade de decidir sobre as questões que nos afetam, assim, constitui um dos elementos de uma noção de política pensada a partir do Movimento Passe Livre-DF, perpassando as suas diversas ações e prioridades, de forma consonante com a concepção de ação direta que desenhamos acima. A política, então, não seria o que se realiza em um campo circunscrito, do qual apenas alguns participam e conhecem, mas algo que se espalha pelas diversas dimensões da vida e com o qual todos/as podemos nos envolver.

Há, desta forma, não apenas vida possível fora do Estado, mas seria justamente nessa exterioridade que nós, enquanto sujeito políticos, podemos florescer, reconstruindo nossas possibilidades de lidar com o que nos diz respeito. É também sobre isso que disserta a proposta do movimento para a coordenação do sistema de transporte. Ao invés de uma gestão feita por órgãos burocráticos aliada aos desejos dos empresários do setor, a proposta de organização do transporte feita pelo movimento passa pelo envolvimento direto de quem se utiliza do serviço nas mais diversas decisões: horários, linhas, paradas, quantidades de ônibus. Retomando um trecho do comunicado aqui já citado:

“Neste novo modelo, o controle sai da mão dos empresários, burocratas e políticos. Vai pra mão das pessoas que usam o transporte diariamente, ou seja, as que sabem suas reais condições e necessidades. A execução do que a população decide fica como tarefa para o Governo, através de uma empresa pública, transparente e que garanta segurança àquelas/es com uma das piores condições de trabalho do Brasil, rodoviárias/os e metroviárias/os” (“Comunicado #04# do Movimento Passe Livre – DFE -DERRUBAR O AUMENTO, CONTRA A TARIFA, 12 de Janeiro de 2017)

Mais do que uma reivindicação, outrossim, a proposta de gestão do transporte do movimento transformou-se também em uma das suas principais formas de atuação, por meio dos comitês populares de transporte que mencionei no capítulo quatro (cf. 98). Lembremos da concepção de ação direta como relacionada à ideia de pré-figurativismo: mais do que fazer demandas, é preciso experimentar agora. É nessa experimentação que se vive os desafios das nossas próprias propostas, assim como é também nela que a possibilidade de agirmos politicamente emerge.

A disponibilidade para construir essas experimentações, no entanto, não implica em dizer que elas sejam fáceis. Pelo contrário: o trabalho envolvido na construção dos Comitês requer não apenas tempo e vários deslocamentos dos militantes do MPL através do Distrito Federal, mas também frustrações, reuniões que não ocorrem por falta de pessoas, dificuldades

de que o projeto engrene, afastamento e aproximação de gente, ruídos de comunicação e um processo perene de construção de confiança.

Tomemos como exemplo uma das primeiras atuações do Comitê Popular de Transporte de Brazlândia. Suas atividades iniciais eram centradas principalmente na formação sobre o sistema de transporte no Distrito Federal, a cargo do MPL-DF, e ações de *agitação* como oficinas de arte de rua. Uma de suas principais iniciativas foi a construção de um Plano de Mobilidade para Brazlândia, em contraposição aos planos feitos pelo GDF, recusados por não incluir a participação popular. Os comentários iniciais sobre a construção deste plano nas assembleias do MPL-DF eram sempre muito elogiosos, vistos como um passo a mais na direção do tipo de transporte que pretendíamos construir.

O que se relatou, no entanto, no decorrer do processo, é que havia muita *insegurança* por parte dos/as moradores/as de Brazlândia na montagem deste Plano. “Mesmo que possuíssem a vivência concreta e muitas informações à mão”, relata uma integrante do MPL-DF, as pessoas não se sentiam *capazes* de opinar sobre como deveria funcionar o transporte de sua cidade. Situações como esta colocam o MPL-DF face a face com as dificuldades do que o movimento abraça como uma de suas principais propostas políticas. As separações entre quem *vivencia* e quem *entende*, um dos pilares da crítica feita pelo movimento por ser também pilar da forma-estado, ao invés de se dissolver, parecem se reforçar.

Em dado momento, ainda que o CPTB tenha passado a manter reuniões regulares, às vezes há mais participação de militantes do MPL-DF do que moradores/as da cidade. Atualmente, os momentos que reúnem mais gente são os saraus que ocorrem aos sábados pela noite, e é neles que as reuniões do Comitê costumam acabar. Nesses momentos, rimas e versos sobre o transporte coletivo e a tarifa zero aparecem nas bocas de jovens que não costumam participar das reuniões, o que, por um lado, aquece os corações dos militantes do MPL. Por outro, mesmo sem esquecer que “o processo é lento”, como costumamos dizer no movimento, o que afasta esses mesmos jovens de nossos encontros, a despeito do nosso esforço e dedicação?

Esses são alguns dos desafios das experimentações levadas a cabo pelo Movimento Passe Livre-DF, sobre os quais infelizmente pouco foi comentado nessa dissertação. Uma etnografia do cotidiano dos comitês nos possibilitaria entender melhor como são manejadas essas questões e que frutos emergem delas, coisa que pretendo fazer futuramente. Mas, para delinear uma noção de política como aqui é minha intenção, o imprescindível é notar que essas dificuldades, debatidas constantemente nas reuniões do movimento, são vistas como parte de um processo que não por isso deve ser deixado para trás. Uma noção de política que se exerça

de forma direta não pode contar com as mesmas facilidades propostas pelo Estado, no qual a política se realizaria de forma mais segura devido à mediação. Aqui, temos que nos abrir ao desamparo das contingências, ao desamparo da incerteza, para caminhar junto ao que diz Safatle (2016), de forma que possamos ativar outro circuito de afetos que não o do medo. Ou, como afirma Stengers, assumir que a instabilidade faz parte da experimentação, vista pela autora como um *pharmakon*, que traz em si a potência do remédio e do veneno⁶⁷

Assim, uma noção de política que parte da exterioridade do Estado não se relaciona com a promessa de respostas definitivas. A política das respostas dadas é, aqui, a (anti)política. Como também afirma uma militante do Movimento Passe Livre-DF, em texto divulgado na internet:

“Assim como o Passe Livre Estudantil, a Tarifa Zero é uma proposta em construção, uma construção cotidiana feita na e pela luta. Nós mesmxs, que hoje levantamos essa bandeira, temos questões a responder, dúvidas em como aplicá-la. Esse não é um problema. Nunca nos propusemos a ser um grupo com respostas prontas para os problemas que vivemos, sempre nos preocupamos a caminhar perguntando por onde ir.” (“A cidade e os sonhos: por uma vida sem catracas”, Maria Paiva Lins – disponível em: <https://www.facebook.com/mpldf/photos/a.400673959974383.83379.259970814044699/778474595527649/?type=1&theater>)

Ou, voltando às palavras de Stengers (2015):

“que não me venham perguntar “que outro mundo será possível”, que “outro mundo” seremos capazes de construir (...) Não cabe a nós resposta; ela cabe a um processo de criação cuja enorme dificuldade seria insensato e perigoso subestimar, mas que seria um suicídio considerar impossível. Não haverá resposta se não aprendermos a articular luta e engajamento nesse processo de criação, por mais hesitante e balbuciante que ele seja.” (p.44)

Por uma retomada do público:

⁶⁷ “Quando um responsável vocifera: “mas isso pode ser perigoso!” - e é por essa vociferação que reconhecemos que ele se considera efetivamente responsável – ele herda, com esse “mas”, uma história em que a instabilidade do *pharmakon* foi incessantemente usada para condená-la. Uma história que incessantemente se privilegiou o que oferece, ou parece oferecer, as garantias de uma identidade estável, que permite ignorar a questão do cuidado conveniente, do aprendizado das dosagens” (Stengers, op.cit. :94)

“Queremos que o transporte público seja público de fato” – esta é uma frase que aparece de forma corriqueira nas falas e escritas dos/as integrantes do Movimento Passe Livre-DF. O que seria, assim, um transporte público *de fato*?

Sem dúvida, esta afirmação se relaciona ao financiamento do transporte coletivo que, no modelo atual, é feito de forma direta pelos seus usuários, ao contrário de outros serviços também considerados públicos como a educação e a saúde. Parte da construção de um caráter público do transporte passaria, assim, por transformar seu financiamento em indireto, ou seja, pago por impostos dos mais ricos, como afirmado em comunicado do movimento aqui citado.

À primeira vista, essa ideia pode ser encarada como contraditória com a noção que elaboro de política enquanto uma exterioridade do Estado: a proposta do movimento pode ser entendida como uma estatização, ao contrário do que estou afirmando. Seria preciso, por isso, conectar as diversas dimensões do que, enquanto MPL-DF, entendemos por público. Por um lado, se é verdade que o financiamento do transporte defendido pelo MPL é estatal, é também verdade que o funcionamento proposto não apenas ultrapassa as barreiras do Estado, como de fato sugere romper com seu fundamento: o público do Movimento Passe Livre não é o do enrijecimento do controle estatal, mas o da multiplicação de vozes de usuários e usuárias que, a partir de suas experiências, podem geri-lo.

A aposta de Stengers em uma retomada da ideia de comum - tomando emprestado o termo das terras camponesas apropriadas pelos capitalistas naquilo que Marx chamou de acumulação primitiva – parece-me possuir alguns profícuos paralelos com a retomada do público que o movimento propõe. Como afirma a autora, “o que foi destruído com os commons não foram apenas os meios de vida de camponeses pobres, mas também uma inteligência coletiva concreta, ligada a esse comum do qual todos dependiam” (2015, p. 79). Esta retomada já estaria em curso, ela diz, em movimentos de usuários, nos quais aqueles a quem se restringia o papel de utilizadores (//consumidores), passam também a se apoderar das questões com as quais supostamente não deveriam se meter – a exemplo do que aconteceu com os movimentos de usuários de drogas ou com as comunidades de programadores de software livre. A passagem de utilizadores a usuários transforma seus campos de atuação em comuns: criam-se novas inteligências ao seu redor, outros laços, além de uma janela para que quem quer que se acople com o comum em questão passe também a perceber possibilidade de interferir em seus rumos.

Tal como o comum de Stengers, o público do MPL-DF, não se relaciona simplesmente ao estatal, mas àquilo que, além de não ser propriedade privada, é também alvo do escrutínio e decisões de quem os utiliza. É disso que falamos quando queremos que o transporte seja

“público de fato”: que esteja sujeito às necessidades e desejos de seus usuários/as e trabalhadores/as, coisa que não vemos possibilidade de ocorrer dentro da esfera dos poderes constituídos. A retomada do público, assim, também compõe a política de qual falamos, procurando romper ao mesmo tempo com o privado da propriedade dos empresários e com o estatal do controle dos mediadores sobre a vida dos/as usuários e trabalhadores de transporte.

*Políticas da multiplicidade: sobre a autonomia*⁶⁸

Estou aqui considerando que a retomada do público pelo MPL-DF, então, passa por um questionamento do controle de um Estado-mediador sobre a vida dos usuários e trabalhadores do transporte coletivo. Uma palavra importante para o coletivo, que corrobora com o que aqui digo, é autonomia, que poderia ser sintonizada com a forma como Newman entende o termo: a criação de possibilidades de “determinar suas próprias condições de existência” (Newman, 2010, p.180).

Determinar as próprias condições de existência: para tal, talvez o primeiro a se considerar é que não apenas as condições, mas também as existências são diversas, múltiplas. Passam pelas infinitas experiências que cada um/a daqueles/as que utilizam e fazem funcionar o transporte coletivo vivenciam em seu cotidiano. Passam pelos incontáveis relatos daquelas mães e pais que estavam na fila para pegar o cartão do passe livre estudantil e, pouco tempo depois, na fila outra vez para entender o que havia acontecido com ele. A autonomia, como aqui entendo, trata, justamente, de uma política da multiplicidade, uma política que emerge das distintas experiências. Para isso é preciso entender a experiência não apenas como relatos a serem encaixados em regras gerais, mas entender que ela produz, no sentido de Donna Haraway (1988), saberes localizados, situados, o que de forma nenhuma quer dizer saberes menores. Como nos dirá Stengers (2015): “serão respostas sempre locais, no sentido em que local não significa pequeno, mas se opõe a geral”.

O estímulo a que cada experiência ganhe densidade e que seja capaz de produzir suas próprias questões, ao invés de seguir se deixando levar pelas questões já elaboradas pela política do “qualquer um”: um esforço constituinte do que aqui estou chamando de política. Lembremos, ironicamente, do meu ato falho na fila da DFTrans, na qual passei a ocupar o papel dos funcionários e perguntei para quem comigo compartilhava experiências vividas: “você fizeram

⁶⁸ Devo a conexão direta entre autonomia e multiplicidade a mais uma conversa com Luísa Molina, na qual ela compartilhou comigo uma citação de Deleuze e Guatarri que estabelecia esse paralelo.

o recadastramento?” (cf.104). Ali, tomei para mim o exercício da (anti)política: reduzi as multiplicidades a uma única pergunta. A forma como estou entendendo política passaria pelo processo inverso, o de transformação do um em múltiplo.

Nesse ponto, agencio a relação entre política e ética elaborada por Newman. Para o autor, a política não pode ser vista como domínio puro, mas ser necessariamente perpassada e perturbada pela ética, entendida enquanto uma constante abertura para deixar-se atravessar e transformar pelo Outro. No lugar de fronteiras rígidas, uma abertura perene: a ideia de que é no encontro, e não na separação, que a política se realiza. Essa noção é belamente inspirada por Levinas ao definir anarquia, que, citado por Newman, dirá: “[trata-se do] sentido no qual nós somos perturbados pelo encontro com o outro. Trata-se de um momento ético, porque nos impõe uma responsabilidade radical com o outro.” (Levinas apud Newman, 2010, p.54, tradução minha).

Parece-me que esta ideia de uma política que passa pelo encontro, por deixar-se perpassar pelo outro encontra ressonância com o aqui elaborado, embora não tenha certeza sobre o uso do termo ética. A mim me parece mais interessante pensar que uma política vista a partir de uma abertura perene ao outro é capaz de produzir um circuito de afetos distintos do produzido pela burocracia: deixar-se afetar pelas experiências e contingências dos outros é desativar a indiferença. É substituí-la por um afeto que poderíamos chamar suscetibilidade.

Assim, aqui me recordo dos laços que emergem naquelas mesmas filas que pretendiam nos condenar à indiferença e à resignação. Lembro do abraço apertado em D. Mariana (cf.25), das senhoras que procuravam me orientar de modo a que eu perdesse o mínimo de tempo possível tentando resolver o bloqueio do passe livre (cf 104), da estudante que pegou fichas para vários/as de nós que estávamos perto dela na fila (cf23), dos olhares de cumplicidade que surgem nesse momento. Essas afecções que aparecem por que o outro nos acomete também me levam a pensar que uma política da multiplicidade considera que as resistências ao Estado acontecem cotidianamente, de formas variadas. Nas palavras de Newman (2010): “As pessoas resistem ao Estado todo o tempo, de formas diversas e mais ainda, a operação do poder sempre produz suas próprias formas de resistência localizada.” (p.64).

Por outro lado, não quero com isso pintar uma imagem de pureza desse deixar-se perpassar pelo outro. Lembremos dos dilemas enfrentados dentro do próprio Movimento Passe Livre-DF na construção da horizontalidade, aqui discutidos no capítulo dois. A experiência do encontro não nos provoca conforto, mas um decentramento, como naquele ônibus em Brazlândia na qual as nossas próprias histórias ganham outros significados e sentidos no que

compartilhávamos com Antônio (cf. 119). O uso da suscetibilidade como um afeto que se opõe a indiferença não constrói uma segurança, mas vulnerabilidade.

Ao elaborar nossas próprias questões, também nos deparamos com a possibilidade de experimentar e ensaiar outras soluções, que não estão dadas. Nesse sentido, em oposição à produção da resignação que comentei ser companheira da indiferença, outro afeto pode emergir, um afeto teimoso, da insubmissão, que emerge de uma retomada de nossa capacidade de refletirmos sobre o que nos atinge, em caminho oposto à necessidade de mediação advogada por nossos responsáveis.

A proposta de Tarifa Zero do Movimento Passe Livre-DF, a meu ver, apresenta-se como uma possibilidade desta que estou chamando de política da multiplicidade, ou de autonomia, ao articular esses dois outros afetos, o da suscetibilidade e o da insubmissão. Se ela parte de uma ideia a princípio generalista – todo o sistema de transporte seria organizado sem o pagamento direto de tarifas e coordenado por conselhos populares – sua forma de funcionamento opera a transformação do um em múltiplo. Os conselhos populares implicam, necessariamente, em uma forma aberta, a ser constituída pela experiência de usuários e usuárias que só ganha sentido por ser local. Uma proposta que desconstrói o um a partir de seu acionamento. Em consonância com o que diz Stengers (2015), esta noção de política passa pela conexão de ruelas, não por grandes avenidas:

“as grandes avenidas que conduzem aos lugares de poder poderiam ser substituídas por labirinto de ruelas interconectadas, ou seja, por uma multiplicidade de agrupamentos em torno daquilo que força a pensar e imaginar conjuntamente, em torno das causas “comuns”, nenhuma delas tendo o poder de determinar as outras, mas cada uma delas pedindo que as outras recebam esse poder de fazer com que aqueles que foram agrupados pensem e imaginem. Pois, se isolada, uma causa sempre corre o risco de ser desmembrada de acordo com os diferentes interesses preexistentes”
(p.89)

De outra perspectiva, é preciso que recordemos que, se a ideia de representação é uma das operações de transformação do múltiplo em um, como afirma Newman, a noção de política que aqui digo emergir do Movimento Passe Livre-DF não faz com que as possibilidades de captura desapareçam. Se a representação não opera apenas no nível da política profissional ou do parlamento instituído⁶⁹, como afirma Newman (2010), também vimos ao longo desta

⁶⁹ Newman chamará atenção para como é ela que fundamenta a ideia de vanguarda, cerne da noção de partido na tradição marxista. A vanguarda, de acordo com Lenin por exemplo em “Que Fazer?” (2006), seria capaz de articular as vontades difusas da massa, transformando-as em demandas de fato revolucionárias. Para além da

dissertação, a partir do momento em que o movimento ganha certa legitimidade, mecanismos diversos começam também a operar. Entre eles, a tentativa contínua de transformar um movimento de usuários e usuárias de transporte coletivo, com algumas ideias e propostas, para o movimento de usuários/as de transporte, capaz de falar em nome de todos/as os/as outros/as milhares de usuários/as que andam de ônibus e metrô diariamente.

Há uma ambiguidade nesse papel para o qual somos empurrados a ocupar: por um lado, ele começa a se realizar quando as palavras e ações das pessoas que cotidianamente se organizam como Movimento Passe Livre encontram aderência na experiência de outras pessoas que por elas se afetam. Essa aderência/suscetibilidade é fundamental e sem ela o movimento se torna inócuo: as manifestações não teriam impacto, as nossas propostas não teriam ressonância. É essa aderência que faz com que as propostas do movimento passem de impossíveis a possíveis, e essa ampliação do possível é vital para o movimento (como falarei logo abaixo).

Por outro lado, a estabilização dessa aderência tem efeito contrário ao por nós pretendido: somos alçados a outro plano, e nossa militância organizada vira mais um plano entre Estado e todas aquelas outras pessoas que se afetam pelas questões que levantamos. O instrumento inicial de articulação de desejos e sonhos de quem usa o transporte vira um lugar rígido, do qual poucas pessoas participam: nos transformamos naqueles que lutam, a quem se pede que se mobilize por tal ou qual razão (como vimos no diálogo entre eu, Wil e um grupo de policiais, discutido no capítulo 3). Cria-se uma espécie de terceiro nível: Há o Estado, há uma militância que se organiza e, lá na ponta, vivendo suas vidas normalmente, há aqueles/as que continuam pegando seus ônibus e metrôs, indo para seus trabalhos. Caso se enrijeça nesse local, o movimento passa a contribuir ativamente para o que eu chamaria de despolitização.

Em nosso cotidiano, no entanto, não há propriamente ingenuidade em relação a essa ambiguidade, mas uma tentativa de brincar com ela. A ambiguidade da legitimidade, se não pode ser ignorada, ou superada, precisa ser balanceada, móvel, precisamos saber jogar com ela. Entre as diversas formas de jogar com essa ambiguidade, uma das adotadas pelo MPL é assunção de um papel também ambivalente em relação às instâncias governamentais. Se ocupamos cadeiras em audiências e reuniões, se apresentamos projetos de leis e inclusive sentamos eventualmente para conversar com políticos, não apenas essa atividade se constitui

evidente arrogância dessa proposta – e aqui sou eu quem digo e não Newman – o seu pressuposto é que o ponto alto da política deve ser exercido apenas por algumas pessoas – os líderes, os dirigentes - capazes de fazer as formulações necessárias, em nome de uma classe de trabalhadores/as incapazes de fazê-las por si mesmos. Nesse sentido, a ideia de vanguarda institui uma mediação que separa esses/as trabalhadores (o sujeito por excelência do marxismo) da política. Ou seja, Newman diz, e eu concordo, que os partidos e organizações de vanguarda operam como um espelho, funcionam como um mini-estado (:32)

enquanto nossa última prioridade, como também as nossas posturas não passam por intenções de negociação, mas quase de uma repetição surda de propostas. Arrisco a dizer que deve ser um tanto irritante para os governantes nos ouvir falar nessas reuniões: mais valeria ler um panfleto, ir a uma aula pública, ver um de nossos vídeos. Não nos furtamos a ir – ou ao menos nem sempre – mas a performance que adotamos é a mesma dos eventos públicos que construímos.

Uma das maiores acusações que sofremos, por conta disso, é de que “não queremos negociar”. E é verdade. Se o MPL surge em uma brecha de insatisfação com o transporte coletivo que ultrapassa e muito as barreiras do próprio coletivo, uma das formas de negar a representação é não negociar: as demandas só ganham força nas ruas e é impossível que qualquer negociação dê conta da multiplicidade que compõe esse cenário. O que articula a ação, então, não é a figura do MPL, mas a pauta, a exigência, a reivindicação, o que transformaria qualquer negociação numa traição imperdoável.

Para além disso, não estabilizar a nossa aderência, não nos cristalizar enquanto representação, também passa por um estímulo constante à multiplicação das autonomias. Aqui, a prioridade atribuída ao coletivo para a criação dos chamados comitês de transporte talvez seja o melhor exemplo. Processo que, como já afirmado, não é fácil, mas cheio dos desafios próprios aos encontros.

Os investimentos nos comitês, que progressivamente se descolam do movimento e se transformam em outras autonomias, está relacionado a uma desestabilização do próprio movimento enquanto representação, como se uma das utopias do MPL passasse, justamente, por haverem tantas e tão diversas organizações que qualquer tipo de transformação de múltiplos em Um se tornasse explicitamente ilegítima. A multiplicação constante de autonomias faz com que uma possível cristalização do movimento seja continuamente questionada, uma postura que parte de “certa modéstia e certa prudência em pretender articular os desejos das pessoas” (Newman, 2010, p.178), como Newman comenta. Em outras palavras: o esforço do Movimento Passe Livre na criação dos Comitês de Transporte revela não um desejo de perenidade do movimento mas, ao contrário, a sua progressiva dispensabilidade.

Um elogio ao impossível: sobre Utopias, utopias e ampliações do possível

Aciono aqui uma noção de política que não trata de jogar segundo as regras estabelecidas, mas de uma capacidade de ver além delas, criando um novo jogo ainda não dado e, por isso mesmo, potente. Para tal noção, não podemos ignorar que uma dimensão utópica é

imprescindível, no sentido que afirma Newman (idem): “a utopia é parte essencial de qualquer forma de política radical; para se opor à ordem corrente, temos que necessariamente invocar uma imaginação utópica, alternativa” (p.68).

Assim, o sentido que aqui atribuo à palavra utopia como constituinte de uma noção de política, na esteira de Newman, é também principalmente o de um fora que desorganiza o estabelecido. Não a encaro enquanto uma prescrição de futuro, ou enquanto um programa a ser alcançado ou ainda enquanto a realização de um sonho idílico no qual os conflitos e agruras que atualmente enfrentamos serão por fim resolvidos – essas três possibilidades, ao contrário, seriam o fim do utópico. A potência da utopia não é o ordenamento de um futuro, mas a do desordenamento do presente como possibilidade de vida, digo, parafraseando Newman. Mas poderia também dizer, dessa vez junto a Galeano e Birri:

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” (Galeano, citando Fernando Birri em “Las palabras andantes”, 2001, p 230)

O modo como aqui agencio a palavra utopia, então, é uma espécie de elogio ao impossível enquanto motor da ação política radical. Em direção contrária à defesa do real e seu exército, para se pensar e fazer uma política além do estabelecido, é preciso saber jogar com aquilo que é visto como irrealizável, trazendo para a cena novas possibilidades.

No cotidiano do Movimento Passe Livre, o impossível é pensado em planos diversos, que se cruzam, de forma que poderíamos entender que há composições entre utopias e Utopias. A ordem vigente se apresenta de forma tão imanente e estanque, que até as pequenas propostas são pintadas como inconcebíveis e é nesse plano que as utopias operam. Assim, em um dado momento, todas as reivindicações do MPL foram (são) descritas como malucas, sem sentido e inverossímeis: do passe livre estudantil à queda dos preços das passagens; da gestão popular do transporte à tarifa zero. É o que nos conta mais esse trecho de um texto de uma militante do MPL-DF:

“Nessa época, por estranho que pareça hoje, essa proposta [do passe livre estudantil] parecia uma loucura: “nunca vai dar certo”, “eu também quero tudo de graça, mas temos que trabalhar” (essa é do Presidente Lula), “passe livre tem que ser só pra quem não tem dinheiro”, etc e tal. Mesmo que fosse já uma bandeira histórica do movimento estudantil, muita gente parecia não levá-la a sério e, principalmente, muita gente parecia achar impossível que ela se realizasse. Eu, particularmente, não a achava impossível... mas parecia muito, muito distante. (...)

Assim como o Passe Livre Estudantil, a Tarifa Zero também é vista como uma loucura. De “uso abusivo dos transportes” (essa é do Fidel Castro), “vagabundos e bêbados desocupados invadindo os ônibus”, “tudo que é de graça é degradado pela população e isso vai piorar a frota dos ônibus”(como se ela fosse ótima agora que é paga), até “não adianta deixar o transporte gratuito, temos que lutar para que cada família possa pagar pelo transporte”, escutamos de tudo. Todos questionamentos que parecem estranhos quando enxergamos o transporte como um direito” (“A cidade e os sonhos: por uma vida sem catracas”, Maria Paiva Lins – disponível em: <https://www.facebook.com/mpldf/photos/a.400673959974383.83379.259970814044699/778474595527649/?type=1&theater>)

A luta por essas pequenas utopias - a implementação do passe livre estudantil, a efetivação da tarifa zero – assume um papel primordial na atuação do movimento, que busca trazer o irrealizável para o plano das possibilidades, de formas diversas. Quando, em capítulo anterior, falávamos do ônibus tarifa zero circulando a cidade, é dessa mudança no plano das possibilidades que comentávamos. Recordemos toda a incredulidade com a qual os/as passageiros/as nos olhavam. Mas lembremos também do senhor que, já no final da viagem nos disse: eu acho que um dia todos os ônibus podem ser de graça (cf. 131). Se, então, a organização de um ônibus tarifa zero tem a potência de questionar: se nós podemos, porque não?, outras ações, sobre as quais aqui pouco falei, também o tem: Pular a catraca e, de repente, tornar possível seu estranhamento para quem está no ônibus. Criar oficinas com as quais conversamos nas escolas sobre outras formas de pensar o transporte. Criar projetos de leis que brincam com as armas do outro exército para demonstrar que quase tudo cabe ali. Ou ainda dizer: não queremos saber como você vai fazer isso ser realizado, queremos que você realize.

Essa forma de atuação conecta-se ao que Safatle chama de ampliação do possível. As coisas não são factíveis, até que elas sejam. E quando as pequenas utopias se tornam concretudes, quando o possível se expande, ocorre o que no movimento chamamos de “mudança de imaginário”: abre-se a possibilidade de mudança do que se apresenta enquanto imanente e inescapável:

“Tudo isso me diz, antes de mais nada que, sim, dá pra imaginar uma cidade diferente. Dá pra imaginar uma cidade que não seja permeada por auto-pistas, dá pra imaginar uma cidade que seja das e dos ciclistas, das e dos pedestres, uma cidade na qual eu possa caminhar livremente. Dá pra imaginar tudo isso porque o Passe Livre só tá aí pautado hoje pelos setores mais surreais da sociedade porque ele esteve em bandeiras, debates, faixas em órgãos ocupado, discussões. A primeira coisa que esse processo me diz, portanto, é que na luta pelo passe livre estudantil nós tomamos a força um dos

pontos principais do que chamamos de Direito a Cidade: o direito de transformar esse espaço, de modificá-lo, de lutar pelos nossos desejos e necessidades” (Ainda em “A cidade e os sonhos: por uma vida sem catracas”, Maria Paiva Lins – disponível em: <https://www.facebook.com/mpldf/photos/a.400673959974383.83379.259970814044699/778474595527649/?type=1&theater>)

É então que as utopias e as Utopias (entendidas aqui como os grandes sonhos do movimento, tais como a destruição do capitalismo e do Estado) criam novas composições. Se é possível conquistar o passe livre talvez seja também possível uma existência diferente. Se nos organizamos e conquistamos novos direitos, ampliando as possibilidades das vidas que levamos, talvez nem tudo deva estar do jeito que sempre esteve.

Aqui, vale retomarmos uma das grandes contribuições de Newman para os limites desse trabalho, acerca de uma concepção de transformação social e daquilo que pode emergir das lutas levadas a cabo por movimentos sociais. Para Newman, se é necessária a percepção de que os movimentos sociais precisam levar em conta as realidades do poder instituído para que sua atuação tenha alguma significância para além de suas próprias fronteiras, é também necessário que esta percepção não resulte em simples impotência, ou paralisia.

Quando, então, falo de uma composição entre utopias e Utopias é a este baile que estou me referindo: entre a batalha por uma contínua construção subjetiva contra o Estado, ao mesmo tempo em que *bandeiras* ou reivindicações, passam, necessariamente pela exigência de novos direitos ao próprio Estado. Não foram poucas as vezes que essa conjugação de termos pelo Movimento Passe Livre-DF foi acusada de contraditória, em especial a partir do paradigma vigente em boa parte da esquerda que opõe dicotomicamente reforma e revolução⁷⁰. Parece-me, no entanto, que, ao invés de polos contraditórios, reforma e revolução são vistas pelo movimento como planos distintos de consistência, que precisam ser costurados.

Muito valiosa, prosseguindo com Newman, é a reflexão do autor Newman sobre a ideia de demanda para os movimentos sociais, vista como estratégia fundamental para estes, que muitas vezes são acusados de *reformistas* por isso. Newman, ao contrário, dirá:

“Fazer demandas não significa trabalhar junto ao Estado ou reafirmar sua legitimidade. Ao contrário, demandas são feitas a partir de uma exterioridade da ordem vigente, e elas muitas vezes excedem as questões de implementação desta ou daquela medida. Elas implicitamente questionam a legitimidade e a própria soberania do Estado, por

⁷⁰ Entre as tantas reflexões acerca desta dicotomia, uma das mais elaboradas é a de Rosa Luxemburgo, que a aciona no título: “Reforma ou Revolução?” (xxx).

iluminar inconsistências fundamentais entre uma ordem constitucional que garante certos direitos e práticas de estado que os violam” (Newman, 2010,p. 114).

As demandas do movimento apontariam, em outras palavras, para as inconsistências do Estado, emergiriam delas: se os/as estudantes não tem renda, porque deveriam pagar o transporte? E, posteriormente, se o transporte é chamado de público, porque temos que pagar por ele diretamente? Como o lucro dos empresários do transporte pode estar acima do direito das pessoas de se locomoverem? Todas essas podem parecer perguntas ingênuas, mas justamente por não tomar a situação atual do transporte como dada e inescapável é que tem um potencial desestabilizador. O potencial radical da demanda é, justamente, o de trazer para o pensável as perguntas que usualmente não são feitas e, ao fazê-lo, transformar o impossível em possível.

Assim, a velha dicotomia da esquerda reforma ou revolução torna-se uma aporia, uma questão sem solução, na qual os dois planos precisam caminhar juntos. A “revolução” precisa ser aqui e agora: nas formas como nos organizamos, nos projetos que sonhamos, no estímulo contínuo ao múltiplo, na consolidação da política enquanto prática direta e de todos/as, e não enquanto campo restrito a especialistas (sejam políticos ou militantes). Por outro lado, a vida no aqui e agora precisa se tornar menos insuportável inclusive para quem não compõe nossa coletividade e é nesse sentido que as “reformas” são também disputadas: enquanto janelas que tragam possibilidades de respiro e também enquanto chances de balançar a ordem vigente ao questionar a suposta naturalidade dos cotidianos opressores que vivemos. Desnaturalizar as catracas, e, em cada batalha vencida, ampliar o imaginário de uma existência possível sem elas.

Tudo isso dito, é salutar que reforcemos que a ideia de ampliação do possível se faz em constante movimento, ou seja, não pretende enterrar o impossível. Quando o possível se amplia, também o impossível se desloca, tal qual o horizonte de Galeano e Birra, ou a horizontalidade sobre a qual falamos no capítulo dois. A política como movimento - o do impossível, mas também o nosso – é da ordem da inconstância, da incompletude:

“Assim como o Passe Livre Estudantil, a Tarifa zero não resolve o problema da Cidade. Ela é um caminho, é a abertura de novas possibilidades, um passo a mais na vida sem catracas que queremos construir. (...) ela é insuficiente. Isso não a torna, no entanto, uma proposta paliativa. Ela não é paliativa porque reivindicamos a partir da concepção de que essa cidade é nossa, e que podemos caminhar por ela, transformá-la, geri-la” (Ainda em “A cidade e os sonhos: por uma vida sem catracas”, Maria Paiva Lins – disponível em:

<https://www.facebook.com/mpldf/photos/a.400673959974383.83379.259970814044699/778474595527649/?type=1&theater>

Pequena observação sobre as atualizações da ordem vigente

Como já foi dito, a noção de política aqui desenvolvida, não traz respostas definitivas, não nos assegura de nada. Entre as tantas contingências//reviravoltas que enfrentamos, talvez uma das mais doídas seja a de uma atualização da ordem vigente a partir da noção o transporte enquanto um direito, coisa que nos coloca diante de novos dilemas. Por exemplo, quando a constituição brasileira passa a garantir que o transporte é um direito social⁷¹, para o movimento, estamos evidentemente diante de uma conquista, uma ampliação das possibilidades de implementação de suas bandeiras. Poderíamos dizer, por outro lado, a mesma coisa a respeito dos empresários do setor: eles também parecem se ver diante de uma conquista, de uma ampliação das possibilidades de implementação de suas bandeiras. É o que nos transparece, por exemplo, em trecho de artigo publicado em jornal pelo presidente da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (NTU):

“A resposta ao dilema é que precisamos atender à necessidade legítima da população de exercer seu direito constitucional de ir e vir com dignidade, segurança e eficiência, mas temos de estar dispostos a pagar por isso, mesmo com todo o contingenciamento de recursos públicos. Qualquer que seja a solução escolhida, não se pode discutir qualidade e acesso sem se falar de recursos” (Otávio Cunha, presidente da NTU)

O processo de captura de um discurso que nasce em meio a demandas populares torna-se dolorosamente evidente para nós, enquanto uma resposta um tanto eficaz, um tiro pela culatra que de repente temos que enfrentar. Os empresários de transporte se reatualizam, se renovam, tornam-se modernos e assumem um tom progressista em suas demandas. A forma como se colocam, ainda pior, joga para os colos de quem quer que esteja no governo a demanda pela sustentabilidade (lucro) de suas empresas.

Os discursos da sempre quase falência do sistema de transporte coletivo, que acompanham os aumentos de passagem desde pelo menos o início da trajetória do Movimento Passe Livre-DF demonstram um lado interessante do discurso de risco e coragem a partir do

⁷¹ Coisa que passou a ser citada na constituição como uma espécie de resposta às mobilizações pelo transporte que se espalharam pelo Brasil em 2013, implementada em setembro de 2015, ironicamente no mesmo dia em que o Governo do Distrito Federal aumentou a passagem pela primeira vez em 10 anos.

qual se propagandeia o capitalismo. Se a lógica operatória do capitalismo preconiza que se transforme tudo em oportunidade (Stengers, 2015, p.59), os empresários ao mesmo tempo possuem uma “paixão pelo possível”, que basicamente diz respeito não apenas a manter as coisas como estão, mas com a garantia de segurança para si mesmo. Os riscos dos empreendimentos, afinal de contas, são nossos, não deles (idem, p.58).

Essa situação beira a extremos quando a mercadoria é também um serviço sem o qual a cidade não funciona, como é o caso do sistema de transporte coletivo. Os efeitos de greves de ônibus, por exemplo, são desastrosos para a dinâmica urbana: paradas cheias, atrasos no trabalho, engarrafamentos provocados pela saída de mais carros das garagens. Entre as tantas outras, é a essencialidade do transporte que é vista pelos empresários do setor como oportunidade a ser explorada, o que os deixa em uma situação bastante privilegiada em relação às suas negociações com os governos.

Por outro lado, os aumentos diretos de passagem tornam-se menos vantajosos quando o transporte público é visto como um direito: naquele momento, a catraca volta a existir e a causar ruído, e “o capitalismo não gosta de barulho” (Stengers, 2015,p.48). De outra forma, quando o transporte coletivo passa a ser acionado como direito também pelos empresários, a resistência organizada aos aumentos de passagem, uma das principais táticas adotadas pelo Movimento Passe Livre, pode servir de reforço para a posição em suas negociações com o Estado.

Voltamos às delicadezas das composições entre Estado e capitalismo, que precisam ser pensadas com perspicácia para lidarmos com as apropriações de nossas atuações. A retomada da ideia de público, tal como desenvolvido acima, talvez seja nossa principal arma diante dessas novas ciladas: é uma aproximação do público com o comum de Stengers que pode nos funcionar enquanto ponto de inflexão necessária com o discurso dos empresários de transporte, que entende o público como mais uma de suas oportunidades. Essa, no entanto, é mais uma batalha que ainda está sendo travada.

Neste último capítulo, procurei elaborar, de forma etnográfica, dois conceitos: o de política – enquanto exterioridade do Estado, retomada do público, transformação do um em múltiplo e uma constante ampliação de possíveis – e de seu oposto, a (anti)política, enquanto mediação dita necessária, defesa do real, transformação do múltiplo em um e a produção constante de indiferença e resignação. Claro está que, como é da natureza dos conceitos, ainda

mais se propostos enquanto dicotomia, aquilo que os inspira tem fronteiras mais porosas, há mais misturas e espelhamentos entre eles do que a oposição pode transparecer⁷². Foi o que tentei fazer emergir ao acionar uma das atualizações da ordem vigente, ou ainda a forma como a ideia de representação continua encontrando ressonância nos dilemas do Movimento Passe Livre-DF, apesar de nosso intuito de desconstruí-la. Espero também que a leitora encontre esse espírito, o de entender que as nossas noções e práticas de política não nos imunizam em nada, ao longo de toda a dissertação.

O dilema da representação não atormenta apenas o Movimento Passe Livre-DF, mas também a mim mesma, como uma militante que decide articular sua vida à antropologia. Já comentei sobre esse desafio no primeiro capítulo, e reafirmo meu desejo de estar aqui produzindo um conhecimento *junto ao* Movimento Passe Livre, e não *sobre o, acerca do*, como fiz questão de explicitar no título dessa dissertação. Se algo do que aqui escrevi passar a ser agenciado como qualquer tipo de estabilização do movimento, reforçando algum tipo de argumento de autoridade, então posso dizer que, como antropóloga e como militante, falhei.

Em direção contrária, é meu intuito que esse trabalho contribua para a multiplicação de histórias, discussões, debates de outras formas de pensar e estar no mundo que não tornem o que chamo de ordem vigente o nosso destino inescapável. Não quero fazê-lo a partir da ideia de que se trata de um projeto fácil: há dificuldades constantes, fantasmas, dilemas, dores das mais físicas às mais subjetivas. Não me interessa fazer uma etnografia da vitória, simplesmente porque a promessa de uma vitória estática não encontra consistência na experiência de quem, em tantos lugares, se esforça para construir e manter outras formas de existência. Como nos afirma Stengers, para citá-la uma última vez:

“Precisamos urgentemente de outras histórias, não dos contos de fadas, em que tudo é possível para os corações puros, para as almas corajosas ou para as pessoas de boas vontades reunidas, mas das histórias que contam como situações podem ser transformadas quando aqueles que as sofrem conseguem pensar juntos” (Stengers, 2015, p. 126)

Se, então, essa dissertação contribuir para quebrar um consenso, para que os dilemas aqui refletidos encontrem com mais possibilidades de enfrentamento, para que múltiplas experiências, dentro e fora do Movimento Passe Livre-DF, sigam criando novos possíveis; se

⁷² Além disso, é mister reforçar que as duas noções são elaboradas a partir de uma mesma perspectiva, de forma que, como já dito no início do capítulo, não pretendo elaborar uma teoria geral do Estado, mas uma elaboração, a partir do MPL-DF, acerca de seu funcionamento.

ela contribuir para repovoar o que Hage (2012) chama de imaginário político radical, então poderei dizer que ela de algo serviu.

[Epílogo]

Difícil é saber o que acontecerá



(foto: Centro de Mídia Independente)

Era já fim da tarde quando cheguei ao ato do dia 13 de Dezembro. O dia já havia começado com novos golpes: A votação da PEC 55 (a *PEC do fim do mundo*), esperada para acontecer à tarde, no mesmo horário da manifestação, havia sido soturnamente transferida para a manhã. A PEC já estava, assim, aprovada, quando a concentração do ato começava a acontecer.

Não havia, da minha parte, qualquer esperança que o resultado fosse diferente: sabíamos que a PEC já estava aprovada, mesmo antes daquela votação. Confesso, no entanto, que o clima de derrota tomou um pouco conta do dia, o tornou mais melancólico. Foi nessa que acabei chegando na Esplanada apenas pelas 17hrs. A maioria dos/as meus/as companheiros/as do Movimento Passe Livre já estava lá desde o começo da tarde, e de tantos em tantos tempos, eu recebia alguma notícia: “tá tranquilo!” “Conseguimos não passar pela revista!” “Queriam tirar até meu lenço na barreira policial!”, os retornos que chegavam preparavam meu espírito para a manifestação. “Tem muita gente aí?”, perguntei. “Muito menos do que no dia 29.” (dia do manifestação anterior, também contra a PEC).

Chegando na manifestação, decidimos parar o carro no Setor Bancário Sul, para evitar a revista policial. De cara, em uma dessas escadas que dá acesso ao Museu Nacional, paramos

para comprar água com um jovem ambulante, que ajudava outro a subir seu carrinho com as mercadorias. Compramos a água, e subimos a escada junto com o segundo carrinho, também transportado para alcançar a manifestação. Mal terminamos de subir, vimos que a manifestação já sofria ataque de bombas. Uma multidão correndo. Nuvens de fumaça se formando. Um dos ambulantes gritou para o outro: “Corre, cara, corre! Esse é o melhor momento para vender! Fica todo mundo querendo água depois do spray de pimenta!”. Brinquei com ele: “Isso que é empreendedorismo, hein!”. “É, tem que ser assim!”. Apesar do meu aparente bom humor, estava impactada com a repressão já ter começado. A manifestação tinha começado há pouco a andar em direção ao congresso, era a última notícia que havia recebido. *Hoje vai ser sinistro*, pensei.

Foi logo ali que se deu o encontro com outras pessoas do MPL, e nos dedicamos a encontrar o restante do nosso grupo. Lenços escondidos viraram máscaras nos rostos, e o equipamento básico de sobrevivência (leite de magnésio, vinagre, vitamina c) passavam de lugares disfarçados para os pontos mais acessíveis da mochila: não havíamos enfrentado nenhuma revista. Uma senhora negra, também manifestante, nos pergunta se alguém de nós havia se machucado. Respondemos que estamos bem. Ela nos diz: “A história agora é quebrar tudo. Não tem outra. Tem que quebrar tudo”. Seguimos em direção ao restante da manifestação.

Rapidamente quase todo mundo do MPL-DF que havia ido ao ato estava mais ou menos reunido, ainda que alguns/as de nós apenas pudessem ser vistos à distância pelo restante do grupo. Não dava muito para manter uma organização de “bloco”, como de costume, já que as bombas sempre acabavam nos dispersando. A preocupação era, de alguma forma, sempre se atualizar sobre como estava cada um/a de nós.

Havia cerca de 15 minutos que eu havia chegado à manifestação, e o ato já tinha recuado um bocado, além de estar cercado por todos os lados por distintas tropas da polícia. Os poucos momentos de calma eram interrompidos por longos ataques de bombas de gás lacrimogênio que vinham de todas as direções, inclusive de cima, de um helicóptero. Me assustei quando comecei a ouvir também disparos de balas de borracha (não me lembrava delas na manifestação anterior). A multidão então corria um tanto desorientada, e, a bem da verdade, não havia muito para onde correr. Taticamente, a ação da polícia não me parecia fazer o menor sentido: se a ideia fosse dispersar a manifestação, teríamos que ter *algum lugar* para ir, alguma possibilidade de evacuação. Não havia: os policiais nos cercavam em todas as possíveis saídas e a polícia atacava de tudo quanto é lado. Não se tratava de *controlar a manifestação*, mas de cercar e sufocar.

Essa rápida análise passa a tomar dimensões, digamos, corpóreas quando as bombas de gás começam a cair ao meu lado. Rapidamente a fumaça parece adentrar todos os meus poros, com efeito devastador em meus pulmões asmáticos. O gosto amargo sobe à boca, e é preciso cuspir o mais rápido possível. Um ardor intenso invade a pele, mas não há tempo para buscar alívio. Uma única bomba já pareceria suficiente para me desorientar, com sua névoa e barulho de guerra, mas as bombas de gás andam sempre em grupo. Agarro no braço de um companheiro do MPL que estava do meu lado. Com mais tranquilidade, ele tenta me acalmar: “Calma. Vem. Não vamos correr para aí! O vento está indo nessa direção. Dois passos para frente, dois para dentro! Não corre!” – a voz do compa me vinha firme, assim com era firme o apoio que nossos braços cruzados criaram. “Mas tá vindo muita bomba! Vamos correr!”, eu dizia, com o pouco fôlego que tinha. “Calma, calma, Leiloca”.

Não sei se o ataque cessou ou se havíamos saído da zona de fumaça, mas foi então que um outro manifestante passou leite de magnésia no meu rosto, aliviando um pouco a queimação que eu sentia. Outro molhou de vinagre o lenço que eu trazia no pescoço, e pouco a pouco minha respiração se regularizava. “Vai demorar um pouco, mas vai passar o mal-estar”, me dizia o companheiro, que àquele momento parecia ter me salvado a vida. Olho para trás: há um mar de gente que está mais ou menos como eu, lágrimas nos olhos, manchas brancas de magnésia no rosto, caras lívidas de quem há pouco voltou a respirar.

Escuto uma vidraça se rompendo. É uma parada de ônibus, que se despedaça diante dos chutes dados por alguns manifestantes. Não é apenas porque aquela parada de ônibus sempre foi disfuncional, deixando passar a chuva nos dias de chuva, e o sol nos dias de sol. É que o clima é de revolta generalizada, o que me parece compreensível, diante da ação da polícia e da retirada incessante de direitos. Mais do que compreensível: é sensação da qual compartilho totalmente.

Diante da cilada que fomos colocados/as pela polícia, começamos a pensar para onde a manifestação pode seguir. À nossa direita, há um cordão de PMs que impede a passagem para o outro lado da Esplanada. Na nossa frente, a cavalaria nos esperava na Rodoviária do Plano Piloto. Atrás de nós, a formação do choque nos empurrava. A única saída está à esquerda, lado da Rodoviária do Entorno, mas também do Setor Bancário Sul. Alguém começa a gritar: “Setor Bancário! Setor Bancário!”. Rapidamente a ideia vira palavra de ordem, e a manifestação começa a se movimentar em direção aos bancos.

No caminho até o Setor Bancário Sul (SBS), pedras são lançadas em direção aos ônibus do Entorno ali estacionados. É fácil para mim sentir que aquelas pedras são como uma

multiplicidade de gritos antes presos na garganta: gritos diante da PEC do fim do mundo, da ação da polícia naquele dia; mas também gritos diante dos maus-tratos cotidianos, que a meu ver não poderiam estar melhor representados que naqueles ônibus caquéticos, de passagens absurdamente caras, e viagens extremamente longas feitas nas piores condições. Todos os ônibus ocupados por passageiros/as passam sem qualquer ataque. Um motorista de ônibus espera tranquilamente que manifestação tome seu rumo, antes de seguir seu trajeto. Janelas e vidros são quebrados. Sacos de lixo são queimados na rua que separa a Esplanada do Setor Bancário. O trânsito é interrompido, alguns carros dão ré. Uma multidão se vira para subir a rampa alta que dá acesso ao SBS - localizado em nível mais acima do que então estávamos.

O barulho de vidraças se quebrando - as tão amadas vidraças! – ecoa entre os prédios quando o ato chega enfim ao Setor Bancário Sul. No meio do caminho, um manifestante se corta com estilhaço da vitrine de um banco. Me aproximo, o corte é feio, há muito sangue, dá para ver o osso. Me junto com outras três pessoas para carrega-lo, embora deva confessar que não seja uma pessoa exatamente resistente ao sangue que escorre. No caminho, várias outras pessoas tentam ajudar, mas por vezes pegam sem querer no corte do menino, ou acabam tampando o seu rosto com panos cheios de vinagre e leite de magnésio. Há uma ansiedade para ajuda-lo, mas a situação beira à comédia pastelão. “Minha pressão tá baixando!”. Não há ambulância por perto e nem nada para estancar o sangue, até que chega uma manifestante com gaze, soro fisiológico, esparadrapo. Saio em busca de um carro para leva-lo no hospital. Quando volto, o menino já não estava lá.

Nessa hora, alguns manifestantes continuam no Setor Bancário e um carro grande e caro tem seus vidros rompidos, enquanto os outros tantos carros populares ali estacionados seguem impunes. A maioria do ato já se encontra, no entanto, fechando o eixinho sul, a pista que margeia o SBS. A polícia começa a chegar de lados diversos: há policiais vindo do Eixão; há uma formação da Rotam em um ponto mais acima do mesmo eixinho; há ainda uma formação do choque na frente do CONIC. Os helicópteros continuam nos acompanhando.

Até então, o ato me parecia relativamente coeso, embora tenha sabido depois que havia ainda outro grupo de manifestantes que já estava em outro canto. Mas é principalmente nesse momento que o ato se desdobra em vários, que a partir de então iria ocupar lugares diversos da cidade. Alguns policiais se aproximam da manifestação com spray de pimenta, apostando em uma abordagem corpo a corpo. Alguns manifestantes reagem. Isso me contaram depois, eu não vi. Estava tentando entender para onde ir diante dos vários grupos de policiais que se aproximavam da manifestação.

De novo, a fumaça do gás lacrimogênio começa a tomar conta das ruas. A manifestação começa a desocupar a pista, com gente desesperada correndo em direção ao CONIC. Chuvas de bombas vinda dos helicópteros. O percurso entre o Eixão e o CONIC passa à margem de um viaduto, e é num pequeno canteiro de grama que as pessoas se acumulam, andando apressadas para tentar escapar do gás. Nessa hora meu coração vai na boca: prevejo a queda de alguém no viaduto – e não haveria ali, qualquer possibilidade de sobrevivência. “CALMA GENTE, VIADUTO! VIADUTO!”. Começo a gritar, enquanto procuro ultrapassar esse trecho.

A salvo do precipício, nos deparamos com o cordão do Choque ou da Rotam, não sei. A formação de escudos transparentes dispara tiros de balas de borracha. Um grupo de manifestantes atravessa na frente da formação, tentando alcançar o CONIC, do outro lado da rua. Prefiro seguir no corredor ao lado dos carros estacionados, pareço estar mais longe da mira.

Chegamos ao CONIC e há dúvida sobre o que fazer. Optamos por nos juntar à outras tantas pessoas que aparentemente apenas viviam seus cotidianos ali no chamado Setor de Diversões Sul. Paramos exatamente diante da portaria que um dia foi a da sala do MPL. Limpamos o rosto do magnésio, tiramos o lenço do pescoço. Tentamos parecer “civis”. De onde estamos, vemos a formação que atirava balas borrachas, que se mantém. Um outro grupo de policiais, da ROTAM, com roupas camufladas e cassetetes enormes de madeira também está ali. Uma parte desse grupo entra no CONIC, passando ao nosso lado, sem nos deter. Um grupo de estudantes que estavam no ato é parado e leva um *baculejo*. Uma fumaça preta toma conta do horizonte em nossa frente: confirmamos depois que um ônibus virara fogueira.

A polícia começa a entrar no CONIC atrás de mais manifestantes. Um homem percebe que eles estão atrás de manifestantes e nos chama para descer uma escada que dá acesso ao subsolo. Nesse momento, não vamos. Tentamos pensar o que fazer: seguimos até a rodoviária? Entramos no CONIC? Tentamos encontrar o restante do coletivo? Uma companheira diz que não consegue continuar agora. Começamos a mandar mensagens para saber dos/as demais.

Mais e mais policiais continuam entrando ali atrás de manifestantes. As duas companheiras do MPL que estavam comigo decidem descer ao subsolo. Me mantenho em cima, tentando acompanhar o que está acontecendo. Logo um policial se aproxima: “você estão esperando alguma coisa?”. Um amigo responde: Estou esperando minha esposa, ela trabalha aqui. “Cuidado! Se vocês ficarem aí podem ser confundidos com manifestantes!”. O mesmo policial joga spray de pimenta no homem que havia nos oferecido acesso à escada. Ele reclama, diz que a pimenta alcançou o subsolo, onde havia gente trabalhando. Um outro policial revista a bolsa de uma senhora de cabelos brancos, que trazia no rosto uma máscara de hospital para

se proteger do gás. Não consigo ver o que ele leva daquela bolsa. É muito perigoso ser confundido com manifestante.

A ação da polícia se dispersa um pouco, e as mensagens nos grupos do MPL se multiplicam. Cada militante vai dizendo aonde está e como está a situação: há grupos a caminho da W3 norte, um outro grupo no Setor Comercial Sul, alguns estão na Torre de TV. O ato se dispersou, tomando pontos diversos da cidade. Escrevo que não é recomendável vir ao CONIC se não dá para passar de transeunte. Uma companheira avisa que está passando de carro para nos buscar.

Entramos no carro. Somos cinco militantes do MPL, mais uma série de stencils e cartazes do movimento. Ficamos em dúvida do que fazer, mas decidimos tentar subir à W3 Sul para ver se nos juntamos à alguma parte do ato. Encontramos um trânsito enorme, resolvemos parar o carro e ir a pé. Duas viaturas da polícia passam a nosso lado, contornando o trânsito pela calçada. Ao nos verem, os quatro policiais que ocupam uma delas olham atentamente para nós, provavelmente suspeitando que fazíamos parte daqueles/as que eles procuravam. Decidem seguir seu caminho. Mais ou menos a essa hora começamos a receber os relatos de que há muitas pessoas sendo presas, e que a polícia andava caçando manifestantes em tudo que era lado da cidade. A preocupação com os outros companheiros aumenta: Alguém sabe de fulano? Alguém sabe de ciclano? Beltrana, você tá bem?

Recebemos um áudio de um ex-integrante do MPL, gravado de dentro da viatura, avisando que ele, outro ex-integrante e mais duas pessoas, haviam sido detidas perto da W3 Norte. Tinham sido levados para uma das delegacias, mas ela estava cheia, e agora estavam perto da Torre de TV. Nos esforçamos para encontrar advogados. Ao mesmo tempo, vamos de carro rumo à W3Norte, tentando procurar o restante dos manifestantes. No caminho, recebemos uma mensagem em um outro grupo que diz que há cerca de 30 pessoas sendo presas e humilhadas pela polícia em uma quadra residencial da Asa Norte. Decidimos que ir lá é o melhor que podemos fazer.

A quadra em questão é uma quadra de militares. Na ponta de um dos primeiros blocos, há duas viaturas, vários policiais e uma série de jovens sentados/as na calçada, com as mãos na cabeça. Logo em sua frente, várias pessoas observam a atuação da polícia: tem gente tomando chimarrão, tem conversa descontraída. São os moradores da quadra, entre os quais tentamos nos misturar para acompanhar os manifestantes.

Não funciona. Assim que me junto àquela alegre vizinhança, um homem alto e loiro me encara: “Vai dizer que você não tava como eles? É claro que você estava. Você é o que? Mídia

Ninja? Você vai é parar do lado de lá”. Não respondo, mas penso que as tatuagens talvez não me deixem passar como *civil* ou, melhor dito naquele contexto, como militar. Tento procurar as outras meninas, avisando que talvez a permanência ali implique a grande probabilidade de sermos entregues para polícia pelos moradores da quadra.

Os comentários gerais da vizinhança eram de celebração e houve quem pedisse para os PMs que enfileirassem os manifestantes para que os moradores pudessem bater também. As outras meninas do MPL viveram experiências semelhantes à minha: uma foi chamada de maconheira, e ouviu que ruim mesmo ia ficar quando viesse a intervenção militar. A outra foi chamada a se posicionar por uma senhora, que disse que sabia que ela pensava diferente – “cara feia para mim é fome”, disse a senhora, ao receber o silêncio como resposta. Saímos de lá com os estômagos embrulhados.

Víamos viaturas e policiais espalhados por toda a cidade. Ao mesmo tempo, nos inteirávamos sobre o restante do coletivo: a essa altura, estávamos todos a salvo. Decidimos que seria importante nos reunir para avaliar o que fazer diante daquilo que havíamos vivido. Sempre foi de nosso costume ir até a delegacia para apoiar os/as presos/as, mas diante de tudo que havia acontecido no dia, pensamos que seguir para lá sem alguma organização seria praticamente nos entregarmos para a polícia. Nesse caso, o corriqueiro seria esperarmos as instruções reunidos em um bar, aonde análises informais são construídas e a tensão do ato se dissipa entre os goles de cerveja. Pensamos então em manter a tradição. Um companheiro pondera que, no clima em que a cidade estava, talvez não fosse uma boa ir a bares. Não posso dizer que não pensei a mesma coisa. Minha resposta, no entanto, foi outra: Se eles nos proibirem de beber cerveja, aí o negócio tá feio mesmo. Não podemos deixar. O coletivo concorda, e cada grupo vai se encaminhando para um bar de uma amiga, aonde poderíamos decidir o que fazer e nos organizar para apoiar os/as presos/as, de quantidade sempre crescente.

Sentamos, tomamos uma, duas, três cervejas. Logo, recebemos notícias de quem estava no Departamento de Polícia Especializada, para onde haviam sido levados/as os/as detidos/as da manifestação. Os advogados/as estão sendo impedidos de entrar. A delegada anuncia que vai enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional. “Se nos proibirem de beber cerveja, o negócio tá feio mesmo.” .Pagamos a conta, seguimos para a porta da delegacia.

Como lutar por Tarifa Zero quando o Sistema Único de Saúde está sendo esfacelado?
Como falar do transporte coletivo como direito quando vemos outros direitos, há tanto

estabelecidos – ainda que não de fato efetivados – se desmontarem um a um, diante de nossos olhos marejados com as bombas de gás? Como pensar a mobilidade urbana como centro de nossas lutas quando já não há jornada de trabalho de oito horas, aposentadoria, multa para justa causa... quando já não há, sequer, a parca *democracia representativa* que tanto criticamos ao longo da nossa trajetória enquanto movimento?

A feitura dessa dissertação foi intensamente perpassada por essas angústias, tendo ela sido escrita em um contexto de golpe de Estado que trouxe novos elementos não apenas para as questões aqui analisadas, mas também para nossos projetos políticos, formas de atuação, reuniões, enfim, nossas vidas. Não posso negar que muitas vezes fui acometida por sensações de estar fora do lugar, fora do tempo, pela agonia de estar escrevendo sobre um movimento que nasce em situação outra e que, a meu ver, precisa de algumas reinvenções urgentes para driblar as novas capturas do Estado. Ontem, jovem, novo. Hoje, antigo.

O sentimento de desorientação por vezes me tomou de assalto, acompanhados também de marcada melancolia. Uma sensação de derrota, compartilhada com meus companheiros de movimento e amigos/as de outros carnavais, muito bem cantada na voz fanha de Belchior: *tudo poderia ter mudado, sim, pelo trabalho, que fizemos tu e eu. Mas o dinheiro é cruel e um vento forte levou os amigos para longe das conversas, dos cafés e dos abrigos, e nossa esperança de jovens não aconteceu, não, não.*

A velocidade com que vemos nossos direitos serem desmontados, no entanto, não é obra de coincidência. Como nos afirma Naomi Klein (2008), a pressa é constituinte do ela chama de “Doutrina do Choque”, enquanto estratégia de aprofundamento do neoliberalismo. Klein compõe então uma analogia dos tratamentos psiquiátricos com eletrochoque e a implementação de políticas neoliberais radicais a partir dos anos 70. Se na psiquiatria o choque é literal, em economia política ele toma a forma de um estímulo intenso para que tudo pareça tão rapidamente desordenado que não tenhamos muito por onde reagir.⁷³

Assim, percebendo essa estratégia, é preciso retomar outro aprendizado de Belchior, o de mesclar o amargo gosto da derrota com uma persistência estranha, que segue a esta estrofe outra igualmente forte: *Palavra e som são meus caminhos pra ser livre, e eu sigo, sim. Faço o destino com o suor de minha mão. Bebi, conversei com os amigos ao redor de minha mesa e não deixei meu cigarro se apagar pela tristeza.* Ainda que também afirme: *Sempre é dia de*

⁷³ Aqui, como em outros momentos deste epílogo, retomo reflexões publicadas pelo projeto “Entranhas: análises políticas feita por mulheres de esquerda”, no qual elaborei uma análise a partir do pronunciamento de Michel Temer na noite de Natal/2016. Disponível em: <http://www.entranhas.org/o-feliz-natal-de-temer/>

ironia no meu coração. Não temos, afinal de contas, direito à melancolia. Temos, justamente, uma certa obrigação de manter firme as barricadas, talvez menos por nós do que por quem historicamente construiu os direitos que vemos agora ruir; talvez menos por nós do que por quem nos seguirá mais adiante.

“Não se pode ser neutro em um trem em movimento”, dizia Howard Zinn a seus alunos, quando questionado acerca de sua postura sempre politizada em sala de aula. É que o capitalismo é como um trem desgovernado, do qual estamos todos/as a bordo: se não há qualquer garantia de que escolher fazer algo parará o trem, retardará a colisão, ou ainda surtirá qualquer efeito, escolher não fazer nada é deixar-se levar pelo inevitável fracasso.

Nesse sentido, vale também evocarmos outra vez o que aconteceu na manifestação do dia 13 de dezembro de 2016, que inicia esse epílogo. Se é verdade que fomos atacados por todos os lados, é também verdade que, depois de coagida, a manifestação tomou ruas diversas de Brasília, resignificando ônibus, vitrines de bancos e avenidas. Para isso, no entanto, foi necessário saber olhar *para além* do cordão da polícia.

Assim, ainda que sob tão incessantes e duros ataques, é necessário que continuemos a saber olhar através deles, ou nos renderemos a uma declaração nefasta de que estamos diante do único caminho possível. Se não há, de fato, qualquer certeza sobre o que acontecerá, nos resta terminar a canção: *Mas eu agradeço ao tempo, o inimigo eu já conheço. Sei seu nome, sei seu rosto, residência e endereço. A voz resiste. A fala insiste: você me ouvirá. A voz resiste. A fala insiste: quem viver verá.*

(Seguimos!)

Referências Bibliográficas:

- ASAD, Talal. Where are the margins of the state? In: DAS, V.; POOLE, D. Anthropology in the margins of the state. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- BAKUNIN, Mikail. “Deus e o Estado” São Paulo: Ed. Imaginário, 2000.
- BORGES, A. “Ser embruxado: notas epistemológicas sobre razão e poder na antropologia. Civitas - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 12, n.3, p. 469-488, set./dez. 2012.
- CAIAFA, Janice. “Jornadas Urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002
- _____ “Aventura das Cidades: ensaios e etnografias”. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007
- CHAVES, Christine de Alencar. A Marcha Nacional dos Sem-Terra — um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- CLASTRES, Pierre. “A sociedade Contra o Estado”. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- DAS, Veena. The Signature of the state: The paradox of Illegibility. In In: DAS, V.; POOLE, D. Anthropology in the margins of the state. Santa Fe: School of American Research Press, 2004
- DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Félix. Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1 / Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. —Rio de janeiro : Ed. 34, 1995 94 p. (Coleção TRANS).
- _____ Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 5; tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. — São Paulo: Ed. 34, 1997
- ELIAS, Gabriel Santos. “Estratégia e identidade nos movimentos sociais urbanos do Distrito Federal”. Monografia de Conclusão de Curso. Brasília: Departamento de Ciência Política, 2012.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. Tradução: SIQUEIRA, Paula Revisão: LIMA, Stouzi Tânia. Revista Cadernos de Campo, n 13, 155-161, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.
- _____ Seguridad, Territorio, poblacion. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- GALEANO, Eduardo. “Las palabras andantes” 2001
- GUATARRI, Félix & ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOLDMAN, Márcio. Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro, Editora 7Letras, 367 páginas., 2006.

GRAEBER, David. "Possibilities: Essay on Hierarchy, Rebellion and Desire". Okland: AK Press, 2007.

_____. "Direct Action: an ethnography". Okland: AK Press, 2009.

HAGE, Ghassan. "Critical Anthropological Thought and the Radical Political Imaginary Today" Revista: Critic of Anthropology 32(3) 288-308, 2012.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective Donna Haraway Feminist Studies, Vol. 14, No. 3. (Autumn, 1988), pp. 575-599., 1988.

HARDING, Sandra. "Objectivity & Diversity: Another logic for scientific research." Chicago: University of Chicago Press, 2016.

HERNZFIELD, Michael. "The Social Production of Indifference: Exploring the roots of western bureaucracy". Chicago: University of Chicago Press, 1992.

KLEIN, Naomi. "A Doutrina do Choque e a ascensão do capitalismo de desastre". Nova Fronteira, 2008.

LENIN, Vladimir. "Que Fazer? A organização enquanto sujeito político". São Paulo: Martins Fontes, 2006

LIMA, Paique Duques. "Ger'Ação Direta no DF: Reflexões sobre as lutas sociais em Brasília no primeiro decênio dos anos 2000" In Universidade e Movimentos sociais Reses, Erlando da Silva (org). Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2015.

LINS, Maria Paiva. "A cidade e os sonhos: por uma vida sem catracas", Maria Paiva Lins. Disponível em:

<https://www.facebook.com/mpldf/photos/a.400673959974383.83379.259970814044699/778474595527649/?type=1&theater>

LUXEMBURGO, Rosa. "Reforma ou Revolução?". São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "Discurso e representação, ou se como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas." In: DURHAM, E.R. et al. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Org. por Ruth C. L. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MENDES, Elisa Rosas. "Por uma vida sem catracas: Um estudo sobre o Movimento Passe Livre". Monografia de conclusão de curso. Brasília: Departamento de Antropologia, 2007.

- NELSON, Diane. Anthropologists Discovers Legendary two-faced indians! Margins, the state and duplicity in post-war Guatemala”. In: DAS, V.; POOLE, D. Anthropology in the margins of the state. Santa Fe: School of American Research Press, 2004
- NEWMAN, Saul. “The Politics of Postanarchism”. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.
- PATRIOTA DE MOURA, Cristina & VASCONSCÉLOS, Larissa. “Trajetórias, trajetões e “motilidade” na Universidade de Brasília”. Niterói: Revista Antropolítica, N32, sem 2012, p.87-112
- PEIRANO, Mariza. Rituais ontem e hoje. Coleção Passo a passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “O que a vitória de Donald Trump pode ensinar à esquerda global”. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/internacional/o-que-a-vitoria-de-donald-trump-pode-ensinar-a-esquerda-global> 2016
- PIRES, Lenin. “*Esculhamba mas não esculacha: uma etnografia do uso dos trens urbanos na Central do Brasil*”. Niterói: EDUFF, 2011
- POE, Edgar Allan. “Raven” Tradução de Machado de Assis. Disponível em: http://www.geocities.ws/codinome_v/ocorvo.pdf (1845).
- POOLE, Deborah & DAS, Veena. “State and its Margins: Comparative Ethnographies”. In: DAS, V.; POOLE, Deborah. Anthropology in the margins of the state. Santa Fe: School of American Research Press, 2004
- RAPOSO, Fernanda. “Informalidade em trânsito: um olhar sobre os vendedores ambulantes nos ônibus no DF”. Monografia de conclusão de curso. Brasília: Departamento de Antropologia, UnB, 2015.
- SAFATLE, Vladimir. “O circuito dos afetos: Corpos Políticos, desamparo e o fim do indivíduo”. 2ed revisada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- SANTARÉM, Paulo Henrique. “A cidade Brasília (DFE): conflitos sociais e espaciais significados na raça”. 2014, 158 f, il Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, 2014.
- SARAIVA, Adriana Coelho. “Movimentos em movimento: uma visão comparativa de dois movimentos sociais juvenis no Brasil e Estados Unidos”. Tese de doutorado, Centro de Pesquisa e Pós Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, 264p., 2010.
- SARAIVA, Leila. “*Nem vítima nem algoz: Mulheres de Bicicleta em Brasília*”. Brasília: Série Antropologia, Departamento de Antropologia. n 443, 2014

_____ Sobre os empresários de transporte do DF e a CPI da Câmara Legislativa. No prelo

STENGERS, Isabelle. “No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima”. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: CosacNaify, 2015.

STRATHERN, Marilyn. “Os limites da autoetnografia” In _____ O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: CosacNaify, 2014.

VELHO, Gilberto. “*Observando o Familiar*” In _____ Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980

WEBER, Max. *Ciência e Política, duas vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1999.

Panfletos e comunicados:

Anônimo. Relatos do Encontro de Grupos Autônomos. Publicado em: www.midiaindependente.org, 2004.

Movimento Passe Livre: Resolução da Plenária Nacional pelo Passe Livre. Fonte: Acervo Pessoal, 2009.

Movimento Passe Livre-DF: “A cidade só existe para quem pode se movimentar por ela”.

Panfleto de lançamento do projeto de lei da Tarifa Zero. Fonte: Acervo pessoal, 2014

_____ “Caminhando e perguntando, passamos por 10 anos!”. Fonte: Acervo pessoal: Outubro de 2014.

_____ “Comunicado #04# do Movimento Passe Livre – DFE - DERRUBAR O AUMENTO, CONTRA A TARIFA, 12 de Janeiro de 2017

Filmes:

PRONZATO, Carlos. *A revolta do Buzú*, 2003.

Músicas:

BELCHIOR. Álbum “*Alucinação*”, 1976.

Reportagens:

CORREIO BRAZILIENSE. “Chutes e Socos entre estudantes e policiais”. Publicado em 25/06/2005. Fonte: Acervo do Movimento Passe Livre-DF.

_____ “Agnelo e Rollemberg discutem dívida do GDF em reunião de
transição” Disponível em:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/11/01/interna_cidadesdf,455503/agnelo-e-rollemberg-discutem-divida-do-gdf-em-reuniao-de-transicao.shtml

_____ “Embate entre Rollemberg e Distritais sobre a tarifa vai parar
na justiça” Disponível em:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/01/13/interna_cidadesdf,564879/embate-entre-rollemberg-distritais-sobre-tarifas-sera-decidido-na-just.shtml

MOBILIZE BRASIL. “Tarifa de ônibus do DF não muda antes da reestruturação das linhas”
Disponível em: <http://www.mobilize.org.br/noticias/7702/tarifa-do-onibus-no-df-nao-muda-antes-da-reestruturacao-das-linhas.html>

GLOBO. “Pacote anunciado por Rollemberg deixa 20% dos funcionários sem reajuste”
Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/pacote-anunciado-por-rollemberg-deixa-servidores-do-df-sem-reajuste.html>

_____ “Irregularidades em passe livre serão levadas à polícia, diz Secretaria de
Transporte” Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/06/irregularidades-em-passe-livre-do-df-serao-levadas-policia-diz-secretaria.html>